

CLARICIA OTTO

CATOLICIDADES E ITALIANIDADES: JOGOS DE PODER
NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ-AÇU E NO SUL DE SANTA CATARINA

Florianópolis, SC

Fevereiro/2005

CLARICIA OTTO

CATOLICIDADES E ITALIANIDADES: JOGOS DE PODER
NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ-AÇU E NO SUL DE SANTA CATARINA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Doutora em História, sob a orientação do Prof. Dr. Artur Cesar Isaia.

Florianópolis, SC

Fevereiro/2005

CLARICIA OTTO

CATOLICIDADES E ITALIANIDADES: JOGOS DE PODER
NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ-AÇU E NO SUL DE SANTA CATARINA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e submetida à Banca Examinadora, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau de **Doutora em História**.

APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA EM 25/02/2005

Dr. Artur Cesar Isaia (Presidente e Orientador – HST/UFSC)

Dr. Ivan Aparecido Manoel (UNESP/Franca)

Dr^a Maria Izilda Santos de Matos (PUC/ São Paulo)

Dr. Norberto Dallabida (HST/ UDESC)

Dr. Rogério Luiz de Souza (HST/UFSC)

Dr. Jérri Roberto Marin (Supente - UFMS/Dourados)

Dr^a Maria Bernardete Ramos (Suplente - HST/UFSC)

Dr^a Cynthia Machado Campos (Coord. do PPGH/UFSC)

AGRADECIMENTOS

*Tudo tem seu tempo, o momento oportuno
para todo propósito debaixo do sol. (Eclesiastes, 3, 1)*

Neste momento oportuno de agradecer, ressalto que este trabalho só foi possível porque contou com a colaboração de muitas pessoas. Minha incessante gratidão a todas elas e de modo especial:

Ao professor Artur Cesar Isaia, pela competência, orientação, companheirismo e incentivo constante.

Aos professores Norberto Dallabrida e Rogério Luiz de Souza, pela leitura e sugestões na banca de qualificação.

Ao professor Valberto Dirksen, pela tradução dos documentos em língua alemã.

Às pessoas que contribuíram sobremaneira para a realização das entrevistas, principalmente Zulma e Valmor Piva, Maurício Piva, Neuton Bortolotto, Emma Vicenzi, Amádio Vettoretti, Anita e Olímpio Testoni, Emma e Lídio Tissi.

Aos funcionários dos arquivos e bibliotecas, pelo auxílio na busca de informações.

Ao Toni Jochem, José Carlos Radin e Maria Teresa Santos Cunha, pela troca de informações e empréstimo de material.

Aos colegas Ana Maria Marques, Marilange Nonnenmacher, Juçara de Souza Castello Branco, Gizele Zanotto, Andréia Mendes de Souza Mina, Altamiro Kretzer, Elza Daufenbach Alves, pela partilha e enriquecimento.

Às pessoas que dispensaram apoio, valendo destacar Zilma Guesser Nunes, Maria Luiza Piva, Ana Dair Cristofolini, Maria Diva Schiochet, Olma Caleffi e Gleuza Maria Jorge.

À Noeli Pertile, pela transcrição das fitas e preciosa companhia nestes últimos meses.

À coordenação e ao corpo docente do Curso de História e do Programa de Pós-graduação em História (PPGH), por terem provocado a reflexão e despertado o gosto pela pesquisa.

À Maria de Nazaré Wagner, secretária do PPGH, sempre tão solícita.

Finalmente, cabe agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa, auxílio financeiro sem o qual teria sido ainda mais difícil ou até mesmo impossível concluir este trabalho.

***O** poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível
o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que
não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.*

(Pierre Bourdieu)

RESUMO

Esta pesquisa centra-se nas disputas pelo reconhecimento da autoridade e do poder, almejados pelos porta-vozes autorizados da Igreja Católica (franciscanos alemães e padres italianos) e do Estado Italiano (cônsules e agentes consulares), em Santa Catarina, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Em torno das oposições entre esses representantes dos poderes religioso e laico, das diferentes significações atribuídas a uma pretendida ordem social, formaram-se facções, as quais também passaram a disputar o poder de autoridade sobre os colonos. As práticas discursivas desses porta-vozes e das elites locais foram permeadas por categorizações construtoras da imagem do “outro”, criando-se assim um imaginário social. As categorias opositoras, tanto elogiosas como depreciativas, funcionaram como estratégias de viabilização dos projetos de Catolicidade e de Italianidade que, em meio a jogos de poder, buscaram constituir identidades e diferenças.

Palavras - chave: Jogos de poder, Discurso, Catolicismo, Italianidade, Santa Catarina.

ABSTRACT

This study focuses on the disputes for the recognition of authority and power sought by authorized spokesmen of the Catholic Church (German Franciscans and Italian priests) and of the Italian State (consuls and consular agents), in Santa Catarina, at the end of the nineteenth century and in the first decades of the twentieth century. Amidst the opposition between these representatives of the religious and laical powers regarding the different meanings attributed to an intended social order, factions were formed which also began to dispute the power of authority over the farmers. The discursive practices of these spokesmen and of the local elites were close to constructive categorizations of the image of the 'other' thereby creating a social imagery. The opposing categories, as complementary as they were derogatory, worked as viabilization strategies for projects of Catholicism and Italianism which, in the middle of the power games, sought to constitute identities and differences.

Keywords: Power games, Discourse, Catholicism, Italianism, Santa Catarina.

LISTA DE IMAGENS

1 – Dom José de Camargo Barros	29
2 – Dom João Becker	30
3 – Dom Duarte Leopoldo e Silva	31
4 – Dom Joaquim Domingues de Oliveira	33
5 – Caixas para coleta de doações em prol dos seminários	46
6 – Exemplar n. 44 do periódico <i>L'Amico</i>	51
7 – Padre Giovanni Canônico	56
8 – Exemplar n. 4 do periódico <i>La Voce del Parroco in Famiglia</i>	57
9 – Exemplar n. 89 do periódico <i>La Patria</i>	87
10 – Certificado de Bom Desempenho Escolar	101
11 – Escola Italiana de Rio Pio – Treviso, SC	103
12 – Ermmembergo Pellizzetti	104
13 – Escola Italiana <i>Silvio Pellicco</i> – Apiúna, 1912	106
14 – Capela Sagrada Família – Valada São Paulo (Ascurra)	112
15 – Matriz Santo Ambrósio – Ascurra	115
16 – Frades e Noviços na visita de D. Duarte Leopoldo e Silva em 1905, Rodeio..	116
17 – Freis Policarpo Schuhen e Modestino Oechtering	122
18 – As três primeiras integrantes da Companhia das Catequistas.....	133
19 – Giovanni Rossi	156
20 – Giuseppe Caruso MacDonald	166
21 – Lucas Bez Batti	167
22 – Exemplar n. 19 do periódico <i>La Colonia</i>	177
23 – Padre Luigi Marzano	186
24 – Exemplar n. 1 do periódico <i>Il Colono</i>	189
25 – Cesare Tibaldeschi	196
26 – Grupo de simpatizantes do fascismo em Nova Veneza – 1927	200
27 – Lateral da escola italiana em Nova Veneza	201
28 – Alunos de Cesare Tibaldeschi em Nova Veneza	202

0

4

LISTA DE QUADROS

1 – Escolas Italianas (Paroquiais) no Médio Vale do Itajaí-Açu em 1906	49
2 – Escolas Tirolesas na Paróquia de Rodeio em 1910	50
3 – Escolas Paroquiais no Médio Vale do Itajaí-Açu em 1914	52
4 – Padres Italianos no Sul Catarinense entre 1897 e 1930	61
5 – Relatórios Consulares sobre Santa Catarina entre 1895 e 1913	78
6 – Cônsules e Agentes Consulares em Santa Catarina entre 1871 e 1938	83
7 – Agentes Consulares nos Núcleos Coloniais entre 1910 e 1928	84
8 – Inscritos em prol da Cruz Vermelha Italiana em 1918	91
9 – Inscritos em prol dos Fugitivos Vênetos em 1917 e 1918	92
10 – Escolas <i>Dante Alighieri</i> no Médio Vale do Itajaí-Açu em 1913	105
11 – Comerciantes no Município de Urussanga em 1913	170

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
<i>Primeira Parte</i>	
OS PODERES RELIGIOSO E LAICO NAS COLÔNIAS ITALIANAS EM SANTA CATARINA	23
1. OS PORTA-VOZES DA CATOLICIDADE	25
1.1. Franciscanos alemães no Médio Vale do Itajaí-Açu	34
1.1.1. As escolas paroquiais e a produção de sujeitos católicos	42
1.2. Padres italianos no Sul catarinense	57
1.2.1. O binômio fé/italianidade	62
2. OS PORTA-VOZES DA ITALIANIDADE	72
2.1. A tutela do governo italiano sobre os imigrantes	74
2.2. O Consulado e as tentativas de fazer italianos	83
2.2.1. As escolas <i>Dante Alighieri</i> e a <i>italianità</i>	96
<i>Segunda Parte</i>	
JOGOS DE PODER PELO MONOPÓLIO RELIGIOSO E POLÍTICO/CULTURAL	108
3. A CONSTRUÇÃO DO “OUTRO” NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ-AÇU	110
3.1. O monopólio da verdade católica	111
3.2. Estratégias diante do perigo anarquista	123
3.2.1. O combate às escolas <i>Dante Alighieri</i>	123
3.2.2. Associação de professoras para as escolas paroquiais	132
3.2.3. A substituição dos franciscanos por padres italianos	145
3.3. O imaginário sobre o atentado a bomba contra os franciscanos	152
4. CONFLITOS ENTRE ELITES ITALIANAS E PADRES ITALIANOS NO SUL CATARINENSE	162
4.1. O monopólio político/cultural das elites locais	164
4.1.1. As escolas <i>Dante Alighieri</i> entre discursos e tensões	174
4.1.2. Disputas entre superintendentes e padres alemães <i>versus</i> padres italianos	180
4.1.3. Conspirações contra padres italianos	185
4.1.4. Cesare Tibaldeschi: lutas de representação, italianidade e fascismo	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
FONTES	211
BIBLIOGRAFIA	221

ANEXOS	236
--------------	-----

INTRODUÇÃO

As questões que envolveram as colônias¹ italianas em Santa Catarina, especificamente no Médio Vale do Itajaí-Açu e no Sul do Estado, já foram tema de muitos estudos e pesquisas, nos mais diversos aspectos: econômico, social, político, cultural e religioso. Ademais, há uma produção historiográfica expressiva sobre os imigrantes italianos em geral. Uma parcela significativa dessa historiografia guarda a idéia de que os imigrantes italianos, em sua maioria absoluta, eram portadores de uma cosmovisão sacral. Indica que eles concebiam a religião como a instância justificadora e legitimadora da ordem social. Em geral faz uma espécie de apologia ao clero e salienta a obediência dos imigrantes à autoridade dos padres, afirmando também que nenhuma outra liderança se interpunha entre eles e os fiéis.²

Dessa forma, deu-se a construção de um imaginário e de um tipo de imigrante católico idealizado: dócil, ordeiro e obediente, entre tantos outros adjetivos semelhantes. Esses discursos procuram incutir uma imagem uniforme do bom católico, relacionada com submissão às autoridades constituídas, tanto civis como eclesiásticas, portadores de respeito e obediência àquilo que é institucionalizado. Criou-se um imaginário que os imigrantes da zona rural, cultores de uma série de valores, não questionavam os porta-vozes de instituição alguma, principalmente os da Igreja, já que estes falavam em nome de Deus. Essas questões remetem ao que Bourdieu chama de naturalização da ordem social. Tal ordem é expressa “no culto de todos os conservadorismos do ‘povo bom’ (na maioria das vezes encarnado pelo camponês) cujos eufemismos no discurso ortodoxo (‘as pessoas simples’, ‘as classes modestas’ etc.) designam bem a propriedade essencial, qual seja a submissão à ordem estabelecida”.³

¹ *Colônia*, segundo Ianni, indica aglomeração de italianos no exterior. Segundo Seyferth, identifica uma estrutura social e um modo de vida comum entre os imigrantes agricultores do Sul do Brasil - o *ethos* camponês. IANNI, Constantino. **Homens sem paz**: os conflitos e os bastidores da emigração italiana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 27. SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990, p. 21. A palavra *colono* passou a designar o habitante das *colônias*, ou do lote - *colônia*.

² Cf. ZAGONEL, (1975); MANFROL, (1975); DE BONI, (1980); DE BONI; COSTA (1984); BEOZZO, (1986); COSTA; BATTISTEL, (1982; 1983); BERRI, (1988); GALIOTTO, (1987); MERLOTI, (1979); VICENZI, (2000); RADIN, (2001). Não se está discordando da tese de que as colônias, nos primórdios, se organizam em torno da religião. Pretende-se evidenciar os jogos de poder, a função do padre sendo exercida como uma delegação e não como uma missão e um carisma.

³ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. Tradução: Sérgio Miceli et al. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 122.

Algumas pesquisas já problematizaram tais questões, todavia, mais estudos que desnaturalizem certas ordens estabelecidas estão por ser produzidos. Nessa perspectiva e com relação à atuação dos porta-vozes da Igreja Católica em colônias italianas, pode ser citado, como exemplo, o estudo de Dallabrida, indicando que a chamada “sociedade de capela” era uma “entidade que controlava praticamente toda a atividade comunitária” dos núcleos coloniais.⁴ Também o de Isaia, tratando sobre o autoritarismo de Dom João Becker.⁵ Com referência a Santa Catarina, nas áreas mencionadas anteriormente, há a carência de trabalhos que reflitam sobre o imaginário veiculado pelo discurso e sobre conflitos entre padres, cônsules e elites italianas. Igualmente, sobre a atuação do consulado italiano em Santa Catarina, de suas tentativas de construção da italianidade, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, não há estudos.

Na conjuntura do Médio Vale do Itajaí-Açu, há uma série de registros indicando que os porta-vozes do governo italiano e líderes locais se impuseram entre os colonos e os frades da Ordem Franciscana.⁶ Além disso, em vasto *corpus* documental figuram críticas, reclamações de parcela dos imigrantes italianos contra os franciscanos, pelo fato de eles serem padres alemães. Numerosas missivas foram enviadas por uma fração dos imigrantes aos bispos José de Camargo Barros, Duarte Leopoldo e Silva, João Becker, Joaquim Domingues de Oliveira e até ao Núncio Apostólico em Roma, na tentativa de obterem um padre que fosse de nacionalidade italiana.

Os franciscanos também elaboram relatórios, nos quais indicam que havia uma fração de italianos renitentes, que as visitas dos cônsules italianos às localidades de Rio dos Cedros e de Ascurra causaram um grande mal, como, por exemplo, a fundação das escolas italianas

⁴ DALLABRIDA, Norberto. **A sombra do campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí-Açu (1892 - 1919).** 1993, p. 18. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

⁵ Dom João Becker nasceu em 24/02/1870, em S. Wendel (Alemanha). Ainda criança veio para o Brasil, Rio Grande do Sul. Estudou no Ginásio Conceição em São Leopoldo, dirigido pelos Jesuítas. ISAIA, Artur Cesar. **O cajado da ordem: Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul. Dom João Becker e o autoritarismo.** 1992. Tese (Doutorado em História). PUC, São Paulo.

⁶ A Ordem Franciscana ou Ordem dos Frades Menores (OFM) foi institucionalizada em 1210, pelo Papa Inocêncio III, ocasião em que contava com um grupo de 12 jovens, dentre os quais o seu líder, Francisco de Assis (1182 - 1226). Cf. DÈSBONNETS, Théophile. **Da intuição à instituição.** Petrópolis: Vozes, 1988. Uma análise mostrando como as Fontes e o Movimento Franciscano foram sendo construídos é feita por SILVA, Edson Armando. **Identidades Franciscanas no Brasil: a Província da Imaculada Conceição - entre a Restauração e o Vaticano II.** 2000. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. Frades é como são chamados os padres que pertencem a uma ordem religiosa franciscana ou ainda de clero regular. Além da obediência ao bispo, devem também obediência aos superiores (ministros) da Ordem à qual pertencem.

Dante Alighieri. Os cônsules são vistos como promotores de discórdia e de infames agitações contra eles, a começar pelo cônsul Gherardo Pio di Savóia⁷, apontado como maçom e o primeiro responsável pela ruína moral e desarmonia naquelas capelas e valadas.⁸

No Sul catarinense, as colônias italianas contaram com o atendimento religioso por padres seculares da Diocese de Turim.⁹ Ao contrário dos franciscanos alemães em Rodeio, Luigi Marzano, primeiro pároco italiano de Urussanga, tece elogios ao referido cônsul:

Graças ao vivo interesse que tomara pelas colônias o cônsul Cavalheiro Gherardo Pio di Savóia, com um relatório, conseguiu que o nosso Governo Italiano lhe mandasse abundante material escolar e livros para os pais de família. Desde o dia primeiro de janeiro de 1901, além dos livros mandou, em dinheiro, um subsídio que foi triplicado em 1902. De fato, desde 1902 as escolas subsidiadas pelo Governo da Itália são já em número de vinte e cada professor recebe a soma de vinte liras por mês.¹⁰

Essas indicações, dentre outras, induzem à proposição de que nas colônias italianas do Sul catarinense a ausência dos franciscanos alemães teria matizado a feição das escolas italianas. Além disso, havia uma realidade formada por elementos muito mais favoráveis a uma possível hegemonia católica, visto que os cônsules afirmam que a causa dos conflitos no Médio Vale do Itajaí-Açu residia nos franciscanos, por serem alemães. Dessa forma, sinalizam que a presença de padres de nacionalidade italiana criaria uma ordem social.

Entretanto, o que se verificou no Sul catarinense, foi uma intensificação dos conflitos entre elites italianas locais e padres italianos, cuja nota identitária e a âncora orientadora do agir social não foi a religiosa. Por que padres italianos, em colônias exclusivamente italianas, tiveram conflitos com líderes também italianos? As conspirações contra os padres italianos foram tais que o padre Luigi Marzano foi expulso de Urussanga. Que diferenças se estabeleceram com relação às escolas italianas entre o Médio Vale do Itajaí-Açu e o Sul catarinense? Pretende-se comparar e compreender os nexos dos conflitos sociais evidenciados

⁷ Gherardo Pio di Savóia nascido em Carpi (Modena), em 21/11/1851, era conde, patricio de Ferrara, nobre de Carpi e advogado. Seu pai, Alberto, era príncipe. Foi cônsul em Santa Catarina de 1899 a 1902. IOTTI, Luiza Horn. **O olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 160.

⁸ Capela, às vezes significa apenas igreja - templo - construção material; outras vezes tem significado mais amplo e geográfico, equivalendo ao termo valada ou linha. Dessa forma, capela é a igreja com as suas dependências, mas também as comunidades. O termo valadas remete às áreas situadas entre vales.

⁹ Os padres não integrantes de uma ordem religiosa, como os da Diocese de Turim, recebem a designação de clero secular ou, ainda, diocesano. Devem obediência direta ao bispo da diocese na qual estão integrados.

¹⁰ MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários nas florestas do Brasil**. Tradução: João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: Ed. da UFSC; Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985, p. 167. Este livro foi publicado em Turim no ano de 1904.

no Médio Vale do Itajaí-Açu e no Sul catarinense. Indicar igualmente a heterogeneidade no interior do clero católico, especificamente entre franciscanos alemães e padres italianos.

A religião é compreendida na perspectiva de uma construção essencialmente humana. Especificamente nesta pesquisa a referência de religião é a católica, segundo uma “autocompreensão ultramontana”.¹¹ Berger sinaliza que determinada ordem significativa, ou *nomos*, é socialmente estabelecida e funciona como escudo contra o terror, contra a anomia social - a perda de valores e padrões culturais, ausência de qualquer lei, um mundo sem referenciais - que ele interpreta como a perda de plausibilidade. Aponta igualmente a necessidade de meios estratégicos para manter o *nomos* e cita a socialização, o controle social e o processo central - a legitimação, que serve para explicar e justificar a ordem social e o porquê dos dispositivos institucionais. A religião é por excelência legitimadora da sociedade, porque oculta a fabricação humana e histórica dos arranjos sociais. É um instrumento de legitimação tão eficaz porque situa a instituição numa instância sagrada, num quadro cósmico, imprimindo-lhe um caráter ontológico.¹² Como construtora de identidades e de papéis sociais, a Igreja cria um corpo especializado para legitimação e conservação do universo simbólico.

Assim, em circunstâncias diversas e específicas de cada núcleo colonial, os porta-vozes autorizados da Igreja Católica e do Estado Italiano tentaram imprimir significados aos colonos italianos, algumas vezes apoiados, outras vezes rechaçados por porta-vozes nas localidades. Vale dizer, pelas elites locais - os que exerciam o poder de mando, detentores do poder social, econômico, político, cultural e também religioso - superintendentes municipais, comerciantes, médicos, inspetores escolares, proprietários e redatores de jornais e fabriqueiros. Vale destacar que os fabriqueiros ou conselhos de fábrica foi o nome dado pela hierarquia eclesiástica às diretorias das capelas. Esses líderes prestavam juramento ao pároco, que tinha o direito de escolher e influenciar na escolha dos que deveriam ser eleitos. Trabalhavam na organização das festas, na construção e reformas das igrejas, entre outros serviços. Em alguns momentos, uma fração dos colonos tomava partido pelos porta-vozes do poder religioso, em outros pelos porta-vozes do poder laico.

Essas elites e porta-vozes formaram um campo de batalha, foram estimados e também odiados pelos colonos. Paradoxalmente, estimaram-se e odiaram-se entre eles próprios nas

¹¹ De acordo com Manoel, “entende-se por ultramontanismo a política católica entre 1800 e 1960, assentada nos seguintes fundamentos: 1) condenação do mundo moderno; 2) centralização política e doutrinária na Cúria Romana e 3) adoção da medievalidade como paradigma sócio-político”. MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento católico**. Maringá: Eduem, 2004, p. 9.

¹² BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Tradução: José Carlos Barcellos. São Paulo: PAULUS, 1985, p. 15 - 64.

disputas pela acumulação de capitais. Bourdieu distingue quatro tipos de capital: material, social, cultural e simbólico, sendo que deste último derivam as noções de poder e autoridade.¹³ Considera-se aqui a visão que esses integrantes das elites têm de si mesmos e a forma como se apresentam e representam. Essas representações têm capacidade de mobilização. Segue-se aqui uma temática não-linear, mas se busca o que ela tem em comum: os jogos de poder, nos processos de italianizar e catolicizar. Dito de outra forma, a vinculação ou não a esses processos de homogeneização e moralização, de constituição de identidades, com ênfase na educação escolar, também produtora de sujeitos disciplinados.¹⁴ Segundo Bourdieu, “os esquemas que organizam o pensamento de uma época somente se tornam inteiramente compreensíveis se forem referidos ao sistema escolar, o único capaz de consagrá-los e constituí-los, pelo exercício, como hábitos de pensamentos comuns a toda uma geração”.¹⁵

Os discursos dos porta-vozes dos poderes religioso e laico, segundo a concepção de Foucault, são tomados “como jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquivas, como também de luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos lingüísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro”.¹⁶ Assim, para Foucault, a tarefa do historiador é “tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história”.¹⁷

Lecourt salienta que, para Foucault, o discurso é definido a partir das relações que o constituem e, desse modo, prefere, em vez de discurso, o uso das categorias relações discursivas, ou regularidades discursivas. Insiste em afirmar que o discurso é uma prática discursiva, o que significa dizer que Foucault não aceita nenhum “discurso fora do sistema de

¹³ TÉLLEZ IREGUI, Gustavo. **Pierre Bourdieu: conceptos básicos y construcción socioeducativa**. Claves para su lectura. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2002, p. 73 - 78.

¹⁴ Embora Foucault não tenha analisado o sistema escolar, indica que há micropoderes funcionando no interior das instituições, e o “sistema escolar é também inteiramente baseado em uma espécie de poder judiciário. A todo momento se pune e se recompensa, se avalia, se classifica, se diz quem é o melhor, quem é o pior. [...] pergunta por que para ensinar alguma coisa a alguém se deve punir e recompensar?” FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau Ed.; 1999b, p. 120 - 121. Ao buscar na história o surgimento da “governamentalidade” na sociedade ocidental, Foucault diz que no século XVI aparece e se desenvolve o “problema do governo sobre as crianças, problemática central da pedagogia”. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 277; FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução: Sérgio Miceli et al. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 208.

¹⁶ FOUCAULT, Michel, op. cit., 1999b, p. 09.

¹⁷ FOUCAULT, Michel, op. cit., 1999b, p. 10.

relações materiais que o estruturam e constituem. Por ‘prática’ não se entende a atividade de um sujeito, e sim a existência objetiva e material de certas regras às quais o sujeito tem que obedecer quando participa do discurso”.¹⁸ Nesse sentido, por meio das práticas discursivas, objetiva-se “identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, conforme propõe a História Cultural.¹⁹

Os diferentes lugares em que determinadas realidades sociais foram construídas e nos quais se centra esta pesquisa é o Médio Vale do Itajaí-Açu, mais precisamente os municípios de Rodeio, Ascurra e Rio dos Cedros, núcleos que pertenciam à Colônia Blumenau, localizados principalmente na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, divididos por Timbó, núcleo de imigrantes alemães. Quanto ao Sul, recortam-se, principalmente, Urussanga, Nova Veneza e Criciúma, lugares onde se concentra a problemática apresentada.²⁰

O período abrangido pela pesquisa se estende do final do século XIX até os anos 30, não seguindo uma demarcação temporal e espacial de forma fixa ou rígida. A escolha do final do século XIX se justifica por coincidir com a vinda de padres estrangeiros e de cônsules italianos. Aproximadamente os anos trinta, quando a documentação aponta para tentativas de construção da italianidade. Essas investidas na construção de uma identidade italiana voltam ao cenário catarinense, com outras feições, nos anos 1970/80. Nessa ocasião se comemora o centenário da imigração italiana. Além disso, na década de trinta vai surgindo uma nova configuração nas relações da Igreja com os espaços de poder. Entre esses, está o espaço escolar, com a proibição do ensino em língua estrangeira. Convém lembrar que o processo de nacionalização do ensino em Santa Catarina foi acionado no final da primeira década do século XX, mas foi com o Estado Novo que esse processo foi ativado de forma incisiva.

Este trabalho alicerça-se em uma modalidade de escrita narrativa, embora esse método seja objeto de polêmica entre os historiadores. O historiador britânico Lawrence Stone está entre aqueles que proclamam o retorno da história-narrativa. Ao indicar um método para essa escrita da história, denominou-o de “método holofote”, que consiste em “clarificar” o objeto

¹⁸ LECOURT, Dominique. A arqueologia e o saber. In: Foucault, Michel et al. **O homem e o discurso. (A arqueologia de Michel Foucault). Comunicação/3**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, 50 - 51.

¹⁹ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 16 - 17. Sobre a história cultural, ver também em HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: M. Fontes, 1992.

²⁰ Ver Mapas: ANEXOS A e B.

de investigação “inserido no seu contexto total e que muito cuidadosamente se analise o seu significado cultural”.²¹

As fontes apresentam-se em várias formas de materialidade - cartas manuscritas, datilografadas, impressas em jornais, panfletos, relatórios, ofícios, abaixo-assinados, crônicas e iconografia. A escritura desses documentos é compreendida como uma prática social que contribui na constituição dos sujeitos. Essas fontes não são apenas informativas ou de cunho reivindicatório, a sua elaboração exigiu uma ação. As missivas, os relatórios endereçados aos bispos, ao Núncio Apostólico, aos cônsules, aos governadores, estão inscritos em um conjunto de relações, indicam os sujeitos constituindo-se no momento em que produziam a escrita, seja como tática, seja como estratégia.

Dentre o vasto *corpus* documental empírico, privilegiou-se o que contém intrigas, cognominações, epítetos que são interpretados como construções e diferenciações sobre o “outro”. A descrição empírica, às vezes até excessiva, tem por finalidade mostrar que, dentre as lutas e estratégias de construção de determinado grupo estão os insultos, os mexericos, os boatos, os quais funcionam como tentativas de categorização

que opõem os agentes acerca do sentido do mundo social e da sua posição nesse mundo, da sua identidade social, por meio de todas as formas de bem dizer e do mal dizer, da bênção ou da maldição e da maledicência, elogios, congratulações, louvores, cumprimentos ou insultos, censuras, críticas, acusações, calúnias, etc. Não é por acaso que *katègorein* de que vêm as nossas categorias e os nossos categoremas, significa acusar publicamente.²²

Na mesma linha da categorização tratada por Bourdieu, essas fontes remetem também a Elias e Scotson com o ensaio teórico sobre as relações de poder entre os “estabelecidos e os outsiders”.²³ O grupo dos estabelecidos vivia em defesa de seu *status* e de seu poder, “compelido a repelir aquilo que vivencia como uma ameaça a sua superioridade”, por meio

²¹ STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história. In: REVISTA DE HISTÓRIA. São Paulo: UNICAMP, 1991, p. 13 - 37. Tradução: Denise Bottmann. A esse respeito, ver também em BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 327 - 335; BARROS RIBEIRO, Maria Eurydice de. A volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **História no plural**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994, p. 100 e 101.

²² BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002, p. 142; _____. **Coisas ditas**. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 162.

²³ A análise de Elias e Scotson é sobre uma comunidade inglesa, no final da década de 1950 e início da de 1960. Os estabelecidos (grupo que formou uma imagem de si mesmo e ocupa uma posição de prestígio e poder) eram os residentes desde longa data em Winston Parva. Outsiders foi o nome dado pelos estabelecidos aos novos moradores e eram vistos como anômicos.

“de um contra-ataque, de uma rejeição e humilhação contínuas do outro grupo” - os outsiders.²⁴ Elias e Scotson acrescentam que, na sociedade em geral, há uma multiplicidade de relações estabelecidos/outsideers nas organizações políticas.²⁵ Esses sociólogos, tomando por base esse estudo circunscrito a determinada área, procuram “esclarecer processos sociais de alcance geral na sociedade” e demonstram como um grupo é capaz “de monopolizar as oportunidades de poder e utilizá-las para estigmatizar pessoas de outro grupo”. No estudo de Elias e Scotson, aparece também o modo como as “imagens de nós” são construídas e vividas por ambos os grupos e pessoas.²⁶ Em grande parte, essas imagens são construídas por meio de fofocas elogiosas - como uma forma de controle social - e de fofocas depreciativas - contra os suspeitos de agressão, aqueles que, segundo a compreensão dos estabelecidos, vivem na anomia. Diverso da comunidade estudada por Elias e Scotson, o par “Nós” *versus* “Eles” ou “Os outros” marcam este trabalho. Esse par foi constantemente construído e reforçado pelo discurso dos porta-vozes, ao mesmo tempo em que se foi autoconstituindo.

Na perspectiva foucaultiana, a tarefa principal da história com relação ao documento não consiste em interpretá-lo, em determinar se diz a verdade nem mesmo qual é o seu valor expressivo. Consiste antes em “trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações”.²⁷

As fontes são utilizadas nessa compreensão, ou seja, como documentos/monumentos, segundo a assertiva de Le Goff; a de que é preciso desmontar o documento, trazer à luz o seu caráter de monumento: “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.²⁸ Em conformidade com Chartier, os textos estão “presos na rede contraditória das utilizações que os constituem historicamente”.²⁹ Assim, muitos discursos contidos em cartas, relatórios e outros, em parte são resultado do olhar da instituição à qual o sujeito enunciator está vinculado e da qual é porta-voz.

²⁴ ELIAS, Norbert; SCOTSON John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000, p. 45.

²⁵ ELIAS, Norbert; SCOTSON John L, op. cit., p. 208.

²⁶ STEPHEN, Mennel. Nota introdutória. In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L, op. cit., p. 13.

²⁷ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 7.

²⁸ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al. 4. ed. São Paulo: UNICAMP, 1996, p. 545.

²⁹ CHARTIER, Roger, 1990, op. cit., p. 61.

O processo de ordenamento de uma realidade é assumido pelos porta-vozes com o objetivo de legitimar e significar uma determinada ordem social. Ao tratar acerca da luta para a significação ou ressignificação social, Bourdieu enfatiza o aparato institucionalizado e faz uma análise detalhada do poder que ele chama de poder simbólico. Esse é descrito

como poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’ em forma de uma ‘illocutionary force’ mas que se define numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.³⁰

A credibilidade e a aceitação do discurso como verdade associa-se à crença naqueles que são os enunciadores dos discursos e, conseqüentemente, os construtores de determinadas formas de organização social e identidades. Pelas lutas em vista do poder simbólico, os porta-vozes tentam impor definições de realidade para serem reconhecidos pelos imigrantes italianos, o que vai definindo o monopólio de poder. Nessa perspectiva, a singularidade do discurso proferido pelo porta-voz autorizado é o seu reconhecimento. A Igreja Católica possui um discurso institucionalizado e desse modo seu corpo eclesiástico, por meio das práticas discursivas, difunde verdades que exercem uma forma de poder. Assim, o discurso institucionalizado e autorizado possui o poder de criar sujeitos e um imaginário social.

Baczko procura afirmar a realidade dos imaginários, contra as concepções científicas, redutoras, que encaram os imaginários sociais como ilusões ou distorções, reflexos refratados do real. Segundo Baczko, por meio “dos seus imaginários sociais uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de ‘bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores”.³¹

Teves conceitua o imaginário como “conjunto coordenado de representações, uma estrutura de sentidos, de significados que circulam entre seus membros, mediante diferentes

³⁰ BOURDIEU, Pierre, 2002b, op. cit., p. 14 - 15.

³¹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 309.

formas de linguagem, como uma matriz de “produção imaginativa” e reguladora dos “comportamentos recíprocos”.³²

Na acepção de Boia, o imaginário é essencial para entender a criação dos pares “Nós” católico *versus* os “Outros” - anarquistas, maçons. Segundo Boia, a criação dos pares antitéticos é uma forma de manutenção do imaginário; em outras palavras, o imaginário é criado e mantido por meio “da luta e complementaridade dos contrários. O imaginário é por excelência polarizado”.³³

Esse conjunto de representações se inscreve em cada memória pessoal. Por meio da história oral é possível verificar que, no momento da reconstituição, a pessoa verbaliza um significado a partir de seus enquadramentos sociais e de um imaginário social.³⁴ Os entrevistados foram selecionados entre os moradores das localidades, partindo-se de uma primeira indicação, e cada entrevistado, por sua vez, indicava outro. A realização das entrevistas - gravadas e transcritas - não foi um caminho fácil, porém, um método valioso. Entrevistar pessoas e se propor a reescrever histórias por elas narradas implica interpretá-las também como uma construção e não uma verdade em si. É um método valioso desde que se considere a insistência de Foucault - captar da história as “relações de poder, não a relação de sentido. A história não tem ‘sentido’, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas”.³⁵ Nesse sentido, verifica-se que o assunto recordado pelos entrevistados só o é porque foi significativo, demonstrando assim, alguma faceta do passado que se trata de trazer à lembrança. Todavia, essas memórias, ou seja, o que existe como realidade para o entrevistado, em grande parte é o que socialmente é visto e assumido como real. Ou seja, são representações, cada um fala aquilo segundo as significações por ele apreendidas.

Associado à utilização da memória oral, a qual contribuiu para a compreensão das representações sobre o contexto histórico, utilizam-se também algumas imagens. Quanto à utilização da fotografia como fonte, considera-se que há o desafio de chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico. Para tanto, é necessário compreendê-la inserida no

³² TEVES, Nilda. O imaginário na configuração da realidade social. In: TEVES, Nilda (Coord.). **Imaginário social e educação**. Rio de Janeiro: Gryphus/Faculdade de Educação da UFRJ, 1992, p. 17 - 18.

³³ BOIA, Lucian. **Pour une histoire de l'imaginaire**. Paris: Les Belles Lettres, 1998, p. 33 - 35.

³⁴ Sobre teoria e metodologia da história oral ver em ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989; THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

³⁵ FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: _____, op.cit., 1990, p. 05.

contexto em que foi produzida, vê-la como uma escolha, de acordo com uma visão de mundo. A fotografia, compreendida tanto como “imagem/documento quanto como imagem/monumento”, ultrapassa o seu uso como mera ilustração. Nesse sentido, ela indica aquilo que se quis perenizar em determinado tempo, é agente do processo de criação de uma memória. Desse modo, a fotografia é um meio que auxilia a “reestruturar os quadros de representação social” em diferentes épocas.³⁶

Considerando-se o exposto, o presente trabalho se divide em duas partes: Na primeira parte (capítulos 1 e 2), são apresentados os atores sociais - porta-vozes dos poderes religioso e laico. Na segunda parte (capítulos 3 e 4), procede-se a um aprofundamento da problemática nas duas áreas recortadas.

Especificando melhor: no Capítulo 1, trata-se sobre os franciscanos alemães da Província Santa Cruz da Saxônia, da Alemanha, e sobre os padres italianos, provenientes da Diocese de Turim. Os franciscanos fixam residência em Rodeio, atendendo também as localidades de Ascurra e Rio dos Cedros. A esses frades compete a tarefa de restaurar a própria Ordem Franciscana no Brasil e romanizar as práticas católicas. Os padres italianos no Sul do Estado desenvolvem uma ação procurando cultivar o catolicismo associado ao sentimento das origens, vale dizer, da italianidade. Todavia, ao longo da pesquisa procura-se demonstrar as divergências na compreensão do significado da italianidade.

No Capítulo 2, identificam-se os agentes consulares e os cônsules italianos em Santa Catarina e as relações que se estabeleceram entre eles e as colônias italianas. A tutela aos emigrados é vista como reflexo de políticas emigratórias e dos diferentes momentos do sistema diplomático italiano. Os dirigentes do Estado italiano recém-unificado desejavam que ele fosse reconhecido e admirado. Para tanto, enviam ao Brasil os promotores de seus interesses. Os cônsules pertenciam às classes sociais privilegiadas vinculadas ao processo de formação do Estado italiano. Esses cônsules buscam imprimir sentido aos acontecimentos, utilizando-se de diferentes estratégias, tais como as comemorações cívicas e festas italianas, fundam periódicos italianófilos e promovem a fundação de escolas *Dante Alighieri*.

É importante desvendar essas investidas na afirmação de uma identidade italiana nessas primeiras décadas do século XX, principalmente porque hoje desenvolve-se um processo de reavivamento da italianidade. Esse reavivamento é feito por intermédio do

³⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: ____; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, 401 - 417.

incentivo à dupla cidadania, pelo reatar de relações entre Brasil e Itália via *gemellaggios* - pacto de cidades irmãs - e associações italianas, pelas festas culturais como, por exemplo, as festas do Vinho e do Retorno às Origens em Urussanga, a festa *La Sagra* e o Baile do Vinho em Rodeio, a Festa Trentina Riocedrense; e também a criação de agências consulares, como a de Criciúma, a criação do museu ao ar livre - Engenheiros do Passado - em Orleans. Observa-se também a inclusão do ensino da língua italiana nas escolas da rede pública. Exemplo disso é o acordo firmado entre o Consulado Geral da Itália em Curitiba, o governo do Estado do Paraná e o Centro de Cultura Italiana Paraná-Santa Catarina.³⁷ A Secretaria da Educação em Santa Catarina pretende incluir a língua italiana como matéria facultativa na grade curricular. Em 25 escolas do Estado, nas áreas de colonização italiana, a disciplina já é ministrada.³⁸ Essas, dentre outras atividades culturais na atualidade, objetivam imprimir uma identidade italiana nas novas gerações de ítalo-brasileiros.

No Capítulo 3, analisa-se o discurso dos franciscanos, os quais se colocam como detentores da doutrina católica tida por eles como verdade, e sua ação consiste em proibir, controlar, padronizar, imprimir nos corpos um sentimento católico, visando à construção de um *nomos* religioso. A autoridade desses frades, porém, é posta em xeque pela ação dos porta-vozes do poder laico. Uma fração dos imigrantes, diante do pretendido pelos detentores do monopólio da produção simbólica, cria uma série de táticas de resistência.³⁹ Intenta-se aqui compreender o processo de montagem e desmontagem das escolas *Dante Alighieri*, analisando-se os discursos contidos na imprensa oficial e na documentação de cunho privado. Objetiva-se identificar a identidade emergente dessa documentação, isto é, como os italianos viam a si mesmos e a *Dante Alighieri*; enfim, a maneira pela qual foi construída a imagem do “outro”. Para contraporem-se às escolas *Dante Alighieri*, os franciscanos redimensionam as atividades exercidas pelas jovens integrantes da Pia União das Filhas de Maria, estruturando uma associação de professoras para as escolas paroquiais.⁴⁰ Uma segunda estratégia foi levada a efeito pelas elites externas a esses núcleos. O cônsul italiano Bruno Zucculin, o governador

³⁷ O acordo mencionado foi firmado em 25/11/2003. In: *Insieme* - publicação mensal em português e italiano. Curitiba, Somo, n. 60, p. 31, dez./2003.

³⁸ RBS Notícias. Florianópolis, 29/06/2004, 19h.

³⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

⁴⁰ A finalidade da Pia União das Filhas de Maria era promover a devoção à Maria, zelar pela conservação da pureza e castidade das donzelas, entre outras. Uma jovem pertencente a essa associação deveria ser exemplo de devoção, humildade e obediência. MAIA, Pedro Américo. **História das Congregações Marianas no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1992; PRIMEIRO Sínodo da Diocese de Florianópolis. Florianópolis, Tip. Brasil, 1910, p. 111 - 113.

Felipe Schmidt e Dom Joaquim Domingues de Oliveira planejam a substituição dos franciscanos por padres italianos - os salesianos de Dom Bosco - para as paróquias de Ascurra e Rio dos Cedros.

No Capítulo 4, o foco central são os conflitos entre as elites italianas e os padres italianos no Sul catarinense. Evidenciam-se as disputas pelo monopólio político/cultural, os jogos envolvendo também as autoridades estaduais e demais lideranças locais. Abordam-se também as representações em torno do agente italiano Cesare Tibaldeschi. Foi acusado de antipatriota, antiitaliano e antifascista, sendo inclusive proibido de retornar a Nova Veneza e expatriado da Itália. A adesão de alguns membros da elite local às idéias fascistas pretendendo constituir um quadro único, ou seja, compreendendo que ser italiano equivalia a ser fascista, é o mote central das acusações como também da construção de um imaginário social, em meio a jogos de poder.

Primeira Parte

OS PODERES RELIGIOSO E LAICO NAS COLÔNIAS ITALIANAS
EM SANTA CATARINA

*Todos aqueles que trabalham diretamente para destruir uma escola paroquial pecam
e pecam mortalmente.*

(Frei Policarpo Schuhen. Rodeio, 1921)

*Este Régio Consulado nomeou uma comissão com a incumbência de distribuir o
material escolar e os subsídios às escolas [...], onde se procurasse incutir no ânimo dos
alunos, juntamente com o amor à sua pátria de nascimento, o Brasil, o respeito e a estima à
pátria de seus pais, a Itália.*

(Cônsul Giuseppe Caruso MacDonald. Florianópolis, 1908)

Nesta primeira parte, são apresentados os poderes religioso e laico, com a fundamentação acerca de suas práticas discursivas, ou seja, de onde eles falam. Os representantes desses poderes são os porta-vozes autorizados pela Igreja Católica - franciscanos alemães e padres italianos (capítulo 1) - e, pelo Estado Italiano Unificado - agentes consulares e cônsules (capítulo 2). Os porta-vozes autorizados têm “acesso aos instrumentos legítimos de expressão”, ou seja, o porta-voz da verdade ou do discurso legítimo é o representante oficial institucionalizado. Assim, o poder do discurso desse porta-voz não é inerente a ele: corresponde a uma delegação a priori, pois ele fala a partir da instituição que representa e em nome da coletividade.¹ O fundamento do poder desses porta-vozes reside em uma “delegação de interesses que assume” e, desse modo, não como um carisma pessoal.²

Esses porta-vozes falam em nome dos projetos instituidores de identidades e diferenças - a Catolicidade e a Italianidade. A catolicidade é tida como um dos campos privilegiados para observar o processo de construção do sujeito e do sujeitar-se, isto é, de submeter-se ao Sujeito (Deus). Segundo Orlandi, o padre é autorizado pela Igreja para ser a voz de Deus e proferir um discurso em nome de Deus, mas, ao mesmo tempo, é como se falasse no lugar de Deus, revelando a vontade dEle sobre o mundo. A voz do padre manifestando-se como a voz de Deus passa a ser aceita como verdadeira.³

A italianidade ou *italianità*, segundo Azevedo, é “um movimento de defesa e de conservação do complexo sociocultural econômico-político da sociedade colonial, além de ser uma tentativa de manter laços afetivos, políticos e econômicos com a metrópole de origem”.⁴ Nesse sentido, a cultura é compreendida como “um conjunto comum de esquemas fundamentais, previamente assimilados, e a partir dos quais se articula, segundo uma ‘arte da invenção’”.⁵ Desse modo, a tentativa de querer impor determinada cultura italiana é interpretada como estratégia, como invenção dos agentes do consulado italiano em Santa Catarina.

¹ BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual. In: _____. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 87 e 101.

² MICELI, Sérgio. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução: Sérgio Miceli et al. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. LVII.

³ ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e o seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987, p. 239 - 262.

⁴ AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos**: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nação/IEL, 1975, p. 233.

⁵ BOURDIEU, Pierre. 1999, op. cit., p. 208.

Ainda nessa linha de pensamento, Bourdieu, baseando-se em Schopenhauer, afirma que o mundo social também é representação e vontade. Compreenda-se representação no sentido de “política, isto é, de delegação, de grupo de mandatários”.⁶ Dessa forma, a realidade e o mundo social das antigas colônias italianas em Santa Catarina são vistos em grande parte como representação ou produto da representação dos agentes. Nesse sentido, pretende-se levar a compreender que os discursos dos representantes da Igreja católica e do consulado italiano guardam representações de determinado tipo de sujeito e de espaço social que pretendem construir. São permeados também, e, principalmente, pela vontade de serem reconhecidos em sua autoridade.

Conforme já salientado anteriormente, na análise do discurso dos porta-vozes da catolicidade e da italianidade, é necessário, além de se questionar sobre eles, saber o lugar de onde eles falam. Perguntar ao discurso “quem” fala, significa remeter esse sujeito aos critérios de competência e de saber que lhe asseguram o “direito de falar com sentido”, mas significa, sobretudo, remeter o discurso aos “lugares institucionais” de onde o “sujeito enunciativo” obtém esse direito.⁷

Considerando de fundamental importância conhecer o lugar institucional a partir do qual os porta-vozes falam, justifica-se a inserção de alguns discursos produzidos pela alta hierarquia católica e pela diplomacia italiana em cada um dos seguintes capítulos, respectivamente.

1. OS PORTA-VOZES DA CATOLICIDADE

Nas práticas discursivas dos franciscanos alemães e dos padres italianos, objetivando situá-los no contexto de sua vinda para Santa Catarina, cumpre considerar o seu universo simbólico e suas aspirações, interconectados à política católica ultramontana. Sob as orientações da Sé Romana, tomadas como uma verdade universal, em meados do século XIX, o episcopado brasileiro encetou um movimento de reforma da Igreja Católica. Objetivava rever, principalmente, a atuação do clero nacional, que até a década de 1870 não se distinguia, com raras exceções, por qualquer demonstração de ortodoxia. Era considerado de baixo nível intelectual e moral, uma vez que muitos padres transgrediam o celibato, não cultivavam o zelo apostólico e estavam envolvidos em política, além de serem em número insuficiente. Somente

⁶ BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 70 - 71.

⁷ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 58 - 59.

em Santa Catarina, das 39 paróquias existentes na última década do século XIX, 22 delas não possuíam vigários.⁸

Tal processo criou bases com a reforma do clero religioso e secular, produzindo sujeitos disciplinados, observantes do celibato, afastados das lides políticas, obedientes às diretrizes provindas da Cúria Romana, sede e símbolo do poder da Igreja Católica. Os discursos justificando a reforma foram elaborados pela alta hierarquia católica, frente às transformações políticas européias, de modo especial, em oposição ao liberalismo e ao cientificismo, tidos pela Igreja como destruidores da ordem e da harmonia estabelecidas.⁹

Segundo Manoel, “a rejeição à modernidade se explicitou cabalmente nos escritos de papas como Gregório XVI, Pio IX, Leão XIII, Pio X, Pio XI e se realizou através de uma política de âmbito mundial, que a historiografia batizou de Ultramontanismo ou Romanização”.¹⁰ Nessa política ultramontana, destaca-se o pontificado de Pio IX (1846 - 1878). Convém lembrar que a unificação da Itália (1870) e a perda dos estados pontifícios muito contribuíram para levar a Sé Romana e em especial Pio IX a uma crescente depreciação do mundo moderno e liberal. A postura doutrinária de seu pontificado está expressa na encíclica *Quanta Cura* e no *Syllabus Errorum* (1864), compêndio de oitenta proposições que condenam as idéias liberais, tidas como erros modernos, dentre os quais o racionalismo, o comunismo, a maçonaria e as liberdades de imprensa e de religião, entre outros. O *Syllabus* prega a preponderância da autoridade espiritual da Igreja sobre a sociedade civil. Na tese 28, declara o *placet* ilegal; na tese 37, opõe-se às igrejas nacionais, não reconhecendo mais o benefício do padroado; e na tese 42, declara errônea a predominância do poder civil sobre o

⁸ PIAZZA, Walter F. O dinamismo religioso: séc. XIX e XX. In: _____. **Santa Catarina: sua história.** Florianópolis: Lunardelli/Ed. da UFSC, 1983, p. 568.

⁹ Um retrospecto da Igreja no Brasil situando o movimento de reforma encontra-se em AZZI, Riolando. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. In: REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, v. 34, fasc. 135, p. 646 - 648, set. 1974; _____. Dom Antônio de Macedo Costa e a Reforma da Igreja no Brasil. In: REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, v. 35, fasc. 139, p. 683 - 701, set. 1975; _____. Dom Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo (1851 - 1861) e o movimento de reforma católica no século XIX. In: REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, v. 35, fasc. 140, p. 902 - 923, dez. 1975. MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1988; CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da igreja.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995; OLIVEIRA, Pedro Ribeiro A. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1985; WERNET, Augustin. O auge da romanização: o Concílio Plenário da América Latina. In: ANAIS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA. Curitiba, 1991, p. 197 - 200; _____. A vinda de congregações estrangeiras e a europeização do catolicismo no centro sul do Brasil. In: ANAIS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA. Curitiba, 1991, p. 43 - 52; _____. **A Igreja Paulista no século XIX: A reforma de Dom Antônio Joaquim de Melo (1851 - 1861).** São Paulo: Ática, 1987.

¹⁰ MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento católico (1800 - 1960).** Maringá: Eduem, 2004, p. 45. Manoel salienta os limites do conceito do Catolicismo Ultramontano e aborda suas rupturas e permanências ao longo dos 160 anos.

eclesiástico nos conflitos.¹¹ Pio IX funda o Pontifício Colégio Latino-Americano em Roma (1858), para incutir nos padres a mentalidade ultramontana, e convoca os bispos para a realização do Concílio Vaticano I (1869 - 1870), ocasião em que, segundo Miceli, chega-se ao extremo de afirmar o dogma da infalibilidade do papa.¹²

A publicação do *Syllabus* teve impacto na realidade do Brasil, pois ao condenar a maçonaria e a interferência do Estado em assuntos eclesiásticos, investiu contra o imperador e parte do clero brasileiro ligado à maçonaria, culminando no conflito da chamada “questão religiosa” (1872-1874), que abala significativamente as relações entre a monarquia brasileira e o Vaticano. Em síntese, a intransigência da reforma católica se concretiza na polêmica contra a maçonaria, contra o protestantismo, contra o espiritismo, contra as devoções populares e afirma a ortodoxia a toda prova.¹³

Somando-se ao longo pontificado de Pio IX, o qual procurou consolidar uma verdade doutrinal sobre a autoridade da Igreja, está o do papa Leão XIII (1878 - 1903). Esse pontífice teceu estratégias para dinamizar a reforma proposta pelo Concílio Vaticano I e fortaleceu o aparato institucional com a criação de novas circunscrições eclesiásticas. Leão XIII definiu o método para a aplicação desse “catolicismo que denunciava o ‘pecado da razão’, que separava o homem das verdades reveladas”.¹⁴ Em 27 de abril de 1892, pela bula *Ad Universal Orbis Ecclesias*, Leão XIII divide o território brasileiro em duas províncias eclesiásticas: a do Norte, com sede na Bahia, e a do Sul, com sede no Rio de Janeiro, determinando as dioceses que lhes seriam sufragâneas. Cria ainda novas dioceses, entre as quais, a de Curitiba, abrangendo o território dos estados do Paraná e de Santa Catarina, e nomeia o primeiro bispo, Dom José de Camargo Barros.¹⁵

Em 1899, convocou todos os bispos para a realização do Concílio Plenário Latino-Americano, em Roma. Segundo Beozzo, as fontes utilizadas para a elaboração do documento

¹¹ DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS. Sobre os erros do naturalismo e liberalismo. (Encíclica *Quanta Cura* e o *Silabo*). 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1959, p. 19 - 21. (ITESC).

¹² MICELI, Sérgio. 1988, op. cit., p. 12.

¹³ DUSSEL, Enrique. A Igreja no processo da organização nacional e dos Estados na América Latina (1830 - 1880). In: _____. (Org.). **Historia liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina**. Tradução: Rezende Costa. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 166. Ver em BARROS, Roque Spencer Maciel de. A questão religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985, tomo II, p. 338 - 365. 4º v.

¹⁴ Leão XIII (Papa). *Tametsi Futura*. Collección completa de encíclicas pontificiais. Buenos Aires: Guadalupe, 1952, p. 711. Apud ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 67.

¹⁵ Dom José de Camargo Barros nasceu em Indaiatuba, comarca de Itu, aos 24/04/1858. Foi bispo da Diocese de Curitiba de 1894 a 1904. A ARQUIDIOCESE de Curitiba na sua história. [S.l.: s.n.], 1956, p. 15. Província Eclesiástica ou Arcebispado é um conjunto de dioceses sujeitas a um arcebispo. As dioceses pertencentes à Província Eclesiástica são dirigidas pelos bispos e chamadas de sufragâneas.

conciliar - *Decreta Concilli Plenarii Americae Latinae* -, contendo 16 títulos e 998 artigos e mais um volume de anexos, são fundamentalmente dos concílios de Trento (1545 - 1563) e do Vaticano I, e, das encíclicas dos últimos papas, principalmente de Pio IX e de Leão XIII. Os decretos conciliares, em parte foram revogados, mas em seu conjunto reforçados pela promulgação do Código de Direito Canônico em 1917, que contribuiu para as tentativas de uniformização jurídica da Igreja Católica.¹⁶

A Sé Romana também instou aos bispos a se reunirem a cada três anos, por províncias eclesiásticas, a fim de adequar as normas do Concílio Plenário às circunstâncias locais. No Brasil, a província eclesiástica meridional, sob a liderança de Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, realizou cinco conferências ao cabo de 15 anos de trabalhos (1901, 1904, 1907, 1910 e 1915), aprovando um grande *vade-mecum* pastoral, consubstanciado na Pastoral Coletiva de 1915, destinada principalmente aos párocos.¹⁷ As províncias do Norte também assentiram a pastoral coletiva de 1915 que, no dizer de Lima, foi um código legislativo, documento de referência para a realização dos Sínodos Diocesanos, enfim, serviu de orientação para os discursos do episcopado e do clero brasileiros até o Concílio vaticano II (1963 - 1965).¹⁸

Essa política de construção institucional, segundo Miceli, levou a uma estadualização do poder eclesiástico, isto é, a criação de pelo menos uma diocese em cada estado. Além da nomeação de bispos afinados com o espírito do catolicismo ultramontano para as dioceses recém-criadas, deu-se a nomeação de bispos ligados a importantes grupos oligárquicos regionais, demonstrando uma progressiva aliança com as elites políticas locais.¹⁹

Esse catolicismo criou uma teia de centralização hierárquica em que o papa, o bispo, o padre, no exercício de seu *múnus* eclesiástico, exigiam obediência dos fiéis. Em nível universal, o pontífice era o símbolo máximo, infalível e santo. Entrementes, “ao mesmo tempo em que centralizava as decisões na figura do Papa, reforçava a autoridade do bispo

¹⁶ BEOZZO, José Oscar. A Igreja frente aos Estados Liberais: 1880 - 1930. In: DUSSEL, Enrique (Org.). **Historia liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina**. Tradução. Rezende Costa. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 198.

¹⁷ PASTORAL Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuyabá e Porto Alegre, comunicando ao clero e aos fiéis o resultado das Conferências Episcopais realizadas na cidade de Nova Friburgo de 12 a 17 de janeiro de 1915. Rio de Janeiro: Tip. M. de Araújo, 1915; CONSTITUIÇÕES ECLESIÁSTICAS do Brasil. Nova Edição da Pastoral Coletiva de 1915, adaptada ao Código de Direito Canônico, ao Concílio Plenário Brasileiro e às recentes decisões das Sagradas Congregações Romanas. [S.l.: s.n.].

¹⁸ LIMA, Maurílio César de. **Breve história da igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Restauro, 2001, p. 153 - 156.

¹⁹ MICELI, Sérgio. A expansão organizacional da igreja e a “estadualização” do poder eclesiástico. In: _____. 1988, op. cit., p. 59 - 79.

sobre sua diocese”²⁰ e a autoridade do padre sobre sua paróquia. A autoridade episcopal era afirmada pela nomeação e sagração feita em solene ato público. Em sua primeira carta pastoral, Dom José de Camargo Barros diz:

a primeira credencial a reclamar d’aquela que vem anunciar a palavra divina é que ele comprove a legitimidade de sua missão: ser enviado por Deus [...] o Bispo é o representante de Deus sobre a terra, à sua chegada levantam-se os povos, vão ao seu encontro, ornem-se as ruas, repicam-se os sinos e por onde passa, curvam-se os fiéis as suas fronteiras reverentes e fazendo-lhe bem definida e nobre genuflexão osculam-lhe o sagrado anel.²¹



1 - Dom José de Camargo Barros

FONTE: Arquivo Eclesiástico de Curitiba

Dessa forma, Dom José de Camargo Barros, como porta-voz autorizado enfatiza aquilo que é estabelecido pela estrutura eclesiástica: a autoridade do bispo. Essa autoridade era acompanhada pela ênfase aos preceitos morais, sob uma ótica conservadora e rígida, sobretudo com relação à vida familiar e sexual e na imposição de padrões de bom comportamento. Baseando-se nas encíclicas *Supremi apostolatus*, de Pio X, *Quadragesimo*

²⁰ ISAIA, Artur Cesar. 1998, op. cit., p. 17.

²¹ Dom José de Camargo Barros. Carta Pastoral saudando aos seus diocesanos no dia de sua sagração. Curitiba: Paranaense, 1900, p. 19 e 49. (AEC).

anno, de Pio XI, *Summi pontificatus*, de Pio XII e *Quod apostolici*, de Leão XIII, Isaia ressalta o cunho moral da Igreja e indica que “regenerar a sociedade decaída, descristianizada, era a meta a que se propunha. [...] A sociedade moderna, divorciada dos parâmetros éticos como norma de sustentação das suas instituições, precisava retomar a unidade moral”.²²

Pela bula *Quum Sanctissimus Dominus Noster*, Pio X cria a Diocese de Florianópolis em 19/03/1908, abrangendo o território do Estado de Santa Catarina. Dom João Becker, nomeado primeiro bispo, permanece até 1912, ano em que foi designado a exercer o cargo de arcebispo de Porto Alegre.²³



2 - Dom João Becker

FONTE: Arquivo Eclesiástico de Florianópolis.

²² ISAIA, Artur Cesar. 1998, op. cit., p. 67.

²³ ISAIA, Artur Cesar. 1998, op. cit., p. 47 - 60.

Esse bispo, relativamente à moral e à autoridade, em Carta Pastoral, associa a necessidade da moral para a solução de conflitos sociais. No interior de uma tipificação de igreja romanizada, vê os conflitos sociais como reflexos do ateísmo. O seu discurso, nessa carta, está relacionado com a encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, datada de 15 de maio de 1891, ao trazer à tona que o papel da Igreja era sufocar os conflitos sociais e, para tanto, utiliza-se da doutrinação moral. Para João Becker, a autoridade,

é o princípio regulador da sociedade, deve ser ela consentânea à dignidade do homem, livre e inteligente. [...] O Estado, a fim de que possa dirigir eficazmente e governar de um modo racional, deve estar armado do poder de mandar, isto é, do direito de impor a obrigação moral. [...] Quem é, entretanto, que ensina essa obrigação moral? A Igreja! Quem pode obrigar a consciência? Deus, cujo representante é a Igreja.²⁴

Por meio desses discursos, o bispo indica a Igreja como a defensora da ordem, e justamente o projeto de romanização se assenta na coação moral, na direção das vontades e na constituição de sujeitos dóceis e submissos. Na prática, o regime republicano, não traria problemas, contanto que o Estado resguardasse a possibilidade da harmonia para as atividades dos poderes espiritual e temporal, sem prejuízo para ambos.

²⁴ Dom João Becker. Carta Pastoral *Pro Ecclesia et Pontifice*. Petrópolis: Vozes, 1911, p. 39. (AEF).



3 - Dom Duarte Leopoldo e Silva

FONTE: Arquivo Eclesiástico de Curitiba

Visando à defesa das instituições e a harmonia entre os próceres civis e eclesiásticos, também Dom Duarte Leopoldo e Silva²⁵, segundo bispo da Diocese de Curitiba, na tomada de posse em 14 de abril de 1907, salienta a importância de a Igreja e o Estado caminharem conjuntamente, condição essencial para a manutenção da harmonia e da ordem social:

Nos Estados do Paraná e Santa Catarina, como o Nosso Antecessor, como todo o Episcopado brasileiro, mantivemos sempre com as autoridades civis as mais cordiais relações de franca e sincera amizade. Não quebraremos, de nossa parte, essa tradição de respeito mútuo que é um direito para a Igreja e uma garantia para o Estado.²⁶

²⁵ Dom Duarte Leopoldo e Silva nasceu em Taubaté, São Paulo, em 04/04/1867. Foi bispo de Curitiba de 1904 a 1907. A ARQUIDIOCESE de Curitiba na sua história. [Curitiba], 1956, p. 23. A defesa das instituições já havia sido feita por Leão XIII, em 1892, conclamando os “católicos franceses a respeitar o regime republicano e a defender as instituições”. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: brasiliense, 1990, p. 53.

²⁶ Apud AZZI, Rioldo. **A igreja e os imigrantes: a fixação da imigração italiana e a implantação da obra escalabriniana no Brasil (1904 - 1924)**. São Paulo: Paulinas, 1988, p. 87, vii.

Tais diretivas episcopais também são assumidas por Dom Joaquim Domingues de Oliveira, segundo bispo da Diocese de Florianópolis.²⁷ Referindo-se à solenidade de posse desse bispo, Souza diz que havia uma “postura nitidamente conciliadora, entre Estado e Igreja, diante das idéias de um projeto modernizador”.²⁸ Dentre as formalidades desse ato solene, em carta pastoral, assim Dom Joaquim se expressa:

Abrimos, agora, espaço de honra, para a saudação que queremos fazer, muito de afeto e especial respeito, ao muito digno Sr. Governador do Estado [Felipe Schmidt], cuja autoridade veneramos por ter a mesma origem divina, cujo poder desejamos ver respeitado, e obedecido, e cuja amizade prezamos, seguindo as tradições comuns a todo o episcopado brasileiro.²⁹

²⁷ Dom Joaquim Domingues de Oliveira nasceu no dia 04/12/1878 em Portugal. Ainda criança veio para o Brasil e estabeleceu-se na cidade de São Paulo, onde foi ordenado em 1901. No dia 07/09/1914, toma posse solene como bispo da Diocese de Florianópolis e em 1927 torna-se arcebispo, ano em que são criadas as dioceses de Joinville e Lages. Exerceu esse cargo até 1965, dois anos antes de seu falecimento. A ARQUIDIOCESE de Florianópolis. [Florianópolis], [s.n.], 1951, p. 11 - 16.

²⁸ SOUZA, Rogério Luiz de. As escolas paroquiais. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas:** modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 171 – 173; SOUZA, Rogério Luiz de. Quando chega o Bispo: A Igreja em Santa Catarina e o conturbado ano de 1914. In: REVISTA ENCONTROS TEOLÓGICOS. Florianópolis, n. 27, p. 109, 1999. Sobre o ideal modernizador e a rearticulação entre os poderes civil e eclesiástico em Santa Catarina, ver em SOUZA, Rogério Luiz de. **A construção de uma nova ordem:** catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Ainda sobre a aproximação entre elites e o clero romanizado ver em LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil-República:** cem anos de compromisso: 1889 - 1989. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 25 - 37.

²⁹ Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Carta Pastoral saudando aos seus diocesanos. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1914, p. 13. (AEF).



4 - Dom Joaquim Domingues de Oliveira

FONTE: Arquivo da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas. Joinville, SC

Afora a expansão organizacional e conseqüente formação de patrimônio nas dioceses e nas paróquias, intensifica-se o estímulo para a vinda de padres e de ordens religiosas estrangeiros, afinados com os ideais do projeto de romanização do catolicismo. No Estado de Santa Catarina, em virtude do processo imigratório, ainda antes da criação da diocese no seu território e também da de Curitiba, alguns poucos padres já haviam emigrado e assistiam os núcleos coloniais, principalmente os de alemães, de italianos e de poloneses. Dentre esses, destaca-se o padre alemão Francisco Xavier Topp, que chegara ao Brasil em 1890, realizando

a primeira etapa dos seus trabalhos no Sul do Estado. Foi vigário em Tubarão de 1891 a 1896, ano em que Dom José de Camargo Barros o nomeia vigário da Paróquia Nossa Senhora do Desterro de Florianópolis, cargo que exerceu até 1921.³⁰

A vinda de porta-vozes europeus, leais à ortodoxia da Sé Romana e devotados ao labor educacional, foi decisiva para a produção de sujeitos católicos obedientes às autoridades e voltados à prática sacramental. Nos dois próximos itens demonstra-se que a Ordem Franciscana, no Médio Vale do Itajaí-Açu, é exemplar nesse sentido.

1.1. Franciscanos alemães no Médio Vale do Itajaí-Açu

Os franciscanos alemães da Província Santa Cruz da Saxônia, Alemanha, estão também envolvidos no projeto de Restauração da própria Ordem Franciscana no Brasil. Essa Ordem se havia expandido no território brasileiro até 1760, contando com mais de mil frades, distribuídos em duas províncias: a Província de Santo Antônio, no Nordeste, com sede em Salvador, e a Província da Imaculada Conceição, no Sul, com sede no Rio de Janeiro.

Entrementes, em meados do século XVIII, as ordens religiosas no Brasil vão sofrendo paulatinamente um processo de decadência que se prolonga até o final do século XIX. Uma significativa parcela da historiografia explica esse processo de decadência como resultado da política anticlerical. Delimita como marco inicial o governo do Marquês de Pombal, culminando com o Decreto de 19 de maio de 1855, assinado pelo Ministro da Justiça José Tomás Nabuco, que determinou o fechamento dos noviciados. O impedimento do ingresso de noviços nas ordens então existentes no Brasil deveria vigorar até que se procedesse a sua reforma, que deveria ser feita por meio de uma concordata com o romano pontífice, mas que jamais foi assinada, acelerando-se a decadência das ordens religiosas.³¹

Silva diz que a explicação para essa decadência deve ser buscada e emoldurada “em um processo cultural mais amplo que vai, progressivamente, corroendo a plausibilidade das ordens religiosas”³², numa época em que a relação entre as instituições civis e eclesiásticas

³⁰ Monsenhor Topp era natural de Warendorf, na diocese de Münster, Alemanha, nasceu em 19/09/1854 e faleceu em 25/12/1925 em Florianópolis. BESEN, José Artulino. Monsenhor Francisco Xavier Topp: o institucionalizador da igreja catarinense. In: REVISTA ENCONTROS TEOLÓGICOS. Florianópolis, n. 2, p. 27 - 32, 1990. (ITESC).

³¹ MEIER, Johannes. As ordens e as congregações religiosas na América Latina. In: DUSSEL, Enrique (Org.), op. cit., p. 633 - 652.

³² SILVA, Edson Armando. **Identidades franciscanas no Brasil: a Província da Imaculada Conceição - entre a Restauração e o Vaticano II**. 2000. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, p. 134 e 137. vi.

passava por mudanças. A expulsão dos jesuítas, em 1759, por exemplo, é marca dessas mudanças e

sintoma de uma crise que por um lado corroeu a fundamentação sacral da sociedade colonial, e por outro, determinou novos padrões de relacionamento entre o governo e as ordens religiosas. [...] a crise da cristandade e a crise do projeto colonial lusitano corroeram os fundamentos sobre os quais foi construída a identidade franciscana no Brasil. Isso gerou um enfraquecimento da plausibilidade da proposta franciscana, que não encontrou mais suporte suficiente nas demandas sociais para propor formas alternativas à tutela do Estado e superar a crise.³³

Essa crise fez com que a Província de Santo Antônio chegasse ao final do século XIX, mais precisamente em 1891 - marco inicial da Restauração - com nove frades, e a Província da Imaculada Conceição com apenas o frei João do Amor Divino Costa.³⁴ Frei João e frei Antônio de São Camillo de Lellis Carvalho, responsável pela Província de Santo Antônio, encetaram diversas tentativas para a revitalização das províncias. Dentre elas, em 1889, frei Antônio não só consegue o apoio de Dom Luís Antônio dos Santos, arcebispo da Bahia, mas também da Congregação da Propaganda *Fide*.³⁵

A nova ordem constitucional também favoreceu a vinda dos franciscanos, uma vez que, dentre as liberdades instituídas, volta a permitir a vinda de congregações religiosas e clero estrangeiros.³⁶ Ademais, segundo Silva, nessa época, o governo estava liberando recursos para a “catequização” dos povos indígenas ao Sul de Salvador. Em meio a isso surgiu a possibilidade de conseguir obter a anuência das autoridades estatais para a entrada de novos religiosos no Brasil. Embora a catequese aos povos indígenas fosse explicitada como sendo a finalidade da vinda dos franciscanos ao Brasil, em verdade o “objetivo principal era a restauração da vida franciscana”.³⁷

A Província Santa Cruz da Saxônia decide assumir a Missão Brasileira durante a realização do Capítulo Geral da Ordem Franciscana, em Roma, em outubro de 1889. Frei Gregório Janknecht, provincial, aceita do Ministro Geral da Ordem Franciscana a incumbência de restaurar as províncias brasileiras. Ao solicitar para os franciscanos se instalarem no Brasil a Sé Romana objetivava a expansão do ultramontanismo, já que considerava que esses frades constituíam mão-de-obra especializada, apostando num

³³ SILVA, Edson Armando, op. cit., p. 145.

³⁴ WILLEKE, Venâncio. **Franciscanos na História do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 135.

³⁵ WILLEKE, Venâncio. A restauração da Província de Santo Antônio. In: REVISTA VIDA FRANCISCANA, ano LV, n. 52, p. 18, jun. 1978.

³⁶ DECRETOS do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, art. 3º, p. 10. (APTVJ).

³⁷ SILVA, Edson Armando, op. cit., p. 164.

reinício.³⁸ Wernet indica que mesmo entre os bispos reformadores, como Dom Antônio Joaquim de Melo, havia a idéia de que seria impossível recuperar as ordens religiosas tradicionais. Com base nesse pensamento, apóia a completa secularização dos religiosos brasileiros, acreditando que os conventos vazios fossem ocupados por religiosos vindos da Europa.³⁹ Silva ressalta que os franciscanos alemães tinham uma autocompreensão de igreja fortemente hierárquica e centrada na idéia de “ampliar o território da Igreja Católica”. Diz também que o “franciscanismo que volta ao Brasil através dos frades alemães é profundamente antiliberal” e que a “ação desses vem reforçar o movimento de bispos reformadores”.⁴⁰

Frei Amando Bahlmann foi um dos integrantes do primeiro grupo destinado a vir ao Brasil e designado como coordenador. Ele e frei Gregório buscam informações com o padre jesuíta Jacó Rathgeb, que havia sido missionário no Rio Grande do Sul. Foram aconselhados a iniciar a missão por Santa Catarina, ponderando sobre a melhor adaptação ao clima e pela presença da colonização alemã, a qual facilitaria o início das atividades pastorais dos frades.⁴¹ Monsenhor Topp, ao tomar conhecimento das negociações dessa Ordem com a Sé Romana, insiste para que assumam a então vacante paróquia de Teresópolis, localidade do município de Águas Mornas. Esse pedido se concretiza em 1891, ano em que quatro franciscanos chegam ao Estado catarinense e fixam residência em Teresópolis.⁴²

José Maria Jacobs, vigário de Blumenau, desde que soube da chegada da Ordem Franciscana em terras catarinenses insistiu para que frades dessa Ordem assumissem a direção da paróquia São Paulo de Blumenau e o homônimo Colégio, hoje Colégio Santo Antônio.⁴³ Ao se referirem a cada grupo de frades, os cronistas franciscanos falam em expedição. Ainda em 1891, chega uma segunda expedição de frades.⁴⁴ Considerando a chegada de mais frades e

³⁸ SILVA, Edson Armando, op. cit., p. 162.

³⁹ WERNET, Augustin. **A igreja paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987, p. 142.

⁴⁰ SILVA, Edson Armando, op. cit., p. 169 - 170.

⁴¹ BAHLMANN, Amando. Memórias inacabadas. In: COLEÇÃO CENTENÁRIO. São Paulo: Província Franciscana, n. 11, [199 -?], p. 52ss.

⁴² Sobre a atuação dos franciscanos em Teresópolis ver em JOCHEM, Toni Vidal. **A formação da colônia alemã Teresópolis e a atuação da Igreja Católica (1860 - 1910)**. Palhoça: Ed. do Autor, 2002. Os quatro franciscanos foram os seguintes: Amandus Bahlmann, Xystus Meiwes, Humbert Themann e Mauritius Schmalor,

⁴³ José Maria Jacobs, natural de Düren, Alemanha, nasceu 16/05/1832. Em 1876 chegou ao Rio de Janeiro e foi pelo bispo Pedro Maria de Lacerda, nomeado como primeiro pároco da Colônia Blumenau. BOHN, Antônio Francisco. **Padre José Maria Jacobs e o catolicismo em Blumenau**. Blumenau: Três de Maio, 2001; FINARDI, José E. **Colonização italiana de Acurra: 1876 - 1995**. Ampliada e revisada por Amauri Alberto Buzzi. Blumenau: Letra Viva, 1995, p. 55 - 60.

⁴⁴ Essa segunda expedição era composta por Rogério Neuhaus, Zeno Walbroehl, Herculanio Limpinsel, Lucínio Korte, os irmãos Mariano Feldmann, Quintiliano Borren, Germano Wunsick e Patrício Tuschen, juntamente

a proposta do padre Jacobs, os freis Lucínio Korte e Zeno Walbroehl assumem a paróquia e o colégio em Blumenau.⁴⁵

Em Blumenau, principalmente na sede, desde a fundação da homônima Colônia (1850), predominava a colonização alemã. Os imigrantes italianos, chegados 25 anos após os alemães, foram encaminhados, dentre outros lugares, para o Médio Vale do Itajaí-Açu, área então pertencente à referida Colônia, não constituindo colônias oficiais. Essa área, segundo o jornal *La Patria*, além de ser distante da sede administrativa, era composta de terrenos acidentados e conseqüentemente menos produtivos.⁴⁶ Nessa perspectiva de os italianos terem sido injustiçados desde os primórdios, Berri salienta que em Blumenau, desde o princípio da colonização, alguns comerciantes alemães, monopolizavam o comércio, a ponto de os colonos italianos terem de lutar para se libertar desse monopólio.⁴⁷

Essas e outras especificidades e diferenças devem ser consideradas quando se reflete sobre os conflitos havidos com os franciscanos alemães no Médio Vale do Itajaí-Açu. Grosselli registra que a imprensa alemã não acolhera com satisfação a notícia de que colonos italianos povoariam o Sul do Brasil ao lado de colonos alemães.⁴⁸ A questão étnica teve maiores conseqüências na era Vargas; todavia, ainda em 1934 essa mentalidade está presente no frade alemão Policarpo Schuhen.⁴⁹ Ao proferir uma palestra aos jesuítas em Porto Novo,

com um empregado, Carl Wittich. Irmãos-leigos eram aqueles consagrados que por algum impedimento ou opção não seguiam a carreira eclesiástica. Em 1906 havia 40 franciscanos em Santa Catarina. BOLETIM eclesiástico da Diocese de Curitiba. Justa aspiração. Curitiba, 1906, v2, n. 6, p. 88. A Província Santa Cruz da Saxônia, Alemanha, enviou ao Brasil dezenas de frades, em 19 expedições. Em 14 de setembro de 1901, diante do grande número de frades, o Governo Geral da Ordem Franciscana erigiu a missão dos franciscanos alemães no Brasil, reinstituindo a categoria de províncias independentes: Imaculada Conceição, no Sul, e Santo Antônio, no Nordeste. WILLEKE, Venâncio. **Franciscanos na História do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 140. No entanto, isso ocorreu em termos religiosos, mas em termos civis foi em 1941 que se deu a fusão da Província da Imaculada Conceição, do Rio de Janeiro, e a Sociedade São Francisco de Assis, com sede em São José, SC. Assim, as duas entidades passaram a existir com o nome de Província da Imaculada Conceição do Brasil. *Chronica Provinciae Immaculatae Conceptionis Brasiliae Meridionalis*, p. 755 - 756. (APICSP).

⁴⁵ A assinatura do contrato de compra foi em 22/05/1892, ocasião em que os franciscanos pagaram ao padre José Maria Jacobs um conto de réis, comprometendo-se a pagar mais dois contos e quinhentos mil réis em duas parcelas. Constam as assinaturas do padre José Maria Jacobs, dos freis Zeno Wallbroehl e Lucínio Korte, Dr. Wigando Engelke e Francisco Frankenberger. Padre Jacobs, muito doente, quis retornar à Alemanha, vindo a falecer ainda em viagem, no Rio de Janeiro, em 01/08/1892. Além do pagamento de três contos e quinhentos mil réis, os franciscanos assumiram o compromisso de celebrar anualmente dois *Réquiem* para as almas dos finados Nicolao Dechamps e esposa Catharina, em virtude de um legado feito por eles à Igreja. Livro Tombo da Freguezia de São Paulo Apóstolo, de Blumenau, de 1876 - 1895, p. 16 verso e 17 verso. (APICSP).

⁴⁶ *La Patria*. Urussanga, 02/06/1901, n. 2. (BNRJ).

⁴⁷ BERRI, Aléssio. Luta dos italianos contra a opressão do comércio de Blumenau. In: _____. **Imigrantes italianos criadores de riquezas**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1993, p. 78 - 167.

⁴⁸ GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Ed. da UFSC, 1987, p. 299.

⁴⁹ Frei Policarpo Schuhen era natural de Recklinghausen, Alemanha. Nasceu em 17/10/1873. Chegou à Bahia em 20 de julho de 1899; esteve em Pernambuco, onde participou de um grupo de missionários que faziam

falou das “fontes de perigo para o corpo e para a alma”, sendo que as principais seriam as “colônias mistas”, o que para o frade significava mistura de confissões religiosas, além de mistura de nacionalidades.⁵⁰ Alfredo D’Escragnolle Taunay, presidente da Província de Santa Catarina, diz que em geral os italianos, mesmo os casados e com famílias, “dão-se a desordens e há sobressalto na população de Blumenau e Itajaí por causa da gente dessa nacionalidade que além do mais para cá veio, sendo muitos solteiros, uns de notório mau procedimento e outros até saídos do fundo das cadeias”.⁵¹

Grosselli diz que na historiografia, muitas referências são feitas sobre as dificuldades de adaptação e preconceitos dos imigrantes alemães e italianos para com a população cabocla. Ressalta, no entanto, que passa despercebida a aversão que “grande parte do mundo político e cultural catarinense” sentia pelos italianos.⁵² Grosselli é de opinião que uma parcela dos historiadores catarinenses produziu uma historiografia eivada de preconceitos contra o imigrante italiano, como demonstra um fragmento da obra de Silva. Em suas pesquisas, Silva diz que os italianos eram considerados

colonos de uma índole completamente diferente da dos alemães, com que o Dr. Blumenau vinha lidando desde a fundação da colônia; tirolezes e italianos, principalmente estes, deram-lhe incômodos e aborrecimentos inúmeros. Era gente mais fogosa, menos paciente, mais exigente, apesar de suas condições de existência, na Europa, serem, talvez, bem piores que a dos alemães. Principalmente os italianos, que vinham imbuídos, os mais letrados, das idéias liberais que agitavam naqueles dias o seu país, não puderam adaptar-se facilmente ao regime de disciplina, de conformação com as deficiências, dificilmente removíveis, e com as necessidades de que a própria administração se ressentia.⁵³

A opinião de Dall’Alba é que a política de incentivo do governo imperial, a partir de 1875, para a vinda de imigrantes italianos, teve como finalidade anexar os povos latinos aos alemães, grande maioria em todo o Sul do Brasil.⁵⁴ Nesse sentido, também Trento indica que,

tentativas de “catequização” de índios. De lá foi para Petrópolis, RJ; Curitiba, PR; Blumenau, SC. Em Rodeio, SC, foi pároco nos anos de 1911 a 1917 e de 1920 a 1926. Em 1913 lançou os fundamentos da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas. Faleceu em Porto União, SC, no dia 22/08/1939, vítima de assaltantes em União da Vitória, PR. SEIFERT, Olavo R. Confrades da província franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, falecidos nos primeiros 50 anos da restauração (1891-1941). In: COLEÇÃO CENTENÁRIO. Rio de Janeiro: 1990, n. 2, p. 223.

⁵⁰ SCHUHEN, Polykarp. Gefahrenquellen für Leib und Seele. In: METZLER, Franz. *Die Katholikenversammlung Porto Novo 1934*. Tradução: André Carlos Werle. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1934.

⁵¹ Carta do Presidente da Província Alfredo D’Escragnolle Taunay ao Ministro e Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida em 1876. Apud, SANTOS, Roselys Correa dos. **Colonização italiana no Vale do Itajaí - Mirim**. Florianópolis: Edeme, 1981, p. 84.

⁵² GROSSELLI, Renzo Maria, op. cit., p. 299.

⁵³ SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau**. Florianópolis: Edeme, 1972, p. 122 - 123.

⁵⁴ DALL’ALBA. João Leonir. **A imigração italiana em Santa Catarina**. Caxias do Sul: EDUCS, Florianópolis: Lunardelli, 1983, p. 105.

em meados dos anos 70, a imigração italiana foi vista como a solução ante a preocupação do governo com a progressiva germanização das províncias do Sul devido à organização das colônias alemãs.⁵⁵

Dentre os imigrantes deslocados para o Médio Vale do Itajaí-Açu, identificam-se dois grupos distintos: trentinos e italianos reinóis. Os trentinos eram do Sul da Áustria, do Tirol Meridional, região anexada à Itália somente em 1919, após a Primeira Guerra Mundial. Provenientes dos lugarejos de Trento, Rovereto, Pérgine, Civezzano, Fornace, Vígolo Vattaro, Levico, Matarello. Embora de nacionalidade austríaca, eram de língua e tradições italianas. Esses compuseram especialmente as localidades do Caminho dos Tiroleses, dos Pomeranos e a Picada de Rodeio. Os italianos reinóis, ou seja, do Reino da Itália, eram provenientes das regiões do Vêneto e da Lombardia, principalmente de Gênova, Milão, Mântua, Verona, Veneza e Pisa. Predominaram na Valada São Paulo, Guaricanas e Aquidaban.⁵⁶ No período de 1875 a 1881, foram encaminhados para o Médio Vale do Itajaí-Açu 1.409 trentinos e 988 italianos. Entre 1882 e 1895, mais 506 italianos e três trentinos. No total, até 1895, haviam chegado 1.412 trentinos e 1.494 italianos.⁵⁷

Antes do padre José Maria Jacobs, primeiro pároco, alguns outros sacerdotes haviam prestado assistência religiosa à Colônia Blumenau. Carlos Boegershausen⁵⁸, vigário de Joinville, Alberto Francisco Gattone, que, por indicação de Boegershausen, passou a dar assistência aos católicos de Gaspar, Blumenau e Brusque. Em 1867, Gattone foi para Brusque, sendo substituído por Antônio Zielinski, que assistiu a capela de Blumenau até 1869. Desse ano até 1872, Blumenau teve o primeiro padre residente, Guilherme Maria Roemer.⁵⁹ De 1872 até 1876, por falta de sacerdotes, as capelas de Blumenau e Gaspar eram geralmente visitadas três a quatro vezes por ano, pelo padre Boegershausen. Por intermédio desse padre, o internúncio apostólico do Rio de Janeiro concedeu jurisdição ao padre João Maria Cybeo, jesuíta, residente em Nova Trento, em favor de Blumenau, que estava sem sacerdotes. Cybeo percorreu toda a Colônia de 1872 a 1876 e, concomitantemente, Boegershausen continuou a visitar Blumenau e Gaspar.

⁵⁵ TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel, 1989, p. 79.

⁵⁶ DALLABRIDA, Norberto. Trentinos e italianos na Colônia Blumenau e a 'sociedade de capela'. In: PIAZZA, Walter Fernando (Org.). **Italianos em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 2001, p. 100 - 105. v1.

⁵⁷ WAHLE, Carl. Povoamento da Colônia. In: CENTENÁRIO DE BLUMENAU. Blumenau: Comissão de Festejos, 1950, p. 135.

⁵⁸ O padre Carlos Boegershausen veio para a Colônia D. Francisca de Joinville por contrato da Sociedade Colonizadora de Hamburgo. SILVA, José Ferreira da, 1972, op. cit., p. 272.

⁵⁹ Sobre o padre Guilherme Maria Roer ver em DIRKSEN, Valberto. Padre Roer, um santo sem milagres. In: REVISTA ENCONTROS TEOLÓGICOS. Florianópolis, n. 24, p. 85 - 89, 1998.

Jamundá é de opinião que a orientação religiosa foi um dos aspectos que contribuíram de forma eficaz para “assegurar a prosperidade à colonização”.⁶⁰ De modo geral, o interesse no melhoramento da vida coletiva fundamentava-se em dois pilares: igreja e escola.

No intuito de reforçar ainda mais esses dois pilares e ampliar o atendimento aos núcleos coloniais, desde 1892 frei Lucínio passava a maior parte do tempo em visita às capelas de colonização italiana. Em menos de um ano percebeu o tempo utilizado nas precárias estradas e picadas, entre idas e vindas à residência de Blumenau. Foi então que pensou em uma residência em Rodeio. Construiu-se uma nova capela/escola, de alvenaria, com pequena residência anexa para dois frades, frei Lucínio Korte e o irmão Germano Wunsick. Irmão Germano assume a função de professor na escola paroquial, que contava com aproximadamente 120 alunos. Vale ressaltar que frei Lucínio e o irmão Germano eram conhecedores do idioma italiano.⁶¹

Frei Inineu Bierbaum, enviado pelo provincial da Saxônia, em visita canônica no ano de 1894 declara a casa de Rodeio como residência oficial da Ordem. Já em 26/02/1895 chegaram mais um padre e um irmão, Teobaldo Herke e Tobias Otte. O provincial Gregório Janknecht visitou a residência de Rodeio em agosto de 1895, ocasião em que foi projetada uma nova e ampla igreja e também um novo convento; inaugurado em 1899, quando o número de frades aumenta para seis. Em 1900, Rodeio é elevada à condição de paróquia independente de Blumenau, por ato de Dom José de Camargo Barros. Já em 1901 passa a funcionar no convento de Rodeio o noviciado da Ordem.⁶²

Os franciscanos eram fiéis seguidores das determinações diocesanas, como, por exemplo, a solicitação de licença para a benzedura de uma nova capela, para a realização de uma procissão, para a fundação de associações. Seguem-se numerosos exemplos de provisões, licença para celebração de missa uma vez por ano nas pequenas capelas distantes da paróquia São Francisco de Assis de Rodeio. As visitas e missas eram feitas “sob a condição de as famílias daquelas capelinhas prometerem, por escrito, contribuir para as capelas centrais e não pretender maior número de missas, nem separação da capela central respectiva”.⁶³

⁶⁰ JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Interpretação regional do município de Rodeio**. 1948, p. 16.

⁶¹ Frei Lucínio nasceu em 01/07/1866. Fez teologia em Roma. Foi pároco da Paróquia São Francisco de Assis, em Rodeio, de 1900 a 1904 e de 1907 a 1909. REVISTA VIDA FRANCISCANA, ano 18, n.1, p. 02 - 12, 1942. Frei Germano era sapateiro e pedreiro, tendo trabalhado por vários anos em Roma, no Colégio Santo Isidoro, onde também aprendeu a língua italiana.

⁶² Crônica do Convento de Rodeio. Rodeio, p. 4 - 25. (CFR).

⁶³ Livros de Registros de provisões e portarias do Bispado de Curitiba. Curitiba, 1894 -1902 e 1902 - 1908, p. 17. (AEC).

Com os franciscanos foi intensificada a administração dos sacramentos, de celebrações aos domingos e dias de festas, presididas também por eles. Esses elementos favoreceram a consolidação do catolicismo romanizado e a criação de associações religiosas de caráter paroquial, também sob a direção de algum frade. Em 1914, a paróquia de Rodeio possuía 7.000 habitantes, e as estatísticas demonstram significativa participação e integração dos fiéis nessas associações. Existiam 15 capelas, 460 pessoas integravam a Ordem Terceira de São Francisco, 1.503 freqüentavam o Apostolado da Oração, 150 rapazes formavam a União de São José e 420 moças pertenciam à Pia União das Filhas de Maria. Para demonstrar a progressiva adesão dos fiéis e enaltecer o empreendimento católico, contabilizavam-se os serviços pastorais e, nesse ano, registram-se 136 visitas às capelas, 542 batizados, 82 casamentos, 20.000 confissões na igreja matriz, 12.757 confissões nas capelas, 38.970 comunhões na matriz e 13.794 comunhões nas capelas.⁶⁴ Em Rodeio, Rio dos Cedros e Ascurra, em 1913 a Ordem Terceira contava com 685 membros, o Apostolado da Oração com cerca de 2000, a União das Filhas de Maria, 500 inscritas e a União de São José 648 associados.⁶⁵

O clero franciscano era presença permanente nessas associações. Orientava e exigia um comportamento condizente com a moral católica romanizada e punia até com a expulsão das associações católicas ou da Igreja os que apresentassem um comportamento desviante. As orientações para essas associações seguiam um caráter essencialmente sacramental e moral. Entre as causas de expulsões pode-se destacar a freqüência a bailes, o vício de beber demais e intrigas com os vizinhos.⁶⁶ Essa vigilância objetivava disciplinar e, na expressão cunhada por Foucault, constituir corpos dóceis.⁶⁷ Esses corpos estariam engajados na edificação da Igreja,

⁶⁴ RESENHA ECLESIÁSTICA, Florianópolis, n.1, p. 20 - 21. fev/1918. Livro Tombo da Paróquia de Rodeio, Rodeio, v.1, 1900, p. 28 - 29. Arquivo da Pia União das Filhas de Maria. Rio dos Cedros, 1903, p. 01 - 08.

⁶⁵ Relatório dos franciscanos ao Núncio Apostólico Monsenhor Aversa. Rodeio, 1913. (APICSP).

⁶⁶ Arquivo da III Ordem de São Francisco de Cedros. Rio dos Cedros, 30/12/1905 a 02/08/1917. p. 09 - 17.

⁶⁷ Um corpo que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado é dócil. In: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 117ss. Foucault conceitua a sociedade de fins do século XVIII e séculos XIX e XX de “sociedade disciplinar”, cuja principal característica é o panoptismo; descrito como “uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas”. Cf. FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999b, p. 103; _____. 2000, op. cit, principalmente a Terceira Parte sobre a disciplina, p. 115 - 192; _____. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 209 - 242. Convém lembrar que Foucault faz uma releitura da obra de Bentham - “O Panóptico” - que se refere principalmente a prisão. Sendo o panoptismo um dispositivo utilizado pelas instituições, neste específico, a Igreja é vista como uma instituição panóptica. Os franciscanos pautam-se por princípios disciplinares, buscam produzir “campos de objetos e rituais da verdade”. FOUCAULT, Michel. 2000, op. cit., p. 161.

entendida aqui como o corpo místico de Cristo, imaginário que posteriormente contribuiu para a constituição de sujeitos ordeiros e confiantes na construção do estado corporativo nos anos 30, o qual, segundo Lenharo,

é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homogeneamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflituação entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade.⁶⁸

As questões referentes à moral eram constantemente regulamentadas, como, por exemplo, a negação da comunhão eucarística e até mesmo a proibição de entrar na igreja mulheres que não estivessem trajadas conforme prévia doutrinação. Esses trajes não eram impostos somente para o uso na igreja, pois, segundo os registros do cronista, o vigário também negaria a comunhão a qualquer pessoa do sexo feminino que fosse encontrada na estrada ou em qualquer outro lugar com mangas curtas ou ainda com vestes contrárias às determinações dadas pelo padre:

atendendo e imitando as ordens dadas pelos Srs. Bispos da Áustria e Alemanha, aprovadas pelo Sr. Padre [o vigário, Frei Bruno Linden], que não se deva mais dar a santa comunhão às meninas cujas vestes não cubram perfeitamente os joelhos, e não dar entrada na Igreja a qualquer pessoa do sexo feminino que não vista as vestes, que cujo comprimento seja tal que passe consideravelmente abaixo dos joelhos.⁶⁹

Conforme esse registro, as práticas desse clero se apóiam nos discursos episcopais, (da Áustria e da Alemanha) os quais, por sua vez, se estribam nas determinações da Sé Romana. Essa legislação oficial constitui-se de discursos construídos mas que são tomados pelos frades como algo dado, como uma verdade a ser seguida, tanto nas instâncias diocesanas como nas paroquiais.

As associações religiosas eram espaços de doutrinação, utilizadas pelos franciscanos como meio para inculcar suas representações de mundo nos fiéis. Os fiéis eram obrigados a cumprir seus deveres morais sob pena de sofrerem sanções também por parte da associação à qual pertenciam. Ainda, em consonância com as diretrizes da alta hierarquia católica, esses frades canalizaram esforços na implantação, supervisão e controle das escolas paroquiais, conforme se expõe no tópico a seguir.

⁶⁸ LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986, p. 16 - 17. Ver em Lenharo sobre o dispositivo discursivo da metáfora do corpo, em seu sentido alegórico, o trânsito da religião para a política, ou seja, quando se passa a ver a política como um corpo.

⁶⁹ Livro Tombo da Paróquia São Francisco de Assis, Rodeio, Livro n.1, 1928, p. 49 - 50. (CFR).

1.1.1. As escolas paroquiais e a produção de sujeitos católicos

Entre os meios utilizados pelos franciscanos para a construção de uma ordem social e para serem reconhecidos em sua autoridade, estão as escolas paroquiais. Essas escolas tinham uma cultura escolar centrada na doutrina e na moral católicas. Os sujeitos programados, “quer dizer, dotados de um programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação, constituem o produto mais específico de um sistema de ensino”.⁷⁰ O sistema de ensino católico, por meio das escolas paroquiais, visava constituir sujeitos católicos obedientes à autoridade eclesiástica, disciplinados e voltados à prática sacramental. Tal instrução pretendia moldar o corpo docente e discente a seguir determinadas regras, ter o mesmo comportamento e compreender o mundo da mesma forma. Bourdieu chama de *habitus* cultivado à força formadora de *habitus* da qual a escola é portadora. Esta “propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação”.⁷¹

A fundação das escolas paroquiais havia sido incentivada pelo vigário José Maria Jacobs ainda antes da instalação dos franciscanos em Rodeio. Há registro de que ele tenha fundado sete escolas, existentes nas pequenas capelas, onde os mais letrados ministravam as primeiras letras. Tais escolas localizavam-se na sede de Rodeio, em Rodeio 50 (São Virgílio), em Pomeranos (Santo Antônio), em Rio dos Cedros, em Ascurra (sede), em São Paulo (Ascurra) e em Aquidaban.⁷² Nos primórdios da colonização, era nas capelas que se ministravam as aulas, de forma precária, irregular, além de ocorrer grande ausência dos

⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. 1999, op. cit., p. 205 - 206.

⁷¹ BOURDIEU, Pierre. 1999, op. cit., p. 211.

⁷² FINARDI, José E. A questão escolar nas colônias italianas da antiga colônia Blumenau, In: REVISTA BLUMENAU EM CADERNOS. Fundação Cultural de Blumenau. Blumenau: Tomo XIX, n. 6, p. 157, 1978. Valentino Fruet foi o professor pioneiro na capela central de Rodeio. Depois de Fruet foram mestres-escola Giovanni Fava, Frei Germano Wunsick e Virgílio Campestrini, este último até a chegada das Irmãs da Divina Providência. Vimercati, senhora Ropelato, Savério Bogo e Giuseppe Sevegnani foram os professores na capela de São Virgílio até a chegada das Irmãs Catequistas. Na capela de Santo Antônio, também até o momento em que as Irmãs Catequistas assumiram, foram professores Giuseppe Zanluca, Sevegnani e Adolfo Negherbon. DESTEFANI, Benvindo. Notícias históricas de Rodeio (conclusão). In: REVISTA VIDA FRANCISCANA, ano 18, n. 1, p.11 e 12, 1942. O primeiro professor de Rio dos Cedros foi Giuseppe Marziani; o segundo foi Giuseppe Zanluca. Giovanni Trentini lecionava nas três escolas de Pomeranos. VICENZI, Victor Pe. **História e imigração italiana de Rio dos Cedros**. 3. ed. Blumenau: Odorizzi, 2000, p. 98.

alunos. Entre os diversos motivos dessa falta às aulas, pode-se citar como principal, a busca pela sobrevivência. Nas fases de plantio e colheita da lavoura, por exemplo, muitas crianças não iam à escola para auxiliar os pais.

Com a instauração do regime republicano o catolicismo deixa de ser a religião oficial do Estado brasileiro, o ensino da religião nas escolas públicas e a subvenção do Estado às escolas católicas são vedados. O ensino leigo foi sendo gradualmente introduzido no país. Diante disso, nos pronunciamentos dos bispos aparece de forma explícita a preocupação com as escolas, preocupação esta relacionada ao seu caráter laico, havendo insistência para que não fossem criadas escolas laicas, pois o ensino leigo era por eles considerado uma forma de ateísmo. As cartas pastorais de 1890 e de 1900 explicitam esse cunho ateu que envolve o ensino: “decretou-se que nossas escolas primárias, secundárias e superiores fossem seminários de ateísmo”.⁷³

No Concílio Plenário Latino-Americano, os bispos voltam a enfatizar que as escolas não-católicas são ateias e traçam normas para as escolas primárias, secundárias e universidades.⁷⁴ Azzi salienta que a intenção dos legisladores civis não era promover o ateísmo; inclusive, o ensino religioso, sem o caráter de obrigatoriedade era permitido nas escolas confessionais. Desse modo, o episcopado brasileiro, ao estabelecer “uma equivalência indébita entre ensino leigo e ensino ateu” manipula “em defesa de sua tese o próprio texto do decreto” que trata da laicização do ensino.⁷⁵

O discurso dos bispos calcava-se no aparato institucional e por meio dele a hierarquia católica procurou criar um imaginário social e elegeu o saber doutrinário como verdade para a organização social. As escolas paroquiais foram edificadas com o objetivo de reproduzir o saber depositado no Magistério da Igreja Católica e foram utilizadas como uma das estratégias para afirmar sua presença na sociedade que, na alusão feita por Berger, se transformava em um canal de mediação com o sagrado.⁷⁶

A Igreja Católica possui um discurso institucionalizado e desse modo seu corpo eclesiástico, por meio das práticas discursivas, difunde verdades que permeiam as pessoas e

⁷³ PASTORAL COLETIVA do episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis das duas Províncias Eclesiásticas do Brasil. Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1900; O EPISCOPADO BRASILEIRO ao Clero e aos Fiéis da Igreja do Brasil. São Paulo: J. Seckler, 1890, p. 85. (AEC E ITESC).

⁷⁴ Titulus IX. De Catholica Institutione Iuventutis. In: CONCILII plenarii americae latinae. *Acta et decreta concilii plenarii americae latinae*. Romae: Typis Vaticanis. Imprimatur. [s.n.], números 673 a 697, p. 293 - 306. (ITESC).

⁷⁵ AZZI, Riolando. **O estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: PAULUS, 1994, p. 29. v. 4.

⁷⁶ BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Tradução: José Carlos Barcellos. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1985, p. 124.

exercem uma forma de poder. Assim, o discurso institucionalizado e autorizado possui o poder de criar sujeitos que se tornam sujeitos do poder. Dito de outra forma, os discursos pronunciados fundamentando-se em uma instituição exercem certo poder de coerção sobre os outros discursos. Desse modo, para a eficácia do discurso é necessário que ele esteja relacionado com a verdade, o que significa dizer, com os discursos provindos da instituição.⁷⁷

Ao fazer alusão à origem, à dignidade e aos deveres do bispo, em sua primeira carta pastoral Dom João Becker enfatiza: “muitas vezes tem passado a hegemonia terrestre de um povo a outro, o poder dos bispos conservou-se imutável e inalteravelmente lhes pertence [...] são uma geração imortal”.⁷⁸ Dom João Becker, sujeito autorizado, afirma que as escolas paroquiais são meios de salvação, daí a necessidade de fundá-las e mantê-las, sendo essa a vontade de Deus. Nessa carta, por diversas vezes ele associa a pedagogia moderna à pagã e ressalta a necessidade de se estar atento aos livros que poderiam trazer perigo à fé e aos bons costumes ou fossem contrários à doutrina da Igreja. A escola paroquial foi um dos instrumentos de articulação para fortalecer o projeto de romanização e foram assumidas com expressão pela hierarquia católica. Dom João Becker as equiparou a uma santa cruzada em obediência às diretrizes do Concílio Plenário Latino-Americano.⁷⁹ Exorta os pais com uma espécie de ameaça: “educai vossos filhos para a vida e eternidade, para que não tenhais de lamentar sua desgraça presente e futura”.⁸⁰ Além do texto supracitado, contido na segunda carta, a ênfase recaía sobre a vigilância e fiscalização necessárias, que deveriam ser exercidas exclusivamente pelo pároco. As escolas paroquiais subsidiadas por governos estrangeiros não teriam direito à fiscalização desses, e a única obrigação por parte dos subsidiados seria o ensino da respectiva língua estrangeira.⁸¹

Essa determinação indica o padre como a autoridade máxima na estrutura paroquial. Nessa organização hierárquica, a distribuição de funções, segundo Bourdieu, tem como objetivo “manter os leigos à distância” de qualquer poder decisório. Esse procedimento da hierarquia visa à submissão dos leigos e procura incutir neles a certeza de que certas atividades do campo religioso só podem ser exercidas por pessoas escolhidas, portadoras de

⁷⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. ed., São Paulo: Loyola, 1999a, p. 17 - 18.

⁷⁸ Dom João Becker. Carta Pastoral ao clero e ao povo de sua Diocese. Porto Alegre: Tip. do Centro, 1908, p. 16. (AEF).

⁷⁹ Dom João Becker. Segunda Carta Pastoral. Sobre as escolas paroquiais. Florianópolis: Tip. Brasil, 1909, p. 24. (AEF).

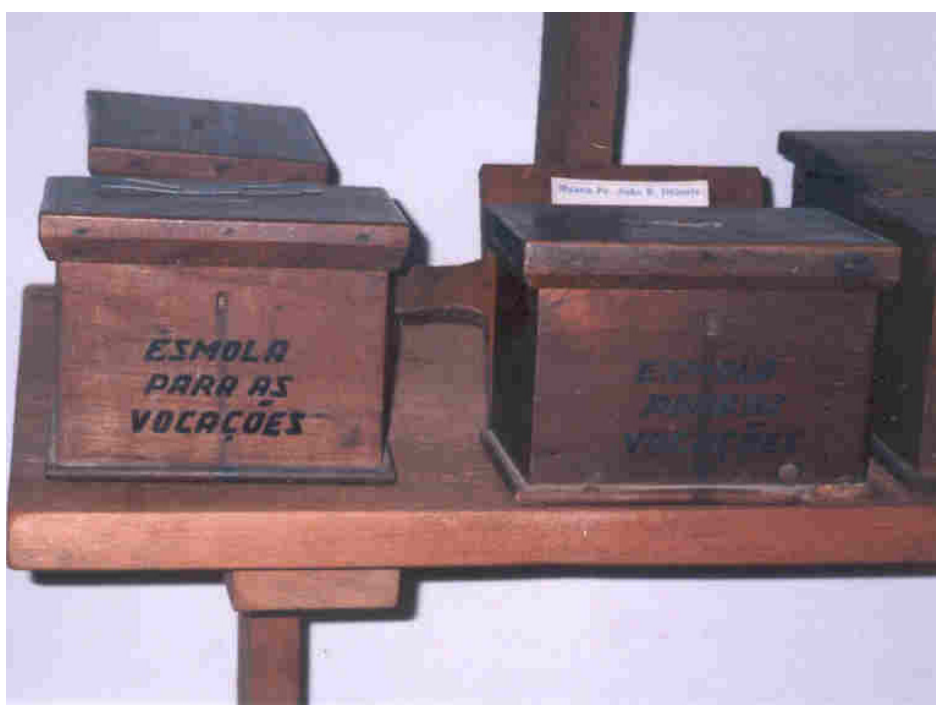
⁸⁰ Dom João Becker. 1909, op. cit., p. 05 e 14.

⁸¹ Dom João Becker. 1909, op. cit., p. 25 e 26.

um “dom e de uma qualificação especial”, impenetrável às pessoas comuns.⁸² A Igreja e a escola são instituições e, conforme Berger e Luckmann, as “instituições devem pretender, e de fato pretendem ter autoridade” sobre adultos e crianças.⁸³

Cumpram ainda destacar que dentre os meios para manter escolas primárias nas paróquias, convocava-se o auxílio das associações. Dom José de Camargo Barros, ao promover a Associação de Santo Antônio diz que ela deveria fundar escolas primárias e fornecer aos párocos os recursos materiais para que fossem mantidas e prosperassem.⁸⁴ Também a Pastoral Coletiva de 1910 observa que as associações religiosas, como a Ordem Terceira, a Pia União das Filhas de Maria, o Apostolado da Oração deveriam, anualmente, oferecer um valor em dinheiro exclusivamente para o caixa das escolas, contribuição diferente daquela destinada ao caixa da igreja local.⁸⁵

Era comum a prática de recolher doações (esmolas) entre os colonos para as festas promovidas para angariar fundos e manter a estrutura paroquial, bem como para auxiliar as vocações, isto é, para manter os seminaristas nas casas de formação - os seminários.



5 - Caixas para recolher doações em prol dos seminários

⁸² BOURDIEU, Pierre. 1999, op. cit., p. 69.

⁸³ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 89.

⁸⁴ BOLETIM ECLESIÁSTICO da Diocese de Curitiba. Curitiba, 02/03/1900, ano I, n. 3, p. 29. (AEC).

⁸⁵ PASTORAL COLETIVA dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, S. Paulo, Cuiabá e Porto Alegre. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1911, p. 702. (AEF).

FONTE: (Museu Pe. João Batista Delsale. Rio dos Cedros, SC). Acervo de Claricia Otto. Foto: mai/2001.

Salientando as orientações do Concílio Plenário Latino-Americano e as Pastorais Coletivas, no Primeiro Sínodo Diocesano (1910) Dom João Becker fala da necessidade de fundar a Associação de Santo Antônio em cada paróquia. O Segundo e Terceiro Sínodos Diocesanos de Florianópolis, realizados em 1919 e 1925 respectivamente, alertam para o fato de que uma paróquia bem organizada não pode existir sem escolas paroquiais.⁸⁶ O Sínodo de 1910 destaca que foi para formar bons professores para essas escolas, de acordo com as leis eclesiais e civis que Dom João Becker, em 1911, fundou uma escola normal, no Colégio Santo Antônio de Blumenau, sob a direção dos franciscanos. O Segundo Sínodo lembra que os professores formados pelas escolas normais devem ser os preferidos pelas escolas paroquiais.⁸⁷

Os franciscanos concentraram esforços na multiplicação do número das escolas paroquiais. Entendiam que pela instrução escolar se ensinavam as obrigações para com a religião. A escola era o local do controle e onde as crianças aprendiam a se comportar. Frei Humberto Themans ressalta que nas aulas de alfabetização empenhava-se em instruir e doutrinar os filhos dos colonos na religião católica. Assim ele registra: “com o que eu mais me preocupava era com o ensino de religião. Principalmente com a preparação para a confissão e a comunhão. Embora tivessem 15 ou mais anos, as crianças não tinham ainda confessado”.⁸⁸

Frei Lucínio Korte convocou o auxílio dos colonos e deu continuidade à construção de capelas que por muito tempo serviram como salas de aula. Em carta ao padre Fulgenzio ele diz que ao chegar a Rodeio havia encontrado em toda a zona colonial apenas seis pequenas escolas. Ressalta que nos primeiros anos sob a direção dos franciscanos esse número foi para

⁸⁶ Sobre as escolas paroquiais em Santa Catarina ver em HEERDT, Moacir. **As escolas paroquiais 1890 - 1930**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis; SOUZA, Rogério Luiz de. As escolas paroquiais. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). 2003, op. cit., p. 155 - 173.

⁸⁷ PRIMEIRO Sínodo da Diocese de Florianópolis: Tipografia Brasil, 1910, p. 124 - 125; SEGUNDO Sínodo da Diocese de Florianópolis: Livraria Cisne, 1919, p. 102 - 103; TERCEIRO Sínodo da Diocese de Florianópolis: [s.n.], 1925, p. 51. Sobre o Colégio Santo Antônio, ver em DADOS HISTÓRICOS. 75º Aniversário da Fundação do Colégio Santo Antônio. Blumenau: Tip. Blumenauense, 1952. FURLAN, Oswaldo. Colégio Santo Antônio, de Blumenau, 95 anos de Educação. In: REVISTA VIDA FRANCISCANA, ano L, n. 44, p. 16 - 24, jul./1973. Sobre as escolas normais, ver em SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **A escola normal catarinense de 1892: profissão e ornamento**. 1999. Dissertação. (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

⁸⁸ THEMANS, Humberto. Viagem ao Brasil e começo da missão. In: COLEÇÃO CENTENÁRIO. São Paulo: Província Franciscana, n. 3, 1991, p. 46 - 47.

15, dentre as quais 12 nas colônias italianas.⁸⁹ O empenho foi tal que todas as colônias passaram a ter escolas primárias, de modo que cada capela tinha também a sua escola.⁹⁰

Cabia aos pais a remuneração dos professores, e frei Lucínio insiste com veemência em persuadir os colonos a contribuírem para o sustento deles. Consta que, em 1º de abril de 1899, frei Lucínio reuniu alguns colonos que assinaram os estatutos para a escola central de Rodeio. O documento foi manuscrito e redigido em língua portuguesa, fato a ser observado, visto que a maior parte do *corpus* documental encontra-se em língua italiana, alemã e em latim.⁹¹ Os estatutos estão redigidos de forma simples e direta, e alguns itens chamam a atenção como, por exemplo, o nº 12, que aceita o pároco como inspetor perpétuo do ensino. Acerca desse item surge uma dúvida: o estatuto refletiria o pensamento dos colonos ou tão-somente do pároco, seguindo as diretivas do bispo, já que depois deste era o pároco o responsável por colocar em prática todas as normas instituídas pela Igreja? Berri afirma ter o frei Lucínio elaborado o estatuto escolar para a escola central de Rodeio e conseguido reunir 35 colonos que o assinaram como sócios, em 1º de abril de 1899.⁹² As escolas paroquiais se encontravam sob supervisão e direção dos franciscanos, principal autoridade administradora da sua estrutura e de seu funcionamento, desde a formação de uma diretoria e a indicação de professores até a definição do currículo. Considerava-se de grande importância a vinculação do professor com os moradores das respectivas localidades; imprescindível, porém, era a sua dependência e obediência à autoridade paroquial - o pároco. Embora Kreutz tenha desenvolvido sua pesquisa sobre o professor paroquial em meio aos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, muitas de suas constatações se aplicam às escolas paroquiais dirigidas pelos frades alemães sediados em Rodeio. De acordo com Kreutz, o professor paroquial era “considerado como uma extensão do padre e, na ausência deste, presidia o culto, acompanhava os doentes com preces, oficiava exéquias, era iniciado em música para dirigir o coral e o canto na igreja.”⁹³ Uma das primeiras condições para permanecer no ofício era a sua integridade moral.

⁸⁹ Carta de frei Lucínio Korte ao P. Guandiano Fulgenzio, Convento S. Bernardino - Via Grazioli, Trento, 1914. (CFR).

⁹⁰ Livro Tombo da Paróquia de Rodeio. Rodeio, v.1, 1900, p.02. (CFR).

⁹¹ Parte da documentação em latim foi traduzida por Aléssio Berri, e a de língua alemã, por Anneliese Wilhelm. Ver o ANEXO C - Estatutos da Sociedade de Escola de Rodeio.

⁹² BERRI, Aléssio. **A igreja na colonização italiana no Médio Vale do Itajaí**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988, p. 122.

⁹³ KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial: magistério e imigração alemã**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991, p. 79.

A concepção de que eram obras católicas encontra-se claramente expressa no estatuto da escola da Igreja Matriz São Francisco de Assis de Rodeio, em cujo prefácio lê-se: “os moradores de Rodeio, à honra de Deus, ao bem da nossa santa religião e à melhor segurança da educação de seus filhos”.⁹⁴ Serviam de meios estratégicos para a transmissão da doutrina católica às crianças e eram identificadas pelos nomes das capelas. O registro de uma conferência com os professores, realizada nos dias 09 e 10 de dezembro de 1910, demonstra claramente a orientação católica:

No dia 09 de dezembro, após a missa escolar, foi feito às 7h e 30 um pequeno exame da classe superior. Como introdução serviu o estudo das partes principais da santa missa e a forma de ouvi-la. Como objetos de prova serviram os quadros religiosos [...] que representam os momentos especiais da santa missa. [...] Depois das 10 horas foi tratada a credibilidade da crença da concepção da Imaculada. Na conferência à tarde foi formulado um telegrama ao Rev. Bispo diocesano, mais adiante se falou sobre diversos ramos do ensino da religião e o uso de quadros religiosos.⁹⁵

O cronista destaca que o material didático distribuído aos professores foi um presente da cidade de Elberfeld (Alemanha). Os professores examinaram tal material e receberam explicações de como utilizá-lo.⁹⁶ Conforme o quadro a seguir, com base no relatório do cônsul Giuseppe Caruso MacDonald, em 1906, no Médio Vale do Itajaí-Açu estavam instaladas 17 escolas italianas. Ressalta-se, no entanto, que essas escolas eram paroquiais, mas o cônsul as designa italianas pelo fato de o ensino ser ministrado em língua italiana.

QUADRO 1 - ESCOLAS ITALIANAS (PAROQUIAIS) NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ-AÇU EM 1906

LOCALIDADE	PROFESSOR	FUNDAÇÃO	MENINOS	MENINAS
Rio dos Cedros	Virgílio Campestrini	1878	50	41
Rio dos Cedros II	Luigi Daltrozzi	20/03/1901	17	13
Valada Guaricanas	Mateo Bragnolo	01/10/1893	16	14
São Bernardo	Alexandre Trentin	02/01/1902	13	05
Pomeranos Médio	Delpiné [sic]	01/04/1877	20	14
Rodeio II (S. Ant.)	Giacomo Faes	1884
Ascurra	Pietro Moretto	26/02/1895	26	16
São Paulo	Pietro Moretto	25/02/1895	20	17

⁹⁴ Estatutos da Sociedade de Escola em Rodeio, 1899. (CFR).

⁹⁵ Subsídios para a Crônica do Convento de Rodeio. Abr./1909, p. 09 -11. (AHJFS).

⁹⁶ Crônica do Convento de Rodeio, p. 11-12. (CFR).

Pomeranos Alto	Massimiliano Mengarda	15/05/1890	28	17
Aquidaban	Domenico Rosseto	...	20	10
São Paulo (nº 24)	Ottavio Moretto	...	12	14
Rodeio	Superior do Convento	...	62	59
Rodeio (S. Virgílio)	Giuseppe Seignani	...	34	26
Diamante Alto	Giacomo Bridi	...	09	04
Estrada Tirolese	Angiolo Zanluca	...	26	23
Pomeranos Baixo	Giovanni Pisetta	...	14	12
Diamante Baixo

FONTE: Relatório do cônsul Giuseppe Caruso MacDonald. In: DALL'ALBA, João Leonir, op. cit., p. 175 - 176.
... Dados não disponíveis.

Tomando-se por base um relatório entregue ao representante consular austríaco, Leopoldo Hoeschel, verifica-se a existência de escolas tirolezas na Paróquia de Rodeio. No entanto, elas mantinham os mesmos critérios das demais escolas paroquiais, acrescentando-se que os conteúdos de ensino programáticos faziam menção à Áustria:

Na classe primária é dado um resumo geral da história Sagrada. Nas classes superiores o curso é de dois anos, sendo que em cada ano é tratado um testamento; o catecismo é ministrado cada ano de começo ao fim, porém de uma forma a se adaptar a todas as classes. Nas aulas semanais de párocos é explicado o Evangelho bem como o mais importante da liturgia e da História da Igreja. História: Nas classes superiores são ministrados principais acontecimentos da história universal, sendo que assuntos que se ligam à terra pátria, Áustria e Tirol são tratados com destaque. Todas estas escolas aceitaram o Pároco como Inspetor, têm o mesmo material didático e aos poucos seguem as regras vigentes em Rodeio.⁹⁷

O relatório apresenta também uma relação dessas escolas com o respectivo número de alunos, identificando a descendência e/ou proveniência dos alunos e professores.

QUADRO 2 - ESCOLAS TIROLESAS NA PARÓQUIA DE RODEIO EM 1910

LOCALIDADE	PROFESSOR	Nº DE ALUNOS	DESCENDÊNCIA
Rodeio II - S. Virgílio	Tirolês nato	65-75	todos tirolezes
São Paulo - Sagrada Família	...	55	30 tirolezes
Diamante Alto	...	25-30	todos tirolezes

⁹⁷ Relatório entregue, em 18 de maio de 1910, a Leopoldo Hoeschel, que veio, a pedido do embaixador austríaco, para obter informações sobre as escolas dos tirolezes no município de Blumenau. Leopoldo Hoeschel é reconhecido Agente Consular pelo Decreto n. 467, de 20/09/1909. Em ofício de 10/06/1920, o Ministro das Relações Exteriores comunicou que a Legação da Áustria/Hungria extinguiu o consulado de Blumenau. Livro de Matrículas dos cônsules, n.1. (CFR).

Rodeio II - 12[sic] S. Antônio	...	30	alemães e tirolezes
Pomeranos - S. Antônio	...	30	maioria tirolezes
Caminho dos Tirolezes	Fez o ginásio no Tirol	40	todos tirolezes

FONTE: Relatório a Leopold Hoeschl, agente consular austríaco.

... Dados não disponíveis.

Não foi possível determinar o redator desse relatório, uma vez que não há o registro de quem o redigiu nem assinatura alguma. Pelo fato de a escola de Rodeio ser atendida pelas irmãs da Divina Providência, poder-se-ia atribuir a autoria a Irmã Clemência Beninca ou a outra religiosa dessa congregação, pois a caligrafia e os minuciosos detalhes levam a essa conclusão. Um outro registro a respeito diz o seguinte: “quando da visita do agente consular, Leopoldo Hoeschel, o padre Stanislau, que tratou com ele desse assunto, prometeu proporcionar-lhe um relatório por escrito”.⁹⁸

Enfim, ainda há referências dispersas ao citado relatório e ao representante do consulado austríaco. É provável que sejam traduções do jornal *L'Amico* (O amigo), devido à repetição de informações contidas em alguns números desse jornal.⁹⁹

⁹⁸ Clemência Beninca nasceu em Treviso, Itália, aos 12/04/1879. Ainda criança, a família estabeleceu-se em Rodeio. Aos 17 anos de idade ingressou na Congregação das Irmãs da Divina Providência. Em 1905 retorna a Rodeio como religiosa. A Congregação da Divina Providência chegou a Santa Catarina em 1895. BESEN, José Artulino. Monsenhor Francisco Xavier Topp: o institucionalizador da igreja catarinense. REVISTA ENCONTROS TEOLÓGICOS. Florianópolis, n. 2, p. 29, 1990. Documento avulso, 03/11/1910. [S.l.]. (APICSP).

⁹⁹ *L'Amico*, redigido em língua italiana, era editado no Convento de Rodeio pelos franciscanos e patrocinado por Dom João Becker. In: Dom João Becker. Quinta e última Carta Pastoral. Florianópolis: Tip. d'A Época, 1922, p. 10. Esse jornal, de tiragem semanal, circulou no período de 03/04/1904 a 1917. Foi fundado por Frei Lucínio Korte, que era o redator-chefe e tinha como auxiliares Frei Fideles Kamp e Giuseppe Zanluca. O objetivo principal do *L'Amico* foi o de ser órgão de divulgação e conservação dos princípios religiosos católicos. O número 21, de 23/05/1909, além do calendário dos santos da semana, apresenta a história dos franciscanos no Brasil. Os textos bíblicos tinham a finalidade primordial de induzir à imitação do bem e reprovação do mal. Em 1923, substituindo o *L'Amico* foi fundado *O Escudo*, cujo redator foi José Ferreira da Silva. E, em 1938, *O Semeador*, sendo seu presidente frei Bruno Linden, pároco em Rodeio de 1926 a 1945. SILVA, José Ferreira da. **A imprensa em Blumenau**. Florianópolis: IOESC, 1977, p. 41 - 43.

6 - Exemplar n. 44 do periódico *L'Amico*

FONTE: Convento Franciscano de Rodeio

Consta que, em Rodeio, seguindo conselho dado pelo cônsul da Áustria com sede em Curitiba, formara-se uma liga austríaca com estatutos a serem aprovados; no entanto, jamais os tirolesees receberam algum pronunciamento a respeito. O único estatuto encontrado é o que foi mencionado anteriormente, com data de 1899. Não se pode afirmar com absoluta certeza que a referência seja a esse estatuto, visto que o comentário não menciona a data. Esse relatório registra ainda: “no ano de 1907 os colonos receberam uma caixa contendo livros que lhes foram doados por interferência do cônsul austríaco e isto é a única cooperação do passado”. A visita do agente consular Leopoldo Hoeschl, em 1910, trouxe expectativas aos tirolesees. Essas expectativas, no entanto, foram frustradas. Ao tomar conhecimento da necessidade de professores, Hoeschl disse que os colonos deveriam se dirigir ao Reitor Strotmann, em Blumenau. Na opinião do redator, Hoeschl ignora que a Sociedade Escolar Alemã e Strotmann nada queriam fazer para os tirolesees de língua italiana, preferindo dar “assistência aos socialistas ao invés de ajudar as escolas paroquiais católicas”.¹⁰⁰

Quanto ao número de escolas paroquiais, conforme informação de Alvin Schrader a Gustavo Lebon Regis, Secretário Geral dos Negócios do Estado, em 1914, no município de Blumenau existiam 110 escolas. Dessa lista, transcreve-se a seguir as que constam como escolas paroquiais situadas no Médio Vale do Itajaí-Açu:

QUADRO 3 - ESCOLAS PAROQUIAIS NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ-AÇU EM 1914

¹⁰⁰ Documento avulso. [S.l.], 03/11/1910. (APICSP).

LOCALIDADE	PROFESSOR	DIAS LETIVOS
Rodeio II	André Bogo	215
Aquidaban	Amábile Avosani	220
Rodeio – Central	Irmã Clemência	225
Diamantina	Irmã Ermentrudis	225
Rodeio III	Adolfo Negherbon	210
Estrada Pomeranos	Alwin Lämmel	249
Aquidaban	Martus	206
Cedro Alto	Albert Millnitz	244

FONTE: Ofício do Superintendente de Blumenau, Alvin Schrader ao Coronel Gustavo Lebon Regis.

O empenho dos padres estrangeiros em manter as escolas paroquiais e moldar as novas gerações seguindo os princípios católicos e contrapondo-se às escolas estatais é verificado na mensagem do governador Felipe Schmitd:

Em certas localidades os estabelecimentos oficiais de ensino primário têm sido hostilizados por alguns representantes do clero que procuram desviar a infância para as escolas paroquiais. Para esse fim, é feita uma propaganda tenaz e injusta no seio das famílias, protestando-se que nas escolas estaduais o ensino é leigo. As escolas paroquiais prestam serviços relevantes, mas não podem e não devem sobrepor-se às escolas do estado, nem insurgir-se contra as leis da República. Não combato o ensino religioso. Entendo, porém, que ele deve ser ministrado nos templos ou em escolas próprias, em dia certo, àqueles que o quiserem receber sem o caráter de obrigatoriedade e sem prejuízo do ensino público. A propaganda contra as escolas estaduais promovida por alguns representantes do clero revela apenas um sentimento de intolerância que encontrou formal repulsa no espírito culto do Sr. Dom Joaquim Domingues, Bispo diocesano.¹⁰¹

Felipe Schmidt não especifica em quais localidades, mas seguramente os franciscanos alemães de Rodeio estão incluídos. A objeção de Dom Joaquim com relação à atitude dos padres, atitude esta contrária à fundação de escolas públicas, permite observar a intensificação da aliança entre a elite católica catarinense e a elite civil. Essa aliança se torna ainda mais explícita em 1919, quando a Secretaria do Interior e Justiça permite o ensino religioso também nas escolas públicas. O Segundo Sínodo da Diocese de Florianópolis, realizado no respectivo ano, convocado e presidido por Dom Joaquim, ao legislar sobre o ensino do catecismo registra: “o Sínodo espera e muito recomenda a todos os sacerdotes que, de conformidade com a permissão do governo, por si, ou por mestres e pessoas

¹⁰¹ Mensagem do governador Felipe Schmitd, apresentada ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina, 1915, p. 27. (APUESC).

reconhecidamente católicas, sem maior prejuízo das escolas paroquiais, ensinem o catecismo às crianças nas escolas públicas ou particulares”.¹⁰²

Dom Joaquim ressalta a colaboração que o Governo do Estado tem prestado à Igreja Diocesana: “Desde já agradecemos a proteção que nos tem dispensado o Estado, e apontamos o seu exemplo à gratidão de nossos queridos diocesanos”.¹⁰³ Nessa perspectiva, a educação dos fiéis seria promovida pelos próceres do Estado de Santa Catarina e da Igreja Diocesana. Conjuntamente, Igreja e Estado constituiriam, por meio das escolas, sujeitos que contribuiriam para a ordem social do país.

Já para os imigrantes, a escola paroquial ensejou significados diversos, o que pode ser verificado nas informações remetidas ao bispo, pelos franciscanos e outros padres dos núcleos coloniais. Eles alegavam que os imigrantes italianos e trentinos localizados em Rodeio, Rio dos Cedros, Ascurra e localidades adjacentes mudavam de opinião com muita facilidade na escolha das escolas. Em novembro de 1917, o padre Angelo Alberti, em correspondência a Dom Joaquim Domingues de Oliveira, comunica que em Aquidaban estavam a recolher assinaturas para obter do governo a fundação de uma escola pública. Se conseguissem isso, a paroquial seria fechada.¹⁰⁴ Em 1921, frei Policarpo Schuhen comunica a Dom Joaquim que, na capela de São Virgílio, Joaquim Moratelli estava “fazendo uma subscrição para uma escola pública em Rodeio nº 12 e obteve 36 assinaturas. [...] Justamente estes italianos reclamam uma escola do governo para se verem livres de qualquer pagamento”. Nessa carta ainda afirma: **“todos aqueles que trabalham diretamente para destruir uma escola paroquial pecam e pecam mortalmente”** (grifo nosso).¹⁰⁵

Esses fatos, somados a tantos outros de semelhante conotação, podem revelar que, do ponto de vista do colono, o mais importante era a sobrevivência, e talvez mais necessário o uso da língua portuguesa, pois muitos nem conheciam a língua italiana, apenas algum de seus dialetos. Nesse sentido, o entrevistado Orlando Berri afirma: “era tudo gente pobre, humilde, eles queriam era viver”.¹⁰⁶ Nessa perspectiva, o imigrante Luigi Purim, em carta a Dom João Becker, informa:

¹⁰² SEGUNDO SÍNODO da Diocese de Florianópolis. Florianópolis: Livraria Cisne, 1919, n. 296, p. 100. (ITESC).

¹⁰³ Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Carta Pastoral sobre o Problema da Instrução. Florianópolis, Livraria Cisne, 1920, p. 08. (AEF).

¹⁰⁴ Carta do padre Angelo Alberti para Dom Joaquim Domingues de Oliveira, nov./1917. (AEF).

¹⁰⁵ Carta de Frei Policarpo para Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Rodeio, 20/03/1921. (AEF).

¹⁰⁶ Entrevista com Orlando Berri. Florianópolis, 3/08/2000. (A/A).

A escola particular [paroquial] de Rio dos Cedros atingiu 80 alunos. O professor naturalmente não podia agüentar pelo excessivo trabalho, então uns interessados se mobilizaram para obter do governo a criação de uma Escola Pública. Os padres resmungavam de vez em quando. Mas o povo visto a imperiosa necessidade e por duplo motivo: gozar de uma subvenção considerável e a necessidade dos filhos aprender a língua nacional; não repararam o descontento dos padres.¹⁰⁷

Assim, devido à desaprovação dos franciscanos, as escolas públicas algumas vezes foram instaladas à força. O juiz de Direito de Blumenau assim se reporta ao Frei Nicolau: “Amanhã vou com a força militar para tomar a escola e se frei Policarpo fizer a mínima resistência eu o mando preso”.¹⁰⁸ De posse dessa informação, frei Policarpo envia Maria Avosani, então Superiora da Associação da Companhia das Catequistas,¹⁰⁹ para a localidade de Rodeio Doze, dizendo-lhe: a “senhora vai preparar as catequistas e se vier a autoridade diga que só à força as catequistas saem da escola”. Essa religiosa atende à solicitação, entretanto, estando ela na escola, chegaram os senhores Amadeo Luz e Orestes Guimarães com um soldado. Ao entrarem na escola, Orestes Guimarães declara: “de hoje em diante esta escola será pública”.¹¹⁰

Enfim, as escolas paroquiais, numericamente foram mais expressivas nas colônias do Médio Vale do Itajaí-Açu. Esse número significativo deve-se à atuação do clero franciscano. As ações que objetivavam a garantia de uma sólida formação religiosa como parte essencial do currículo escolar tornam patente que a intenção dos seus idealizadores era a formação de sujeitos fiéis às diretrizes da Igreja Católica. Nesse sentido, por meio da escola paroquial procurou-se constituir uma identidade de imigrantes italianos católicos romanizados.

Pode-se inferir que simplesmente ensinar em língua italiana ou dialetal não se constituía cultivar a italianidade, o que para o cônsul Giuseppe Caruso MacDonald era a forma de manter os colonos italianos ligados aos sentimentos religiosos. Esse cônsul diz que “certo número de escolas italianas fora constituído no município de Blumenau, por iniciativa dos franciscanos alemães, mas essas escolas não tinham nenhum caráter nacional e ensinava-se italiano mais por exigência de fé, que por espírito de patriotismo”.¹¹¹

¹⁰⁷ Carta de Luigi Purim para Dom João Becker. Rio dos Cedros, 18/01/1909. (AEF).

¹⁰⁸ Frei Nicolau tinha sido enviado pelo Frei Policarpo para comunicar ao juiz de direito de Blumenau que desde 1878, a posse do terreno e da escola paroquial em Rodeio Doze era da Igreja.

¹⁰⁹ Sobre a Companhia das Catequistas ver no capítulo III.

¹¹⁰ Carta de Frei Policarpo a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Rodeio, 20/03/1921. (AEF). Livro Tombo da Paróquia de Rodeio. p. 35. v 1. (CFR).

¹¹¹ Relatório do cônsul Giuseppe Caruso MacDonald. In: DALL’ALBA, João Leonir. 1983, op. cit., p.173.

Para os franciscanos alemães, o elemento fundamental era a preservação e instauração da fé católica romanizada e não da cultura italiana. Esses frades queriam fazer frente ao ensino laico, tanto das escolas italianas *Dante Alighieri* como das escolas estatais. Nesse sentido, o cônsul Pio di Savóia, ao relatar que em Rodeio existiam escolas sob a direção dos padres franciscanos e que o ensino era ministrado em italiano, argumenta que os referidos sacerdotes tinham consciência de que o sentimento religioso seria abalado “no dia em que nossos colonos tiverem cancelado em seu coração qualquer traço de italianidade”.¹¹²

No cotejo das informações contidas nos documentos, verifica-se que essa visão apresentada nos relatórios pelo cônsul Caruso MacDonald identifica-se com os registros do livro Tombo da Paróquia São Francisco de Assis de Rodeio. O cronista, ao longo de um trecho em que trata sobre as escolas paroquiais transformadas em públicas, escreve: “mas nesta transformação das línguas os vigários sejam bem atentos [...] de guardar e cultivar a língua italiana como os andaimes; e somente os dispensam e tiram ou desfazem, quando a casa está bem construída e consolidada; a nossa Santa Religião Católica Apostólica Romana”.¹¹³ Assim, para esses frades, a manutenção da identidade lingüística entre os italianos foi vista tão somente como um meio de preservar a fé católica.

Almejando a defesa da moral, além dos esforços em prol da escola paroquial e da fundação do jornal *L'Amico*, o clero franciscano exerceu enorme controle sobre a circulação de leituras que considerava más. Elas eram constantemente proibidas e condenadas, como os jornais *L'Asino* (O asno), *L'Avanti* (O Avante), *Il Leme* (O Leme) e similares.¹¹⁴

O padre italiano Giovanni Canônico, nomeado vigário do curato de Ascurra, produziu um pequeno jornal com o título: *La Voce del Parroco in Famiglia* (A voz do pároco em família).¹¹⁵ De acordo com Silva, a análise dos poucos números existentes é suficiente para se perceber que veiculava assuntos voltados para o governo italiano. O *L'Amico* e o *La Voce del*

¹¹² Relatório do cônsul Pio di Savóia em 1900. In: DALL'ALBA, João Leonir, 1983, op. cit., p. 110.

¹¹³ Livro Tombo da Paróquia de Rodeio, v.1, p. 82 verso e 83, 1930. (CFR).

¹¹⁴ *Chronica Provinciae Immaculae Conceptionis Brasiliae Meridionalis*, 1926, p. 269. (APICSP). O cronista registra que esses jornais eram provenientes da Itália. O *Avanti*, órgão oficial do partido socialista italiano. Pellizzetti registra que Giovanni Rossi em Rio dos Cedros recebia informações de Ferri, Turati e Bissolati, companheiros de anarquismo, por meio dos jornais *L'Avanti*, *Asino*, *Il Mulo* e *Bataglia*. PELLIZZETTI, Beatriz. **Pioneirismo italiano no Brasil Meridional**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1981, p. 124.

¹¹⁵ João Canônico, da Diocese de Turim, chegou ao Brasil em 1901. Foi coadjutor na paróquia de Urussanga e, em 1905, nomeado cura de Criciúma, onde permaneceu até o final de janeiro de 1912, quando viajou para a Itália por estar gravemente enfermo. Em 12 de dezembro desse ano retorna ao Brasil e recebe provisão para exercer a função de cura no recém-criado curato de Santo Ambrósio em Ascurra, ali permanecendo até 25 de maio de 1914, data em que retorna à Itália. Carta de Dom Afonso Niehus a José Ferreira da Silva. Florianópolis, 22/04/1970. (AEF); Livro Tombo do Curato de Ascurra, n. 1, p. 02 e 03.

Parroco in Famiglia divergiam no tocante à nacionalidade, contribuindo este último para acirrar ainda mais os conflitos suscitados em torno das escolas italianas *Dante Alighieri*. Os líderes dessas escolas e o padre Canônico desafiaram a autoridade e o poder almejados pelos franciscanos, assunto que é explorado mais adiante, nos capítulos 2 e 3.



7 - Padre Giovanni Canonico

FONTE: Acervo de Victor Moretto. Saxônia (Ascurra), SC



8 - Exemplar n. 4 do periódico *La Voce del Parroco in Famiglia*

FONTE: Convento Franciscano de Rodeio

Nos próximos itens do presente capítulo, trata-se acerca dos porta-vozes da catolicidade no Sul catarinense: os padres italianos da Diocese de Turim. Pretende-se destacar as diferenças entre eles e os franciscanos alemães, com relação às escolas paroquiais e às *Dante Alighieri*.

1.2. Padres italianos no Sul catarinense

Parte-se de uma breve introdução, caracterização dos núcleos coloniais no Sul do Estado e nomes dos padres. Pretende-se demonstrar que esses padres fundamentam-se nos princípios do bispo de Piacenza, João Batista Scalabrini, pautando-se pelo binômio fé/italianidade.¹¹⁶ Entretanto, busca-se apontar qual é a compreensão de italianidade que permeia os discursos. De igual modo, as possíveis compreensões dos colonos, diante do fato de insistirem em ter padres de nacionalidade italiana entre eles. Seria em decorrência de um patriotismo italiano?

A ação dos padres italianos no Brasil tem sido objeto de estudos, que todavia não contemplam a ação dos padres da Diocese de Turim no Sul de Santa Catarina. Algumas obras,

¹¹⁶ Dom Scalabrini nasceu em 1839 e foi sagrado bispo no dia 30 de janeiro de 1876, aos 36 anos de idade. Sobre a Ordem Scalabriniana, ver em FRANCESCONI, Mario. **Inizi della congregazione scalabriniana. (1886 - 1888)**. Roma, Centro Studi Emigrazione, 1969; _____. **Storia della congregazione scalabriniana (1888 - 1905)**. Roma, Centro Studi Emigrazione, 1973. No Brasil, ver em Azzi, Riolando. **A igreja e os imigrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra scalabriniana no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1987 e 1988a. vi e vii. Sobre os fatores que impeliram Scalabrini a fundar a obra para os imigrantes, ver em DE BONI, Luís Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, Torino: Fondazione G. Agnelli, 1996, p. 471 - 475. viii.

ao se referirem aos padres turinenses, vindos para o Estado catarinense, apenas citam alguns nomes deles.¹¹⁷

Beozzo diz que a pesquisa sobre os padres seculares é difícil e fragmentária porque eles chegavam ao Brasil avulsamente e esses padres não tinham o hábito de manter registros tão regularmente como o faziam as ordens religiosas. Evidencia também que o período mais importante para a compreensão da presença do clero italiano no Brasil é o da grande movimentação migratória (1875 - 1919), podendo prolongar-se até a revolução de 30, embora a atuação do clero italiano anteceda e ultrapasse esse período.¹¹⁸

Segundo Franzina, na fase inicial da emigração, foi “por livre e espontânea vontade” que padres e religiosos acompanharam os emigrados. Entretanto, em “meados de 1890 foi possível assistir a um verdadeiro esforço de organização eclesiástico-colonial no comando do clero missionário da mãe-pátria”.¹¹⁹

Os núcleos de imigrantes italianos no Sul do Estado de Santa Catarina constituíram colônias oficiais, isto é, exclusivamente italianas, sem uma sede dirigida por alemães, como foi o caso da Colônia Blumenau. Ainda na vigência do contrato do governo imperial com Joaquim Caetano Pinto, de 30/06/1874, funda-se a Colônia Azambuja em terras pertencentes à bacia do rio Tubarão. Dela originaram-se Urussanga, Treze de Maio, Accioli de Vasconcellos (Cocal) e Criciúma.¹²⁰ Ao cessar a vigência do contrato com Caetano Pinto, e com a modificação da legislação, decorrente da instalação do regime republicano, houve um plano de nova imigração, especialmente para o Sul do Brasil, o qual foi agilizado por meio da Lei Glicério, de 28/06/1890. Em decorrência dessa nova onda emigratória, um contrato com a

¹¹⁷ Cf. PIAZZA, Walter F. Perspectivas de estudo da herança cultural italiana em Santa Catarina. In: _____. **Italianos em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 2001, p. 842 - 847. vii; BIFF, Claudino. **Crônicas da Diocese de Tubarão**. Tubarão, Coan, 1997. Dentre as pesquisas sobre o clero italiano no Brasil, tanto secular como regular, destacam-se: RUBERT, Arlindo. **O clero secular italiano no Rio Grande do Sul (1815 - 1930)**. Rio Grande do Sul: Palloti, 1977; BEOZZO, José Oscar. O clero italiano no Brasil. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST/Fondazione G. Agnelli, 1987. vi; SCALABRINI, João Batista. **A emigração italiana na América**. Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1979; ALTOÉ, Valeriano. Napolitanos, “nuvens de gafanhotos”? In: DE BONI, Luis Alberto, op. cit., 1996; MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários nas florestas do Brasil**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985; AZZI, Rioldo. **A obra de Dom Bosco em Santa Catarina: a atuação salesiana em prol dos imigrantes: 1916 - 1941**. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1988b, vi; _____. 1987 e 1988a, vi e vii, op. cit.; RABUSKE, Arthur. Jesuítas italianos no Brasil Meridional de 1860 em diante. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). 1996. v.iii, op. cit.; SANTOS, Roselys Izabel C. dos. Anjos da providência nas colônias italianas em S. C. Notas sobre Pe. Ganarini e Pe. Cybeo SJ. In: REVISTA ENCONTROS TEOLÓGICOS. Florianópolis: ITESC, 1995, n.19, p. 71 - 74.

¹¹⁸ BEOZZO, José Oscar. O clero italiano no Brasil. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). 1987, op. cit., p. 34 e 57.

¹¹⁹ Apud TRENTA, Angelo, op. cit., p. 96.

¹²⁰ FERREIRA FILHO, Joaquim Vieira. **Azambuja e Urussanga**. Niterói: Oficinas Gráficas do Diário Oficial, 1939.

Empresa Ângelo Fiorita e Companhia originou a Colônia de Nova Veneza, fundada em 1891. Depois dela, surgiram Belluno (Siderópolis), Treviso, Belvedere, Jordão e São Bento. A Empresa Ângelo Fiorita e Companhia, ao obter do governo um território de 30.000 hectares de terra, entregou a direção da Empresa a Miguel Nápoli, de Palermo. Nápoli nomeou Gervásio Bortoluzzi e Gaetano Feltrin como agenciadores, incumbindo-os de mobilizar e trazer imigrantes para Santa Catarina. Esses dois agentes foram à Itália em 1891, mais especificamente às províncias de Treviso, Beluno, Bérgamo, Pádua e Mântua, com a finalidade de atrair imigrantes. Em 1891 chegaram 4.290 emigrantes italianos para essas colônias catarinenses e, em 1892, chegaram mais 1.348 imigrantes das localidades de Bérgamo, Cremona, Ferrara, Verona e Mântua.¹²¹ Em 1892, a Companhia Torrens, sediada na cidade do Rio de Janeiro, fundou a Colônia Torrens que se constituiu em dois núcleos, Hercílio Luz e Sangão, localizados entre os municípios de Criciúma e Araranguá.¹²²

Os imigrantes desses núcleos coloniais, até a vinda dos padres da missão de Turim, como também após a vinda deles, foram atendidos por padres diversos, italianos ou não, de maneira esporádica. Entre esses padres constam Guilherme Roer, de Teresópolis, e Francisco Xavier Topp, vigário em Tubarão. Em 1892, principalmente por dificuldades com relação à língua italiana ou dialetal, Topp solicitou o auxílio de frei Lucínio Korte, de Rodeio. Durante 15 dias, frei Lucínio visitou os núcleos italianos, atendendo confissões e preparando para os sacramentos. Os urussanguenses fizeram vários pedidos ao monsenhor Topp insistindo em ter um sacerdote italiano com residência fixa na respectiva localidade. Fizeram a mesma solicitação ao arcebispo do Rio de Janeiro, mas sem êxito algum. Também enviaram uma missiva ao padre Antônio Pillatini, de Beluno, na Itália. Esse padre, aceitando o convite, respondeu que, no início de 1893, embarcaria para o Brasil. Todavia, ao chegar ao Rio de Janeiro, comunicou que por imprevistos não mais iria para Urussanga.¹²³

Monsenhor Topp continuou prometendo-lhes um padre de nacionalidade italiana e incentivou-os a construírem uma casa paroquial. Em 1895, apresentou à população de Urussanga seu compatriota Bernardo Freise. No entanto, cumpria somente em parte a sua promessa, pois padre Freise não era italiano, mas residiu em Urussanga até 1896, data em que assume a função de vigário na Paróquia de Tubarão.¹²⁴

¹²¹ MARZANO, Luigi, op. cit., p. 94 - 98.

¹²² Cf. BELOLLI, Mário. A colonização italiana na região de Criciúma (1880 - 1925) In: PIAZZA, Walter F. et al. 2001, op. cit., p. 333 - 435. vi.

¹²³ MARZANO, Luigi, op. cit., p. 102 e 103.

¹²⁴ Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Piedade de Tubarão, n. 1.

De acordo com as narrativas do padre Luigi Marzano, Antônio Manno foi o primeiro padre italiano a vir para Santa Catarina com a finalidade específica de atender imigrantes italianos. Biff relata que a vinda do padre Manno para Nova Veneza foi uma estratégia de Miguel Nápoli, diretor da Companhia Metropolitana, objetivando vender lotes de terra aos imigrantes católicos. Para conseguir tal objetivo, mandou construir uma pequena capela e trouxe da Itália o referido padre, em maio de 1896.¹²⁵ Cabe lembrar que essa era uma prática dos agenciadores da colonização, pois as companhias colonizadoras, de compra e venda de terras, incluíam em suas propagandas a existência de padres, de igrejas e de escolas religiosas como forma de atrair compradores para os lotes rurais.¹²⁶ Em 1884, o inspetor imperial, Manoel Maria de Carvalho, na Colônia Alfredo Chaves, Rio Grande do Sul, falava que os imigrantes relutavam em tomar lotes desprovidos de padre e igreja, apesar da excelente qualidade das terras:

É por demais sabido que os imigrantes europeus são excessivamente religiosos e não dispensam, de modo algum, o padre e a igreja. Quem conhece, sobretudo por observação própria, as colônias do Império sabe perfeitamente que o padre é o mais poderoso elemento da ordem, moralidade e estabilidade para os colonos. Por este motivo, os chefes das comissões encarregadas de estabelecê-los aproveitam-se dele, como auxiliar indispensável para conseguir que os imigrantes recém-chegados povoem os núcleos novos, dediquem-se ao trabalho agrícola com perseverança, obedeçam às suas determinações e não abandonem os lotes.¹²⁷

Ademais, os padres seculares italianos chegados a Santa Catarina inserem-se no rol dos interesses episcopais em torno da política ultramontana. A Diocese de Turim (Itália), seguindo o exemplo da Diocese de Münster (Alemanha), em 1899 começa a enviar sacerdotes italianos para esses núcleos coloniais em Santa Catarina. Tal decisão decorre também da ação de Dom José de Camargo Barros. Em visita a Roma, foi a Turim, bispado ao qual solicitou o

¹²⁵ Biff, Claudino, op. cit., p. 174. Em Nova Veneza, padre Manno era tido como herói e justiceiro. A amizade com os Nápoli chegou ao fim quando uma família amiga do Padre não fez uma boa colheita, ficando com dívidas no armazém da Companhia e, por isso, foi exilada de Nova Veneza. Ao saber da expulsão dessa família, padre Manno montou em seu cavalo e, ao encontrar os responsáveis, sacou de seu revólver e com tiros pôs em debandada os enviados pelos Nápoli, levando a família de volta para Nova Veneza. Baseando-se nesse episódio, no imaginário de significativa parcela da população, o padre Manno estava mais propenso à maçonaria do que ao clero. Altoé e Azzi apontam as críticas feitas aos padres italianos provindos do Sul da Itália, os quais se identificavam muito com o tipo de sacerdote brasileiro cuja hierarquia eclesiástica nacional empenhava-se em enquadrar no espírito reformista implantado no Brasil. ALTOÉ, Valeriano. Napolitanos, “nuvens de gafanhotos”? In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). 1996, op. cit., p. 437 - 438. viii; AZZI, Rioldo. Colaboração indesejada do clero do sul da Itália. In: _____. **O clero no Brasil: uma trajetória de crises e reformas**. Brasília: SER, 1992.

¹²⁶ RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. 2. ed. rev. Joaçaba: UNOESC, 2001, p. 137.

¹²⁷ Apud MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul/Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 181 e 182.

envio de sacerdotes para a Diocese de Curitiba, que abrangia os estados do Paraná e de Santa Catarina.

O quadro a seguir identifica os padres italianos e as localidades de atuação de cada um deles, dentre outras informações.

QUADRO 4 - PADRES ITALIANOS NO SUL CATARINENSE ENTRE 1897 E 1930

continua

NOME	NATURALIDADE	OUTROS	LOCAIS DE ATUAÇÃO
Afonso José Vergnano	Orleans: 1911-1915 e 1919
Antônio Manno	Palermo	...	Nova Veneza: 1896-1902 Imaruí e Laguna: 1902-1903
Antônio Marangoni	Nasc: 1894
Caetano Coccilovo	Turim. Nasc: 1886	Chegada: 1908	Azambuja, Pedras Grandes: 1909-1930
Cesare Rossi	Nasc: 09/01/1879	Ordenado em Subiaco: 1903 Chegada: 1908	Mirim, Vila Nova, Garopaba: 1918/1945
Cipriano Buonacore	Nápoles	...	Tubarão, Imaruí, Armazém, Araranguá: 1875-1891
Domenico Bonavero	Col. San Giovanni Nasc: 1874	Diocese de Turim Ordenado: 1898	São Joaquim: 1910-1916 Urussanga: 1919-1925
Giovanni Canônico	...	Chegou em 1901	Coadjutor em Urussanga: 1901-1905; Criciúma: 1905-1912; Ascurra: dez./1912 – 1914
Jacinto Bertero	...	Diocese de Turim Ordenado: 1906	Orleans e Araranguá: 1911-1914 Criciúma: 1916-1919
João Casali	Saluzzo	Chegada: 1918	Criciúma: 1911-1913 Costa da Serra: 1919; Jaguaruna: 1933-1937; Araranguá: 1943
José Francisco Bertero	Mirim: 1904-1909 Criciúma: 1913-1919

José Gneco	Sardenha	...	Tubarão: 1847-1853 Tijucas: 1857-1868
------------	----------	-----	--

QUADRO 4 - PADRES ITALIANOS NO SUL CATARINENSE ENTRE 1897 E 1930

Conclusão

NOME	NATURALIDADE	OUTROS	LOCAIS DE ATUAÇÃO
Ludovico Cocco	Cumiana, 1871	Diocese de Turim Ordenado: 1897	Criciúma e Tubarão: 1899-1901 Araranguá e Mirim: 1901-1905 Tijucas: 1905-1913; Araranguá e Criciúma: 1925-1929
Luigi Gilli	Col San Giovanni Nasc: 1872	Diocese de Turim Ordenado: 1896	Coadj. Urussanga: 1902-1909 Vigário de Urussanga: 1909-1956
Luigi Marzano	Botigliera de Asti	Diocese de Turim	Urussanga: 1899-1908
Luiz de Cemitille	...	Frade capuchinho	Entre os indígenas
Michele Pizzio	Carmagnola	Diocese de Turim	Urussanga: 1899-1902; Jaguaruna: 1902-1911; Araranguá: 1907-1910
Miguel Giacca	Busca. Nasc: 1878	Diocese de Saluzzo. Chegada: 1909	Nova Veneza: 1909-1945
Paschoal Somadosy	Orleans: 1931-1933
Paulo De Rossi
Pedro Baldoncini	Criciúma: 1929-1944
Vitório E. Pozzo ¹²⁸	Botigliera de Asti Nasc: 1876	Chegou em 1900	Rio Pinheiros (Orleans): 1900-1902

FONTE: Arquivo Eclesiástico de Florianópolis; Arquivo Eclesiástico de Curitiba; Livros Tombo das paróquias de Urussanga, Nova Veneza e Criciúma.

... Dados não disponíveis.

¹²⁸ Em Rio Pinheiros, Orleans, foi fundado em 06/02/2001 o Instituto Cultural Pe. Vittorio Pozzo. O Instituto abriga um museu e uma estatueta do padre Pozzo, esculpida por Paulo Afonso Pereira. *O Vale do Rio Pinheiros*, ano I, Orleans, 30/08/2001, n.1, p. 1 e 5.

1.2.1. O binômio fé/italianidade

A missão turinesa despontou, seguindo os princípios da Ordem Scalabriniana, a partir do incentivo do Cardeal Richeal Richelmy e viabilizada pelo cônego Michele Sorásio. Desse modo, o empreendimento do bispo italiano João Batista Scalabrini é um possível caminho para a reflexão sobre a ação dos padres turinenses no Sul de Santa Catarina. É o próprio padre Luigi Marzano quem escreve que a missão turinesa guiou-se pelos objetivos scalabrinianos. Salienta que todos os padres de Turim vieram à América “para o socorro e assistência dos emigrados, **com o mesmo escopo, com o mesmo intento e fim dos missionários de Monsenhor Scalabrini**” (grifo nosso).¹²⁹ Ao indicar que os padres de Turim, além de líderes espirituais foram assistentes sociais e promotores culturais para toda a região do Sul catarinense, Dall’Alba acena para a similitude de práticas dos scalabrinianos.¹³⁰

Dom Scalabrini se envolveu com o grande êxodo de emigrantes para a América e com o objetivo de acompanhá-los, fundou em 1886 a Congregação dos Scalabrinianos - os Padres de São Carlos. A aliança entre a fé e o patriotismo era um elemento central desse projeto de Scalabrini. Em conferência pronunciada durante o 16º Congresso Católico Italiano, realizado em Ferrara, diz que, “perdendo o sentimento de nacionalidade, perdem com ele, - constringe o coração afirmá-lo! - o senso da fé católica”.¹³¹ Afirma ainda que os ideais de “pátria e nacionalidade, ao invés de se apagarem além do Oceano, reforçam-se pelo contato contínuo com sacerdotes e mestres que compartilham com os colonos os sagrados afetos a Deus, à Igreja e à Pátria”.¹³² Em 1904, estando em visita aos missionários scalabrinianos estabelecidos no Brasil, passa por Florianópolis, acompanhado do padre Marcos Simoni, diretor do Orfanato Cristóvão Colombo em São Paulo.¹³³

Segundo Azzi, além do atendimento religioso/espiritual, a peculiaridade da Congregação dos Padres de São Carlos era o cultivo da italianidade e a intenção de promover os imigrantes no âmbito social e político. Nesse sentido, salienta que a preservação dos valores culturais da italianidade era uma das orientações do fundador do instituto

¹²⁹ MARZANO, Luigi, op. cit., p. 28.

¹³⁰ DALL’ALBA, João Leonir. Imigrantes italianos em Santa Catarina. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). 1987, vi, op. cit., p. 163 - 164.

¹³¹ ATTI e Documenti del XVI Congresso Cattolico Italiano, Opera dei Congressi e dei Comitati Cattolici in Itália, Veneza, 18 a 21/04/1899. In: SCALABRINI, João Batista. **A emigração italiana na América**. Tradução, notas e introduções: Redovino Rizzardo. Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: EDUCS, 1979, p. 197, 232 p.

¹³² Ibidem, p. 201.

¹³³ *A Verdade*. Florianópolis, 08/09/1904, ano II, n. 91, p. 02. (BPESC).

scalabriniano, ou seja, o cultivo do binômio, fé/italianidade.¹³⁴ Azzi diz, ainda, que uma das principais preocupações de Scalabrini fora a de que não houvesse uma separação entre o sentimento religioso e o sentimento patriótico, de modo que a população se obrigasse a escolher entre a fé e a pátria e empenhara-se ao máximo a fim de evitar

o agravamento da crise entre a Igreja e o Estado italiano em formação. Não obstante, a posição conservadora e ultramontana da Cúria Romana fez com que vozes moderadas de cunho mais liberal fossem reduzidas ao silêncio. Restringido em sua ação dentro da Pátria, Scalabrini voltou seu olhar e preocupação para aqueles que estavam deixando a Itália em busca de uma terra adotiva.¹³⁵

Scalabrini desenvolve um projeto de ação junto aos imigrantes justamente nessa época em que havia a oposição entre a Igreja e o Estado italiano, oposição esta que rejeitava qualquer diálogo. Ao traçar as diretrizes para a ação pastoral com os imigrantes acentua a importância de manter vivo o amor à mãe-pátria. Entendia que a religião seria capaz de conseguir maior número de adeptos se estivesse unida ao sentimento de amor pátrio. Suplicava que todos os italianos emigrados para o exterior conseguissem ter “a mesma característica, a mesma firmeza e a mesma coragem: pela Religião e pela Pátria!”¹³⁶ Em um dos seus últimos escritos sobre a emigração, cita que a atividade religiosa do sacerdote deveria ser completada pela escola e, para isso, poder-se-ia recorrer ao trabalho de congregações religiosas femininas, citando como exemplo a experiência das Apóstolas do Sagrado Coração.¹³⁷ Aponta a importância de conservar a língua como forma de manter a fé: “um elemento muito importante para a conservação da fé é precisamente o sentimento das origens, [...] a língua é um misterioso meio de conservação da fé. É um fato, porém, que, perdendo a língua, facilmente se perde também a fé dos antepassados”.¹³⁸ Muito provavelmente Scalabrini entendia que conservando a língua de origem, os imigrantes conservariam as tradições e os costumes católicos.

Os imigrantes chegados ao Sul do Brasil, no final do século XIX, trouxeram uma grande diversificação lingüística e a maioria deles não conhecia a língua oficial da Itália.

¹³⁴ AZZI, Riolando. 1987, vi, op. cit., p. 12 e 107.

¹³⁵ AZZI, Riolando. Fé e italianidade: a atuação dos escalabrinianos e dos salesianos junto aos imigrantes. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, Torino: Fondazione G. Agnelli, 1990, p. 67. vii.

¹³⁶ SCALABRINI, João Batista. 1979, op. cit., p. 188.

¹³⁷ SCALABRINI, João Batista. 1979, op. cit., p. 218. Para Urussanga, o padre Marzano buscou na Itália religiosas da Congregação das *Apóstolas do Sagrado Coração*, fundada em 1894 por Clélia Merloni. Essa congregação passou por várias dificuldades, o que levou a fundadora a pedir a colaboração de Scalabrini para poder subsistir.

¹³⁸ SCALABRINI, João Batista. 1979, op. cit., p. 217 e 218.

Falavam os diferentes dialetos das províncias de origem, dialetos estes que sofreram fusões e mudanças “predominando aquele que numericamente era o mais significativo - acabou por impor-se e surgiu assim algo como uma língua geral, que os lingüistas denominam *Koiné*”.¹³⁹

Na perspectiva de que o laço mais importante com o país de origem é a língua, no caso os dialetos regionais ou a *koiné*, compreendem-se os pedidos dos imigrantes para obter um padre italiano. Este era solicitado não somente por ser falante da língua italiana ou dialetal, mas também por almejamem a recriação do mundo cultural do vilarejo de origem, de um modo de ser italiano católico. Grosselli enfatiza que “no momento em que vacilou sua fé, vacilou sua cultura. Foi um instante: fizeram logo o que sabiam, reconstruindo um mundo cultural que repropunha os valores da sociedade camponesa do Norte da Itália e da qual a religião era o princípio regulador”.¹⁴⁰

Padre Marzano salienta a veneração e o afeto demonstrados pela população em sua chegada a Urussanga. Diz que todas as casas estavam ornadas e embandeiradas, a bandeira tricolor italiana drapejava em cada porta, a alegria estava estampada em cada rosto. Aproximando-se, os velhos diziam: “agora morreremos tranqüilos e contentes porque após vinte e três anos de orações e de espera, finalmente temos nossos sacerdotes italianos”.¹⁴¹ De um lado, essas narrativas confirmam o dizer de Rosoli sobre o pensamento dos imigrantes acerca do sacerdote - este não era somente a garantia da conservação da fé, mas também “um elo com o mundo, muitas vezes a única tutela em caso de controvérsia ou dificuldades”.¹⁴² De outro lado, há registros indicando que os colonos, em sua maioria, mesmo com a falta de padres durante mais ou menos duas décadas, “conservaram em alto grau o espírito da fé e o sentimento religioso absorvido na pátria”.¹⁴³ Eles haviam substituído o padre pelo chamado padre leigo, expressão mais utilizada no Rio Grande do Sul. Já em Santa Catarina, em vez de padre-leigo, esse líder era comumente chamado de capelão ou ainda sacristão. Antes da chegada do padre, segundo Grosselli, a capela era um centro de poder da comunidade; depois da sua chegada, o padre centralizava o poder:

quando os padres chegaram e se estabeleceram nas zonas que não dispunham de assistência religiosa, quase sempre os capelães se retiraram e entregaram suas

¹³⁹ DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias; Correio Riograndense, 1984, p. 83.

¹⁴⁰ GROSSELLI, Renzo Maria. 1987, op. cit., p. 449.

¹⁴¹ MARZANO, Luigi, op. cit., p. 50.

¹⁴² Apud BORTOLAZZO, Paolo. Presença scalabriniana entre os migrantes no Rio Grande do Sul: 1896/1919. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). 1996, viii, op. cit., p. 474.

¹⁴³ Relatório dos franciscanos ao Núncio Apostólico Monsenhor Aversa. Rodeio, 1913. (CFR).

funções a eles. Mas nem sempre aconteceu isso. Quando se criaram atritos, geralmente foi por culpa da pouca diplomacia do padre que quis anular as funções de quem era, apesar de tudo, um indivíduo eleito para aquelas funções pela comunidade.¹⁴⁴

Esse autor diz ainda que o capelão “era um símbolo que recordava o verdadeiro líder, as únicas possíveis punições, os únicos prêmios definitivos. O padre que veio teve esta função, mas ele era plenamente legitimado para isso, [...] era a autoridade absoluta”.¹⁴⁵ É imprescindível lembrar que Grosselli, nessas observações, refere-se especificamente aos jesuítas em Nova Trento e aos franciscanos em Rodeio. Salienta a contribuição desses padres, citando, por exemplo, a multiplicação de escolas em poucos lustros. Entretanto, enfatiza que o ideal buscado por esses padres era a “santidade, não o progresso, a glória de Deus e não o bem-estar”¹⁴⁶, embora cooperativas, hospitais, bandas e jornais por eles incentivados ou fundados servissem para melhorar a vida dos colonos.

Quanto ao Sul catarinense é possível identificar um outro viés com base no discurso do padre Marzano. Na linha do pensamento do bispo Scalabrini, há alguns excertos da fala do referido padre, quando recepcionado em Urussanga: “italianos irmãos, mantenhamos alta nossa bandeira. Com nossa conduta cristã, [...] com trabalho honesto, façamos ver que somos homens cristãos e que sabemos honrar nossa pátria longínqua”.¹⁴⁷ Esse é um indicativo de que padre Marzano percebia a importância de manter na memória a Itália e, concomitantemente, honrá-la. Ele ainda relata a situação de seus compatriotas: “pobrezinhos! se os lugares de onde tinham partido não eram belos, horríveis eram aqueles onde tinham chegado. Nem casas, nem praças, nem estradas, nem povoados, só céu e florestas”.¹⁴⁸ Faz alusão ao regulamento imposto aos imigrantes pelas companhias colonizadoras. Descreve as diversas doenças devido à mudança do clima e às crescentes dificuldades a partir do momento em que a Companhia não mais retribuía com vales os dias de trabalho dos colonos.¹⁴⁹ Narra um episódio em que algumas mulheres belunenses, radicadas em Rio Maior, dirigiram-se ao mercado (um barracão situado na praça de Urussanga) e foram-lhes negados os gêneros alimentícios. Diante dessa negação, assim Marzano se expressa: “Imaginemos a dor dessas infelizes, pensando em

¹⁴⁴ GROSSELLI, Renzo Maria 1987, op. cit., p. 454.

¹⁴⁵ GROSSELLI, Renzo Maria. 1987, op. cit., p. 455.

¹⁴⁶ GROSSELLI, Renzo Maria. 1987, op. cit., p. 457.

¹⁴⁷ MARZANO, Luigi, op. cit., p. 50.

¹⁴⁸ MARZANO, Luigi, op. cit., p. 55.

¹⁴⁹ Nos primeiros seis meses, a Companhia Colonizadora oferecia ao colono a retribuição de 11 mil réis em troca de 15 dias de trabalho, geralmente abertura de estradas. Em vez de dinheiro, concedia-lhe o equivalente em *vales* (comprovantes), autorizando determinadas despesas a serem efetuadas no armazém mais próximo. Quase sempre esse armazém era instalado pela Companhia Colonizadora.

suas criaturas deixadas em casa famintas, famintas, elas mesmas”.¹⁵⁰ Por um lado, esses fragmentos indicam que padre Marzano se preocupava com as condições socioeconômicas de seus compatriotas. Por outro lado, está subjacente a crítica que ele faz ao dono do armazém e ao diretor da companhia colonizadora. Lottin diz que o padre Marzano, por meio de seu livro, tinha por objetivo criticar o governo e a má assistência dispensada aos imigrantes.¹⁵¹

As escolas paroquiais servem de cotejo entre os franciscanos e os padres italianos. Tomando-se por base dados coletados das Resenhas Eclesiásticas, verifica-se a disparidade numérica de escolas paroquiais entre as duas áreas estudadas. O número de escolas paroquiais no Médio Vale do Itajaí-Açu é expressivo comparando-se com as colônias do Sul. Os padres italianos, no que se refere às escolas paroquiais, não corresponderam às diretivas episcopais nos moldes do catolicismo romanizado, tanto quanto os franciscanos em Rodeio. Essa afirmativa resulta também da observação feita nos registros dos livros Tombo das respectivas paróquias. Nos livros das paróquias do Sul há escassez de registros sobre as escolas paroquiais. Já nos livros de Rodeio, Rio dos Cedros e Ascurra, os cronistas ocupam páginas e mais páginas registrando sobre a ação pastoral desenvolvida por meio das escolas paroquiais. Também antes da criação da Diocese de Florianópolis (1908), o jornal *Estrella* e os boletins eclesiais da Diocese de Curitiba apresentam registros sobre as escolas paroquiais no Médio Vale do Itajaí-Açu e não mencionam a existência dessa rede escolar nas colônias do Sul catarinense.

Importante elemento a destacar são os certames catequísticos (exames escolares), envolvendo todas as escolas da paróquia com o principal objetivo de verificar o conteúdo do catecismo. Esses exames escolares, em Rodeio e localidades adjacentes, eram realizados pelo clero.¹⁵² No Sul, em vez da expressão certames catequísticos, utilizava-se somente, exames escolares e eles não eram realizados única e exclusivamente com a presença dos padres. Em Urussanga, por exemplo, Caruso MacDonald e Lucas Bez Batti, dentre outros líderes locais, compunham a comissão examinadora. Geralmente os exames eram realizados por ocasião da visita do cônsul italiano e embora conste a presença (não obrigatória) do padre nessa comissão, os exames não versavam sobre o conteúdo do catecismo.¹⁵³

¹⁵⁰ MARZANO, Luigi, op. cit., p. 55 - 58.

¹⁵¹ Entrevista com Jucely Lottin. Orleans, 23/10/2001. (A/A).

¹⁵² Livro Tombo do Curato Nossa Senhora da Conceição de Rio dos Cedros. Rio dos Cedros, 04/12/1932, p. 31 verso. O cronista registrou que as escolas que compareceram provaram primar pelo ensino do catecismo.

¹⁵³ *La Patria*, Urussanga, 18/08/1901, n.13, p. 03 e o *La Pátria* de 25/08/1901, n. 14, p. 03. (BNRJ).

No Sul catarinense, a instrução era vista pelos líderes italianos como fator de progresso.¹⁵⁴ Também o padre Marzano, ao articular com o bispo Scalabrini a vinda, para Urussanga, de religiosas da Congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, não enfoca a doutrina católica, mas almeja o desenvolvimento econômico/social. Afirma que a instrução seria importante porque favoreceria a comercialização dos produtos e a implantação de alguma indústria.¹⁵⁵

Ademais, diferenças entre as duas regiões dizem respeito às escolas italianas *Dante Alighieri*. Ao tempo em que no Médio Vale do Itajaí-Açu o bispo proibia que o padre fosse um dos integrantes da comissão escolar dessas escolas, no Sul o padre italiano integrava-se a essa comissão. O cônsul Pio di Savóia registra as diferentes percepções que ele teve entre essas duas áreas do Estado de Santa Catarina. Indica que essa diferença se dá em decorrência também dos diferentes modos de atuação dos padres. Nas localidades de Rodeio, Rio dos Cedros e Ascurra, embora tenha reconhecido a colaboração de alguns membros do clero à causa da italianidade, Pio di Savóia teceu críticas aos franciscanos alemães que pastoreavam os católicos dessas localidades. Salienta que os franciscanos eram portadores de

uma autoridade extraordinária, incontestada, medieval. Porém, apesar do prestígio da religião, da popularidade do hábito e da santidade de vida, pareceu-me que são mais respeitados e temidos que amados pelos nossos compatriotas. Dominados [...] por preconceitos de raça, mais virulentos em gente de origem plebéia como geralmente eles são, não estimam e não amam os italianos. Falam-lhe a língua, como o negociante se esforça para conhecer a do cliente, mas lhe ignoram as vias do coração, e nada tendo em comum com eles, além do vínculo religioso, são induzidos a tratá-los sem nenhum respeito em todo o resto.¹⁵⁶

É possível que haja exagero do cônsul quanto à afirmação de que os franciscanos em Rodeio “não amem e não estimem os italianos”. Não teria também o cônsul, falta de estima pelos padres alemães? Nesse mesmo relatório, diferentemente do Médio Vale do Itajaí-Açu, ao visitar as colônias do Sul de Santa Catarina, tece elogios ao clero italiano. Assim ele registra: “pode-se discutir se o parentesco entre religião e pátria seja tão estreito quanto se fala, mas eu posso assegurar que aqui, no Estado de Santa Catarina é na Igreja principalmente, que senti vibrar a voz da Pátria”. Descreve que a igreja foi o primeiro lugar em que foi recebido e que “no sentimento dos colonos representa a pátria”. Diz que em Nova Veneza o padre Antônio Manno havia iniciado o seu discurso com a seguinte frase: ‘o amor da Pátria e

¹⁵⁴ *La Patria*, Urussanga, 15/02/1903, n. 87, p. 01 e 02. (BNRJ).

¹⁵⁵ MARZANO, Luigi. Op. cit., p. 189.

¹⁵⁶ Relatório do cônsul Gherardo Pio di Savóia em 1900. In: DALL’ALBA, João Leonir. 1983, op. cit., p. 110.

da religião fundem-se no coração do homem'.¹⁵⁷ O contexto desse discurso indica que ele estaria se reportando à religião e à pátria italiana. Entretanto, cabe a indagação: esse padre e o cônsul teriam a mesma compreensão do significado da expressão pátria italiana?

Não somente Pio di Savóia, padre Manno e os demais padres italianos, mas também o cônsul Adelchi Gazzurelli, em visita às localidades do Sul do Estado, remete ao binômio fé/italianidade. Para ele, o amor à pátria de origem tinha o objetivo de fazer com que os imigrantes italianos fossem bons e fortes e recomenda-lhes:

Amem a vossa Itália e recordem com orgulho de serem seus filhos. Guardem a fé na vossa religião e não dêem ouvidos à falsas promessas, de quem se imagina grande e feliz porque não acredita em nenhum Deus. A fé é uma grande força: da história se aprende que os povos que a perderam, declinaram. Tenham fortemente estes três sentimentos: uma estimada recordação da Pátria, a fé na religião, o amor ao Brasil.¹⁵⁸

Esse excerto do discurso de Gazzurelli demonstra que ele não se opunha à fé, desde que ela estivesse vinculada e tivesse o escopo de manter o amor à pátria italiana. Nessa compreensão, a união entre fé e italianidade não era um objetivo perseguido somente pelos padres turinenses radicados em Santa Catarina. Estava também presente no discurso desse cônsul e de outros líderes italianos nas localidades.

Todavia, é necessário ressaltar a existência de divergências na compreensão do significado de italianidade. Possivelmente, seja essa uma das raízes dos conflitos entre padres italianos e líderes italianos como também da elite urussanguense com Gazzurelli. A elite italiana tinha em mente a Itália Unificada, ao passo que os padres italianos, assim como os colonos, tinham em mente os lugarejos natais que os vinculavam à lembrança de um modo de prática do catolicismo, ou seja, de ser italiano. Pode-se inferir que essa era a compreensão de pátria dos padres italianos, e assim, a proclamada preservação dos sentimentos das origens era para melhor manter a fé e distava das idéias do nacionalismo da Unificação. Dessa forma, mesmo que falassem a mesma expressão - italianidade - o imaginário reportava-se a realidades diferentes, como bem lembra Manfroí:

A Itália que os colonos amavam não era a Itália de Vitor Emanuel, nem de Garibaldi, nem de Mazzini, não era a Itália recém-unificada, mas eram os vilarejos natais. [...] Abandonaram uma Itália politicamente unida, mas antes que os italianos

¹⁵⁷ Relatório do cônsul Gherardo Pio di Savóia em 1900. In: DALL ALBA, João Leonir. 1983, op. cit., p. 70. Convém salientar que quando ele fala em Santa Catarina refere-se somente ao Sul, pois o referido relatório é especificamente sobre essa região. SCALABRINI, João Batista, op. cit., p. 153 e 187 a 188.

¹⁵⁸ Discurso do cônsul Adelchi Gazzurelli na localidade de Treviso, Urussanga. In: *La Colônia*, Urussanga, 15/10/1909, n. 19, p. 01. (BCUFSC).

existissem. Da Itália Unida, conservaram apenas a lembrança de lutas e sofrimentos, da miséria e da fome. Os brasileiros os chamavam - italianos - indistintamente, mas na verdade, eram - católicos - do Vêneto, Mantovano, Tirol.¹⁵⁹

Nesse sentido, também Galioto salienta um elemento a ser considerado. No Norte da Itália, cada pequena localidade formava uma paróquia e tinha o seu pároco local, ou seja, não existiam capelas filiais, mas pequenas paróquias rurais.¹⁶⁰ Já no Brasil, o pároco é aquele padre que reside na sede da paróquia (não na pequena localidade) e atende 10, 15 ou mais capelas filiadas à sede, também chamada de matriz. Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes italianos não tinham experiência dessa forma de organização da igreja católica. Desse modo, é possível que eles, ao trazerem consigo a religiosidade de seus vilarejos de origem, insistissem em reproduzir a prática do seu *paese* na nova terra, querendo um padre com residência fixa em cada pequena localidade.¹⁶¹

A insistência em terem um padre italiano não tem a ver com consciência nacionalista, da Itália unificada, e mesmo porque foi feita de forma antecatólica. Segundo Isaia,

a maneira como se deu a criação do Estado Nacional na Itália era vista pelos camponeses como uma afronta à religião católica. Com suas convicções religiosas insultadas pela nova ordem política advinda com a unificação, esses camponeses não aceitavam a forma como se efetivou a criação do Reino da Itália.¹⁶²

Enfim, os ítalo-brasileiros continuaram falando a língua materna e vivendo segundo as tradições natais, pois não conheciam a língua que os propagandistas da italianidade, no sentido de nacionalismo italiano, lhes propunham conservar. Nesse sentido, o patriotismo desses imigrantes, falantes de diversos dialetos, resumia-se a uma profunda nostalgia dos vilarejos que foram obrigados a deixar.¹⁶³ Nessa linha de pensamento também houve a ausência de um espírito nacionalista nos padres italianos aqui mencionados.

Tanto para os franciscanos alemães como para os padres italianos, a conservação da língua falada pelos imigrantes era vista como favorável à manutenção da fé. Ambos, de certa forma, exerceram uma prática de dominação na medida em que não levavam em consideração o novo espaço em que esses imigrantes estavam inseridos. Inclinaram-se também a um certo colonialismo ao exaltarem a cultura européia em detrimento da brasileira ou latino-americana.

¹⁵⁹ MANFROI, Olivio. Imigração alemã e italiana - Estudo Comparativo. In: **Anais do II Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros**. Caxias do Sul: EST/UCS, 1979; MANFROI, Olívio. 1975, op. cit., p. 148.

¹⁶⁰ GALIOTO, Antônio. O significado das capelas nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luís Alberto, op. cit., 1987, p. 293 - 295. vi.

¹⁶¹ *Paese* - refere-se ao vilarejo - o lugar onde se localiza a casa do emigrado e aquilo que a circundava.

¹⁶² ISAIA, Artur Cesar. 1998, op. cit., p. 42.

¹⁶³ MANFROI, Olívio. 1975, op. cit., p. 133 e 149.

Entretanto, para os padres italianos, manter a fé significava conservar a cultura italiana, um modo de ser italiano católico, vale dizer, o binômio fé/italianidade. Nesse sentido, é possível, ainda, inferir que a identidade cultural era por eles compreendida como algo cristalizado em determinado tempo histórico. Compreende-se que as identidades são construções culturais em constante (re)invenção. A utilização dos elementos da etnicidade e da tradição nas construções identitárias tem-se intensificado na contemporaneidade e instituem diferentes compreensões acerca da italianidade.¹⁶⁴

A utilização desses elementos é também observada nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX em Santa Catarina. Os porta-vozes da italianidade tentaram constituir identidades - fazer italianos. As insistentes afirmações e as estratégias utilizadas para tal construção são tratadas no próximo capítulo.

¹⁶⁴ Dentre alguns estudos nessa linha, pode-se citar: SAVOLDI, Adiles. **O caminho inverso: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania**. 1998. Dissertação. (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis; SIVIERO, Ivone Bigolin. **Reatando o elo com a Itália**. Chapecó: Argos, 2004.

2. OS PORTA-VOZES DA ITALIANIDADE

Os agentes consulares e os cônsules são portadores de falas autorizadas e desenvolvem estratégias de ação a partir de uma delegação do governo italiano. Passam a disputar com o poder religioso a autoridade sobre os núcleos coloniais. Dessa forma, observa-se que a “verdade do mundo social está em jogo nas lutas entre os agentes que estão equipados de modo desigual para alcançar uma visão absoluta”.¹ Uma vez que, “o mundo social é também representação e vontade, existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto”.²

Nesse sentido, ambos os poderes almejam ser percebidos, ou melhor, reconhecidos como distintos. Ao tempo que um deles procura significar a realidade constituindo sujeitos católicos, o outro procura incutir a idéia da italianidade, associada ao nacionalismo italiano. O que está em jogo nessa construção de identidades são as lutas pelo reconhecimento de autoridade. Os títulos, de cônsul, de padre, dentre outros, são propriedades simbólicas que propiciam e dão o direito ao reconhecimento. Dessa forma, as identidades, a começar pela identidade dos porta-vozes, são simbólicas e reais ao mesmo tempo porque são histórica e socialmente construídas.

Desse modo, pretende-se demonstrar que o ser italiano não era algo dado, que a *italianità* estava por ser construída. São os porta-vozes que tentam impor uma visão da Itália, como também do que é ser e não ser italiano. Toma-se como objeto de reflexão o olhar dos cônsules em vista do lugar que ocupam, do poder de construção que lhes fora atribuído e de como tentam afirmar fronteiras étnicas. Esses agentes “têm uma apreensão ativa do mundo, constroem sua visão de mundo. Mas essa construção é operada sob coações estruturais”.³ Os esquemas de percepção e apreciação, em especial os que estão inscritos na linguagem, exprimem o estado das relações de poder simbólico, compreendido aqui como o “poder de fazer grupos já estabelecidos que é preciso consagrar”.⁴

Os cônsules têm uma visão do espaço conforme a posição ocupada nesse espaço. Entretanto, ressalta-se que o ponto de vista deles está instituído como ponto de vista legítimo.

¹ BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 164

² BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. Tradução: Sérgio Miceli et al. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 111 - 112.

³ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 157.

⁴ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 160, 161 e 166.

Por ser legítimo, precisa ser reconhecido, pelo menos no interior de uma sociedade específica, neste caso, das colônias italianas catarinenses.

Dentre os meios utilizados para construção e difusão da *italianità*, neste capítulo destacam-se os periódicos italianófilos e as escolas italianas *Dante Alighieri*. Com a implantação dessas escolas intensificam-se as divergências entre os poderes religioso e laico, principalmente no Médio Vale do Itajaí-Açu. Os núcleos coloniais são alvo de incontáveis estratégias também dos agentes consulares, dos cônsules e de membros das elites locais. Ao sinalizar as estratégias de construção do coletivo, Bourdieu diz que “as mais típicas dessas estratégias de construção são as que visam reconstruir retrospectivamente um passado ajustado às necessidades do presente, [...] ou construir o futuro, por meio de uma predição criadora, destinada a delimitar o sentido, sempre aberto do presente”.⁵ Essa retrospectiva ao passado, com base num diagnóstico do presente idealizando o futuro, é constante no discurso dos propagandistas da italianidade.

Conforme já se afirmou, o ponto de vista dos cônsules é o ponto de vista oficial - das autoridades - e se exprime num discurso oficial.⁶ A cultura existe sob a forma de um conjunto de significantes/significados. A percepção de uma realidade simbólica, produzida e inculcada pela cultura, está associada a “seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico”. Essa seleção é “*arbitrária* na medida em que a estrutura das funções desta cultura não podem ser deduzidas de qualquer princípio universal, físico, biológico ou espiritual”.⁷

Nesse sentido, pretende-se demonstrar que os agentes da italianidade exerceram um poder simbólico, isto é, tentaram fazer grupos com palavras.⁸ Há que se considerar também que esses agentes se organizam segundo os princípios étnicos. Muito embora a questão étnica apareça nos discursos consulares, essa não é a ênfase do presente capítulo. O que se pretende é demonstrar que os porta-vozes utilizam o discurso acerca da etnia como estratégia nas disputas pela construção de sujeitos e pelo reconhecimento da autoridade.

Entrementes, mesmo a etnicidade “não se explica como uma qualidade ou uma propriedade ligada de maneira inerente a um determinado tipo de indivíduos ou de grupos, mas como uma forma de organização ou um princípio de divisão do mundo social cuja

⁵ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 162.

⁶ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 164.

⁷ Apud MICELI, Sérgio. A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução: Sérgio Miceli et al. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. XXV - XXVI.

⁸ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 166 - 167.

importância pode variar de acordo com as épocas e as situações”.⁹ Dessa forma, o poder sobre o grupo a que se pretende dar existência enquanto grupo é, ao mesmo tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns.¹⁰

De modo geral, o discurso dos representantes estrangeiros constituía-se na posição dos governos em relação aos emigrados.¹¹ Entretanto, o governo italiano, numa primeira etapa da movimentação imigratória, não havia pensado em tutelar os emigrados. Ademais, diante das notícias sobre as péssimas condições em que se encontravam os emigrados no exterior, as organizações consulares questionavam-se sobre o fato de que se o governo nem mesmo cuidava dos indigentes do próprio Reino, por que haveria de fazê-lo com aqueles que se encontravam no exterior.¹²

Com que objetivos o governo italiano enviou cônsules e agentes consulares para tutelar os emigrados? Por que, em determinado momento, surgiu a preocupação em fazer com que os emigrados estabelecessem vínculos com a Itália? Qual foi a eficácia na promoção e instauração de relações com a mãe-pátria? Em que medida despertou e/ou produziu sentimentos e valores culturais italianos? Esses interesses foram ao encontro das necessidades dos imigrantes? Considerando-se a importância do lugar institucional, ou seja, o lugar de onde os cônsules e agentes consulares falam, tais perguntas exigem, pelo menos, uma breve exposição sobre a política de tutela aos emigrados. É o que se pretende expor no tópico a seguir.

2.1. A tutela do governo italiano sobre os imigrantes

Os diplomatas italianos eram os mediadores entre o governo italiano e as colônias de imigrantes. Trento, ao se referir aos cônsules e às práticas assistenciais, diz que elas resultavam numa pequena esmola, e a “cartada da italianidade”, muitas vezes, servia para obter vantagens pessoais, como também expor ao público uma determinada imagem da Itália. Cita um trecho do *Il Tribuno*, semanário dominical satírico de São Paulo: “Nossos figurões

⁹ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução: Élcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1998, p. 124.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 111 - 112.

¹¹ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa. **Colônia**: um conceito controverso. Caxias do Sul: EDUCS, 1996, p. 57.

¹² *BOLLETINO CONSOLARE. L'emigrazione italiana nel biennio 1877 - 1878: secondo la corrispondenza diplomatica e consolare*. Roma: Libreria dei Fratelli Bocca, parte I, 1879, p. 34, v xv. Apud IOTTI, Luiza Horn. **O olhar do poder**: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 47 - 48.

falam muitas vezes na Itália, da italianidade, de patriotismo, da colônia [...] mas no fim das contas, a massa, que representa a consciência italiana no Brasil, é por eles deixada de lado e sua quantidade considerada desprezível”.¹³ Em geral, o comportamento dos cônsules era de indiferença diante dos problemas sociais e na visão deles, “os emigrados não eram cidadãos dignos de ajuda e defesa, mas rústicos inoportunos que, com sua miséria e ignorância, ofendiam a Pátria”.¹⁴

Nesse sentido, por parte do governo italiano e de seus representantes, houve descaso com relação aos compatriotas e seus interesses, pois “na opinião de quem governa nosso país, o emigrado para o Brasil não é mais italiano, mas um filho réprobo, pelo qual não se pode fazer nada”.¹⁵ O problema de assistência aos emigrados não era escassez de corpo diplomático, mas indiferença e desorganização, além de as elites não demonstrarem o menor “zelo nos trâmites de repatriamento, cujas possibilidades de êxito já eram amplamente limitadas pela escassez de verbas que lhes eram destinadas”.¹⁶ A situação tornava-se ainda mais difícil porque os cargos de agente consular e, freqüentemente, o de vice-cônsul não eram remunerados e nem sempre os vice-cônsules eram funcionários de carreira. A maioria deles tinha negócios particulares e se envolvia em questões comerciais.¹⁷

A carreira consular era considerada pouco atraente, apesar de possuir o maior número de membros. Dividia-se em duas categorias com *status* distintos: cônsules de carreira ou enviados e cônsules honorários ou locais. O grupo da primeira categoria era formado por cônsules gerais de primeira classe, destinados às sedes mais prestigiadas; cônsules gerais de segunda classe, de igual consistência ao anterior; e cônsules e vice-cônsules distintos em primeira, segunda e terceira classes. Os cônsules de carreira ou enviados eram nomeados pelo rei de acordo com prévia sugestão do Ministro dos Negócios Exteriores e por meio de aprovação em concurso. Deveriam ser cidadãos italianos, habilitados a exercer a advocacia. A carreira era progressiva, recebiam um salário e tinham direito à aposentadoria, entre outros benefícios. Os vice-cônsules e agentes consulares eram nomeados pelos cônsules gerais ou locais, mediante prévia autorização do Ministério.¹⁸

¹³ *IL TRIBUNO*, 15/05/1898. Apud TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 161.

¹⁴ VILLA, Deliso. **Storia dimenticata**. Tradução e notas: Adriana Pucci. Porto Alegre: EST, 2002, p. 104.

¹⁵ Apud TRENTO, Angelo, op. cit., p. 164.

¹⁶ TRENTO, Angelo, op. cit., p. 164 - 165.

¹⁷ Apud TRENTO, Angelo, op. cit., p. 166.

¹⁸ IOTTI, Luiza Horn, op. cit., p. 67 - 69. O “acesso a qualquer uma das carreiras, antes da reforma de 1849, era garantido pela origem nobre, proteção da corte, amizade com o Ministro ou com altos funcionários da secretaria. Depois, o ingresso na carreira diplomática passou a ser realizado por meio de concurso. Mas

Mesmo não sendo remunerados, os cargos de agente consular e de vice-cônsul eram ambicionados, pois, além de notoriedade, possibilitava ascensão social. Salienta ainda que “os agentes consulares constituíam a trama, o tecido essencial da rede consular, estabelecendo a ligação entre o titular do consulado, muitas vezes responsável por vasto território, e os compatriotas, dos quais expressavam os interesses e expunham os problemas”.¹⁹

Tendo-se em vista que a diplomacia é um conjunto de meios para promover os interesses de um estado no campo internacional, os melhores postos na composição da burocracia do Estado italiano eram alvo de disputa entre as elites.²⁰ Num primeiro momento, as autoridades diplomáticas ter-se-iam limitado apenas a intermediar na busca de soluções individuais ou na extradição de elementos exaltados. Somente depois de longas discussões parlamentares é que a emigração e os emigrantes passaram a “ser encarados pelo Estado e pelas classes dirigentes italianas como uma solução para as suas necessidades econômicas e sociais”.²¹ Para tanto, efetuaram-se reformas nos órgãos encarregados do exercício da diplomacia italiana, o *Ministero degli Affari Esteri* (Ministério dos Negócios Estrangeiros) criado junto com o próprio Reino da Itália e o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). As reformas efetivadas pelo Ministro interino Francesco Crispi²² e pelo seu chefe de gabinete, Alberto Pisani Dossi, em 1887 e 1888, objetivavam a “modernização da máquina diplomática e a promoção ostensiva da ação e do prestígio italianos no exterior”.²³

Dentre as modificações estabelecidas por Crispi, uma delas se referia à entrada e saída de informações do *Ministero degli Affari Esteri*. É a partir daí que os representantes da Itália no exterior foram obrigados a enviar relatórios semestrais sobre a situação dos países em que residiam. Assim também o *Bolletino Consolare* (Boletim Consular), publicado desde 1861, foi substituído em 1888 pelo *Bolletino del Ministero degli Affari Esteri* (Boletim do Ministério dos Negócios Estrangeiros). As reformas objetivavam adaptar o Ministério às novas necessidades, principalmente à “manutenção e à ampliação dos mercados para a

mesmo assim, continuou sendo privilégio de poucos. O título exigido para inscrição nos exames era o diploma de magistério, o que eliminava um número considerável de cidadãos”. IOTTI, Luiza Horn, op. cit., p. 45.

¹⁹ Apud IOTTI, Luiza Horn, op. cit., p. 69.

²⁰ IANNI, Constantino. **Homens sem paz**: os conflitos e os bastidores da emigração italiana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p.191.

²¹ IOTTI, Luiza Horn, op. cit., p. 48.

²² Francesco Crispi (1887/1891), no ano de 1887 foi sucessor de Agostinho Depretis que havia marcado a chegada da esquerda ao poder, em 1876. Crispi, nascido em 1818, advogado siciliano, partidário das idéias de Mazzini, tenente de Garibaldi, aderiu à dinastia de Sabóia em 1865: fundou o Partido Radical Constitucional. IOTTI, Luiza Horn, op. cit., p. 44 e 50.

²³ CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália**: o papel da diplomacia. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano de Cultura, 1992, p. 02.

economia agroexportadora”.²⁴ Crispi passou a utilizar a diplomacia para a política emigratória, e suas medidas objetivavam terminar com os abusos das companhias de emigração, tutelar os emigrados mantendo-os vinculados à pátria e também estimular o sentimento de nacionalidade italiana.²⁵

Além de reformar o aparato burocrático, Crispi viu a emigração como solução para os problemas socioeconômicos internos do país e percebeu que para dar à Itália “um papel de primeiro plano no cenário da política internacional mundial era preciso também reformar o Ministério dos Negócios Exteriores”.²⁶ Ao apresentar à Câmara dos Deputados um projeto de lei sobre a emigração, enfatiza uma idéia colonialista ao dizer que o governo não deveria perder de vista os emigrados, quer para tutelá-los em caso de necessidade e para manter firmes os vínculos com a Itália, quer para encaminhar em vantagem dela os frutos do trabalho dos emigrados. Salientou que as “colônias italianas deveriam ser como braços que o país estendia longe de si sobre terras estranhas para trazê-las à órbita de suas relações de trabalho e troca” e como um “alargamento dos confins de sua ação e da sua potência econômica”.²⁷ Assim, com Crispi houve significativa mudança na política emigratória, procurando transformar a emigração em instrumento para o desenvolvimento da economia italiana. Além disso, teve a intenção de incutir nos emigrados a imagem de uma Itália diferente daquela que os obrigara a emigrar.

Retomando a questão da obrigatoriedade de envio de relatórios semestrais, cumpre lembrar a indicação de Bourdieu de que o ponto de vista das autoridades se exprime no discurso oficial.²⁸ Nesse sentido, ao falar de suas visitas aos núcleos coloniais, nos relatórios oficiais os cônsules expõem um ponto de vista - aquele que o consulado geral como instituição pretendia obter. Além do mais, os cônsules geralmente faziam diagnósticos calcados em ordens e prescrições. Nos relatórios sobre Santa Catarina, dentre os elementos que podem ser destacados estão as atividades econômicas/comerciais e a preocupação com a preservação do patriotismo italiano, o qual deveria ser cultivado, principalmente por meio do ensino escolar. Observa-se a existência de sete relatórios produzidos pelos cônsules conforme o seguinte quadro:

²⁴ CERVO, Amado Luiz, op. cit., p. 06.

²⁵ CERVO, Amado Luiz, op. cit., p. 12.

²⁶ IANNI, Constantino, op. cit., p. 28.

²⁷ Apud IANNI, Constantino, op. cit., p. 28. O projeto de lei foi apresentado à Câmara em 15/12/1887.

²⁸ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 164.

QUADRO 5 - RELATÓRIOS CONSULARES SOBRE SANTA CATARINA ENTRE 1895 E 1913

NOME DO CÔNSUL	TÍTULO DO RELATÓRIO	DATA
Cav. Alberto Rotti	Italianos no Sul de SC	out/1895
Cav. Gherardo Pio di Savóia	Italianos no Sul do Estado de SC	fev/1900
Cav. Gherardo Pio di Savóia	A agricultura, a indústria e o comércio no Estado de Santa Catarina	jan/1901
Cav. Gherardo Pio di Savóia	Italianos no Norte de SC	set/1901
Cav. Gherardo Pio di Savóia	Condições econômicas e comerciais no Estado de Santa Catarina em 1900	jun/1902
Giuseppe Caruso MacDonald	O Estado de SC e a colonização Italiana	out/1906
Ranieri Venerosi Pesciolini	As colônias italianas no Brasil Meridional	1913

FONTE: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: EST, Florianópolis: Lunardelli, 1983, p. 62 - 182. PELLIZZETTI, Beatriz. **Pioneirismo italiano no Brasil Meridional**: estudo de caso. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1981, p. 144 - 157.

Alguns fragmentos sinalizam para as vantagens da imigração e apontam para uma idéia de superioridade do imigrante: “na imigração não se encontra só um elemento povoador, mas um elemento, outrossim, educador, em cujo contato esperam encontrar a força para retirar o agricultor autóctone da inércia tradicional e enraizada”.²⁹ Em geral os cônsules centram a atenção nas condições econômicas dos compatriotas. Nos relatórios também aparece a disputa de poder de autoridade entre os poderes religioso e laico. Ao falar da localidade de Nova Trento, o cônsul Pio di Savóia diz que a “causa principal, a verdadeira causa da esterilização de Nova Trento, eram os jesuítas”. Em pouco tempo esses padres fizeram surgir igrejas, capelas, oratórios, institutos religiosos, em proporções maiores não só das necessidades espirituais, mas também dos recursos da população. Opina que antes de “dispor em tão larga medida dos bens dos colonos, os padres tiveram que conquistar-lhes as consciências”. Ao mencionar a localidade de Rodeio, diz que os franciscanos não tinham capacidade para entender os italianos e os tratavam como inimigos. Argumenta que os referidos padres somente permitiam que o ensino fosse ministrado em língua italiana porque tinham consciência de que isso seria necessário para a conservação do sentimento religioso.³⁰

²⁹ Relatório do cônsul Alberto Rotti. In: DALL'ALBA, João Leonir, op. cit., p. 45.

³⁰ Relatório do cônsul Gherardo Pio di Savóia. In: DALL'ALBA, João Leonir, op. cit., p. 91 - 105.

A idéia de patriotismo italiano é incutida pela afirmação de que os italianos emigrados deveriam manter sólidos laços com a pátria-mãe. Pio di Savóia expressa uma certa decepção em um dos seus relatórios:

algun grão, do ventilador do socialismo europeu, veio cair também aqui, onde, porém não pegou nem pegará por muito tempo ainda, devido ao estado de infância da indústria, à absoluta falta de grandes fábricas, à pouca densidade da população, e sobretudo ao regime de propriedade das terras, a preço acessível, à mão de todos, mesmo dos que nada possuem. Os socialistas italianos são menos numerosos que os alemães, anárquicos mais que socialistas, e impregnados mais de ódio que de idéias. Aham que no Brasil tudo vai bem e continuam enfurecidos contra o governo e os burgueses da Itália. Quando passa o cônsul, cantam o hino dos trabalhadores, mas se inclinam até o chão diante das autoridades locais. Nossos colonos ficam escutando-os divertidos mas quando o sino toca para as vésperas correm para a igreja e largam-nos na rua.³¹

Pesciolini foi enviado à América do Sul em 1912 pela Federação *Italica Gens*.³² Esse agente lamenta que “os sacerdotes e religiosos estrangeiros não são levados a despertar os sentimentos de amor às tradições da pátria [italiana], que eles não compreendem”.³³ O capuchinho Bernardin d’Apremont, representante das congregações francesas no Rio Grande do Sul, responde às críticas feitas por Pesciolini ao clero estrangeiro:

Se eu bem compreendi, a finalidade da Associação e da revista *Italica Gens* é, sem dúvida, a de ajudar os colonos, mas com segundas intenções, que me parecem a razão principal, isto é, objetivo nacional. Esse objetivo principal consistiria em transformar as colônias italianas num prolongamento da Itália, mantendo aí grupos compactos, homogêneos, de língua e de costumes italianos.³⁴

Pelos relatórios consulares o governo italiano objetivava orientar-se em função de uma política comercial e em proveito dos interesses nacionais, obtendo informações estatísticas, comerciais, industriais, agrícolas e marítimas sobre os diversos Estados nos quais os

³¹ Relatório do cônsul Gherardo Pio di Savóia. In: DALL’ALBA, João Leonir, op. cit., p. 115.

³² PESCIOLINI, Ranieri Venerosi. *Le colonie italiane nel Brasile Meridionale*. **Revista Italica Gens**. 1914. In: PELLIZZETTI, Beatriz, op. cit., p.144 - 157. A *Italica Gens* foi fundada por Ernesto Schiaparelli por volta de 1906. Tinha como principal objetivo a proteção aos imigrantes italianos e a defesa da italianidade. Segundo Schiaparelli, cada missionário italiano deveria preocupar-se não somente com o lado espiritual, mas também com as condições sociais e econômicas dos emigrados. Schiaparelli já havia sido um dos iniciadores da Associação Nacional em prol dos Missionários Católicos Italianos em Florença e co-fundador da obra do bispo Geremia Bonomelli, sendo inclusive o secretário da sede em Turim. Nessa ocasião, aproveitava a Obra para ‘propagar sentimentos patrióticos’, procurando imprimir-lhe ‘uma fisionomia marcadamente leiga, com alguma intempestiva ingerência entre o pessoal religioso’. Apud AZZI, Rioldando. *Italica Gens*. In: _____. **A igreja e os imigrantes: a fixação da imigração italiana e a implantação da obra escalabriniana no Brasil (1904 - 1924)**. São Paulo: Paulinas, 1988, p. 136 - 139. vii.

³³ Apud MANFROI, Olivio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul/Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 139. Pesciolini referia-se às colônias de Garibaldi, Caxias, Alfredo Chaves e Nova Trento, situadas no Rio Grande do Sul, dirigidas por congregações francesas e alemãs.

³⁴ Apud MANFROI, Olivio. 1975, op. cit., p. 139.

interesses italianos eram representados e tutelados.³⁵ Os discursos dos cônsules, veiculados pelos ofícios, relatórios e periódicos, cedem lugar às características étnicas como uma espécie de manipulação, uma estratégia em vista dos interesses econômicos da Itália pós-unificada.

A vinda desses propagandistas da italianidade para Santa Catarina resulta dos interesses da política do Estado italiano recém-unificado. Esses porta-vozes colocam-se diante de seus compatriotas, apresentando-se como identificados com seus problemas e suas necessidades.

O fascismo chegou ao poder em 1922, e Mussolini exagerou na tradição crispijana ao querer transformar os italianos que se encontravam no exterior em instrumentos de uma política para difundir a nova Itália - fascista - divulgada como ordeira e progressista. Especialmente a partir de 1928, a diplomacia italiana agregou aos seus esforços os “métodos e desígnios da ideologia política consubstanciada no fascismo”.³⁶

Houve conflitos entre o Brasil e a Itália, dentre eles um decorrente do Decreto mantido pela Constituição de 1891 que regulamentava a chamada grande naturalização. Esse decreto estabelecia “a prevalência do *ius loci* sobre o *ius sanguinis*, ao determinar que todo estrangeiro residente no Brasil há dois anos adquiria automaticamente a nacionalidade brasileira, salvo se fizesse formal declaração em contrário”.³⁷ Justamente porque Crispi decidira usar as colônias como elemento de manobra no exterior, não aceitou essa lei brasileira, supondo que os italianos do Brasil se lhe oporiam recusando a nacionalidade brasileira. Os italianos emigrados, no entanto, não corresponderam aos apelos do nacionalismo externo e adotaram a cidadania brasileira por razões práticas, como, por exemplo, a participação na vida política local.³⁸ Igualmente muitos trentinos, espontaneamente, haviam solicitado a cidadania brasileira.³⁹

Essa adoção da cidadania brasileira por parte dos imigrantes remete ao significado e à noção da palavra pátria que lhes foi incutida pelos agentes da italianidade, nos diferentes Estados e momentos do processo imigratório. Araújo e Cardoso indicam que em alguns jornais em língua italiana, publicados no Estado do Paraná, os redatores combatem o desinteresse pela participação na vida nacional e pregam a adoção da segunda pátria:

³⁵ *Bolletino del Ministero degli Affari Esteri*. Roma: Tipografia del Ministero degli Affari Esteri, fas. I, gen. 1888, p. 08. vi. Apud IOTTI, Luiza Horn, op. cit., p. 86.

³⁶ CERVO, Amado Luiz, op. cit., p. 12, 15 e 112.

³⁷ CERVO, Amado Luiz, op. cit., p. 37 - 38. O Decreto data de 15/12/1889.

³⁸ CERVO, Amado Luiz, op. cit., p. 64 e 38.

³⁹ GROSSELLI, Renzo Maria. *Noi tirolesi, sudditi felici di Don Pedro II*. Porto Alegre: EST, 1999, p. 189.

A colônia deve entrar séria, unida e concorde na vida civil e política do país [...] significa tomar parte consciente no desenvolver de todas as suas instituições civis, políticas e econômicas, exercitando uma espécie de fiscalização [...] de tudo quanto concerne à administração pública. E tal direito ninguém gostará sem dúvida de desconhecer desde o momento que como cidadãos brasileiros, naturalizados ou não, obedecemos às mesmas leis e experimentamos as mesmas vantagens e inconvenientes derivados de uma boa ou má administração.⁴⁰

Nesse mesmo periódico, o redator salienta que os imigrantes adotaram o Brasil como a segunda pátria não por ambição, nem por egoísmo, mas por deferência ao país que os hospedava. Cita também que aceitaram a naturalização brasileira “sem deixar de amar a terra longínqua na qual nasceram e onde deixaram tantos afetos”.⁴¹ Dessa forma, ao mesmo tempo em que há, por parte de alguns periódicos italianos, o incentivo à participação na vida nacional, há igualmente o apelo a que amem e não esqueçam a pátria de origem. Para tanto, as datas comemorativas, ou seja, as celebrações das festas patrióticas deveriam ser realizadas com o objetivo de conservar e/ou criar vínculos com a Itália.⁴² Vale lembrar que a partir de 1888 o Estado Italiano passa a encarar a emigração como um negócio lucrativo para a Itália, através da preservação dos vínculos entre os emigrados e a pátria-mãe, período em que passaram a ser incentivadas as comemorações das datas cívicas e a criação de associações e escolas italianas.⁴³

A diplomacia visava a unir emigração, comércio e identidade cultural. Todavia, a ação de preservar a identidade cultural “era apenas sinônimo de manter os hábitos de consumo e, portanto, garantir a importação dos produtos da pátria, sustentando assim atividades do comércio, da indústria e da marinha mercante”.⁴⁴ Nos ofícios do cônsul Gherardo Pio di Savóia, verifica-se a preocupação com o desenvolvimento do comércio e com a instrução. Essa preocupação do cônsul ocorria não somente em função de ele querer ver os compatriotas em melhores condições financeiras, mas de corresponder aos interesses econômicos/comerciais do governo italiano.

⁴⁰ *Il Corriere D'Italia*. Curitiba, 08/07/1893, ano 1, n. 1. Apud ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de; CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Italianos no Brasil ou a pátria recriada. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987, p. 335 - 336. vi. O período abrangido pela pesquisa de Araújo e Cardoso é de 1890 a 1917.

⁴¹ *Ibidem*, p. 336.

⁴² IOTTI, Luiza Horn, op. cit., p. 53.

⁴³ IOTTI, Luiza Horn, op. cit., p. 93.

⁴⁴ PETRONE, Maria Theresa. Política imigratória e interesses econômicos: 1824 - 1930. In: _____. **Emigrazioni europee e popolo brasiliano**. Atti del congresso euro-brasiliano sulle migrazioni (1895: São Paulo). Roma: Centro di Studi Emigrazione, 1987, p. 267.

Tais indicações são encontradas em relatórios consulares e em periódicos editados nos núcleos coloniais catarinenses, pelos quais os redatores convocavam os italianos a representarem as colônias do Brasil, expondo seus produtos agrícolas na Itália: “o nosso município [Laguna] não deve deixar de concorrer à grande exposição de Turim/Roma, [...] nada de desânimo: precisamos mostrar ao estrangeiro as nossas forças econômicas, pois o não comparecimento a estas festas mundiais demonstra que somos um povo enfraquecido”.⁴⁵ Insere-se nesse discurso o paradoxo da monopolização da vontade coletiva que, segundo Bourdieu, está na “origem de todo efeito de imposição simbólica: eu sou o grupo, isto é, a coação coletiva, a coação do coletivo sobre cada membro [...] e, simultaneamente, sou aquele que manipula o grupo em nome do próprio grupo; eu me autorizo junto ao grupo que me autoriza para coagir o grupo”.⁴⁶

Ao longo dos relatórios afirma-se que a exportação e a importação de produtos seria de grande importância, tanto para a Itália como para os núcleos coloniais catarinenses. Os cônsules questionam o porquê de no Estado de Santa Catarina ter unicamente uma representação comercial de Gênova, sediada em Florianópolis e, Caruso MacDonald lamenta que entre as nações importadoras, a Itália, no ano de 1905, ocupasse o último lugar.⁴⁷

O diagnóstico do corpo consular é que as colônias italianas não traziam à Itália, no setor comercial e industrial, as vantagens que se esperava. Os cônsules alertam que para melhorar o comércio de Santa Catarina e de todo o Brasil, seria necessário um programa bem definido, no qual fossem enquadrados os esforços do Governo Central, dos ministros, dos cônsules, das Câmaras de Comércio do Reino, da imprensa, da classe empresarial e das companhias de navegação.

Também Pesciolini enfoca a preservação da italianidade, porque, por intermédio dela poder-se-ia conseguir o incremento econômico num comércio considerável com a Itália.⁴⁸ De modo geral, na visão dos cônsules, o sentimento de italianidade contribuiria para melhorar o comércio, tanto de importação como de exportação. As elites dirigentes italianas pautavam-se pela tese de que à emigração deveriam corresponder mercados consumidores de produtos italianos.

⁴⁵ *O Albor*. Laguna, 22/01/1911, n. 428, p. 01. (AHT). Ver ANEXO D - Ofício de Antônio Paes, regente consular, ao governador Gustavo Richard.

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 198.

⁴⁷ Relatório do cônsul Giuseppe Caruso MacDonald. O Estado de Santa Catarina e a Colonização Italiana. In: DALL’ALBA, João Leonir, op. cit., p. 146 - 182.

⁴⁸ Apud PELLIZZETTI, Beatriz, op. cit., p. 145.

As informações contidas nos relatórios levam a corroborar a afirmação de que a emigração, sob a tutela do Estado italiano, transformou-se em um negócio rentável para a Itália e subjacente ao “discurso de tutelar o emigrante e mantê-lo ligado à pátria-mãe, estiveram presentes os interesses econômicos das elites italianas”.⁴⁹ Entretanto, entre as discussões para implementar o comércio italiano no Brasil, as iniciativas foram fracas e se limitaram mais a sugestões, como a de que era necessário criar nos consulados de maior importância seções com atribuições distintas - uma dedicada exclusivamente à proteção dos emigrantes e outra para estudar as condições comerciais do país em proveito da produção nacional. As propostas dos italianos residentes no Brasil foram mais relevantes como, por exemplo, a sugestão de que viessem para o Brasil bons técnicos para assumirem postos de direção nas indústrias e, dessa forma, priorizar a importação de produtos italianos.⁵⁰

Para cada expatriado, a prosperidade adquirida pelo trabalho certamente significava a aquisição do que lhe havia sido negado na pátria de origem. Para o governo italiano, os emigrados deveriam contribuir com o aumento da estima que a Itália deveria ter no mundo e isso seria a ampliação de um capital simbólico. O consulado italiano em Santa Catarina atua nessa perspectiva, utiliza-se de estratégias de influência junto à coletividade italiana na tentativa de corresponder aos interesses do governo italiano.

2. 2. O Consulado e as tentativas de fazer italianos

Dentre o conjunto de meios para promover os interesses da Itália está a instalação de agências consulares e de consulados, juntamente com o envio de seus agentes. Em Santa Catarina, registra-se a instalação de uma Agência Consular em 1871. A partir de 1894 passa a ter sede de consulado, desligando-se da jurisdição do consulado de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Conforme se pode observar nos quadros seguintes, aproximadamente 30 representantes do governo italiano atuaram no Estado de Santa Catarina até o ano de 1938.

QUADRO 6 - CÔNSULES E AGENTES CONSULARES EM SANTA CATARINA ENTRE 1871 E 1938

continua

NOME	PERÍODO	FUNÇÃO EXERCIDA
Charles John Watson	1871 ...	Agente Consular
José Agostinho Demaria	Jul/1876 a set/1888	Agente Consular
Virgílio José Villela	Jul/1889 a out/1893	Agente Consular

⁴⁹ IOTTI, Luiza Horn, op. cit., p. 44 e 59.

⁵⁰ Apud TRENTO, Ângelo, op. cit., p. 70.

Giovanni Strambio Schutel	Out/1893 a 1894	Chanceler <i>ad hoc</i>
Alberto Rotti	1894 a nov/1898	Cônsul
Gherardo Pio di Savóia	Fev/1899 a jul/1902	Cônsul
Antônio Remor	Set/1902 a dez/1904	Agente Consular
Giuseppe Caruso MacDonald	Dez/1904 a jul/1908	Cônsul
Francisco Grillo	Jul/1908 a jan/1909	Substituto provisório
Giuseppe Caruso MacDonald	Jan/1909 a mai/1909	Cônsul
Adelchi Gazzurelli	Mai/1909 a set/1910	Cônsul
Norberto Antônio Pais	Set/1910 a mai/1911	Regente provisório

QUADRO 6 - CÔNSULES E AGENTES CONSULARES EM SANTA CATARINA ENTRE 1871 E 1938

conclusão

NOME	PERÍODO	FUNÇÃO EXERCIDA
Emilio Eles	Mai/1911 a jul/1913	Cônsul
Luigi Petrocchi	Jul/1913 a mai/1914	Cônsul
Ferruccio Franzoi	Mai/1914 a nov/1915	Regente provisório
Bruno Zucculin	Nov/1915 a jun/1917	Cônsul
Attilio Carnelutti	Jun/1917 a set/1919	Cônsul
Paschoal Simone	Dez/1918 a set/1919	Regente provisório
Gino Buti (?)	Dez/1920 a ...	Cônsul
Michele Brando	Set/1919 a abr/1922	Cônsul
Emmanuele Grazzi	Abr/1922 a agost/1924	Cônsul
Gaetano Vecchiotti	Agost/1924 a nov/1925	Cônsul
Cesare Marsioli	Nov/1925 a dez/1926	Cônsul
Sestino Mauro	Dez/1926 a set/1928	Cônsul provisório ⁵¹
Sestino Mauro	Mai/1928 a set/1931	Vice-Cônsul
Giacomo Ungarelli	Set/1931 a ...	Vice-Cônsul
Guido Zecchin	1933 a ...	Vice-Cônsul
Conde Belli di Leonardi	Agost/1938 a ...	Vice-Cônsul

FONTE: Ofícios Consulares, Livro de Matrículas dos Cônsules, Decretos números 802 de 13/06/1914 e 577 de 03/04/1911 do governador Vidal José de Oliveira Ramos.
... Dados não disponíveis.

QUADRO 7 - AGENTES CONSULARES NOS NÚCLEOS COLONIAIS ENTRE 1910 E 1928

NOME	LOCALIDADE	NOMEAÇÃO
Giacinto Tasso	Laguna	Decreto n. 501, 11/04/1910
Antônio Remor	Nova Veneza	Resolução n. 1853, 26/11/1919
Giuseppe Landriani	Blumenau	Resolução n. 6.058, 16/11/1928

FONTE: Fundo da Assembléia Legislativa - Decretos de 1910 a 1913, Livro de Matrículas dos Cônsules, Entrevista com Eda Gorini Burigo em 14/12/2002. Nova Veneza. (A/A).

⁵¹ A partir de 1926 Santa Catarina passa a ter somente vice-consulado sob a jurisdição do Consulado Geral de Curitiba, no Paraná. Era cônsul geral em Curitiba Amedeo Mammalella.

Foi por razões financeiras que o Estado italiano implantou agências consulares e nomeou agentes para as áreas, inicialmente consideradas de pouco interesse econômico.⁵² Na carreira diplomática italiana, a consular era a menos almejada, pois além de o cônsul “ser obrigado a viver em locais distantes do seu país de origem e dos grandes centros, tinha de administrar extensas circunscrições consulares”.⁵³

Nesse sentido, para as áreas consideradas periféricas, como o Brasil, e neste caso Santa Catarina, o governo italiano enviou

representantes das categorias inferiores da carreira diplomática, que recebiam esta designação como um castigo. Ou, então, nomeou agentes locais que, por não receberem pagamento pelo exercício da função, trabalhavam em outras atividades e dedicavam pouco tempo à representação do Estado italiano.⁵⁴

Entre as funções do agente consular, uma das principais, a pedido do governo italiano, era a de formular uma completa relação dos italianos que entrassem e saíssem da Província. Uma das frases do Agente Consular José Agostinho Demaria, seguida de tantas outras de semelhante conotação, ao se referir à situação dos italianos é: “eles já perderam toda esperança”.⁵⁵ Essa falta de esperança é associada muitas vezes à infelicidade e surgia em decorrência de vários fatores, entre eles das precárias condições de sobrevivência em que se encontravam. A busca de informações junto aos cônsules, sobre o paradeiro de familiares é constante. O desejo de receberem notícias ocorria não somente por parte de quem havia emigrado, mas também e principalmente por parte de quem havia permanecido na Itália. Havia no ato da partida as promessas de envio de notícias e subsídios. Como a propaganda emigratória sugeria que todos os emigrados eram milionários, é possível que muitos emigrados não escrevessem porque não sabiam como justificar o fato de não poderem enviar algum dinheiro.⁵⁶

Diante da constatada falta de esperança dos imigrantes, o consulado procura reavivá-los. Esse reavivamento está associado ao projeto de construção de uma identidade italiana. Para tanto, os porta-vozes fundam periódicos italianófilos. Por meio deles cria-se uma certa realidade e selecionam-se outras, que por sua vez também são representações deles próprios.

⁵² IOTTI, Luiza Horn, op. cit., p. 61.

⁵³ *Bolletino del Ministero degli Affari Esteri*, V. II, luglio 1891. p. 11 - 17. Em 1891, a remuneração de um diplomata girava em torno de quinze mil liras, enquanto a de um cônsul variava de duas a oito mil. Apud IOTTI, Luiza Horn, op. cit., p. 67.

⁵⁴ IOTTI, Luiza Horn, op. cit., p. 71.

⁵⁵ Ofício de José Agostinho Demaria ao Presidente da Província Antônio d’Almeida Oliveira, em 24/02/1880. (APUESC).

⁵⁶ IANNI, Constantino, op. cit., p. 124.

Objetivam a uma identificação e sentimento de pertencimento dos italianos a um determinado grupo, ser italiano no Brasil. Alguns fragmentos desses periódicos demonstram como, para imprimir significados, exerceu-se até mesmo uma espécie de coerção. Diante da

busca de critérios ‘objetivos’ da identidade ‘regional’ ou ‘étnica’ não deve fazer esquecer que, na prática social, tais critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) constituem o objeto de *representações mentais* - vale dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e pressupostos - e de *representações objetais*, coisas (emblemas, bandeiras, insígnias etc.) ou atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica tendentes a determinar a representação (mental) que os outros podem construir a respeito tanto dessas propriedades como de seus portadores [...] as propriedades simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função tanto dos interesses materiais como dos interesses simbólicos de seu portador.⁵⁷

Os jornais italianófilos têm importância na medida em que permitem refletir sobre o papel “modelador de alguns costumes no campo da afirmação social”.⁵⁸ A imprensa é mais do que simples propagadora de notícias, pois ela atua “como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção social”.⁵⁹ Pelos periódicos veiculou-se um imaginário social, mantido por meios que asseguram a sua difusão. Baczko indica que “qualquer poder procura desempenhar um papel privilegiado na emissão dos discursos que veiculam os imaginários sociais, do mesmo modo que tenta conservar um certo controle sobre os seus circuitos de difusão”.⁶⁰ Além das informações da atualidade, os meios de comunicação fabricam e emitem “os imaginários sociais: as representações globais da vida social, dos seus agentes, instâncias e autoridades; as imagens dos chefes”.⁶¹ Segundo Baczko, “ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima a sua ordem, qualquer sociedade instala também ‘guardiães’ do sistema que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos”.⁶²

Nesse sentido, os jornais italianófilos produzidos e destinados aos núcleos coloniais italianos veicularam discursos cujo objetivo era a construção de um imaginário social acerca da grandeza e do valor da pátria italiana, bem como de seus heróis, principalmente no período

⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 107 - 108.

⁵⁸ ARAÚJO, Hermes Reis de. **A invenção do litoral - reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. 1989. Dissertação. (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 74 - 75.

⁵⁹ Apud SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. **A terra prometida: emigração italiana: mito e realidade**. 2. ed. Itajaí: Ed. da UNIVALI, 1999, p. 36.

⁶⁰ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 313. vi.

⁶¹ BACZKO, Bronislaw, op. cit., p. 314.

⁶² BACZKO, Bronislaw, op. cit., p. 299.

da Primeira Guerra Mundial, em que a Itália lutava pela anexação definitiva das regiões do Trentino e do Vêneto. Dentre os periódicos que tentaram criar tal clima de otimismo e de vitória como também inculcar uma idéia de preservação do amor à mãe-pátria e da conservação da cultura italiana, destacam-se o *Operaio*, o *Vita Coloniale*, o *La Tribuna* e o *La Pátria*.⁶³

⁶³ As coleções existentes dos três primeiros encontram-se na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. O nome *L'Operaio* deve-se às sociedades operárias, de mútuo socorro, que com as escolas eram lugares para o desenvolvimento e expressão do sentimento pátrio. O *La Patria* encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Além do *La Patria*, Urussanga foi a localidade onde se produziu o número mais expressivo de jornais em língua italiana: a *Yergasta*, *O Campones*, *Il Mulo*, *Il Colono*, *La Colônia*, *La Nuova Urussanga* e o *Asino*.

LA PATRIA

PERIODICO SETTIMANALE

Anno III ABBONAMENTI Nel Municipio, anno 6\$ Fuori del " " 10\$	URUSSANGA, 1 MARZO 1903 STATO DI S. CATERINA (BRASILE)	DIRETTORE Dr. J. Curuso Macdonald	N. 89
---	---	--------------------------------------	--------------

Gli anarcoidi

Il tema sarebbe di competenza dell'antropologia criminale però merita di essere trattato dalla stampa per le preoccupazioni che esso ha destato recentemente negli alti poteri delle repubbliche sud-americane.

Parlando di anarcoidi non intendiamo parlare degli anarchici, ma invece di quello scarto sociale che sotto il drapppeggiamento di un'ideale commette tutte le ribalderie, tutte le viltà.

L'anarcoide per lo più è un utopista, uno studioso dei problemi sociali, per quanto unilateralmente, però castigato nei suoi abiti morali; l'anarcoide è uno squilibrato, un delinquente alcoolizzato da quattro idee che ha sentito sciorinare nelle pubbliche conferenze, un pappagallo degli anarchici colti; pronto al crimine, come pronto a qualche azione generosa, caotico nelle sue concezioni intellettuali, impulsivo, immorale, violento.

L'anarcoide inverte a suo modo, e certe volte in forma comodamente utilitaria, certi principi proclamati dai suoi capi: egli dal dilemma che nella attuale società la sorte degli umani è di sfruttare o di essere sfruttati, trae la conseguenza che è più conveniente lo sfruttare e sfrutta. Vi dirà che in commercio è più conveniente di vendere a prezzi più alti, per acquistare l'emancipazione economica e predicare più liberamente i propri principi, si rifletterà di aiutare i misERICOL pretesto che l'elemosina avvilisce, giustificherà il furto, la truffa, la rapina, dicendo che questi atti sono necessari per stabilire un certo equilibrio sociale. Anche in queste colonie

trove avrebbero tentato di esercitare. Qui un muratore, diventerà ingegnere; un maniscalco, dottore; un lavapiatti, farmacista, ecc., ecc.

E non dubitate che si faranno pagare bene i loro servizi! Se ingegneri papperanno la metà della spesa di un edificio che cascherà dopo un paio di mesi, se dottori assassineranno la gente ad alto prezzo, sempre in omaggio all'ideale, se farmacisti venderanno per dieci « mil réis » una bottiglia di acqua sporca che a loro non costa forse duecento « réis ».

Questi parassiti speculatori sulla dabbennaggine umana, cercano poi sempre di coprire col candido velo dell'ideale quanto di più sudicio si annida nella loro coscienza. Avanti al pubblico cercheranno di sostenere la parte di vittime delle ingiustizie sociali, parleranno di Bakounine, di Reclus, di Kropotkine, che conoscono solo di nome, vi metteranno sott'occhio delle sagome di ricostruzioni sociali che farebbero rider di compiacenza le pacifiche oche, e nel mentre voi state ad ascoltarli attentamente, sarebbero capaci di tirarvi il portafoglio dalla sacoccia.

L'«Alongi» un ispettore della polizia italiana, studiosissimo di scienze antropologiche, in un studio pubblicato recentemente sulla «Revue de Antropologie» nota che il corpo di spionaggio di cui si serve la polizia per la scoperta dei reati politici è in buona parte composto di anarcoidi, che non trovano poi alcun contrassenso tra i principi libertari, pubblicamente professati, ed il «nobile» e lucroso mestiere di spia.

Se li sentiste poi questi anarcoidi a

Tutta la loro vita è intessuta di contrassensi, tutta loro azione è una offesa continua contra qualunque principio di morale pubblica e privata.

Per questo al principio dell'articolo abbiamo detto che la trattazione di questo tema compete all'antropologia criminale; qui non è questione di discutere delle idee ma di prevenire la società contro questa nuova categoria di delinquenti, più pericolosi e più abietti dei delinquenti comuni perchè più astuti, più falsi, più numerosi.

Scegliendo i giornali

IL TELEGRAFO SENZA FILI	5\$
SAN PAOLO	10\$
a	10\$
a	20\$
I giornali di Rio pubblici	5\$
guente comunicazione off	5\$

« Il ministro della viabilità e dei lavori pubblici, desiderando di introdurre quanto prima nel nostro paese, il telegrafo senza fili, e, approfittando della partenza per l'Europa dell'ingegnere Francesco Bhering, che va a rappresentare il Brasile al Congresso telegrafico che si realizzerà a Londra, nel mese del prossimo futuro maggio, diede incarico a detto ingegnere di fare acquisto degli apparecchi necessari per l'installazione di due stazioni radiografiche: una a Santos e l'altra a Rio de Janeiro.

Il ministro ha pure dato incarico a detto ingegnere di studiare, con la maggior urgenza, i mezzi per stabilire stazioni radiografiche nell'estremo nord della Repubblica dove si stanno concentrando le nostre forze ».

Notiamo la cosa con la più grande soddisfazione, parendoci che questo

Além desses quatro jornais existiram também os periódicos já citados no capítulo I, o *La Voce del Parroco in Famiglia* e o *L'Amico*. Esse último, embora em língua italiana, não era um veículo de cunho italianófilo. Segundo os franciscanos, o hebdomadário *L'Amico* tinha a finalidade de dar aos fiéis uma instrução religiosa e moral.⁶⁴

Em Florianópolis, ainda veiculou-se o *L'Alpino* com a finalidade de fazer com que os italianos, especialmente os das colônias rurais, conhecessem o progresso moral e civil da Itália.⁶⁵ A *Gazeta Brusquense*, embora simpática à causa alemã, veicula diversas notícias do consulado italiano em Florianópolis.⁶⁶ Além de notícias em nível local, transcreve notícias em nível geral. Via de regra essas notícias procuram alertar para a importância da conservação dos vínculos com a Itália e reproduzem textos dos ideólogos dos jornais em nível nacional. Um artigo do jornal *O Comércio*, de São Paulo, noticia sobre a visita do embaixador italiano à sede da Sociedade *Dante Alighieri* daquela cidade. O embaixador da Itália em São Paulo alertava: “o bom italiano é aquele que morando no Brasil aprende o português e cultiva o amor à pátria, falando a sua língua. O mau italiano é aquele que, residindo fora de seu país, fala a língua estrangeira e despreza o seu idioma”.⁶⁷ Também fez referência aos trabalhos desenvolvidos pelas seções da *Dante Alighieri* nos diversos países e pediu aos seus compatriotas que não esquecessem a imagem da grande Itália.⁶⁸

O *Operaio* também objetivava ser um eco da Pátria distante e um instrumento que servisse ao engrandecimento da Itália. O redator desse periódico informa que no Estado de Santa Catarina existiam quase 50.000 italianos e questiona sobre o motivo que levava um número tão elevado de pessoas a não ocuparem cargos públicos. Ele mesmo aponta algumas causas que haviam asfixiado as colônias italianas catarinenses: o abandono em que o governo da Itália as deixara, a hegemonia das colônias alemãs que se haviam estabelecido antes dos italianos, e os próprios italianos que se haviam acomodado.⁶⁹

⁶⁴ Relatório dos franciscanos ao Núncio Apostólico Monsenhor Aversa. Rodeio, 1913. (CFR).

⁶⁵ *L'Alpino*, Florianópolis, 18/8/1912, n.1. p. 01. (BPESC).

⁶⁶ *Gazeta Brusquense*, ano XVII, Brusque, 04/06/1927, n. 22. (BPESC). A indicação de que a *Gazeta Brusquense* era simpática à causa alemã é de CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. **A expansão da Igreja em Santa Catarina, a reação anticlerical e a questão do clero nacional (1892 - 1920)**. 1988. Dissertação. (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 146.

⁶⁷ *Gazeta Brusquense*, ano VII, Brusque, 07/08/1918, n. 2, p. 1. (BPESC).

⁶⁸ *Gazeta Brusquense*, ano VII, Brusque, 07/08/1918, n. 2, p. 1. (BPESC).

⁶⁹ *L'Operaio*, Florianópolis, 09/08/1896, n. 6. (BPESC).

O *Vita Coloniale* foi fundado nos tempos da Primeira Guerra Mundial e, conseqüentemente, identificava amor à Pátria com um exacerbado sentimento nacionalista e incentivava todos os italianos a colaborarem com a guerra. Entre as formas apresentadas para essa colaboração, destaca-se a exortação para os italianos irem ao combate e a colaboração por meio de donativos em apoio a associações beneficentes, como a Cruz Vermelha, e o auxílio em prol dos fugitivos da guerra: “Avante, estimados compatriotas! Se não podemos oferecer à nossa cara Pátria o nosso sangue, ao menos concorremos com a nossa esmola, por mais modesta, serve para cicatrizar uma chaga, acalmar a febre, enxugar uma lágrima dos gloriosos e valorosos irmãos feridos”.⁷⁰ O nome dos contribuintes era publicado em um documento chamado livro de ouro com a quantia doada individualmente. Além disso, existia uma comissão que revisava e controlava as contas que mensalmente eram publicadas naquele periódico.

No poema de autoria da colunista Fanny R., verificam-se as campanhas promovidas com a finalidade de arrecadar recursos financeiros em prol da Cruz Vermelha: “no grito de vitória, tremula ao sol soberba a tricolor e que os santos militantes, assinalados no braço com a cruz vermelha”. Esses aliviam o mal causado pela luta, e a ajuda financeira era vista como “uma gota de bálsamo, oferecida a quem por nós combate e morre”.⁷¹

A linha central do *Vita Coloniale* era preencher uma lacuna existente na vida dos núcleos coloniais existentes no estado catarinense e argumentava: “nenhum meio existiu até agora para manter vivo o sentimento da nossa italianidade entre nós tão distantes e, no entanto, com o coração tão próximos da mãe-pátria”. O programa seria o de divulgar notícias sobre a Itália, notícias da Grande Guerra Mundial, notícias sobre assuntos diversos que poderiam interessar ao Brasil e especialmente ao Estado de Santa Catarina. Divulga também as correspondências recebidas que relatavam acerca da vida que se desenvolvia nos diversos centros coloniais do Estado, faz a prestação de contas dos fundos recolhidos em prol da Cruz Vermelha e da obra de assistência aos militares e às suas famílias, faz comunicações do régio cônsul da Itália, divulga notícias sobre as escolas ítalo-brasileiras e estimula a vida colonial “produtiva, fecunda, disciplinada e digna do país - a Itália”.⁷²

Baseando-se em atos heróicos, abnegados e patrióticos, esse jornal descreve a participação da Itália na guerra. Os relatos desses acontecimentos eram numerosos e longos.

⁷⁰ *Vita Coloniale*, Florianópolis, 15/08/1917, nº 01, p. 01. (BPESC).

⁷¹ *Vita Coloniale*, Florianópolis, 15/05/1918, nº 18, p. 05. (BPESC).

⁷² Durante a circulação desse periódico, o cônsul era Attilio Carnelutti. Ele assumira a direção do Consulado Italiano em Florianópolis em 20/06/1917. *Vita Coloniale*, 15/08/1917, n. 1, p. 01 - 02. (BPESC).

Os artigos são redigidos de modo a fazer da Itália um modelo de determinação, de valor, de princípios e de força. No caso do italiano Eliseo Tonelli, que voltara da guerra sem os dois pés, esse jornal exalta o seu patriotismo, pois Tonelli tinha a consciência tranqüila por ter cumprido o seu dever. “Ó Tonelli, tu viveste para um grande ideal, tu sofreste para uma grande pátria, tu enobreces a todos, porque tu és um verdadeiro herói”.⁷³ Exemplo semelhante encontrado nesse periódico é o de Giuseppe Piccolo que também deixara o Brasil, mulher e filhos para ir combater na Europa em defesa da Pátria. Ao ser ferido e necessitar de tratamento, mal esperava o momento de se ver curado e voltar ao campo de batalha. “Bravo o nosso Piccolo!”.⁷⁴ Em outro periódico informa-se que ele, já recuperado, voltara para a fronteira.⁷⁵ Dessa forma, também os voluntários que se dirigiam ao combate eram exaltados como heróis.

Apelava-se aos italianos residentes no exterior, entre os 18 e 43 anos de idade, que se inscrevessem como voluntários à guerra e não ficassem aguardando uma convocação individual.⁷⁶ Promete-se que as famílias seriam assistidas e as despesas com a viagem estariam sob a responsabilidade do governo italiano. Esse jornal, ao insistir sobre a necessidade de se apresentar e ir à guerra, utiliza de argumentos como: o indivíduo convocado, que não fosse ao combate, não poderia mais se valer da sua italianidade para fazer prevalecer a justiça, para impor respeito aos seus direitos e usufruir do resultado de seu trabalho.

Esse jornal tinha um cunho nacionalista, tal como o foi a conquista de Roma que, para os partidários da grandeza nacional, havia sido tomada como uma questão de honra nacional: “que neste 20 de setembro se inicie o ano definitivo da vitória dos aliados”.⁷⁷ Também os poemas evidenciavam o espírito nacionalista. Um deles exalta a bandeira italiana, com o título *Tricolore* (Tricolor).⁷⁸ Camisa Vermelha é o título de outro poema, o qual invoca o espírito de Garibaldi para fortalecer os soldados italianos.⁷⁹ O poema, *Renascendo*, cujo teor são os prelúdios de vitória e esperança, apesar da morte de muitos dos seus filhos: “hora suprema

⁷³ *Vita Coloniale*, 15/08/1917, n.1, p. 01. (BPESC).

⁷⁴ *Vita Coloniale*, 01/11/1917, n. 5, p. 03. (BPESC).

⁷⁵ *Vita Coloniale*, 01/11/1918, n. 11, p. 02. (BPESC).

⁷⁶ *Vita Coloniale*, 15/02/1918, n. 12, p. 01. (BPESC).

⁷⁷ *Vita Coloniale*, 20/09/1918, n. 26, p. 02. O articulista escreve sobre a entrada de Roma, coincidindo com o dia e mês da Unificação Italiana, efetivada em 20/09/1870. (BPESC).

⁷⁸ *Vita Coloniale*, 01/06/1918, n.19, p. 04. (BPESC).

⁷⁹ *Vita Coloniale*, 15/06/1918, n. 20, p. 04. (BPESC).

esta que nutre o germe de uma vida nova. [...] avante o povo da Itália [...] Ó mãe bendita, não te desesperes, embora teu desgosto seja grande [...] teus filhos lá em cima salvam o mundo”.⁸⁰

Enfim, o redator do *Vita Coloniale* dirigiu a atenção para a grande guerra na qual a Itália estava participando. O desejo era que dela surgisse a vitória dos aliados e a conseqüente afirmação da Itália como grande nação unificada que reconquistava todos os domínios da língua italiana. Além disso, promovia campanhas para que em cada localidade fossem organizados grupos que, mensalmente, contribuíssem em prol das instituições de auxílio aos feridos e aos soldados e suas famílias. Essa promoção de festas para angariar fundos em benefício da Cruz Vermelha é também divulgada em outros periódicos.⁸¹ Juntamente com as campanhas em prol da Cruz Vermelha italiana e dos fugitivos vênnetos, o articulista apela aos sentimentos de patriotismo e nacionalismo italianos. Os quadros a seguir demonstram o número de inscritos em prol da Cruz Vermelha e o valor remetido pelos imigrantes dos núcleos coloniais ao consulado italiano de Florianópolis.

QUADRO 8 - INSCRITOS EM PROL DA CRUZ VERMELHA ITALIANA EM 1917 E 1918

continua

LOCALIDADE	RESPONSÁVEL	Nº DE CONTRIBUINTES	VALOR
Nova Veneza	Giovanni Campo	24	35\$300
Nova Veneza	Gaetano Magrinelli	12	26\$000
Nova Veneza	Francesco de Nes	24	51\$000
Nova Veneza	Antônio Remor	05	31\$000
Tubarão	Antônio Pizzo	31	152\$900
Treze de Maio	Raveane Bortolo	36	31\$500
Rio Pio - Nova Treviso	Manlio Pagani	60	60\$008
Rio Mãe Luzia	Maria Brambilla	71	88\$000
Urussanga	Dr. Aurélio Rótolo	...	95\$000
Pedras Grandes	Ignácio Cargnin	...	8\$000
Azambuja	Valentino Bardini	...	7\$500
Araranguá	65\$000
Linha Torrens	Ridieri Martino	46	70\$000
Aquidaban	Pedro Mazzini	61	43\$700
Ascurra	Pedro Trentini	54	44\$400
Baixo Pomeranos	Giacinto Bendoti	17	21\$620
Médio Pomeranos	Escola Italiana	...	36\$000
Rio dos Cedros	Silvio Campestrini	...	35\$000

⁸⁰ *Vita Coloniale*, 01/08/1918, n. 23, p. 02. (BPESC).

⁸¹ *O Olho*. Florianópolis, 09/07/1916, ano I, n. 14, p. 08; *Gazeta Orleanense*. Orleans, 09/12/1917, ano III, n. 115, p. 02. (BPESC).

São Bernardo	Giacomo Zoboli	...	9\$900
Rodeio	Giacomo Faes	72	41\$500
Caminho Tirolese	Felice Salvatore	41	41\$700
Rio do Sul	Andréa Largura	16	141\$400
Rio do Peixe – Itajaí	Lazzaris Battista	05	185\$000
		...	7\$600
Florianópolis	...	13	114\$000
Imaruihy	Pe. Ludovico Coccolo	...	10\$000

QUADRO 8 - INSCRITOS EM PROL DA CRUZ VERMELHA ITALIANA EM 1917 E 1918

conclusão

LOCALIDADE	RESPONSÁVEL	Nº DE CONTRIBUINTES	VALOR
	Quintilio Zanella	43	80\$700
Rio Serro	Domenico Marchi	31	59\$200
Luís Alves	Tiziano Micheluzzi	27	31\$600
	Eugênio Mosca	35	33\$300
Rio Comprudente	Antônio Maffato	51	59\$200
Campos Novos	111\$600
Joinville (Rib. Cavalo)	Enrico Mazzoli	37	53\$000
Novo Horizonte	Giacinto de Brida	09	76\$000
São Joaquim	Egidio Matorano	30	203\$500
Praia Comprida	Domenico Filomeno	03	13\$000
São Bento	Ângela Frigo	49	56\$700
Rio Turvo	Davide Raspini	42	78\$000

FONTE: Suplementos do *Vita Coloniale*, n. 11, de 01/02/1918; n. 13, de 01/03/1918; n. 23, de 01/08/1918.

... Dados não disponíveis.

QUADRO 9 - INSCRITOS EM PROL DOS FUGITIVOS VÊNETOS EM 1917 E 1918

LOCALIDADE	Nº DE CONTRIBUINTES	VALOR
Orleans	56	499\$300
Rio das Furnas	34	...
Rio Bello	15	...
Barracão	34	...
Rio das Laranjeiras	20	...
Oratório	18	...
Rio Tubarão	10	...
Florianópolis	...	255\$000
Campos Novos	...	400\$00
Luís Alves	...	533\$020
Braço Serafim	...	83\$000
Azambuja	...	180\$000
Lages	...	1.024\$500
Criciúma	...	2.122\$500
Nova Veneza	...	1.100\$000
Urussanga	03	65\$700

FONTE: Suplemento do *Vita Coloniale*, n. 11, de 01/02/1918.

... Dados não disponíveis.

Essa divulgação dos nomes e quantias doadas tinha a função de motivar novos contribuintes para aumentar as arrecadações. Ter o nome publicado no jornal era motivo de orgulho.

O periódico *La Tribuna* destaca as figuras nacionais contemporâneas, o *Duce* e o Rei Vitor Emanuel III, bem como os vultos históricos nacionais, principalmente Giuseppe e Anita Garibaldi, figuras de destaque nas guerras de independência e na Unificação Italiana. Dentre outros líderes do movimento ideológico e político - *Risorgimento* -, ambos são citados como modelos de heroísmo.⁸² Esse jornal tentou influir na coletividade italiana em um período-chave para a construção a respeito de determinado imaginário acerca da italianidade que, posteriormente, favoreceu a recepção das idéias fascistas. Essa proposição pode ser verificada em um dos principais objetivos: “manter acesa a italianidade e a consciência dos direitos sagrados defendidos tenazmente pelo Homem [Benito Mussolini] que dirige os destinos da Itália”.⁸³ O foco central desse periódico foi a figura do *Duce*, Benito Mussolini, ou seja, apresenta uma leitura da italianidade, associando-a a Mussolini.⁸⁴ Tinha como objetivo “manter acesa a italianidade e divulgar as medidas impostas por Mussolini”, levar a todos a “voz da mãe-pátria” e estreitar os laços de amizade entre ela e o Brasil.⁸⁵ Mussolini era engrandecido em poemas: “Mussolini é o homem-século! Homem que não nasceu só para si mas para a Pátria. Admiro o maior dos reformadores, olhando encantado, através do esplendor de sua obra, o orgulho da terra e do povo italiano. Ave, Mussolini”.⁸⁶ Também faz alusão ao Tratado de Latrão e diz que o santo Pio XI, o prudente Vitor Emanuel III e o vigoroso Benito Mussolini passaram para a centralidade dos fatos que deveriam lembrar, aos italianos do Brasil, o valor da Pátria que os vira nascer.⁸⁷ A admiração pela pátria italiana se concretizava

⁸² Garibaldi tornara-se um mito para os italianos e muitos estrangeiros. VILLA, Deliso, op. cit., p. 130.

⁸³ *La Tribuna*, Florianópolis, 01/02/1932, n.1. (BPESC).

⁸⁴ Mussolini adotou o título de *Duce* em 1925. A palavra tem origem no latim *dux*, o que conduz, guia, o chefe. Segundo Corsetti, mais do que o chefe, o *Duce* era o pai, a figura de força. O Discurso do *Duce* - figura inspirada nos antigos Césares, tocava em valores compreendidos por grande parte dos italianos, ou seja, trabalho, disciplina, hierarquia. A doutrina fascista fundamentava-se nos valores mais tradicionais dos italianos, os quais também norteavam a burguesia colonial. CORSETTI, Berenice. O crime de ser italiano: a perseguição do Estado Novo. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). 1987, op. cit., p. 367.

⁸⁵ *La Tribuna*, 01/02/1932, n.1. (BPESC).

⁸⁶ *La Tribuna*, 15/02/1932, n. 2. (BPESC).

⁸⁷ *La Tribuna*, 15/02/1932, n. 2. A Igreja apóia o fascismo italiano, e Pio XI, na encíclica *Quadragesimo Anno*, de 1931, elogia tal regime. O fascismo antes de tentar seu golpe de Estado, teve de se pôr de acordo com o Vaticano. O tratado de Latrão (1929) com a Concordata foi o coroamento da aliança entre a Igreja e o Estado fascista, ocasião em que a primeira recupera o controle sobre o Vaticano. CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da igreja**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p. 84 - 87.

no culto aos heróis que a engrandeciam e haviam sido construídos como “símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva”.⁸⁸

Sobre o periódico *La Patria* o cônsul Pio di Savóia expressa-se da seguinte maneira: “Não hesito em dizer que este jornalzinho de formato modesto, de programa modestíssimo, já trouxe inapreciáveis serviços a esta coletividade italiana, espalhada pelos campos, vivendo até agora na mais absoluta ignorância de si mesma”.⁸⁹ Tal afirmação remete à idéia de despertar nos imigrantes a consciência de serem italianos. Um dos objetivos desse periódico era lutar pela “defesa contínua, corajosa, inteligente de uma classe a mais subalterna, a mais laboriosa, aquela dos colonos”.⁹⁰ Essa finalidade seria atingida no momento em que os colonos unissem esforços diante do poder público do Estado, como se pode verificar nas interrogativas do redator.

Devemos nos permitir ainda, em nome de prejuízos consideráveis, de não nos valermos dos direitos que a Carta Magna do País [Brasil] nos concede, e de não tomar, na vida pública, o lugar que, com mérito, conquistamos? Considere-se que muito dinheiro foi gasto sem que estas regiões tenham sido contempladas, que aqui existem bons contribuintes como em qualquer lugar, e que o Estado teria a obrigação de distribuir igual e honestamente com uma mão, aquilo que toma com a outra sob a forma de tributos.⁹¹

O fragmento citado remete ao ato de elevação de Urussanga à categoria de município. Essa decisão ocorreu em virtude de uma série de interesses e disputas havidas entre as elites das localidades. O lugar conquistado com mérito na vida pública foi o de ser portador de título de eleitor. Diante disso pode-se inferir que o redator do *La Patria* coloca-se na vanguarda dos interesses de seus patrícios e apela a que se interessem e participem, como bons cidadãos, da vida política do país. Isso remete à idéia de adoção do Brasil como a segunda pátria e que o bom italiano seria aquele que cooperasse para o engrandecimento material da nova terra.

⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 55. Nessa obra, Carvalho destaca que para a consolidação da República foram utilizados símbolos, imagens e heróis, como, por exemplo, Tiradentes, visando à atração da simpatia dos cidadãos.

⁸⁹ MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários nas florestas do Brasil.** Tradução: João Leonir Dall’Alba. Florianópolis: Ed. da UFSC/ Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985, p. 170. O periódico *La Patria* suspende a sua publicação em out/1904, depois de quatro anos de circulação. DALL’ALBA, João Leonir. 1993, op. cit., p. 178. A suspensão do periódico, certamente, deu-se em decorrência de seu editor e redator, Giuseppe Caruso MacDonald ter sido nomeado cônsul.

⁹⁰ *La Patria*. Urussanga, 26/05/1901, n.1. (BNRJ).

⁹¹ *La Patria*. Urussanga, 26/05/1901, n.1. O ato de elevação de Urussanga à categoria de município foi sancionado por Felipe Schmidt em 06/10/1900. (BNRJ).

Entretanto, adotar o Brasil como a segunda pátria não significava esquecer a pátria-mãe, o que é lembrado no segundo objetivo do *La Patria*.⁹² Denota-se assim, uma pretendida afirmação da identidade étnica em terra brasileira. Os italianos são convidados a conservar a língua, as tradições, os costumes, todavia, participando intensamente como cidadãos; participando da vida política, exerceriam uma espécie de fiscalização no que se referia a administração pública. Conforme Bourdieu,

o mundo social pode ser dito e construído de diferentes maneiras, de acordo com diferentes princípios de visão e divisão - por exemplo, as divisões econômicas e as divisões étnicas. Se é verdade que, nas sociedades mais avançadas do ponto de vista econômico, o poder de diferenciação dos fatores econômicos e culturais é maior, ainda permanece o fato de que a força das diferenças econômicas e sociais nunca é tamanha a ponto de impedir que se possa organizar os agentes segundo outros princípios de divisão - étnicos, religiosos ou nacionais.⁹³

Segundo o articulista, os italianos haviam sido abandonados e cercados por todo tipo de dificuldades, de prejuízos e de antipatias, “tratados por seus predecessores com desconfiança e com exclusividade de critérios, *abbindolati dal clero* [envolvidos, enganados, enredados pelo clero], maltratados pela polícia local, criaram e aprofundaram suas raízes no País que não abandonarão jamais”.⁹⁴ Tais explicações são feitas em resposta a um artigo escrito pelo alemão Dr. Hugo Gensch que tecera críticas aos imigrantes italianos.

Os editores e redatores dos jornais italianófilos tinham como tarefa propagar idéias que constituíram-se em espaços importantíssimos de criação de verdades, de representações específicas, almejando o consenso e aprovação dos destinatários. Tais periódicos tentaram reforçar valores, reelaborar condutas, criar e definir sociabilidades, enfim, construir identidades. Os discursos apropriaram-se de figuras, símbolos e metáforas que otimizaram a realidade exercendo também uma forma de poder sobre os colonos e teceram significados àquela realidade. De acordo com Foucault, “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”.⁹⁵

A frustração das expectativas acalentadas no processo imigratório traduz-se na criação simbólica de uma pátria grande e gloriosa e na procura de sacudir o descaso dos colonos em

⁹² *La Patria*. Urussanga, 26/05/1901, n.1. (BNRJ).

⁹³ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 159 - 160.

⁹⁴ *La Patria*. Urussanga, 02/06/1901, n. 2. (BNRJ).

⁹⁵ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 08.

relação às tradições da pátria-matriz. A luta para vencer adquire formas concretas no incentivo ao uso da língua e à difusão de uma cultura italiana.

Dessa forma, o consulado italiano e os redatores dos mencionados jornais utilizam argumentos persuasivos, justificando a necessidade da união dos italianos e a defesa da pátria italiana. Há um jogo simbólico a partir das experiências e objetivos deles próprios. Tentam inculcar otimismo e conclamar os compatriotas a trabalharem, já que o vencer se concretizaria via trabalho. Assim, esses periódicos contribuíram na construção da idéia de que os itálos eram empreendedores no tocante à capacidade de trabalho. Numa perspectiva de superioridade, eram diferenciados dos chamados brasileiros.

Segundo Bourdieu, os “esquemas de percepção e de apreciação, em especial os que estão inscritos na linguagem, exprimem o estado das relações de poder simbólico”.⁹⁶ Os mecanismos dos pares de adjetivos, brasileiro/italiano, paulatinamente vão concorrendo na tentativa de produzir um mundo “comum, um mundo do senso comum, ou, pelo menos, um consenso mínimo sobre o mundo social”.⁹⁷ Os porta-vozes buscam encontrar na concepção etimológica de pátria - país onde se nasce, terra de origem - subsídios para os seus argumentos. Cria-se um imaginário em torno da pátria italiana, cuja função coletiva fora a de legitimar e invalidar as ações dos sujeitos e acusar, produzindo visões de futuro, projetando angústias, esperanças e sonhos coletivos.⁹⁸

A sobrevivência material também é bastante enfocada nos discursos que têm alertas a favor de uma identidade grupal, que continua traduzindo-se em retomar o significado da pátria de origem e ver como poderia auxiliar o grupo a buscar seu lugar na sociedade brasileira. Dá-se a afirmação de um nós (italianos) diante dos outros (brasileiros), como meio de diferenciação. Enfim, era o olhar do poder a ponto de a expressão “súdito” ser utilizada constantemente pelos cônsules. O súdito é aquele que está submetido à vontade de outrem. Se, na Idade Média, o servo era aquele que pagava o tributo ao senhor feudal, a quem estava vinculado, observa-se, por exemplo, que para saírem do Brasil, os súditos italianos precisavam indenizar o governo brasileiro. Caso não o indenizassem, eram obrigados a permanecer, fato que ocorreu com muitos imigrantes que tiveram de permanecer em Santa Catarina.⁹⁹

⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 161.

⁹⁷ Idem, p. 161.

⁹⁸ BACZKO, Bronislaw, op. cit., p. 312.

⁹⁹ Ofício de José Agostinho Demaria ao Presidente da Província Alfredo D’Escragnolle Taunay. Florianópolis, 24/08/1876. (APUESC).

No tópico a seguir, demonstra-se que a movimentação em torno da questão escolar empreendida pela associação *Dante Alighieri* e pelo governo italiano é mais uma estratégia dessa política de tutela sobre os emigrados. Pelas escolas, os porta-vozes tentavam impor a idéia de que era preciso manter a cultura italiana. Faz-se também uma breve exposição sobre a fundação e recepção dessas escolas no Médio Vale do Itajaí-Açu e no Sul catarinense. Em ambas as áreas e em torno dessas escolas os porta-vozes e elites locais travaram conflitos, assunto retomado na segunda parte deste trabalho (capítulos 3 e 4).

2.2.1 As escolas *Dante Alighieri* e a *italianità*

Dentre os meios utilizados pelo consulado italiano para a construção da *italianità*, está também a fundação de escolas italianas - as *Dante Alighieri* - as quais contavam com o auxílio da homônima associação. O cultivo da língua e da cultura estava entre os objetivos principais da Associação *Dante Alighieri*. De acordo com Bourdieu, a instituição escolar tem a função de produzir indivíduos dotados de um conjunto de “esquemas inconscientes (ou profundamente internalizados) que constitui sua cultura”. Alerta, no entanto, que não se deve pensar a escola como se ela

fosse um império dentro de um império e como se a cultura encontrasse nela seu começo absoluto. Contudo, também parece ingênuo querer ignorar que a escola, pela própria lógica de seu funcionamento, modifica o conteúdo e o espírito da cultura que transmite e, sobretudo, cumpre a função expressa de transformar o legado coletivo em um inconsciente *individual e comum*.¹⁰⁰

Assim, a cultura italiana não encontra na escola seu começo absoluto. Entretanto, a escola contribui para (re)inventar a cultura, acaba participando dos significados que os porta-vozes de uma época pretendem impor. Bourdieu insiste que “o programa de pensamento e de ação, que a escola tem a função de transmitir, deriva uma parte importante de suas características concretas das condições institucionais de sua transmissão e dos imperativos propriamente escolares”.¹⁰¹

A Associação *Dante Alighieri* - baluarte da preservação e difusão da língua italiana - foi fundada por Giacomo Venezian, em Roma, no ano de 1889. Tal associação passa a divulgar que a instrução seria um recurso indispensável para os emigrados manterem os vínculos com a Itália e também a identidade italiana no exterior. A identidade dos emigrados,

¹⁰⁰ BOURDIEU, Pierre. 1999, op. cit., p. 211 - 212.

¹⁰¹ BOURDIEU, Pierre. 1999, op. cit., p. 215 - 216.

no entanto, ainda estava em processo de formação. Eles haviam trazido uma bagagem cultural das diversas regiões da Itália e se expressavam nos dialetos de cada região, de cada província e até mesmo de cada vilarejo. De modo geral, os italianos, vênéticos e trentinos, entre outros que, no final do século XIX e início século XX, aportaram em Santa Catarina, não conheciam a língua oficial da Itália e também não eram portadores de uma nacionalidade constituída.¹⁰²

Esse elemento é de fundamental importância, uma vez que parece não ter sido levado em consideração pelos agentes da *Dante Alighieri*. Tomando por base três autores que haviam pertencido à referida Associação, Salvetti faz uma breve reconstituição da *Dante Alighieri*, apresentada por eles: tal associação foi a “mais antiga e a mais difusa Sociedade leiga nascida com o objetivo de **‘exportar a italianidade’** nas comunidades italianas de todos os continentes [...], de tutelar e difundir a língua e a cultura italiana fora do Reino”.¹⁰³ Além disso, Salvetti, juntamente com Pisa, escrevem que a *Dante Alighieri* constituiu-se numa “singular experiência sobre o campo do ambicioso projeto de **‘fazer italianos’** e também de manter a identidade dos italianos no exterior” (grifos nossos).¹⁰⁴

Concorda-se com o discurso do fazer italianos, uma vez que os termos exportar e manter remetem ao pensamento de que a identidade cultural seja dada, cristalizada, podendo inclusive ser transportada para fora do país como alguma coisa que foi nele produzida. Os processos de construção de identidades, neste específico, da italiana, são realizados num tempo histórico sim, mas são adaptados e recriados constantemente, alterando suas significações.

Nessa linha de pensamento, procura-se compreender a função política da *Dante Alighieri*.¹⁰⁵ Foi com a pretensão de despertar para um sentimento de nacionalidade que se buscou difundir a língua, a cultura, vale dizer, a *italianità*, principalmente por meio das escolas, não considerando a heterogeneidade existente nos núcleos coloniais.

¹⁰² Sobre a diversificação lingüística na Itália, ver em PETRONE, Pasquale. Italianos e descendentes do Brasil: escola e língua. In: DE BONI, Luís Alberto. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione G. Agnelli, 1990, p. 603 - 626. vii e DE BONI, Luis Alberto; COSTA Rovílio. A língua. In: _____. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias; Correio Riograndense, 1984, p. 82 - 83.

¹⁰³ SALVETTI, Patrizia. **Immagine nazionale ed emigrazione nella Società ‘Dante Alighieri’**. Roma: Bonacci, 1995, p. 09. Os três autores a quem Salvetti se refere na introdução eram: BARBERA, P. **La ‘Dante Alighieri’: relazione storica al XXV congresso**. Firenze, 1920; SCODNIK, E. **La Società Nazionale Dante Alighieri nei suoi primi anni di vita**. **‘Rivista Dalmatica’**, fasc. I, II, III, IV, 1966; CAPARELLI, F. **La ‘Dante Alighieri’**. Bonacci, Roma, 1987.

¹⁰⁴ SALVETTI, Patrizia, PISA, Beatrice. Apresentação. In: SALVETTI, Patrizia. **Immagine nazionale ed emigrazione nella Società ‘Dante Alighieri’**. Roma: Bonacci, 1995, p. 05.

¹⁰⁵ A idéia de que a *Dante Alighieri* passa a representar um papel político e é utilizada pelo governo italiano está em CERVO, Amado Luiz, op. cit.

As associações italianas em geral tinham em comum essa finalidade, ou seja, eram focos de promoção da italianidade e do auxílio mútuo. Em Santa Catarina pode-se citar algumas dessas associações: em Nova Veneza, a Sociedade Pátria e Trabalho; em Florianópolis, a Fraternidade Italiana e a Federação das Colônias Italianas do Sul do Estado de Santa Catarina, na qual se integraram as colônias italianas de Blumenau; em Nova Treviso (Urussanga), a Sociedade *Regina Margherita*; em Urussanga e em Ascurra, a Sociedade *Dante Alighieri*; em Ascurra, a União Italiana; em Rodeio e Rio dos Cedros, Sociedades Cooperativas.¹⁰⁶ Os propagandistas da italianidade consideravam que a fundação dessas associações eram iniciativas louváveis. Elas mudariam o quadro de pouca expressividade das colônias italianas catarinenses, fosse no setor político, econômico ou social. Além disso, as associações manteriam vivo o amor à Itália, sobretudo porque as novas gerações já não se ligavam mais à Pátria distante.

Por meio da constituição das associações e das escolas se pode “observar melhor a eficácia das representações, particularmente das palavras, das palavras de ordem, e das teorias que contribuem para fazer a ordem social impondo os princípios de di-visão e, de modo mais amplo, o poder simbólico”.¹⁰⁷ Todo e qualquer grupo é palco de uma luta pela imposição do princípio legítimo de construção dos grupos. Trento salienta que as primeiras cooperativas de produção e comercialização foram propostas para envolver, de alguma forma, o capital e o governo italianos na colonização, mas não foram levadas adiante.¹⁰⁸ Esse empreendimento não progrediu nem mesmo com os incentivos do periódico *La Colonia*: “o colono que não é sócio de uma sociedade ou de uma cooperativa agrária é inimigo de si mesmo e do progresso”.¹⁰⁹ As sociedades italianas “serviam mais a mesquinhas rivalidades e promoções pessoais”.¹¹⁰

Os objetivos das escolas italianas eram os da associação que as subsidiavam e os do governo italiano. Em 1887, o Ministro Francesco Crispi havia aduzido à câmara dos deputados a nova postura do Estado italiano com relação aos que haviam emigrado. O governo volta seu olhar aos imigrantes porque avalia que eles seriam um negócio lucrativo.

¹⁰⁶ Ofícios do cônsul Gherardo Pio di Savóia ao governador Felipe Schmidt em 30/07/1900 e ao secretário dos negócios do interior e da justiça José Teixeira Raposo em 02/08/1900. (APUESC); *O Comércio*, Desterro, ano XII, 22/09/1891, n. 176, p. 01 - 02. (BPESC); Carta de Dante Moretti, presidente da Sociedade Italiana *Regina Margherita* ao cônsul Giacomo Ungarelli. Nova Treviso, 20/09/1931. (APUESC).

¹⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 119 - 120.

¹⁰⁸ TRENTO, Angelo, op. cit., p. 94.

¹⁰⁹ *La Colonia*. Órgão da Federação das Sociedades e Cooperativas Agrárias do Estado de Santa Catarina. Urussanga, 1910, n. 25, p. 02. (BCUFSC).

¹¹⁰ CERVO, Amado Luiz, op. cit., p. 60.

Acreditava que se teriam vantagens comerciais, tanto no sentido de importação como de exportação de produtos.¹¹¹ Convém lembrar que o governo fascista (1922 - 1942) também utilizou diversas maneiras para cativar os italianos no exterior, dentre elas as escolas primárias, e associou, nesse período, italianidade com fascismo.¹¹²

Os cônsules e agentes consulares passam a ser os propagandistas da *Dante Alighieri* nas colônias italianas e, sendo assim, os interesses do governo e os da Associação se coadunam. Segundo De Boni, para os cônsules, “a escola tinha uma função eminentemente patriótica, como a melhor forma de transmitir e preservar a cultura italiana”.¹¹³ No *Sentinella D'Italia*, periódico de tendência patriótica e de publicação da Sociedade *Dante Alighieri* de Curitiba, o articulista assim escreve:

Nenhum inconveniente existe se, embora tornando-se cidadãos brasileiros, conhecerem a língua de seus pais, as tradições históricas e a alma de sua pátria de origem, inclusive imbuídos e educados italianamente serão cidadãos mais conscientes e mais úteis também para o país para o qual pertencerem, enquanto a escola não é, e não deve ser oficina na qual se ensinam os primeiros rudimentos do saber humano, mas o templo no qual se forjam as mentes, os corações e os caracteres das futuras gerações.¹¹⁴

Conforme esse excerto do *Sentinella D'Italia*, a escola seria o local onde se faria a conscientização sobre a etnicidade italiana. As associações também seriam o espaço para a vivência e fortalecimento da identidade grupal: “cada bom italiano [...] dirija toda contribuição de sua mente, da sua experiência, do seu coração, ao incremento, à prosperidade da Dante e nós aplaudiremos a esta obra altamente patriótica”.¹¹⁵

Para alcançar seu objetivo, a *Dante Alighieri* “institui e subsidia escolas, encoraja com prêmios a freqüência e o proveito dos alunos, coopera com a fundação de bibliotecas populares, difunde livros e publicações e promove conferências”.¹¹⁶ Em decorrência da segunda guerra mundial, praticamente todo o material em língua italiana foi apreendido e, nesse ato de violência, perdeu-se um vasto acervo documental sobre as escolas e conseqüentemente da *Dante Alighieri*. Ao confirmar que as cartilhas utilizadas nas escolas provinham do governo italiano, Marques salienta que as não apreendidas não foram

¹¹¹ Apud IOTTI, Luiza Horn, op. cit., p. 50 - 52.

¹¹² Cf. BERTONHA, João Fábio. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPICURS, 2001.

¹¹³ DE BONI, Luís Alberto (Org.).1987, vi, op. cit., p. 221.

¹¹⁴ *Sentinella D'Italia*, Curitiba, 1917. Apud ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de; CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Italianos no Brasil ou a Pátria recriada. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.).1987, vi, op. cit., p. 338.

¹¹⁵ *Sentinella D'Italia*, Curitiba, 1917. Apud ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de; CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Italianos no Brasil ou a Pátria recriada. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.).1987, vi, op. cit., p. 339.

¹¹⁶ Artigo segundo dos Estatutos da *Dante Alighieri*. Apud SALVETTI, Patrizia, op. cit., p.13.

guardadas, porque naquela época não eram consideradas importantes para a história.¹¹⁷ Somente por meio de uma paciente busca são encontrados resquícios desse material didático. No museu de Urussanga, por exemplo, encontram-se cartilhas e livretos de leitura, além de um pequeno catecismo, Guia do Catequista, todos em italiano.

Por meio desse material, tem-se um indicativo de que, ao utilizá-lo, as escolas italianas inculciam questões referentes à Itália. Todas fazem referência à sua geografia, à sua história, ao rei ou a algum outro personagem italiano, como Vitório Emanuel, Garibaldi, Cavour, entre outros. Podem-se observar alguns títulos: Como foi feita a Itália - a história do *risorgimento*; Os nossos filhos - leitura para a quarta classe masculina; A juventude estudiosa - leitura para a quarta e quinta classes femininas, dividida em seis partes: leituras morais, biografias, letras, poesias, sonetos e noções científicas. Em Nova Veneza, Irma Bortoluzzi Crevanzzi e Eda Gorini Burigo possuem as seguintes cartilhas: Elementos de Geografia, Suplemento do Silabário, Curso de Aritmética, Pelas vias do mundo, Curso de Língua Italiana e A menina italiana na escola.¹¹⁸

A fundação das escolas *Dante Alighieri* se deu de formas diferentes nas duas áreas estudadas. Os pensamentos em torno da escola “organizam um espaço balizado, eivado de sentidos obrigatórios e de sentidos proibidos”.¹¹⁹ No Sul catarinense eram organizadas as festas das premiações das escolas italianas com a distribuição de prêmios às crianças mais diligentes e aos professores merecedores de maiores considerações.

¹¹⁷ Entrevista com o Monsenhor Agenor Neves Marques. Urussanga, 30/06/2000. (A/A).

¹¹⁸ Ver as Cartilhas cf. ANEXOS E, F, G, H e I.

¹¹⁹ BOURDIEU, Pierre. 1999, op. cit., p. 214.



10 - Certificado de Bom Desempenho Escolar

Transcrição e tradução: Município de Urussanga. Ano Escolar 1902. Senhor Giuseppe Zanellato. Aluno da Classe 1ª Seção Masculina, por ter dado provas de talento, de diligência, de estudo e de boa conduta foi julgado digno do prêmio de 2º grau. Professora da Classe: Maria Burigo Rocha. Diretor: G. Caruso MacDonald.

FONTE: (Museu de Urussanga). Acervo de Claricia Otto. Foto: out/2001.

A comissão examinadora era formada pelas pessoas dos mais altos poderes constituídos e os padres das colônias. Embora com a presença de padres e religiosos italianos registram-se numerosas desavenças na construção de sujeitos por meio das escolas, principalmente em Urussanga.

Retomando o assunto das festas, geralmente eram feitas durante a visita do cônsul, e o maior número possível de pessoas deveria ir à entrada do município recebê-lo. Todos os comerciantes e industriais de cada município eram incentivados a embelezar suas casas com

bandeiras e, à noite, iluminá-las.¹²⁰ Pio di Savóia, ao chegar em Urussanga é recebido por um grupo de crianças que cantavam o Hino a Garibaldi.¹²¹ Cesarina de Cesaro Hilbert ainda cantarola a *Giovinezza* (Hino da Juventude italiana), que, segundo ela, era cantada pelos alunos quando ela freqüentava a escola e nas visitas dos cônsules.¹²² Esses elementos permitem observar que nas escolas exerceu-se uma série de atividades para o reavivamento da pátria de origem. A festiva recepção ao cônsul, as bandeiras e os hinos eram estratégias e técnicas de efeito produtivo, isto é, produtor de discursos, de verdades e de sujeitos. Bourdieu salienta que

qualquer tomada de posição com aspiração à ‘objetividade’ quer sobre a existência atual e potencial, real ou previsível, de uma região, de uma etnia ou de uma classe social, quer sobre a própria *pretensão à instituição* que se afirma nas *representações* ‘militantes’, acaba constituindo um atestado de realismo ou um veredicto de *utopismo* que contribui para determinar as possibilidades objetivas de que dispõe esta entidade social para aceder à existência.¹²³

Havia por parte dos padres italianos no Sul catarinense um certo utopismo. Padre Marzano, ao obter a confirmação da vinda de religiosas italianas, assim se expressou: “finalmente também nós missionários italianos, não estaremos em condição inferior aos missionários alemães. Também nós teremos irmãs italianas”.¹²⁴ Porém, elas encontraram dificuldades e resistência por parte da câmara municipal. Em 1908, registrou-se que a câmara só liberaria subsídios em favor da escola em que eram professoras, se lecionassem de acordo com o programa municipal.¹²⁵ Dom Joaquim Domingues de Oliveira, em sua visita pastoral, constataria que em Urussanga, “as freiras italianas não podiam ensinar o catecismo nas suas escolas subsidiadas”.¹²⁶ Por questões políticas se retiraram para a sede central da Congregação

¹²⁰ *La Patria*, Urussanga, n. 87, 15/02/1903; *La Patria*, Urussanga, n.17, 15/09/1901. Os detalhes da festa e o programa encontram-se no número 21 de 13/10/1901. (BNRJ).

¹²¹ Essa visita de Pio di Savóia foi em 15/10/1901. O Hino a Garibaldi era ensinado nas escolas italianas e era entoado nos dias de festa, como por ocasião das premiações, expressando o momento épico das solenidades. *La Patria*, 20/10/1901, n. 22. In: MAZURANA, Valdemar. **Miragens e fantasmas do imigrante italiano do Sul de Santa Catarina**. 1987. Dissertação. (Mestrado em Literatura Brasileira). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. p. 79. Em 24/01/1907, Cipriano Dall’Acqua, do *Colégio Dio e Patria* de São Paulo, por meio de uma correspondência enviada ao consulado de Florianópolis, propôs “uma subscrição geral a 100 réis entre os alunos das escolas do Brasil, com a intenção de recolher em um álbum os nomes das crianças italianas que quereriam fazer uma homenagem a Garibaldi no seu primeiro centenário, oferecendo também uma coroa real a depositar no seu monumento”.

¹²² Entrevista com Cesarina de Cesaro Hilbert. Urussanga, 22/10/2001. (A/A).

¹²³ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 113.

¹²⁴ MARZANO, Luigi, op. cit., p. 190.

¹²⁵ Ata da Câmara, Livro 01, 5ª sessão extraordinária, 14/12/1908. (CMU).

¹²⁶ Relatório dos franciscanos ao Núncio Apostólico Monsenhor Aversa. Rodeio, 1913. (CFR).

no Brasil, em São Paulo.¹²⁷ Diante desses registros, pode-se verificar que, em Urussanga, para alguns intelectuais italianos a doutrina católica como parte do currículo escolar não era passivamente consentida.



11 - Escola Italiana de Rio Pio, atual município de Treviso, segunda década de XX.

FONTE: Acervo de Newton Bortolotto. Urussanga, SC.

O cônsul Alberto Rotti, desde 1896, depois da visita às escolas primárias do Médio Vale do Itajaí-Açu, passa a enviar material escolar e subsídios do governo italiano. Pelo fato de as escolas serem paroquiais, ele envia o material ao frei Lucínio que, como supervisor escolar, deveria repassá-lo aos professores. Pio di Savóia em 1900 produz um relatório e nele diz que as escolas primárias estavam em precárias condições.¹²⁸ Consegue um aumento

¹²⁷ As primeiras religiosas chegaram no final de 1903 e em 29/04/1904 o padre Marzano regressou da Itália trazendo mais quatro irmãs da Congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus. Livro Tombo da paróquia de Urussanga, n. 1, p. 130.

¹²⁸ Relatório de Pio di Savóia. Os italianos no Norte do Estado de Santa Catarina. In: DALL'ALBA, João Leonir, op. cit., p. 108 -112.

significativo de material e subsídios do Ministério dos Negócios Exteriores da Itália e da Sociedade *Dante Alighieri* e continua a enviá-los ao Convento.¹²⁹

Giuseppe Caruso MacDonald, ao relatar sobre a fundação das escolas *Dante Alighieri* nas colônias italianas, diz que os franciscanos ainda não tinham adotado os livros e o material escolar enviado pelo Ministério dos Negócios Exteriores da Itália e pela benemérita Sociedade *Dante Alighieri*. É de opinião que o material escolar enviado ao Convento dos franciscanos não era repassado às escolas. Diz ainda que as escolas dirigidas pelos frades não tinham nenhum caráter nacional e ensinava-se italiano mais por exigência de fé, que por espírito de patriotismo.¹³⁰

Diante dessa constatação, constitui uma comissão e funda em Acurra, no ano de 1906, a *Società Amica della Scuola* (Sociedade Amiga da Escola), ou seja, a Sociedade *Dante Alighieri*, sob a presidência de Ermembergo Pellizzetti.¹³¹

¹²⁹ DALL'ALBA, João Leonir, op. cit., p. 173.

¹³⁰ Relatório do cônsul Giuseppe Caruso MacDonald. In: DALL'ALBA, João Leonir, op. cit., p. 146 - 182.

¹³¹ Ermembergo Pellizzetti, de Mântua, em 1901 foi para a localidade de Rio dos Cedros. Havia cursado escola superior em Mântua, onde exercera o magistério. Como intelectual, manteve entrosamento com o Dr. Giovanni Rossi, italiano de Pisa, anarquista e Diretor da Estação Agronômica do Estado de Santa Catarina, instalada em Rio dos Cedros desde 1897. BERRI, Aléssio. **A igreja na colonização italiana no Médio Vale do Itajaí**. Blumenau: Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1988, p. 129-165. Sobre Giovanni Rossi, ver em SANTOS, Lucy Woellner dos. **Estação agronômica e de veterinária do Estado**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. Alguns italianos que faziam parte da comissão eram os professores Antônio Borriero, com formação universitária; Pedro Trentini, jornalista, *ex-granatiere* em Roma; Pedro Moretto, Aleandro Lenzi e Luiz Isolani.



12 - Ermembergo Pellizzetti

FONTE: LOLLA, Beatriz Pellizzetti. **Memórias de um italiano na Revolução de 30 em SC**. Blumenau: FURB, 1997, p. 05.

Caruso MacDonald diz também que depois da criação dessa Sociedade Escolar, algumas escolas já haviam passado a utilizar os livros enviados pelo governo italiano. Em carta ao frei Lucínio, esclarece acerca dos objetivos de ter fundado a supracitada Sociedade:

Este Régio Consulado, desde 04 de junho de 1906 nomeou uma comissão escolar, presidida pelo senhor Ermembergo Pellizzetti, com a incumbência de distribuir o material escolar e os subsídios pecuniários às escolas onde o ensino fosse ministrado em língua italiana e onde se **procurasse incutir no ânimo dos alunos, juntamente com o amor à sua pátria de nascimento, o Brasil, o respeito e a estima à pátria de seus pais: a Itália** (grifo nosso). Nas instruções por mim enviadas à dita comissão, recomendava de não coibir de forma alguma, o sentimento dos alunos; aconselhava antes de permitir nas escolas subvencionadas, o ensino religioso, em homenagem à fé professada pela totalidade de nossos compatriotas.¹³²

Com a instalação dessa rede escolar intensificam-se os “conflitos entre poderes simbólicos que visam impor a visão das divisões legítimas, isto é, construir grupos” e nesse

¹³² Carta do cônsul Giuseppe Caruso MacDonald ao Frei Lucínio Korte. Florianópolis, 22/06/1908. (CFR). No relatório ao Monsenhor Aversa os franciscanos escrevem que fora Pio di Savóia que em 1900 havia nomeado o socialista Pellizzetti para inspetor das escolas italianas e em cada valada fazia propaganda da *Dante Alighieri*. Para os franciscanos, esse cônsul fazia-se de dono das escolas que eles haviam fundado.

sentido, “é um poder de construção do mundo”.¹³³ Essas escolas, na conjuntura em questão, foram numericamente expressivas. Baseando-se em dados coletados, elaborou-se o seguinte quadro dessa rede escolar:

QUADRO 10 - ESCOLAS *DANTE ALIGHIERI* NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ-AÇU EM 1913

LOCALIDADE	DENOMINAÇÃO	PROFESSORES
Ascurra	<i>Dante Alighieri</i>	Pedro Trentini, Pedro Moretto, Ermembergo Pellizzetti, Antônio Burghieri[?], Pe. Canônico
São Paulo nº 29	<i>Dante Alighieri</i>	...
Guaricanas	<i>Giuseppe Verdi</i>	Giovanni Feltrin e Mattio Bragagnolo
Pomeranos Médio	<i>Dante Alighieri</i>	...
Caminho dos Tirolezes	<i>Dante Alighieri</i>	...
Pomeranos Alto	<i>Dante Alighieri</i>	...
Rodeio nº 32	<i>Dante Alighieri</i>	...
Aquidaban (Apiúna)	<i>Silvio Pellicco</i>	Giacomo Fávero e Antônio Borriero
São Bernardo	<i>Dante Alighieri</i>	...

FONTE: Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau. Blumenau, 1918, p. 31-33. Crônica do Convento de Rodeio, p. 26 - 30.
... Dados não disponíveis.

¹³³ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 165.



13 - Escola Italiana *Silvio Pellico*. Apiúna, 1912.

FONTE: DERETTI, Miguel. **Apiúna nos meus apontamentos**. Porto Alegre: Gráfica Dom Bosco, 1970, p. 50.

Com essas escolas surgiu também a briga das subvenções. A Sociedade *Dante Alighieri* de Ascurra, segundo Frei Modestino, “havia caído totalmente em mãos de elementos da maçonaria”.¹³⁴ Essas representações variam segundo os interesses que estão associados à construção de identidades e à busca de reconhecimento de autoridade. As operações dos porta-vozes exprimem a posição social em que se foram construindo. O que está em jogo é a busca da “verdade do mundo social” nas lutas entre os agentes, equipados de modo desigual para alcançar uma visão absoluta.¹³⁵

Desse modo, envolvidos com as escolas italianas, estavam, de um lado, a citada comissão e os cônsules que não deixavam de tecer considerações e justificar seu próprio procedimento, e do outro, os franciscanos que foram contrários à fundação dessas escolas, passando a contestá-las.

As instituições dividem entre si o trabalho de dominação simbólica e a construção dos grupos “terá mais chances de sucesso quanto mais estiver alicerçada na realidade, [...] nas afinidades objetivas entre as pessoas que se quer reunir”.¹³⁶ Os cônsules e agentes consulares

¹³⁴ Memórias de frei Modestino. In: Documento avulso. [195 - ?]. (APICSP). Cf. também o ANEXO J - Carta de Giovanni Pedrelli a frei Lucínio Korte.

¹³⁵ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 158 - 164.

¹³⁶ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 166.

“investidos de uma autoridade estatal são personificações de uma ficção social a que eles dão existência, na e por sua própria existência, e da qual recebem de volta seu próprio poder”.¹³⁷ É o porta-voz quem faz o grupo e “é porque o representante existe, porque *representa* (ação simbólica), que o grupo representado, simbolizado, existe e faz existir, em retorno, seu representante como representante do grupo. [...] o grupo não existiria plenamente, enquanto grupo representado - se ele [o porta-voz] não estivesse ali para encarná-lo”.¹³⁸

Pode-se observar que os cônsules e agentes consulares procuraram incutir nos imigrantes imagens sobre a Itália dando visibilidade aos seus heróis e às suas glórias. Como sujeitos autorizados, pelo exercício do poder que lhes fora delegado, tentaram criar verdades. Parafraseando Iotti, a tutela era o olhar do poder, ou seja, na perspectiva do poder a diplomacia italiana tutelava os emigrados.¹³⁹

Suas práticas discursivas foram tentativas de construir determinada identidade italiana, de criar um imaginário social, de constituir sujeitos e de conferir significados à realidade segundo suas representações. Todavia, uma mesma palavra engloba “práticas diferentes - fornece uma base para a pluralidade de visões de mundo, também ela ligada à pluralidade dos pontos de vista. Ao mesmo tempo, é uma base para as lutas simbólicas pelo poder de produzir e impor a visão de mundo legítima”.¹⁴⁰

Na segunda parte deste trabalho, será aprofundado o estudo das lutas simbólicas, dos jogos de poder entre os porta-vozes da catolicidade e da italianidade e elites locais. Mesmo considerando as especificidades de cada área recortada, eles almejam o reconhecimento da autoridade e o monopólio religioso e/ou político/cultural.

¹³⁷ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 168.

¹³⁸ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 189.

¹³⁹ IOTTI, Luiza Horn, op. cit., 2001.

¹⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 161.

Segunda Parte

JOGOS DE PODER PELO MONOPÓLIO RELIGIOSO E
POLÍTICO/CULTURAL

*Tendes o estreito dever de obedecer ao vosso pároco e não a um ou outro civil que
provoca rebelião contra a autoridade [eclesiástica].*

(Frei Nicodemos Grundhoff. Rodeio, 1905)

*O padre José Francisco Bertero é um perigo porque ensina e despreza a lei e incita os
cidadãos a desobedecer à autoridade [civil]. Foi em visita aos diversos núcleos de Beluno,
Treviso e Nova Veneza a fim de organizar uma revolta armada.*

(Lucas Bez Batti. Urussanga, 1904)

Conforme se observou na primeira parte deste trabalho, os porta-vozes almejam produzir situações concretas, incorporando regras implícitas e explícitas a determinada sociedade. Nesta segunda parte (capítulos 3 e 4), observa-se que, concomitantemente, há a construção de um “Outro” e de um imaginário social. A construção desse imaginário também é permeada pelos jogos e relações de poder; na acepção foucaultiana, pela *microfísica* - a pluralidade dos poderes.

Segundo Foucault, “a verdade não existe fora do poder ou sem poder”, ela é produzida neste mundo, “graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”. Ou seja, “cada sociedade tem sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”.¹ As pessoas “nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.”² Para Foucault, existe ainda uma ordem nos discursos, isto é, aqueles discursos que estão apoiados num suporte institucional tendem a exercer uma espécie de pressão, de coerção sobre os outros discursos.³

As regras discursivas às quais os porta-vozes estão submetidos lhes conferem o poder do monopólio, seja no campo religioso, seja no campo político/cultural. Utilizando o poder conferido pela delegação, estabelecem relações de “poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos”.⁴

Nessa perspectiva, pretende-se demonstrar os jogos de poder que permeiam as relações. As categorizações acerca do “outro” constitui tais jogos, seja por meio de elogios ou por insultos, visando ao monopólio e ao poder simbólico. De acordo com Vincent, especialmente no que se refere ao monopólio político, volta-se o olhar para as “estratégias manipulativas” dos sujeitos individuais e suas estratégias na arena política.⁵ Numa análise que faz do pensamento de Elias, Chartier indica que as ações individuais dependem de outras, resultando em um jogo social.⁶ Nesse jogo social está também o discurso sobre a construção de determinada identidade cultural e assume feições religiosas e políticas.

¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 12.

² FOUCAULT, Michel. 1990, op. cit., p. 183.

³ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999a, p.18.

⁴ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. Tradução: Sérgio Miceli et al. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 23 - 24.

⁵ VINCENT, Joan. Political anthropology: manipulative strategies. **Annual Review of anthropology**. 1978, n. 7, p. 182.

⁶ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 100 - 103.

3. A CONSTRUÇÃO DO “OUTRO” NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ-AÇU

Os franciscanos tentam incutir a idéia de que cumprir a religião segundo seus ensinamentos era viver em um mundo de segurança e harmonia. Em outras palavras, eles “lutam pela imposição da definição legítima não só do religioso, mas também” por uma maneira específica de “desempenhar o papel religioso”.⁷ Tecem estratégias visando ao estabelecimento de uma “ordem significativa, ou nomos”.⁸

Neste terceiro capítulo, demonstra-se que as tentativas para estabelecer essa ordem significativa se deram em meio a resistências de uma fração dos imigrantes. Os cronistas registram detalhadamente os conflitos havidos entre os franciscanos, os cônsules italianos e um grupo de *italianissimi*.⁹ Segundo esses registros - tomados aqui como representações dos franciscanos - os italianíssimos eram os italianos pertencentes à facção anticlero, os italianos nacionalistas, simpatizantes do movimento de unificação da Itália. Associado a essas representações cria-se um imaginário em torno do “outro”, o qual precisa ser combatido por representar o perigo anarquista - sinônimo de desordem, desobediência, o caos, a *anomia*.¹⁰

Nesse sentido, enfoca-se o imaginário veiculado pelo discurso e pelas relações entre o clero franciscano, líder do sistema de ensino católico paroquial, no confronto com os líderes das escolas *Dante Alighieri*, cognominados anarquistas, maçons, socialistas e italianófilos. Toda essa predicação está marcada no presente capítulo, questionando-se se de fato eles teriam sido anarquistas.

Pretende-se ressaltar ainda que a busca pelo monopólio da verdade católica foi a tônica que revestiu esses conflitos. Em outras palavras, os franciscanos pretendem reforçar, nas então colônias italianas, “a presença do catolicismo como força de nomização”.¹¹ Os princípios difundidos foram os da autoridade do padre, da ordem e da moral católicas. Esse clero articula uma rede discursiva amparada em práticas normatizadoras com o intuito de legitimar-se no poder. Empenha-se em constituir um catolicismo centrado nos sacramentos, na negação de tudo o que se referisse a uma sociedade plural, como também foi contrário a todo e qualquer questionamento à autoridade da Igreja católica.

⁷ BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 120.

⁸ BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Tradução: José Carlos Barcellos. 2. ed. São Paulo: PAULUS, 1985, p. 32.

⁹ *Chronica Provinciae Immaculae Conceptionis Brasiliae Meridionalis*. 1926, p. 267. (APICSP).

¹⁰ O contrário do *nomos* é a *anomia* - perda de valores, um mundo sem referenciais.

¹¹ ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, 43.

A tarefa que os franciscanos se impunham foi a de fazer com que os fiéis partilhassem de um universo simbólico em que obedecer ao padre seria o equivalente a obedecer a Deus. Buscam constituir um modelo de frade e de leigo católico adequado a um universo simbólico guiado pela hierarquia eclesiástica. A pregação desses frades sancionava determinados costumes sociais, insistia na assiduidade à missa, à confissão, à comunhão, às orações diárias, no controle sobre a vida dos namorados e casados, a condenação aos que acreditassem em superstições e à não-blasfêmia.¹²

Enfim, pretendem criar um espaço social e fazê-lo funcionar como um espaço simbólico, caracterizado por uma única legislação estável. Para eles, a religião católica e os mandamentos, tomados como verdades.

3.1. O monopólio da verdade católica

Uma parcela dos habitantes de Ascurra era conhecida por sua sublevação e comportamento obstinado contra a autoridade eclesiástica ainda antes da instalação dos franciscanos em Rodeio. Desde os primeiros anos da chegada dos imigrantes italianos, haviam-se formado dois partidos rivais. Um desses grupos, com predominância de trentinos, havia-se separado da capela Santo Ambrósio de Ascurra e construído outra capela na Valada São Paulo, não muito distante daquela de Ascurra, denominando-a Sagrada Família.

Além dessa divisão interna entre eles, o conflito dos líderes da capela Santo Ambrósio de Ascurra com o clero franciscano se intensificou por divergências quanto ao local de construção da nova capela, que começou a ser planejada em 1897. Frei Lucínio havia sugerido que ela fosse construída 2 a 3 km adiante da atual, de maneira que se formasse um agrupamento maior. Essa sugestão inicialmente foi aceita pela população; porém, logo foi uma oportunidade para que os fabriqueiros iniciassem suas campanhas contra os frades. Segundo os fabriqueiros, os franciscanos pretendiam deslocar a capela de Ascurra unicamente pelo motivo de estabelecer a sede paroquial em Rodeio. Com esse argumento o grupo dissidente conseguiu o apoio de significativa parcela da população. Decidiram que a capela deveria ser reconstruída no lugar da atual, pois somente assim poderiam conseguir que Ascurra algum dia fosse sede de paróquia.¹³

¹² Frei Modestino Oechtering registra que em Rio dos Cedros havia criado uma Liga contra a Blasfêmia. Registra também que, em virtude dessa Liga, o vício de blasfemar havia sido quase extinto. In: Memórias de Frei Modestino. Documento avulso. [195 - ?] p. 4. (APICSP).

¹³ *Chronica Provinciae Immaculatae Conceptionis Brasiliae Meridionalis*, p. 272 - 273. (APICSP).

De fato, os conflitos intensificaram-se, sobretudo porque os franciscanos escolheram Rodeio para sede de seu convento e sede de paróquia. Uma fração dos ascurrenses não queria, em hipótese alguma, ser dependente da igreja matriz de Rodeio e nisso eram apoiados pelos cônsules italianos.¹⁴ Em sinal de protesto, esses ascurrenses não participaram da celebração de instalação da paróquia São Francisco de Assis de Rodeio e também não freqüentaram mais a missa, nem na matriz em Rodeio nem na capela Sagrada Família, preferindo realizar o ofício religioso em Ascurra, presidido pelo capelão Elia Barbetta¹⁵, no mesmo horário em que se celebrava missa na capela Sagrada Família.



14 - Capela Sagrada Família

FONTE: Acervo de Claricia Otto. Foto dez/2001.

De igual modo, realizavam em Ascurra uma procissão sem a liderança de um frade no mesmo horário e dia em que se fazia a procissão de *Corpus Christi* na sede paroquial em

¹⁴ Chronica Provinciae Immaculae Conceptionis Brasiliae Meridionalis, p. 274. (APICSP).

¹⁵ Elia Barbetta chegou a Ascurra em 1876 com 26 anos de idade. Decidira emigrar depois de ter-se aconselhado com seu conselheiro espiritual Geremia Bonomelli, bispo de Cremona. Ao dar-lhe a bênção de despedida, ele recomendou-lhe que, ao chegar ao Brasil, onde não haveria padres, lesse aos domingos o Evangelho e rezasse o terço e as ladainhas, ensinasse o catecismo às crianças; promovesse, enfim, o espírito religioso entre os imigrantes. Elia Barbetta, fiel às orientações de Bonomelli, tornou-se um líder de destaque em Ascurra, desde sua chegada até a morte, em 1915. FINARDI, José E. **Colonização italiana de Ascurra: 1876-1976**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1976, p. 41. Dom Geremia Bonomelli, grande amigo de Dom Giovanni Batista Scalabrini. Ambos se empenharam na conciliação entre a Igreja e o Estado italiano. VILLA, Deliso. **Storia dimenticata**. Tradução e notas: Adriana Pucci. Porto Alegre: EST, 2002, p. 153.

Rodeio. Conforme o cronista, os fabriqueiros provocavam brigas entre os moradores, escreviam cartas às autoridades episcopais e, apoiados por Pellizzetti e seus comparsas, instigavam a população contra os franciscanos, imaginando que eles receberiam em dois ou três anos um padre italiano.

Frei Lucínio argumenta que Rodeio só foi escolhida para sede de paróquia pelo fato de contar com maior número de famílias. Informa a Dom José de Camargo Barros a respeito dessas desavenças e da proposta quanto ao local da nova capela de Ascurra.¹⁶ O bispo aprova a proposta de frei Lucínio e sugere a construção de duas capelas, caso não chegassem a um entendimento. Informa também ao frei Lucínio que havia recebido duas missivas dos imigrantes: “não queria eu incomodar a V. Revma por causa de questiúnculas de italianos; mas já recebi duas cartas deles, uma dos de São Paulo [localidade onde se situa a capela Sagrada Família, Ascurra], outra dos do Rio Cedro, [...] veja se pode acomodar essa gente”.¹⁷

O estudo de Costa e De Boni sobre a vivência religiosa dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul permite possíveis aproximações com os imigrantes radicados em Santa Catarina. Esses autores salientam que os moradores de cada pequena localidade impunham-se a obrigação de construir uma igreja, e não tê-la equivalia a reconhecer-se inferior aos vizinhos. Entretanto,

se a decisão de ter a própria capela unia os habitantes da linha, os passos posteriores provocavam cisões, coroadas por vezes pela violência. A primeira questão a ser resolvida era a do local da construção, que se tornaria automaticamente o ponto central da linha. Vários eram as ofertas de um pequeno terreno para tal fim, encobrindo o desejo de prestígio do oferente, quando não o interesse comercial do bodegueiro. [...] Determinado o local surgiam outros problemas . [...] a disputa pela escolha do padroeiro, procurando cada qual - ou cada grupo - fazer com que prevalecesse o nome do santo padroeiro de sua localidade de origem. O resultado foi, por vezes, a construção de duas capelas na mesma linha.¹⁸

Esses autores salientam também que entre os fabriqueiros e a autoridade eclesiástica houve lutas renhidas. Os fabriqueiros aspiravam à elevação da capela a paróquia, visto por eles como privilégio, prestígio e sinônimo de progresso para a localidade. Em outras ocasiões,

¹⁶ Relatório do Frei Lucínio Korte ao Nuncio Apostólico em Petrópolis, Rio de Janeiro. In: *Chronica Provinciae Immaculatae Conceptionis Brasiliae Meridionalis*, p. 268 - 269. (APICSP).

¹⁷ Carta de Dom José de Camargo Barros a Frei Lucínio Korte. Curitiba, 17/05/1897. (AEF).

¹⁸ DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. 3 ed. ilustr. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias; Correio Riograndense, 1984, p.112. Linhas - forma de organização espacial nas áreas de colonização do Sul do Brasil. A fixação dos colonos teve como característica o povoamento disperso em fileiras, mantendo certa regularidade na distribuição dos lotes (pequena propriedade com mão-de-obra familiar), constituindo as linhas - coincidindo entre áreas de habitação e produção. Essa expressão é mais utilizada pelos imigrantes do Rio Grande do Sul e pelos que de lá migraram para o Oeste catarinense. SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre identidade camponesa. In: *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. São Paulo, v. 7, n. 8, p. 79, 1992.

os núcleos coloniais já tinham autonomia e os conflitos ocorreram em virtude das “tentativas de colocar as capelas sob a jurisdição dos vigários e da Cúria Diocesana. A chefia passou a ser exercida, de fato e de direito, pelo padre, e este, muitas vezes, exerceu concomitantemente a função de desagregador de uma comunidade, sacrificando-a a um esquema jurídico”.¹⁹

Tais disputas são observadas entre os núcleos coloniais no Médio Vale do Itajaí-Açu. Um relatório endereçado ao Nuncio Apostólico indica que a decisão do local a ser construída a nova capela em Ascurra deu-se por meio de sorteio liderado pelo frei Lucínio Korte. O referido sorteio fora realizado sob a exposição do Santíssimo Sacramento e com a ameaça de maldição até a quarta geração aos que não aceitassem a decisão. Convém lembrar que, na perspectiva do poder simbólico, no padre encontrava-se a auréola dos poderes sobrenaturais. Suas bênçãos e maldições eram tidas, por uma parcela significativa da população, como bênçãos e maldições proferidas pelo próprio Deus. A capela contemplada para a nova construção foi a da Sagrada Família. Os fabriqueiros da capela Santo Ambrósio alegaram manipulação no sorteio e não acataram tal decisão, dizendo que a intenção de frei Lucínio era autorizar somente a construção da capela Sagrada Família.²⁰

Por diversas vezes a capela Santo Ambrósio foi privada de visitas pastorais e, assim, dos sacramentos, como forma de punição aos desobedientes. Mesmo sem receber a visita dos franciscanos, contra o consentimento das autoridades eclesiásticas os fabriqueiros lideraram a construção de uma nova capela.

Em 1905, essa capela estava quase pronta, e os fabriqueiros solicitaram ao frei Nicodemos Grundhoff que se fizesse uma solene inauguração.²¹ Este lhes respondeu que providenciaria a devida e necessária licença do bispo e que para isso era necessário que aguardassem.

¹⁹ DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. 1984, op. cit., p. 117.

²⁰ Relatório dos franciscanos ao Nuncio Monsenhor Aversa. Rodeio, 1913. Ao tratar sobre o caráter devocional e as divergências que surgiam para a adoção dos santos padroeiros nos primórdios da colonização, Finardi disse que a adoção de Santo Ambrósio por Ascurra se deu por imposição de Giovanni Buzzi. “Tanta questão fez em adotar Santo Ambrósio como padroeiro e foi o primeiro a se agastar como fabriqueiro da incipiente capela, erigindo outra, dedicada à Sagrada Família, e que, paradoxalmente, motivou tanta discórdia por tantos anos entre os povoados de Ascurra”. FINARDI, José E. 1976, op. cit., p. 41- 42.

²¹ Frei Nicodemos Grundhoff nasceu aos 05/01/1875 em Sichtigvoor. Veio para o Brasil como noviço, em 1893. Foi ordenado em 1901, acompanhou o arcebispo Joaquin Arcoverde nas primeiras visitas pastorais pelas paróquias da arquidiocese do Rio de Janeiro. Foi pároco em Rodeio de 1904 a 1907 e de 1917 a 1920. Em 1907 foi eleito definidor da Província e designado ao mesmo tempo para lente do Colégio Santo Antônio, de Blumenau. A partir de 09/04/1909 esteve em Florianópolis e foi secretário de Dom João Becker. Dirigiu o Boletim Diocesano A Época, como também a Resenha Eclesiástica. Em 16/10/1913 foi nomeado para administrador da Diocese devido à nomeação de Dom João Becker para arcebispo de Porto Alegre. Faleceu em 1949. In: REVISTA VIDA FRANCISCANA, ano VIII, n. 12, p. 57 - 59, set./1949.



15 - Matriz Santo Ambrósio, Ascurra.

FONTE: Acervo de Claricia Otto. Foto dez/2001

Se Dom José de Camargo Barros em 1897 solicitava ao pároco que acalmasse os italianos, também Dom Duarte Leopoldo e Silva, assim registra: “foi com profunda mágoa que observamos as lutas que aí se travam, pretendendo cada valada constituir-se centro das outras, nem sempre movida por espírito religioso, mas por interesses puramente materiais”.²² Em cumprimento a um dever tido por ele como sagrado, se expressa:

Nos acariciava a esperança de encontrar no meio de vós católicos sinceros, filhos obedientes, dedicados sem reserva à santa causa de Deus e da sua Igreja. [...] Se, pois, contrariando as Nossas determinações alguns no meio de vós esquecer-se dos seus deveres de católico se, por interesses puramente materiais e mal encobertos sob o pretexto da Religião, pretender alguém afastar-vos do caminho da obediência, repeli-o com hombridade. Esse tal não é vosso amigo, não promove o vosso bem, ilude a vossa boa fé, porque é um perturbador da paz, um pregador de idéias subversivas. [...] Foi o demônio quem plantou no meio de vós o gérmen da discórdia, foi o espírito do mal que aí desuniu as famílias, as diversas valadas. [...] Querendo Nós estabelecer a tranquilidade religiosa no meio de vós, solicitamos o generoso concurso dos Rev. P. Franciscanos que, até agora, se têm desvelado pelo vosso bem espiritual.²³

Esse fragmento é elucidativo para apontar que Dom Duarte procura afirmar a autoridade e o poder do corpo eclesiástico, isto é, da instituição. Insere-se nesse discurso a indicação de Bourdieu, a da necessária análise do “jogo duplo - ou duplo eu - e das estratégias

²² Dom Duarte Leopoldo e Silva. Mandamento. Rodeio, 12/10/1905. (CFR).

²³ Dom Duarte Leopoldo e Silva. Mandamento. Rodeio, 12/10/1905. (CFR).

do porta-voz” que, ao pretender impor “um ato de força simbólica, passa do eu ao nós”.²⁴ Entretanto, nesse jogo também se dá a constante passagem do “nós” ao “eu”. Assim, o bispo enfatiza o poder e a autoridade episcopal. Apresenta-se como aquele que tem consciência e dever e, mais do que isso, define-se paradigmaticamente como portador de uma delegação de poder falar em nome de alguém (de Deus) e de tomar decisões para o bem dos fiéis:

Só o Bispo tem graças de estado, bênçãos especiais para dirimir questões e competências entre os seus diocesanos; só o Bispo, cujo olhar abrange toda a extensão de uma vastíssima Diocese, pode conhecer as necessidades reais de cada uma das suas paróquias; só o Bispo, sobre cujos ombros recai o enorme peso das almas, pode distribuir, com segurança e eficácia, o serviço espiritual: só o Bispo que recebeu de Deus a missão de vos mostrar o caminho e alumiar os vossos passos, pode exigir o sacrifício do vosso amor próprio, das vossas mal entendidas rivalidades e competências; em uma palavra, só ele tem o direito de reclamar a vossa obediência, e vós sois rigorosamente obrigados em consciência a acatar as suas ordens e deliberações [que] como vosso chefe e vosso Pai, pertence resolver.²⁵



16 - Frades e noviços na visita de Dom Duarte Leopoldo e Silva. Rodeio, 1905.

Frei Nicodemos Grundhoff, nº 1.

FONTE: Arquivo da Província Imaculada Conceição, São Paulo

Não se pode dimensionar a repercussão desse discurso entre os ascurrenses, tidos como desobedientes. O que se verifica é que, insatisfeitos pela privação da visita episcopal, eles decidiram inaugurar a nova capela, em 26/11/1905, sem obter licença do bispo e sem autorização do pároco, apenas convidando-o para efetuar a bênção. Divulgaram o programa da inauguração e bênção, com a ressalva de que a levariam a efeito, com ou sem a presença de

²⁴ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p.198.

²⁵ Dom Duarte Leopoldo e Silva. Mandamento. Rodeio, 12/10/1905. (CFR).

um dos padres do convento de Rodeio. Em reação a essa notícia sobre a inauguração, frei Nicodemos, no folheto intitulado: *Carissimi Parochiani di Ascurra* (Caríssimos Paroquianos de Ascurra), ameaça-os com o corte definitivo das visitas pastorais, o que implicaria o lançamento de um interdito à capela:

Visto que há, entre vocês, alguns que promovem a inauguração da vossa nova capela, sem antes terem a licença do Revmo. Senhor Bispo, é meu dever de pároco mostrar-vos a grave situação e o grande perigo que ameaça a vossa valada. A bênção da igreja se fará, mas somente depois de haverem cumprido todas as condições exigidas pelo direito eclesiástico e aquelas que são impostas pelo Bispo.²⁶

As condições exigidas pelo direito eclesiástico para ser concedida licença para a bênção eram: um título de propriedade autenticado pela competente autoridade civil, com o qual se concedia o terreno à Igreja Católica; um documento, redigido pelos fundadores da igreja e legalizado pelo escrivão civil, com o qual se declarava que cediam os direitos que tinham ao bispo diocesano, nas formas e costumes em vigor na Igreja Católica.

A inauguração, no entanto, foi realizada no dia previsto pelos fabriqueiros, coordenada por eles e pelo capelão, sem a licença do bispo e sem autorização nem presença do clero franciscano. A banda de música da matriz de Rodeio foi substituída por uma banda de música luterana. Frei Nicodemos, com base nos relatos de uma pessoa de confiança enviada por ele a Ascurra para averiguar sobre a inauguração, informa o bispo a respeito e pede orientações.²⁷

Em Curitiba, Dom Duarte reuniu o conselho de padres para decidir acerca dessas rebeldias contra a autoridade eclesiástica. Nomeou os ascurrenses filhos transviados e teceu uma série de prescrições a serem cumpridas por eles, a fim de serem punidos e corrigidos pelo insulto.²⁸ Tais prescrições foram divulgadas por meio do folheto intitulado *Avviso* (Aviso), no intuito de admoestar, interpelar e corrigir os fiéis que se haviam desviado das normas estabelecidas pela hierarquia católica. O castigo normativo e exemplar imposto aos insurgentes foi o de impedir o uso da igreja para atividades religiosas, as quais deveriam ser feitas na capela Sagrada Família, edificada com a devida licença. Sob a condição de serem obedientes e dóceis, foi-lhes prometida a organização de um serviço religioso semanal, a criação do Apostolado da Oração e da Associação das Filhas de Maria. Mas, para terem esses

²⁶ Panfleto de Frei Nicodemos Grundhoff. *Carissimi Parochiani di Ascurra*. Rodeio, 21/11/1905. (CFR).

²⁷ Carta de frei Nicodemos Grundhoff a Dom Duarte. Rodeio, 15/01/1906. Nicodemos relata a Dom Duarte como ocorreu a inauguração da capela. As informações que forneceu ao bispo, conforme explica na carta, eram feitas a partir dos relatos de um homem de confiança enviado por ele a Ascurra, a fim de verificar as ocorrências. (AEF).

²⁸ Carta de Dom Duarte Leopoldo e Silva ao frei Nicodemos Grundhoff. Curitiba, 02/02/1906. (AEC).

privilégios, a capela deveria funcionar segundo as normas diocesanas, e o presidente da comissão dos fabriqueiros deveria prestar juramento de obediência ao bispo e ao padre.

É possível que em decorrência dessas dificuldades encontradas na paróquia de Rodeio, Dom Duarte tenha modificado os estatutos dos fabriqueiros, conforme ele mesmo registrou no livro Tombo da paróquia de Blumenau:

Entra em pleno vigor em toda a Diocese, o Regulamento de Fábrica por nós publicado a 25/12/1906 e agora modificado conforme nos ditou a prudência e o sentimento de Nosso Dever. [...] Para que ninguém se chame à ignorância, desde já declaramos, dissolvidos, e como se não existissem, todos os pretensos Conselhos de Fábrica que, sem nossa aprovação e contra as nossas determinações funcionam ainda em algumas igrejas e capelas. Negamos a esses conselhos todo o direito de reclamar em juízo ou fora dele, considerando nulos todos os atos que em nome da Fábrica possam a vir praticar.²⁹

Também nesse fragmento o discurso remete ao ato de força simbólica. Dom Duarte procura justificar a função de um corpo constituído, legitimado - os profissionais que ocupam a posição central no sistema de poder - os quais, segundo Miceli, passam a “proteger a ordem sagrada”, porém, por “intermédio da ordem sagrada esses profissionais também passam a proteger seus próprios interesses”.³⁰ Segundo Bourdieu, o poder do enunciator do discurso legítimo encontra-se na esfera de uma delegação de poder falar em nome de alguém (de Deus) e a partir da instituição.³¹ Esse discurso é capaz de direcionar os sujeitos porque ele é tomado como uma verdade, compreendida aqui, na acepção foucaultiana: verdade não significa “o conjunto das coisas verdadeiras” mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder; entendendo-se também que não se trata de um combate ‘em favor’ da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha”.³²

Dessa forma, esses porta-vozes acreditam-se transmissores de uma verdade institucional, produzida e transmitida sob o controle da Sé Romana. Haroche afirma que a noção de verdade é subordinada a um funcionamento institucional, rigorosamente regulado por e para uma elite justamente “para limitar e controlar os efeitos ligados a seu caráter relativo”.³³ Os membros que compõem o corpo hierárquico estão “oficialmente encarregados da determinação da verdade”, uma vez que eles têm “um privilégio de desambigüização que

²⁹ Livro Tombo da Freguezia de São Paulo Apóstolo de Blumenau, p. 81. (APICSP).

³⁰ MICELI, Sérgio. A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção: Sérgio Miceli. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. LV.

³¹ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 87.

³² FOUCAULT, Michel. 1990, op. cit., p. 13.

³³ HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi com a colaboração de Freda Indursky e Marise Manoel. São Paulo: Hucitec, 1992, p.56.

vai junto com a existência da falta de conhecimento, de ininteligibilidade, de ambigüidade, enfim, na qual estão colocados aqueles que não são ‘mestres’”.³⁴

À medida que o discurso é produzido, a hierarquia se constitui no seu interior, como fonte de seu próprio poder. O bispo e o padre são aqueles que falam diretamente para os ascurrenses e vão construindo o poder pessoal/institucional. Dessa institucionalização decorre a legitimidade, e o sentido legitimado fixa-se como central e oficial:

O vosso pároco, pois, vos pede e vos diz qual **legítimo superior** (grifo nosso) que não podeis transportar as imagens, enquanto a nova igreja não estiver benta. Lembrem-se que o pároco é a única autoridade competente dentro da paróquia, que tem que saber o que é necessário. Peço-vos que pensem nas graves conseqüências que virão para a vossa igreja, para a vossa valada, se não obedecerdes ao vosso pároco.³⁵

O conteúdo desse folheto define-se como um discurso institucionalizado, o qual se garante, garantindo a instituição de que se origina e para a qual tende - a Igreja. Os fiéis são interpelados por uma autoridade não atribuída indistintamente. Frei Nicodemos reafirma aos ascurrenses:

Recordai-vos que é uma grande obrigação para o cristão obedecer ao seu pároco em coisas eclesiásticas. Foi aos sacerdotes que Nosso Senhor disse no Evangelho: Quem vos escuta, a mim escuta, e quem vos despreza, a mim despreza. (Lc. 10, 16). Tendes, pois, o estreito dever de obedecer ao vosso pároco, e não a um ou a outro civil que provoca rebelião contra a autoridade. Bem dizia o atual Bispo do Rio Grande em uma de suas cartas: ‘Não são os camponeses que governam a Igreja de Deus, mas o Bispo, e sob a sua dependência, o pároco’.³⁶

Esse frade procura persuadir os católicos desobedientes e, nesse ato de persuasão, pretende conduzi-los ao cumprimento das normas eclesiásticas tidas como verdades. As citações bíblicas são por ele utilizadas com o objetivo de convencê-los. Frei Nicodemos toma a Escritura como algo que fala, conforme sinalizado por Certeau: “o texto sagrado é uma voz, ensina (primeiro sentido de *documentum*), é a chegada de um ‘querer dizer’ do Deus que espera do leitor (de fato, o ouvinte) um ‘querer ouvir’ do qual depende o acesso à verdade”.³⁷ Apoiando-se em trechos bíblicos como da carta aos Hebreus, suplica: “sede obedientes aos vossos superiores e a eles estai sujeitos (Hb.13,17)”. Citando um versículo da carta aos Romanos, afirma: “quem se opõe à autoridade, se opõe à ordem estabelecida por Deus. Aqueles que se opõem, atraem sobre si a condenação (Rm. 13,2)”.³⁸ Essa última proposição

³⁴ Ibidem, p. 56.

³⁵ Panfleto de Frei Nicodemos Grundhoff. *Carissimi Parochiani di Ascurra*. Rodeio, 21/11/1905. (CFR).

³⁶ Panfleto de Frei Nicodemos Grundhoff. *Carissimi Parochiani di Ascurra*. Rodeio, 21/11/1905. (CFR).

³⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 7. ed. Petrópolis, RJ: 1994, p. 228.

³⁸ Panfleto de frei Nicodemos Grundhoff. *Carissimi Parochiani di Ascurra*. Rodeio, 21/11/1905. (CFR).

objetiva conduzir os imigrantes à conclusão de que, se não acatarem a autoridade, serão condenados. É um discurso que se instaura como um meio revelador de mecanismos para o reconhecimento do porta-voz do discurso e constituição de identidades, vale dizer, de paroquianos obedientes: “ponho diante dos vossos olhos, a palavra da Sagrada Escritura: o desobedecer é como o pecado da adivinhação, e o não sujeitar-se é como o delito da idolatria”.³⁹

Ao fazer referência à instituição de uma identidade, Bourdieu diz que ela tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma.⁴⁰ Nesse específico, o título de nobreza cabe ao porta-voz autorizado - frei Nicodemos - o qual fala em nome da coletividade e

notifica a alguém sua identidade, quer no sentido de que ele a exprime e a impõe perante todos (*‘Kategoresthai’* significa, originariamente, acusar publicamente), quer notificando-lhe assim com autoridade o que esse alguém é e o que deve ser. Pode-se observar isso com a injúria, espécie de maldição (*‘sacré’* também significa ‘maldito’) que tenta enredar sua vítima numa acusação que funciona como um destino.⁴¹

Conforme o discurso de frei Nicodemos, o estigma cabe ao súdito que, por ser desobediente, é por ele notificado como pecador e idólatra. Frei Nicodemos não somente institui uma diferença, mas também impõe limites: esse indivíduo será condenado, caso não volte para o caminho da obediência. Os panfletos redirecionam o pecador, impondo-lhe a condição para ser bom: “espero que, como bons cristãos, não deixareis cair sobre a vossa valada esta desgraça. Espero que sabereis cumprir os vossos deveres de cristãos, não vos deixando conduzir pelo caminho deplorável da desobediência”.⁴² O discurso de frei Nicodemos, por intermédio dos panfletos, procurou realizar um trabalho de sujeição ao ideário da harmonia, e a ação pretendida foi desempenhar um papel de disciplinarização. A desobediência à autoridade eclesiástica era tomada pela hierarquia como sinônimo de anticlericalismo. Diante dessa constatação, ela redobra os esforços para manter os italianos dentro dos caminhos traçados pela instituição, a fim de evitar que ocorressem nas colônias movimentos dissidentes que pusessem em xeque a doutrina católica.

A capela de Ascurra foi interditada cinco vezes e novamente cinco disponibilizada para uso público. A última interdição foi em 1911 porque os fabriqueiros, sob as mais tumultuadas ameaças, impediram a entrada do padre Fidélis na igreja. O motivo de tal ato foi porque ele não fora officiar a missa na véspera do Natal, conforme era o habitual, mas somente

³⁹ Panfleto de frei Nicodemos Grundhoff. *Carissimi Parochiani di Ascurra*. Rodeio, 21/11/1905. (CFR).

⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 100.

⁴¹ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 101.

⁴² Panfleto de frei Nicodemos Grundhoff. *Carissimi Parochiani di Ascurra*. Rodeio, 21/11/1905. (CFR).

no dia seguinte. Frei Policarpo justifica que, pelo *L'Amico*, havia sido divulgado a respeito da transferência da missa em Ascurra, da noite do dia 24 de dezembro para o final da tarde do dia 25. Dom João Becker suspendeu as visitas à capela até que os próprios fabriqueiros apresentassem ao pároco de Rodeio o pedido de retomada das visitas. Entretanto, frei Policarpo esperou inutilmente mais de um ano por esse requerimento:

Estou pronto de ir lá [em Ascurra] se venham pedir um padre, mas sem esta condição ir lá ou mandar um padre para visitar a capela eu acho imprudente depois do feito dos Cedros. Conheço essa gente. Creio que o povo de Ascurra querendo ter uma visita [do padre] na capela, deve vir falar com o vigário, e se ele não quiser satisfazer os desejos deles, então podem queixar-se perante V. Exma. [...] Se eu me lembro bem, eu disse em Gaspar a Sua Excia de não ter mandado um padre para a capela S. Ambrósio desde o dia de Natal; [...] porque neste dia os fabriqueiros de Ascurra não deixaram o Rev. Pe. Fidelis entrar na capela e porque a minha oferta de visitar a capela, feita diversas vezes, foi rejeitada. Não querem mais um frade.⁴³

Segundo Céli Pinto, a autoridade “se constitui no interior do discurso, mas ao mesmo tempo ela tem uma existência anterior”.⁴⁴ Somente pode investir, convocar, quem tem poder para tal. O poder é anterior ao momento da enunciação. A relação da autoridade com os fiéis pretende um efeito específico: a interpelação para que os imigrantes italianos se tornassem obedientes e dóceis, para assegurar a ordem e a harmonia.

A pretendida harmonia não foi facilmente conseguida, pois além dos conflitos com relação à construção de capelas e à elevação de Rodeio à categoria de paróquia, os franciscanos vivenciaram uma série de outros conflitos. A criação do curato Santo Ambrósio de Ascurra, e conseqüente desmembramento da Paróquia São Francisco de Assis de Rodeio, deveu-se a atritos permanentes entre o clero franciscano e alguns líderes italianos.⁴⁵ Mesmo sendo Ascurra uma localidade pequena, e tendo além da capela Santo Ambrósio somente mais duas capelas, em 1912 Dom João Becker decretou a criação de seu curato. No Decreto, encontra-se o seguinte registro, feito pelo monsenhor Francisco Xavier Topp: “depois de ter ouvido o Reverendo cura de Rodeio, [Policarpo Schuhen] de cujo curato este vai ser desmembrado, e depois de haver-nos sido apresentada pelo mesmo cura a competente petição”.⁴⁶ O desmembramento de Ascurra da paróquia de Rodeio foi efetuado sob protestos de Frei Policarpo: “nunca fiz petição competente para erigir o curato de Ascurra. Nunca foi ouvido nesta questão o cura de Rodeio, quando cheguei em Florianópolis aos 28 de novembro

⁴³ Carta de Frei Polycarpo a Dom João Becker. Rodeio, 27/08/1911. (AEF). O feito dos Cedros refere-se a uma bomba colocada por anticlericais debaixo da casa paroquial em Rio dos Cedros, no ano de 1911. Na explosão, feriu os freis Policarpo Schuhen e Modestino Oechtering.

⁴⁴ PINTO, Celi Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney ou como entender os meandros da linguagem do poder**. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 87 e 88.

⁴⁵ Cf. ANEXO L - Carta dos fabriqueiros de Rio dos Cedros a Dom João Becker.

⁴⁶ Livro Tombo da Paróquia São Francisco de Assis. Rodeio, v.1, p.20. (CFR).

de 1912 já foi [sic] decidida a coisa”.⁴⁷ Frei Modestino também registra: “claro é que com o tempo em Rodeio deveriam ser criadas novas paróquias, mas sabendo tudo o que procedia à criação da paróquia de Ascurra, acho que não foi criada uma paróquia com mais atos injustos do que a paróquia de Ascurra”.⁴⁸ Em 1913, criou-se a paróquia Nossa Senhora da Conceição de Rio dos Cedros.⁴⁹



17 - Frades e Noviços. Rodeio, 1913.

Frei Policarpo Schuhen, nº 1 e Frei Modestino Oechtering nº 2.

FONTE: Arquivo da Província Imaculada Conceição, São Paulo.

Por um lado, esse ato do bispo confirma a política de ampliação do número de paróquias e também o poder de autoridade na diocese sob a sua responsabilidade. Por outro lado, os protestos indicam a pretensão da Ordem Franciscana de concentrar um maior número de capelas dependentes da matriz de Rodeio. Centralizar em Rodeio em vez de elevar as capelas à categoria de paróquia era o ideal e a prática das ordens religiosas. Poderiam com um

⁴⁷ Registro feito por Frei Policarpo Schuhen. In: Livro Tombo da Paróquia de Rodeio, v. 1, p. 20.

⁴⁸ Relatório de frei Modestino Oechtering, intitulado, *Ilmo Sr. Amigo*. São Francisco do Sul, [s.d.]. (AHJFS).

⁴⁹ Livro Tombo da Paróquia de Rodeio, v.1, p. 21 - 22. (CFR).

número menor de frades exercer o controle sobre todas as capelas circunvizinhas; além disso, o padre integrante de uma Ordem Religiosa não poderia morar sozinho.

Imbuídos do ideal romanizador, impunham-se como os dirigentes de todas as atividades concernentes à vida religiosa. Diante da subversão da intenção de eles obterem o monopólio da verdade católica, intensificaram seu discurso na construção do “outro” para a afirmação do “Nós” católico.

3.2. Estratégias diante do perigo anarquista

A idéia de construir um mundo de significações permite visualizar essa conjuntura histórica em que uma parcela dos imigrantes se nega a consumir passivamente os bens simbólicos. Diante de tal resistência, os franciscanos tecem uma série de estratégias para continuarem tendo o monopólio religioso. Dentre as estratégias, destaca-se o combate às escolas *Dante Alighieri* e também às escolas estatais. Para eles tais escolas haviam sido fundadas e eram dirigidas por líderes “anarquistas”, que conduziriam a sociedade local ao caos. Em decorrência dessa ameaça, tanto eles como as escolas deveriam ser combatidas.

3.2.1. O combate às escolas *Dante Alighieri*

Em meio às disputas pelo reconhecimento da autoridade surgem as desavenças acerca das escolas *Dante Alighieri*. Enquanto as escolas paroquiais eram confessionais, estando sob a inspeção dos franciscanos, as *Dante Alighieri* eram de inspiração liberal e primavam pela construção do ser italiano. Frei Lucínio proibiu que o material escolar enviado pelo governo italiano e pela Sociedade *Dante Alighieri* fosse utilizado nas escolas paroquiais. Considerava-o perigoso e ofensivo à igreja católica:

considero brasileiros os filhos nascidos no Brasil. Devem sobretudo conhecer e amar a sua pátria, pois, pouco lhes adianta saber a história e geografia da Itália e seus heróis, que, em grande parte, foram inimigos jurados da religião. [...] Temos que encontrar livros com os quais os filhos sejam educados como patriotas brasileiros, e não como patriotas italianos, [...] considero aqueles livros um veneno finíssimo e escondido, isto é, uma educação sem ou com uma moral puramente natural, fundamentada, unicamente no respeito humano, jamais no único fundamento sadio e estável, que é o Decálogo de Deus e a Religião.⁵⁰

⁵⁰ Carta de Frei Lucínio Korte ao cônsul Gherardo Pio di Savóia. Rodeio, 02/02/1902. (CFR). Essa carta foi escrita em resposta a um relatório enviado a Roma pelo cônsul Pio di Savóia em 1901, intitulado *Gli italiani nel Nord dello stato di Santa Catarina* e publicado no *Bolletino Ministero degli Affari Esteri*. In:

Para frei Lucínio, esse material propiciava uma educação sem moral por não se fundamentar nos mandamentos da Igreja católica, uma vez que, para esses frades, a ênfase estava nos atributos morais de uma pessoa. A moral consistia em um sistema de normas de conduta que prescreviam como a pessoa deveria conduzir-se. Dentre os requisitos exigidos para se lecionar em uma escola paroquial a moral do professor contava em primeiro lugar. O pároco exercia o controle sobre essas escolas, nomeava e exonerava o professor:

Em futura eleição para professor, o Revmo vigário poderá excluir qualquer candidato que não for católico praticante ou que for de vida imoral. Na mesma escola será ensinada doutrina católica pelo professor, tendo o vigário o direito de vigiar sobre o modo pelo que se faz esta doutrina e querendo fazê-la ele mesmo nas horas para este fim destinadas. O Revmo Pe. Vigário tem o direito de excluir da escola quaisquer livros inimigos da religião ou da Igreja Católica. Enquanto forem observadas estas condições, a sociedade escolástica terá perfeita liberdade de formar o seu conselho, de eleger o professor e deliberar sobre outros interesses da escola.⁵¹

Os integrantes da Ordem Terceira de São Francisco também eram preparados para serem colaboradores dos frades, pois, dentre as resoluções do primeiro congresso dessa associação, elegia-se a defesa da autoridade clerical e a rejeição de leituras prejudiciais à vida católica.⁵² Assim, os integrantes da Ordem Terceira seriam o respaldo diante dos conflitos na implantação das escolas italianas *Dante Alighieri*.

Entre as buscas de estratégia para reaver o controle sobre as escolas em uma reunião com os mestres-escolas e lideranças locais frei Lucínio declarou estar surpreso, em ver tantos italianos nas escolas e que a duração disso seria momentânea, e, se por acaso continuasse, deveria esconder interesses políticos. Nessa reunião, afirmou que o material enviado às escolas pelo governo italiano e pela Associação *Dante Alighieri*, por meio do cônsul de Florianópolis, era perigoso e por isso

aconselhou todas as escolas a recusá-lo, mas em seguida continuou dizendo: ‘todas as escolas unidas faremos uma petição à Sociedade Dante Alighieri, com a declaração de que aceitaremos os seus benefícios, sob diversas condições’, sendo que a última das condições por ele elencadas era a de que o material e o subsídio fosse enviado ao convento franciscano de Rodeio.⁵³

Essa estratégia objetivava impedir que os subsídios enviados pelo governo italiano chegassem às escolas. Em carta ao Ministro da Educação da Itália, diz que “não é justo nem conveniente retirar do clero franciscano a direção das escolas paroquiais, pois os colonos não

DALL’ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**. Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul, Porto Alegre: EST, Florianópolis: Lunardelli, 1983.

⁵¹ Carta ao Monsenhor Francisco Topp. Rio dos Cedros, 22/07/1913. (AEF).

⁵² Subsídios para a crônica do Convento de Rodeio. Rodeio, abr./1908, p. 17-18. (AHJFS).

⁵³ Carta de Andrea Largura a Dom João Becker. Rio dos Cedros, 27/01/1909. (AEF).

desejam outra direção e a maior parte deles renunciaria antes ao subsídio”. Ao referir-se aos integrantes da comissão escolar das escolas italianas, acusou-os de incompetentes; diz que principalmente o presidente da comissão, Ermmembergo Pellizzetti, “**é um socialista declarado, que arruinou boa parte da juventude e provocará a ruína moral e social daquelas colônias (grifo nosso)**”.⁵⁴

Ao tempo em que frei Lucínio dizia que com facilidade os colonos renunciariam ao subsídio do governo italiano, Largura informava Dom João Becker de que sempre que os “pobres colonos tiveram que recusar o auxílio do pátrio governo italiano foi por obediência, mas não por convicção de ter feito um mal aceitando o auxílio”. Na mesma carta, Largura lamenta esses acontecimentos:

Se ao menos tivessem [os Padres] tolerado o material da *Dante* e o subsídio. Mas quando surpreendentemente vimos no jornal *L'Amico* anunciando, que a inspetoria do Cedro [...] recusava todo o benefício que o pátrio governo pela segunda vez nos concedia e, que em vez da inspetoria era o padre que obrigava o professor, então resolvemos oferecer à escola pública e salvar o subsídio italiano a qualquer preço.⁵⁵

Os líderes da comissão das escolas *Dante Alighieri*, por meio de missivas enviadas ao bispo, denunciavam a pressão que os franciscanos exerciam sobre os colonos que enviavam seus filhos às escolas italianas *Dante Alighieri*. Em uma dessas cartas consta que frei Modestino alcunhou a escola italiana instituída em Caminho dos Tiroleses de **maçônica** (grifo nosso) e encetou esforços para suprimi-la, dizendo ao professor Virgílio Campestrini: “se vocês não impedirem a execução desta nova escola, sou obrigado de hoje em diante determinar que não se use mais o material da *Dante* na sua escola”.⁵⁶ O professor Virgílio Campestrini justifica o uso do material da *Dante Alighieri*. Diz que ao perceber que não bastariam somente os seus esforços na sua tarefa educativa, devido à falta de material escolar, solicitou-o ao cônsul. Campestrini diz que em pouco tempo “chegou uma caixa contendo tudo aquilo que se poderia desejar para uma escola, tudo gratuito. O que mais poderia ter feito? Assim que os padres

⁵⁴ Carta ao Ministro da Educação italiano. Rodeio, 05 de dezembro de 1907. In: REVISTA BLUMENAU EM CADERNOS. Fundação Cultural de Blumenau. Blumenau: jun./1978, n. 6, p. 168. v19.

⁵⁵ Carta de Andrea Largura a Dom João Becker. Rio dos Cedros, 27/01/1909. (AEF).

⁵⁶ No Caminho dos Tiroleses existia uma escola paroquial que, por obediência aos padres, não utilizava o material da *Dante Alighieri*, salvo uma pequena quantidade de material escondido. Mas, em 1908, um padre passou pela região fazendo exames escolares e, nas publicações do *L'Amico*, elogiou todas as escolas, com exceção da escola do Caminho dos Tiroleses. Diante disso, parte dos colonos interessados perguntou ao professor o porquê dessa desonra na sua fração/região. O professor respondeu que sem material escolar não poderia dar instrução aos alunos. Assim, os colonos fizeram o pedido de material, imaginando que, como ele era tolerado nas outras escolas, seria tolerado também nessa. O padre não aceitou e disse que se quisessem ensinar com aqueles livros que se retirassem da escola paroquial. E assim, segundo Largura, construiu-se uma escola, a qual não foi aceita por frei Modestino. Carta de Andrea Largura a Dom João Becker. Rio dos Cedros, 27/01/1909. (AEF).

viram aquele material me impuseram de retirá-lo imediatamente da escola e, de nunca mais deixar vê-lo”.⁵⁷

A opinião dos italianos envolvidos no conflito e partidários da *Dante Alighieri* é a de que os franciscanos fazem guerra contra aqueles que, por necessidade aceitam o material escolar que o benemérito governo da Itália, a pedido deles, fornece. Dizem que os padres criticam os livros, **atacam de maçom o governo Italiano**, (grifo nosso) chamaram de infame a Regia Comissão Escolar Italiana, e além disso, no *L'Amico* caluniaram-na.⁵⁸

Em consonância com o dizer de Largura estão os registros do cronista franciscano, o qual diz que além de Pellizzetti, de Rossi e de seus colaboradores, um mal mais pernicioso resultou das visitas dos cônsules italianos. O cônsul Pio di Savóia sabia muito bem fingir ser um católico zeloso, afável, cortês com os franciscanos, mas ao mesmo tempo se hospedou na casa do **socialista Rossi, e com esse inimigo do trono, assim como do altar** (grifo nosso), ele tinha um relacionamento tão familiar a ponto de surpreender e confundir muitos imigrantes. Nos Vales, esse cônsul fez propaganda da escola *Dante Alighieri* e se atribuía direitos inclusive sobre as escolas fundadas pelos padres franciscanos. Segundo o cronista, Pio di Savóia enviou uma carta ao frei Lucínio Korte com elogios aos franciscanos e simultaneamente um relatório ao ministro das relações exteriores em Roma, com calúnias contra eles. Dentre outras afirmações, no relatório dizia que os franciscanos alemães, “tomados de ódio contra a população italiana, pretendiam germanizá-la a todo o custo”. Ao tomar conhecimento de tais acusações, frei Lucínio exigiu que o cônsul apresentasse provas. Pio di Savóia, no entanto, pediu que ele se dirigisse ao embaixador italiano no Rio de Janeiro, pois não tinha tempo para discussões com padres, e além disso se sentia ameaçado.⁵⁹ Diante dessa resposta do cônsul, Frei Lucínio envia um relatório ao embaixador italiano no Rio de

⁵⁷ Em 1904 o professor Virgílio Campestrini foi transferido, pelo pároco de Rodeio, da sede da paróquia de Rodeio para a escola paroquial de Rio dos Cedros, onde foi professor entre 1904 e 1918. Relato de Virgílio Campestrini (Pivato), descrito por Andrea Largura ao bispo João Becker. Rio dos Cedros, 27/01/1909.

⁵⁸ Carta de Andrea Largura a Dom João Becker. Rio dos Cedros, 27/01/1909. (AEF). O discurso, ao remeter aos maçons e liberais, reporta-se, evidentemente, aos que apoiaram ou defenderam a Unificação Italiana consolidada em 1870. Contra esses, a Sé Romana tecera ameaças e condenações eclesiásticas. Se definido como liberal era por ser amigo da Itália e classificado como perigoso. Se “amasse” o papa, deveria colocar-se contra a Itália. VILLA, Deliso, op. cit., p. 163. Em uma carta aos párocos, é possível observar a opinião de Dom João Becker a respeito do governo italiano: “Quanto às escolas católicas queremos que se observe escrupulosamente o que está estabelecido em nossa pastoral de 12/10/1910. É preferível renunciar a qualquer subvenção de governos estrangeiros antes que sacrificar a independência das escolas e do ensino religioso. Não permitamos que o Governo italiano, inimigo declarado da Igreja e do Papa, tenha a mínima jurisdição sobre as escolas das irmãs, às quais proibimos de aceitar qualquer contribuição que não seja por nós estabelecida”. Livro Tombo de Nova Trento (1908 - 1967). Apud GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987, p. 458.

⁵⁹ *Chronica Provinciae Immaculatae Conceptionis Brasiliae Meridionalis*. 1926, p. 270. (APICSP).

Janeiro. O embaixador em resposta disse que não estava totalmente de acordo com o cônsul. Após alguns meses, Pio di Savóia foi transferido para São Paulo, onde, segundo o cronista, demonstrou seu caráter de maçom. Afirmar que em decorrência da ação desse cônsul, formaram-se dois partidos, um a favor e um contrário às escolas italianas e também muitos tirolezes se transformaram em *italianissimi*. O cronista registra também que os inspetores escolares nomeados pelo cônsul exigiram que as escolas, para receber subvenções e as que já haviam recebido, para continuar a recebê-las, deveriam utilizar os livros escolares que “eles haviam mandado vir da Itália e que, não raro, eram diretamente contra a religião”.⁶⁰

Em carta a Dom João Becker, Andrea Largura informa que os franciscanos haviam recusado o benefício e o material escolar do governo italiano por diversas vezes. Argumenta que não foi o capricho nem o fanatismo que induziu os colonos a aceitarem o auxílio do cônsul, mas a necessidade, visto que os recursos existentes nas escolas se resumiam a um quadro negro, algumas mesas de pedra, poucos catecismos e Marias Sacras (livretos para o ensino da doutrina católica), todos velhos e dilacerados, como consequência do tempo que serviam para os ofícios.⁶¹ Diante dessa necessidade e da recusa dos padres, em Rio dos Cedros um grupo de italianos resolveu fundar uma escola pública e usufruir desses subsídios. Como o governador Gustavo Richard tinha a intenção de suprimir a Estação Agronômica localizada em Rio dos Cedros, eles solicitaram ao governador que cedesse o local da Estação para uma escola, pois a escola paroquial estava em péssimas condições. Gustavo Richard não somente colocou à disposição o referido local para a escola como também disse que pretendia instalar uma escola pública em Rio dos Cedros. Diante de tal proposta, diversos colonos se entusiasmaram, pois estavam convencidos de que uma escola pública seria um sinal de progresso na localidade.⁶²

Alessandro Trentini, um dos líderes, foi a Florianópolis e consigo levou um documento com 46 assinaturas, no qual constava o pedido para abrir uma escola pública e reconhecê-lo como professor. Segundo Largura, o padre Modestino “como endemoninhado não fazia outra coisa a não ser lançar blasfêmias contra os promotores da nova escola”⁶³ e suspendeu as atividades religiosas. Luigi Purim diz que frei Modestino falou do altar que

⁶⁰ Chronica Provinciae Immaculatae Conceptionis Brasiliae Meridionalis. 1926, p. 270. (APICSP).

⁶¹ Carta de Andrea Largura a Dom João Becker. Rio dos Cedros, 27/01/1909. (AEF).

⁶² Carta de Andrea Largura a Dom João Becker. Rio dos Cedros, 27/01/1909. (AEF).

⁶³ Andrea Largura, na referida carta, em vez de padre Modestino, cita o nome de Modesto, mas acredita-se, com base na pesquisa, que se tratava de frei Modestino Oechtering. Entretanto, esteve em Rodeio, de 1901 a 25/11/1907 e de 1913 a 1925, como mestre de noviços, um frade chamado Modesto Blöink. SEIFERT, Olavo. Confrades da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, falecidos nos primeiros 50 anos da restauração (1891 - 1941). In: COLEÇÃO CENTENÁRIO. Rio de Janeiro, n. 2, p. 109, 1990.

“assinaram a petição em que pedem a criação de uma escola atéia, sem religião e, por conseguinte, uma escola do diabo, acrescentando: eis o fruto que o povo do Cedro apanhou com o seu procedimento”.⁶⁴ Virgílio Campestrini, em resposta a uma correspondência enviada pelo então pároco frei Lucínio, diz:

O Senhor, Reverendo Padre, sempre combateu e desaprovou o subsídio da *Dante Alighieri* dizendo que o objetivo deste não é bom [...] não duvide Reverendo, de ser o único a dizê-lo. Este subsídio é usado pelo clero e pelas freiras em Urussanga. [...] posso citar como prova o nome do lugar, Convento Franciscano, Missionárias Franciscanas, Missionárias Dominicanas, Colégios Salesianos, Freiras do Sagrado Coração, muitas escolas paroquiais e até um Colégio das Filhas de Maria e outros similares [...] saiba também que se não tivesse tido esse apoio teria interrompido o primeiro badalar do seu sino. [...] O Senhor me acorda, me chama para a batalha, mas me vejo vulnerável. Não fiz nada além do que imitar os meus prosélitos nesta obra.⁶⁵

Dessa forma, Campestrini teceu algumas considerações ao frei Lucínio, procurando convencê-lo acerca dos subsídios da *Dante Alighieri*. Ao terminar a missiva, registra:

da minha escola nunca renunciei ao santo partido destas santas ordens e congregações [as que adotavam o material da *Dante Alighieri*] [...] sinto muito não poder empenhar-me como conviria, porém creio que não serão de grande importância. Quando o Senhor constatar que o meu apoio é verdadeira ilusão, então muito certamente me empenharei com enérgica resistência; sacrifício e boa vontade ficariam por sua conta.⁶⁶

Há uma correlação de forças entre os interlocutores, pois, pela resposta de Campestrini, frei Lucínio lhe havia pedido que fosse retirado de circulação o material fornecido pela Associação *Dante Alighieri*. Campestrini, porém, firmemente subscrevendo-se “servo e submisso” recusou o pedido e diz que certamente por causa de sua recusa, surgiriam muitos mexericos e falatórios na localidade.

Os conflitos que estavam ocorrendo em Pomeranos (Rio dos Cedros) entre alguns católicos e os franciscanos, segundo Uber, eram ininterruptos. Relata que sua intenção sempre foi a de pôr em funcionamento a escola, mas a falta de dinheiro e o pouco interesse por parte de quem deveria sustentá-la transformou a situação em contínua miséria. Por intermédio do cônsul de Florianópolis, o governo italiano pensou em mandar-lhe o material necessário à escola de Pomeranos e parte do subsídio em dinheiro. Uber, todavia, afirmou que, como Inspetor de Quarteirão não poderia tolerar que se formassem facções, como ocorria em quase

⁶⁴ Carta de Luigi Purim a Dom João Becker. Rio dos Cedros, 18/01/1909. (AEF).

⁶⁵ Carta de Virgílio Campestrini ao frei Lucínio Korte. Rio dos Cedros, 15/06/1908. (AEF).

⁶⁶ Carta de Virgílio Campestrini ao Frei Lucínio Korte. Rio dos Cedros, 15/06/1908. (AEF).

todas as valadas daquela região, em particular no Caminho dos Tiroleses onde o perigo era grande.⁶⁷

Essa correspondência insere-se na perspectiva foucaultiana, de que o poder é exercido e se encontra nas relações interpessoais. Por duas vezes Uber afirmou que foi obrigado a enviar aos padres um ofício pedindo que deixassem em paz as escolas e não incitassem consternações entre os moradores, caso contrário teria de denunciá-los ao Poder Judiciário e, por isso, alguns desses colonos estavam furiosos e o ameaçavam. Uber concluiu a carta nos seguintes termos: “para nós, Excelência, que somos quase todos tiroleses italianos com poucos italianos, seriam necessários sacerdotes seculares da mesma origem”.⁶⁸

As discórdias se davam também entre os imigrantes e não somente entre esses e os franciscanos. Os colonos furiosos citados por Uber eram os fabriqueiros de Rio dos Cedros, Giuseppe Bonna, Simon Dallabona, Abram Giampiccolo, Albino Zanghellini e Giuseppe Anesi. Em 05 de maio de 1910, esses enviam uma correspondência a Dom João Becker, na qual lamentam que parte da população não queria ser obediente à ordem do padre de Rodeio e, por isso, andavam pelas redondezas angariando assinaturas, pelas quais solicitavam ao bispo o envio de padre secular. Nessa correspondência, os fabriqueiros declaram que admiravam a abnegação dos franciscanos, o assíduo trabalho que exerciam e tudo quanto lhes diz respeito. Esclarecem ao bispo que não poderiam ter padres seculares, porque as rendas eram mínimas, e os padres franciscanos se adaptavam à pobreza dos colonos e viviam em seu meio parcamente e com sacrifícios heróicos. Entre outras ponderações, solicitam ao bispo, para que na localidade de Rio dos Cedros, houvesse a permanência não somente de um padre franciscano, mas de pelo menos dois, para que eles pudessem organizar as capelas, “visto a afluência socialística, que já tinha o seu esconderijo em todo o vale”.⁶⁹

Sobre esses fatos, o redator do jornal *L'Amico* recebeu uma carta, redigida pela facção que construiu a escola, em resposta a um artigo que havia sido publicado no dia 23 de outubro. Esse artigo do jornal *L'Amico* havia publicado que cinco a seis *malguerni* (mal intencionados, mal governados, mal dirigidos), do Caminho dos Tiroleses, haviam edificado uma escola sem a autorização da justiça do município de Blumenau, sobre um terreno pertencente à comunidade católica. Na carta em resposta a esse artigo, os cinco/seis *malguerni*

⁶⁷ Cf. ANEXO M - Carta de Eugênio Uber a Dom João Becker. Pomeranos, 20/03/1909. (AEF). Inspetor de Quarteirão era a pessoa encarregada dos registros de nascimentos, o escrivão e responsável por outras providências nos distritos. Exercia também a função de delegado.

⁶⁸ Carta de Eugênio Uber a Dom João Becker. Pomeranos, 20/03/1909. (AEF).

⁶⁹ Carta dos fabriqueiros de Rio dos Cedros a Dom João Becker. Rio dos Cedros, 05/05/1910. (AEF).

afirmam ser cerca de trinta e não cinco a seis, podendo-se recorrer ao tabelião e verificar quantos estavam subscritos.

E como escreve o senhor redator que nós acreditamos instruir nossos filhos com o dinheiro da Sociedade *Dante Alighieri*; é que será uma maravilha se aceitarmos este subsídio para poder educar melhor nossos filhos e depois de uma longa guerra que nossos Franciscanos lutaram e revelou-se que os livros são falsos, mas, no entanto, vocês deveriam ceder e reconhecer que é tudo bom. Nós sabemos bem que todas essas atitudes são contra a instrução e temos muitos exemplos, que os seus esforços são para manter as pessoas no escuro e ignorantes.⁷⁰

Assim, nessa carta, os *malguerni* descreveram o que o *L'Amico* publicou e negaram a veracidade da publicação que os acusava de cultivar o terreno pertencente à Igreja católica, sem a devida licença. A isso, responderam:

essa é uma fábula, primeiro porque a igreja não tem terra, e a terra que nós trabalhamos, está sob nosso poder e plantamos nela o que queremos, e se vocês mandam embora o professor Zanluca será porque por nada não pode trabalhar, e os seus membros não pagaram, como se ouvia dizer que Zanluca tem para receber ainda 500,000 réis daqueles bravos católicos, que não precisam de subsídio de nenhuma parte, enquanto que nosso professor sempre foi pago, que venham ou não subsídios, nós cumprimos sempre o nosso dever para com nosso professor.⁷¹

Conforme essa carta, um artigo publicado pelo *L'Amico* teria afirmado que o professor Zanluca havia cultivado o terreno, e os subsidiados com o “grande subsídio da *Dante Alighieri*” teriam roubado tudo para pagar o professor deles. Sobre esse fato, os 5/6 *malguerni*, num tom irônico, descrevem: “pobre e simples redator! Cremos que esta fábula foi trazida por alguém, mas como não foi assinada, quem leva a responsabilidade é o redator que ganha três graus abaixo de zero de respeito, publicando uma farsa tão estúpida quanto esta”.⁷² O conteúdo da carta, além de irônico, teceu uma série de indagações, como, por exemplo: “quem poderá dizer que nós roubamos? Estamos convencidos que todas as pessoas que tenham um pouco de juízo conhecem bem o conteúdo do *L'Amico*, porque faz um certo tempo já que **este folheto mentiroso é, sobretudo, L'Amico das mentiras**” (grifo nosso).⁷³ Ao término da carta os signatários rogavam ao “Respeitável Redator” publicar o escrito no próximo número do jornal, pois esse era o desejo dos abaixo-assinados - 5/6 *malguerni* - do caminho dos tirolezes.⁷⁴

⁷⁰ Carta de 5/6 *malguerni* ao redator do *L'Amico*. Caminho dos Tirolezes, 28/12/1910. A carta não cita os nomes, mas, pela crônica do Convento de Rodeio, na página 30, verifica-se que eram os de Fernando Spallanzani, Guerino Carlini, Giovanni Carlini, Félix Salvador e Emmanuele Voltolini. (AEF).

⁷¹ Ibidem.

⁷² Ibidem.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ Nesse ano, o pároco era o Frei Crysóstomo Adams, provavelmente o encarregado pela redação. Carta de 5/6 *malguerni* ao redator do *L'Amico*. Caminho dos Tirolezes, 28/12/1910. (AEF).

O cronista do Convento de Rodeio descreve a construção da escola *Dante Alighieri*, perto da escola paroquial, no Caminho dos Tiroleses. Verifica-se, no entanto, que a descrição da construção dessa escola contém elementos e versões diferentes das apontadas na carta ao redator do jornal *L'Amico*, que foi a versão de alguns italianos, ou seja, de Fernando Spallanzani, Guerino Carlini, Giovanni Carlini, Félix Salvador e Emmanuele Voltolini. Entretanto, na versão dos padres, segundo o cronista, no Caminho dos Tiroleses havia uma escola paroquial, freqüentada por 80 alunos e dirigida pelo professor Giuseppe Zanluca. Como muitas famílias ficavam lhe devendo as mensalidades, foi estabelecido que o pagamento ao professor deveria ser antecipado. O cronista enfatiza que esse foi o motivo que levou alguns tiroleses a “invadir” parte do terreno da igreja, por meio de um caminho aberto na lavoura do professor. No referido terreno construíram uma escola e para tal receberam ajuda da Associação *Dante Alighieri*. Ao comissariado da polícia de Blumenau foi apresentada uma queixa, mas sem resultado algum.

A nova escola permaneceu em terreno pertencente à igreja, surgindo desse modo outras contendas. Na ocasião em que um grupo estava preparando a madeira para efetuar reparos nessa igreja, “apareceram elementos do grupo dissidente, com armas na mão, impedindo o trabalho”.⁷⁵ O cronista relata ainda que, ao tomar conhecimento desses fatos, em sua mensagem em 25 de abril de 1910, Dom João Becker ameaçou de excomunhão todos aqueles que ocupavam o terreno da igreja. Tal documento foi lido e analisado pelo Frei Fidelis Kamp durante a missa, e as pessoas envolvidas na questão tiveram uma só explicação: *negozio dei frati* (negócio dos frades). Ainda assim, meses mais tarde, frei Modestino tentou uma conciliação para resolver o problema escolar, isto é, fazer dessa, uma escola paroquial. No entanto, em 15 de janeiro de 1911, ele recebeu um comunicado de Emmanuele Voltolini e Guerino Carlini, que eles de maneira alguma queriam uma escola paroquial.⁷⁶

Diante das possibilidades e do pedido de frei Lucínio, de se integrar à Régia Comissão Escolar, Dom João Becker, em carta ao vigário de Rodeio, frei Chrysóstomo Adams demonstrou dúvidas à idéia de o vigário se integrar à comissão; assim expressa a sua opinião:

tenho de acrescentar a minha opinião de que não se trata simplesmente da conservação da língua italiana, mas de mais alguma coisa, se vai confirmando à medida que observo o desenvolvimento. Queiram, portanto, os Revmos. Padres continuar a fazer a mais larga propaganda das escolas católicas, sem, entretanto, atacar diretamente os adversários. [...] pela entrada na diretoria de um sacerdote, por

⁷⁵ Crônica do Convento de Rodeio, p. 30. (CFR).

⁷⁶ Crônica do Convento de Rodeio, p. 30. (CFR).

melhor que apareça [sic] à primeira vista essa idéia, temo envolver ela, no futuro, um sério perigo para as escolas.⁷⁷

A ação dos franciscanos constituiu-se, em parte, em torno do combate às escolas estatais e às escolas italianas *Dante Alighieri*, pelo fato de se serem laicas. Entretanto, o combate tem a ver com a perda de autoridade sobre as referidas escolas e de um imaginário em torno do perigo das idéias liberais dos líderes dessas escolas. Na estatização do ensino as escolas passaram do controle da Igreja para o controle do Estado. As escolas *Dante Alighieri* também, diferentemente das paroquiais, foram regidas por líderes leigos. Nas propostas desses mentores estavam implicadas as relações de poder, elas transmitiam visões sociais particulares interessadas em produzir identidades sociais específicas. Tentando recuperar o monopólio sobre as escolas, os franciscanos fundam uma associação de professoras catequistas, assunto do próximo tópico.

3.2.2. Associação de professoras para as escolas paroquiais

Diante da progressiva instalação das escolas públicas e das *Dante Alighieri*, as escolas paroquiais começaram a sofrer uma crise. Com isso, os franciscanos foram perdendo o direito à supervisão e controle sobre as novas redes escolares que para eles eram dirigidas por líderes anarquistas. Pretende-se demonstrar que a fundação da associação das professoras ocorreu em virtude dos jogos de poder e não apenas em resposta aos apelos dos colonos católicos diante da falta de professores, conforme consta nos relatos acerca da fundação, baseados no mito de origem. Busca-se compreender que tal discurso se dá em decorrência de se retirar do plano objetivo a intenção dos fundadores. Tendo-se isso em vista, na presente reflexão, “à solenidade de origem”⁷⁸, propõe-se a troca pelos termos invenção e fabricação. A associação e também as integrantes - as professoras/catequistas - foram sendo inventadas e fabricadas.

Foucault busca em Nietzsche o significado do termo invenção:

quando fala em *invenção*, Nietzsche tem sempre em mente uma palavra que opõe a invenção, a palavra *origem*. Quando diz *invenção* é para não dizer *origem* [...]. A invenção - *Erfindung* - para Nietzsche é, por um lado, uma ruptura, por outro, algo que possui um pequeno começo, baixo, mesquinho, inconfessável.⁷⁹

Nesse sentido, a associação das professoras/catequistas foi sendo fabricada a partir de uma solicitação do vigário de Rodeio, frei Policarpo Schuhen, feita às moças integrantes da

⁷⁷ Carta de Dom João Becker ao Padre Chrysóstomo Adams. Florianópolis, 13/06/1910. (AEF).

⁷⁸ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999b, p. 16.

⁷⁹ FOUCAULT, Michel. 1999b, op. cit., p. 14 - 15.

Ordem Terceira de São Francisco e pertencentes à Pia União das Filhas de Maria. A finalidade principal seria o exercício da função de professoras e catequistas nas escolas paroquiais da zona rural. Diante do convite de frei Policarpo, a primeira jovem a se dispor foi Amábile Avosani.⁸⁰ Depois de quase um ano, mais duas moças se dispuseram: Maria, irmã de Amábile e Liduína Venturi.



18 - As três primeiras integrantes da Companhia das Catequistas: Amábile no centro, Maria à sua direita e Liduína à sua esquerda, 1915.

FONTE: Arquivo da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas. Joinville, SC.

A oficialização dessa associação foi marcada com o sim definitivo das três primeiras, em 14/01/1915, na capela São Virgílio, localidade com predominância de trentinos. Nas narrativas sobre o ocorrido nesse dia, consta que frei Policarpo estava preocupado, principalmente com Maria e Liduína, para ele, menos experientes. Antes de apresentá-las à assembléia ali reunida, perguntava às jovens se ele poderia informar que ficariam ao menos

⁸⁰ O convite foi em 1913. Frei Policarpo entregou Amábile aos cuidados e orientação de Clemência Beninca, religiosa da Divina Providência, congregação que, a pedido dos franciscanos, havia fixado residência em Rodeio no ano de 1905. Após dois meses de preparação, Amábile deixa a casa paterna e, em 04 de agosto de 1913, assume a escola da capela Santa Ana em Aquidaban (Apiúna). Segundo Valandro, a escola paroquial de Aquidaban estava sem professor desde o início de 1913, ocasião em que o professor Vittorio Moretti, devido a desentendimentos, havia abandonado a escola e comunicado a sua decisão ao frei Modestino Oechtering. VALANDRO, Ede Maria. **Em resposta ao clamor do povo...** a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas. [s.n.]. Joinville: 1990, p. 67.

por um ano. Para surpresa, recebeu a resposta de que permaneceriam no ofício por toda a vida. Maria, em nome das três, teria afirmado: “Um ano, não, Padre. Nós queremos ficar sempre!”, ao que Frei Policarpo dissera: “Que bom, minhas filhas! Vocês me tiraram um grande peso do coração!”⁸¹ A dinamização da catequese e das escolas católicas/paroquiais foi levada adiante pelas professoras/catequistas, orientadas pelos padres franciscanos e pela irmã Clemência Beninca, que seguia as determinações dos frades, especialmente de frei Policarpo. Aos poucos, outras jovens foram juntando-se às primeiras.

Frei Policarpo achou-se no dever de levar o fato ao conhecimento de Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Em meados de 1915, Dom Joaquim visitou a Paróquia de Rodeio e pontificou: “as moças da Ordem Terceira Franciscana vivendo em certa comunidade chamem-se Catequistas e todas juntas formem a Companhia das Catequistas”.⁸²

Na crônica da Companhia, registrou-se o seguinte:

satisfazendo o justo pedido dos bons colonos italianos da paróquia de Rodeio que há muito tempo lamentavam a falta de boas escolas paroquiais, o Revmo Pe. Policarpo Schuhen, DD. Guardião dos Franciscanos, levado pelo zelo e amor à juventude e à salvação das almas, começou, no ano de 1913, uma instituição verdadeiramente apostólica, chamada ‘das catequistas’. Estas, são simples donzelas cristãs, de irrepreensível conduta e dotadas de um expressivo amor à juventude que somente pelo amor de Deus e sem interesse material, se dedicam à educação e instrução da mocidade, nas escolas paroquiais e, bem assim, quando necessário for, às obras de caridade, quer na cabeceira dos doentes, quer no serviço da casa de Deus, cuidando da limpeza das capelas e dos paramentos, etc. Todas são membros da Ordem Terceira do Grande Patriarca São Francisco de Assis, vivendo em castidade, pobreza e obediência, porém, não fazem votos, estando assim, na possibilidade de entregar-se inteiramente à sua nobre vocação (e missão).⁸³

Esse trecho é transcrição do livro Tombo da paróquia São Francisco de Assis de Rodeio. Foi escrito no livro Tombo somente no início de 1917, ano em que frei Policarpo fora transferido para Santo Amaro do Cubatão (Santo Amaro da Imperatriz). A propósito de quem teria sido o autor do trecho anteriormente transcrito, sobre a fundação da Companhia das Catequistas é difícil precisar. No entanto, pela grafia como também pela rubrica em todo o livro, atribui-se a autoria a frei Lucínio. Na página 26 registrou-se que o grupo das Catequistas era “uma feliz herança que o novo vigário [frei Nicodemos Grundhoff] recebeu do antecessor”.⁸⁴ Ressalta-se que, afora o trecho citado, datado de 1917, o livro Tombo

⁸¹ Crônica da Congregação das Catequistas. n. 1, p. 10. In: VALANDRO, Ede Maria, 1990, op. cit., p. 75. Maria e Luduina em 1914 haviam assumido a escola da localidade de São Virgílio, em Rodeio 50.

⁸² BONA, Filomena; VALANDRO, Ede Maria. **Madre Maria Avosani**. Rio do Sul: JAWI, 1981, p. 8.

⁸³ Crônica da Congregação das Catequistas. Livro n. 8, p. 05 verso. Valandro indica que a palavra *Missão* fora acrescentada posteriormente por Frei Bruno Linden. VALANDRO, Ede Maria. **Um chamado se faz caminho**. [s. n.]. Joinville: 1986, p. 18 - 25.

⁸⁴ Livro Tombo da paróquia São Francisco de Assis. Rodeio, p. 26. (CFR).

apresenta somente um retrospecto sobre a gênese da citada agremiação. Nesse retrospecto, os acontecimentos da primeira década são sucintamente registrados numa só vez, por volta de 1924, focam os aspectos materiais.

Dessa forma, o discurso a respeito da intenção do fundador aparece apenas como memória das pessoas que vivenciaram os fatos naquela década. Sendo assim, a possível “verdade” jamais será alcançada e aquilo que se expõe como intenção do fundador, nada mais são do que fragmentos selecionados, escritos após mais ou menos três anos de existência da Companhia. Teriam sido frases extraídas da fala de Policarpo? Por que ele mesmo não registrou a respeito? Essa constatação permite observar que a seleção do redator corresponde ao que foi captado. O conteúdo desses registros remetem ao ato de “investidura”, tratado por Bourdieu:

a investidura exerce uma eficácia simbólica inteiramente real pelo fato de transformar efetivamente a pessoa consagrada: de início, logra tal efeito ao transformar a representação que os demais agentes possuem dessa pessoa e ao modificar sobretudo os comportamentos que adotam em relação a ela (a mais visível de todas essas mudanças é o fato de lhe conceder títulos de respeito e o respeito realmente associado a tal enunciação); em seguida, porque a investidura transforma ao mesmo tempo a representação que a pessoa investida faz de si mesma, bem como os comportamentos que ela acredita estar obrigada a adotar para se ajustar a tal representação.⁸⁵

Nessa linha de pensamento, destacam-se as memórias de Dom Carlos Eduardo Sabóia de Mello. Acrescenta que “teriam um terreninho fechado para cultivar algo para o seu sustento, dariam aulas na escola paroquial, aos domingos fariam a reza na capela, vindo o padre prestariam a ele todos os serviços e, principalmente cuidariam de infundir profundo conhecimento da religião e a prática nos corações das crianças”.⁸⁶

O que se evidencia nessas memórias é a construção de identidades, o desejo de unidade entre o(s) padre(s) e o grupo das professoras. Deveriam formar “um só corpo”, já que o frei Policarpo e as jovens eram dotados de amor à juventude. As jovens, “somente pelo amor de Deus e sem interesse material, se dedicam à educação e à instrução da mocidade nas escolas paroquiais”. Nessa perspectiva, visualiza-se a projeção que foi sendo formada, corroborando, desse modo, o modelo de igreja sociedade-perfeita, em conformidade com a aceção de Lenharo: “ela [a Igreja] se rege pela imagem de um corpo constituído sem divisão,

⁸⁵ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 99.

⁸⁶ Carta de Dom Carlos Eduardo Sabóia de Mello, bispo de Palmas, Paraná, 06/06/1965, por ocasião da celebração dos 50 anos de fundação da Congregação das Irmãs Catequistas. Apud GASCHO, Maria de Lurdes. **Catequistas franciscanas: uma antecipação do “aggiornamento”** em Santa Catarina, (1915 - 1965). 1998. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 91 e 92. Valandro indica que no ano de 1915, Mello era seminarista no Colégio Santo Antônio, em Blumenau, primeiro seminário e noviciado da Província Restaurada. VALANDRO, Ede Maria. 1986, op. cit., p. 23.

relacionada consigo mesma em todas as suas partes, soldada por uma aliança de identificação com o poder que a rege”.⁸⁷

Segundo os registros, na intenção do fundador, as Catequistas não professariam os votos, isto é, não seriam freiras no sentido canônico. Entretanto, “seriam de irrepreensível conduta [...] vivendo em castidade, pobreza e obediência”. Sem assumir a forma de vida prescrita pelo cânone para as Congregações Religiosas, poderiam se deslocar para os núcleos coloniais mais distantes. Se fossem freiras, vale dizer, se assumissem a vida religiosa conforme o cânone, estariam obrigadas a observar algumas regras como a missa e a eucaristia diárias, a confissão semanal, morar no mínimo em três religiosas, entre outras prescrições. Julga-se que certamente frei Policarpo teria entendido que, somente “livres” dessas exigências é que poderiam responder à sua nobre vocação.

Frei Nicodemos Grundhoff, sucessor de frei Policarpo, em 1917 recorreu aos superiores eclesiásticos a fim de receber orientações a respeito da direção que deveria dar à Companhia das Catequistas. Segundo Neotti, sobretudo o Provincial da Ordem Franciscana teria sugerido ao referido frade e à Irmã Clemência Beninca que dissolvessem a Companhia. Diante de tal ordem, a religiosa respondera: “se for obra de Deus, a Companhia continuará. Se for obra humana, acabará por si. As três primeiras ainda estão”.⁸⁸ Essa afirmação de Beninca ilustra o dizer de Berger: “A religião mistifica as instituições explicando-as como *dados* acima e além de sua existência empírica,”⁸⁹ ou seja, busca-se a origem divina para explicar um determinado arranjo social.

A afirmação de Clemência Beninca remete também à epígrafe do livro bíblico Deuteronômio: “Talvez perguntes em teu coração: ‘como vamos saber se tal palavra não é uma palavra de Iahweh?’ (Javé, Deus, Senhor). Se o profeta fala em nome de Iahweh, mas a palavra não se cumpre, não se realiza, trata-se então de uma palavra que Iahweh não disse”.⁹⁰ Essas são palavras com o suficiente teor para fazer crer que a instituição da Companhia fora uma obra Divina, e o frei Policarpo, bem como a Irmã Clemência, teriam sido os verdadeiros profetas. Suas palavras se cumpriram, prova de que falaram em nome de Deus. E desse modo, ao longo dos anos conservou-se e manteve-se a convicção de que a fundação da associação dera-se por obra do Espírito Santo. Sendo assim, os acontecimentos históricos interpretados à

⁸⁷ LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. São Paulo: Papirus, 1986, p. 202.

⁸⁸ Apud NEOTTI, Lúcia. **Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas**. Rio do Sul: Continental, 1960, p. 59. Embora Neotti não cite, o provincial de 1914 - 1917 era frei Crisólogo Kampmann e de 1917 - 1920, Marcelo Baumeister. Elenco dos Capítulos e Ministros Provinciais da Província da Imaculada Conceição do Brasil. In: **Comunicações**. Ago/1999. p. 201.

⁸⁹ BERGER, Peter, 1985, op. cit., p. 103.

⁹⁰ A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1973. Deuteronômio, 18: 21 - 22.

luz da fé, assumem um sentido único e são direcionados pelos desígnios divinos. Todavia, é imprescindível destacar que essa forma de pensar conduziu e conduz a uma dissociação do contexto histórico, fundamental para compreensão da fabricação do grupo da referida associação.

Na tentativa de conferir sentido à palavra ‘instituição’, Bourdieu baseia-se em Poincaré e junta os sentidos de ‘*instituere*’ e ‘*institutio*’ e remete

a idéia de um ato inaugural de constituição, de fundação, e até mesmo de invenção, levando através da educação a disposições duradouras, hábitos e usos. A estratégia universalmente adotada para eximir-se duradouramente da tentação de sair da linha consiste em naturalizar a diferença e transformá-la numa segunda natureza através da inculcação e da incorporação sob a forma de *habitus*.⁹¹

Baseando-se nessas premissas, entende-se essa instituição como “um golpe de força simbólica. [...] Instituir, dar uma definição social, uma identidade, é também impor limites”. A instituição consiste em demarcar uma diferença “atribuindo propriedades de natureza social como se fossem propriedades de natureza natural”.⁹²

Ao abordarem sobre as instituições, Berger e Luckmann dizem que elas, “pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana, estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis”.⁹³

O padre é o porta-voz autorizado pela Igreja para proferir um discurso, a voz do padre apresenta-se como uma fala autorizada, como a voz de Deus. Nesse sentido, o discurso dos instituidores da Companhia impôs-se com um sentido monossêmico, assimétrico e autoritário.⁹⁴ Na constituição desse discurso reforçaram-se as características do catolicismo já vivenciadas pelos imigrantes italianos: renúncia, sacrifício, bondade, controle dos instintos, entre outros.

Partindo-se da idéia de que a Companhia foi inventada, pressupõe-se que o clero franciscano traçava mais um artifício para continuar mantendo todas as obras da paróquia sob o seu controle. Pergunta-se: as Catequistas teriam um novo jeito de caminhar ou seguiriam, de uma forma diferente das *freiras*, as normas e regras já traçadas pela Igreja? Essas mulheres

⁹¹ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 102 -103. Bourdieu emprega o conceito de “habitus” como “o sistema dos esquemas interiorizados que permitem engendrar todos os pensamentos, percepções e as ações característicos de uma cultura, e somente esses”. BOURDIEU, Pierre. 1999, op. cit., p. 349.

⁹² BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 100 e 98.

⁹³ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 80.

⁹⁴ Cf. ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e o seu funcionamento:** as formas de discurso. 2. ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987.

passaram a ser mentoras de um discurso próprio? Qual foi o sentido desse convite? Ou o duplo sentido? No espaço do cotidiano teriam redefinido os modos de ser e de viver? Como se constituiu e por que permaneceu?

É nesse emaranhado de perguntas que se percebe a Igreja Católica como construtora de identidades, principalmente no que se refere à definição e à diferenciação de papéis, ou seja, do lugar do padre e o da religiosa no corpo eclesial. Estabeleceu-se uma estrutura piramidal cujo topo está o papa, sujeito infalível. Em seguida os cardeais, os bispos, os padres, os diáconos e, por fim, na base da pirâmide, estão as mulheres. Não é exagero afirmar que, na prática, são elas que dinamizam a vida eclesial que mantém a pirâmide eclesiástica.

A religião atua como uma força poderosa e sendo compreendida como verdade única e perdurável, detém um grande poder de legitimação. Em decorrência disso, há o acatamento do discurso produzido pelos guias espirituais e um moldar-se de acordo com aquilo que é determinado pelas normas, sempre prescritas de acordo com os interesses da hierarquia.

Valandro indica que frei Policarpo, nos momentos em que o grupo encontrava-se desanimado, dizia: “coragem, filhas minhas” ou “avante! avante! Ou ainda a frase, “pela cruz, à luz!”.⁹⁵ Também frei Bruno Linden chamava-as de “caras filhas”.⁹⁶ Tais expressões revelam, por um lado, proteção, cuidado, zelo, encorajamento; por outro, a desigualdade, pois as filhas eram aquelas que obedeciam aos pais, as que deveriam ser mais submissas do que os filhos. A catequese católica também reforçava uma dupla submissão filial: a obediência ao pai terreno e ao pai do céu, Deus. Somando-se a essa compreensão, frei Policarpo, (ou qualquer outra figura do corpo hierárquico), em nome de Deus e segundo a vontade de Deus, orientava o grupo, mas ao mesmo tempo era como se ele fosse o próprio Deus.

A instalação das escolas italianas fez com que os subsídios do governo italiano, até então enviados às escolas paroquiais, fossem canalizados para as escolas *Dante Alighieri*. Ademais, o número de professores fiéis às orientações do pároco e satisfeitos com o pagamento dos pais dos alunos foi diminuindo, conforme registra o cronista do livro Tombo de Rodeio:

a existência das escolas paroquiais perigava por falta de professores competentes e por falta de recursos para a **manutenção de um professor formado e com família** (grifo nosso), principalmente nos centros afastados e de escassa população, lembrou-se em boa hora, [o vigário, frei Policarpo] de fazer apelo a uma jovem inteligente, de

⁹⁵ Apud VALANDRO, Ede Maria. 1986, op. cit., p. 59.

⁹⁶ NEOTTI, Lúcia, op. cit. p. 64. Frei Bruno Linden foi vigário de Rodeio por um longo período, de 1926 a 1945 e o grande normatizador da Congregação, inclusive não queria que as *catequistas* estudassem e apresentava como justificativa o perigo de se tornarem orgulhosas. VALANDRO, Ede Maria. 1986, op. cit., p. 137.

boa educação e profundos sentimentos religiosos da qual constava que não queria casar-se.⁹⁷

Diante da dificuldade em manter financeiramente um professor com família, surge a tensão entre assumir a atividade de professor como vocação, e as questões práticas que exigiam a melhoria financeira. Além disso, ocorre a escassez de professores para as escolas paroquiais nessas localidades, porque alguns deles optam pelas escolas *Dante Alighieri* e também pelas estatais. O cronista diz também que os colonos “lamentavam a falta de boas escolas paroquiais” e foi em resposta aos seus apelos que frei Policarpo fundara a agremiação das catequistas. Salienta-se que, salvo esse registro, os demais demonstram que a maior preocupação fora do clero. Nesse período, a atividade de professor nos núcleos coloniais era essencialmente masculina, com raras exceções. Surge, diante disso, o questionamento acerca do motivo de o frei Policarpo ter feito o convite às mulheres/moças e não aos homens/rapazes, integrantes da União de São José.

Considera-se que a experiência, desde 1905, provava ao referido frade que a escola da igreja matriz em Rodeio era a mais estruturada devido à atuação das religiosas da Congregação da Divina Providência. Ademais, convém lembrar que os franciscanos instalados em Rodeio eram alemães. Embora haja as especificidades locais, possivelmente algumas de suas estratégias relativamente às escolas e à fundação da Companhia têm a ver com a história da educação elementar alemã do século XIX.

Nesse sentido, Kreutz associa as características do professor paroquial no Rio Grande do Sul à matriz de inspiração na Alemanha, especialmente no Hunsrueck - onde se manteve pelo maior tempo possível o domínio da Igreja Católica na direção e na organização das escolas.⁹⁸ Até 1872, a educação primária na Alemanha fora um movimento de tensão entre Estado e Igreja Católica; o professor paroquial se firmara como elemento importante de ação pastoral: “além do magistério, deveria exercer ampla liderança social, sob orientação católica e, em segundo lugar, fazia-se forte oposição ao movimento do magistério laico, julgando-se o mesmo como uma nefasta influência do liberalismo”.⁹⁹

No Rio Grande do Sul, segundo Kreutz, havia

a orientação do Projeto Católico Regional de que o magistério era uma missão sagrada, sacerdotal e por isto deveria ser assumido como uma vocação, tendo disposição ao sacrifício e à renúncia. [...] apresentava-se como exemplo, o celibato

⁹⁷ Livro Tombo da Paróquia São Francisco de Assis de Rodeio, n.1, p. 26.

⁹⁸ KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial: magistério e imigração alemã**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

⁹⁹ KREUTZ, Lúcio, op. cit., p. 39.

obrigatório das professoras católicas na Alemanha, exatamente para poderem dedicar-se por inteiro, sem solicitações familiares, à nobre missão.¹⁰⁰

De igual modo, ao registrar a fundação da Companhia, o cronista franciscano em Rodeio diz que as professoras catequistas viveriam em castidade, pobreza e obediência, estando assim, na possibilidade de entregarem-se “inteiramente à sua nobre vocação (e missão)”.¹⁰¹ Esse registro data de 1917, coincidindo com o decreto da Lei do Celibato em Santa Catarina. Essa lei determinava que as candidatas matriculadas na Escola Normal, diplomadas e nomeadas professoras no ensino primário, perderiam o cargo caso viessem a contrair matrimônio.¹⁰²

Um elemento importante a ser considerado, associado ao conceito de vocação, é o processo de feminização do magistério no Brasil, o qual se foi constituindo ao longo do século XIX. Dentre as várias correntes de pensamento, havia a das chamadas diferenças naturais entre homens e mulheres. Nesse viés, incutiu-se a idéia de que as mulheres têm por natureza, capacidade de socializar as crianças.¹⁰³ Silva afirma que “a idéia de que o magistério despontou como um caminho ‘natural’ para as mulheres é uma construção histórica que concorre para encobrir e desqualificar a árdua luta que elas travaram para ‘construírem-se professoras’”.¹⁰⁴

Segundo Campos, a feminização do magistério se tornou visível no final do século XIX e, entre outros motivos, ocorreu “pelo fato de que a má remuneração paga aos mestres não poderia atrair os representantes do sexo masculino, que precisavam sustentar a família”.¹⁰⁵ Diz ainda que a justificativa utilizada era a de que não cabia às mulheres a responsabilidade de chefes de família, então poderiam ser mal remuneradas. O registro do cronista do livro

¹⁰⁰ KREUTZ, Lúcio. Missão religiosa e funções sociais do professor paroquial. In: _____, op. cit., p.100.

¹⁰¹ Crônica da Congregação das Catequistas. Livro n. 8, p. 05 verso. (ACICAF).

¹⁰² Lei n. 1187 de 05/10/1917. Apud FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano.** Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975. Sobre as escolas normais, ver em GINER, Maria Isabel Corts. **Origen y desarrollo de las escuelas normales em Francia (1789 - 1892).** Valencia: Promobibrio, 1985. Segundo Giner, os seminários franceses destinados a formação docente receberam o nome de Escolas Normais, inspirados no modelo dos seminários alemães, existentes desde o século XVIII. Diz que Frederico II da Prússia (Alemanha) decidiu compor um novo sistema educacional onde houvesse “normas” para a formação dos professores. Daí o nome Escola Normal. As primeiras escolas normais eram dedicadas ao sexo masculino, como era comum em todos os níveis de ensino. Em 1842, é criada na França uma lei que aprova a criação de cinco escolas normais femininas.

¹⁰³ BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. In: **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 64, p. 5 e 7, fev./1988.

¹⁰⁴ SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Profissão: Professora! In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (Orgs.). **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente.** Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 97.

¹⁰⁵ CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão. In: _____; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (Orgs.). 2002, op. cit., p. 21.

Tombo de Rodeio é ilustrativo nesse sentido. Ele afirma que as escolas paroquiais estavam diminuindo em número, visto a “falta de recursos para a manutenção de um professor formado e com família”.¹⁰⁶

A decisão de frei Policarpo convidar mulheres solteiras resultava num empreendimento vantajoso. Por um lado, essas jovens desvencilharam-se da autoridade paterna e, por não casarem, também da autoridade do marido. Por outro lado, pode-se inferir que a Companhia incorporou o discurso que associa magistério a vocação, abnegação e doação. O conceito de vocação, segundo Schaffarath, “era usado como mecanismo eficiente para induzir as mulheres a escolherem profissões menos valorizadas socialmente. Melhor dizendo, em nome da natureza feminina e de sua vocação natural, as mulheres foram assumindo o magistério”.¹⁰⁷ Analisando a profissionalização do professorado na Europa, Nóvoa explica que “ao longo do século XIX consolida-se uma imagem de professor, que cruza as referências ao magistério docente, ao apostolado e ao sacerdócio, com a humildade e a obediência aos funcionários públicos”.¹⁰⁸

A divisão desigual do trabalho na família, baseada na autoridade paterna, foi reforçada não só pelo apoio dado pela Igreja católica à família patriarcal como também pelas orientações às jovens da Companhia. Além do ensino nas escolas primárias, essas professoras passaram a ser as responsáveis por diversos serviços, como a limpeza da capela, a ornamentação do altar, a lavagem dos paramentos, o preparo das refeições do padre por ocasião de sua visita à capela. Na ausência do padre elas coordenavam os funerais e dirigiam as orações comunitárias, entre outros. Fora-lhes incutido que a gratuidade e o sacrifício algum dia seriam recompensados, mesmo que fosse somente na vida eterna. Ao substituir o frei Policarpo, em 1926, frei Bruno Linden elaborou um Regulamento, o qual foi aprovado por Dom Joaquim. Um dos fragmentos desse conjunto de normas diz que a Companhia das Catequistas formava

a mais perfeita imitação da vida e do espírito do Santo Patriarca [São Francisco], em comunidades de duas Catequistas, fundando e provendo escolas rurais, isto é: em casa alimentam a pobreza e caridade franciscana; na igreja cuidam do decoro do lugar santo e do sacro ministério; na escola educam, instruem pelo exemplo, humildade e saber suficiente.¹⁰⁹

¹⁰⁶ Livro Tombo da Paróquia São Francisco de Assis. Rodeio, n. 1, p. 26. (CFR).

¹⁰⁷ SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **A escola normal catharinense de 1892: profissão e ornamento**. 1999. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 99.

¹⁰⁸ NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p. 16.

¹⁰⁹ Regulamento da Companhia das Catequistas, 1926, p. 02. Sobre o crescente conjunto de regulamentos e adaptações a uma vida conventual, cf. VALANDRO, Ede Maria. 1986, op. cit., p. 93ss.

Pregava-se a submissão, a ordem e a conformidade aos modelos de Cristo e de Maria, a meditação diária; o tempo era perfeitamente regulado e regrado - um horário estabelecido e vigiado pelo exame de consciência.¹¹⁰ A disciplina, a imposição de determinada tarefa e comportamento envolvia os aspectos temporais, espirituais e corporais. Ao se referir a uma política de coerções sobre o corpo, Foucault diz que a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. Nesse sentido, o corpo

está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. [...] o controle implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos de atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos.¹¹¹

Procurava-se incutir a idéia de que a sexualidade casta e celibatária passava pela negação do corpo. Uma forma de negá-lo foi o uso do hábito religioso que correspondia, externamente, a um vestido longo e véu de cor preta, sapatos também pretos, colarinho branco e crucifixo no peito, por ordem de Dom Joaquim. Igualmente Dom Pio de Freitas procura conferir às catequistas uma forma de vida mais canônica. Compilou um Novo Regulamento, chamado Constituições da Associação das Catequistas.¹¹²

Nesse sentido, a construção de uma identidade grupal também foi marcada pelo modo de se vestir. O corpo disciplinado e suas formas femininas escondidas tinham como propósito produzir o pudor feminino e “evitar os olhares”. Essas jovens professoras foram encerradas numa rede de práticas e proibições, formadas para a renúncia de si e abdicação dos desejos. Elas deveriam, com devoção, viver a obediência, a resignação e a humildade. Aproximar-se da imagem de Maria - tida como virgem, pura, cândida e santa.

Ao considerar a dominação masculina como uma forma de “violência simbólica”, Bourdieu diz que “a força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos”.¹¹³ Essas mulheres, controladas pela confissão, educadas para a divisão/distribuição dos espaços físicos e do tempo, “aplicam a toda realidade e, particularmente, às relações de

¹¹⁰ NEOTTI, Lúcia, op. cit., p. 77 - 82.

¹¹¹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhete. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 118 e 119.

¹¹² BONA, Filomena; VALANDRO, Ede Maria. **Madre Maria Avosani**. Rio do Sul: JAWI, 1981, p. 09 e 10. Dom Pio de Freitas foi o primeiro bispo da Diocese de Joinville, criada em 1927 pela Constituição Apostólica *Inter Praecipuas* de Pio XI. Nesse ato, Rodeio passa a pertencer à Diocese de Joinville. A ARQUIDIOCESE de Florianópolis. [Florianópolis], [s.n.], 1951, p. 10.

¹¹³ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002, 160 p. p. 50.

poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica”.¹¹⁴

A estruturação da Companhia, ao longo das três primeiras décadas, foi feita pelos padres e bispos. Eles convidaram, orientaram, disseram o que e como fazer, normatizaram e aprovaram a forma como o grupo deveria exercer as funções em prol da Igreja nas diversas localidades em que estivessem. Nesse sentido, ao historicizar sobre a condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, entre 1750 e 1822, Algranti aponta que, “na maior parte das vezes, os compêndios de comportamento feminino foram redigidos pelos homens e resumem as imagens ideais que estes possuíam sobre as mulheres”.¹¹⁵

Dentre as possíveis direções, uma delas é a verificação de que o grupo das catequistas, produzido pelo discurso da hierarquia, resolveu, em parte, a crise das escolas paroquiais e somou no processo de feminização do ensino primário. No livro Tombo de Rodeio, em 1929 registra-se que essas escolas administradas pelas “Reverendas Irmãs da Divina Providência e Irmãs Catequistas serviam bem a santa Igreja e à santa religião”. Uma outra direção a ser considerada foi a direção dada pelo bispo em acordo com o governador Felipe Schmidt. Se os franciscanos em Rodeio eram contrários à instalação das escolas estatais, em 1920 Dom Joaquim afirma que a educação pública “deve emanar em comum da Igreja e do Estado”.¹¹⁶ Aos poucos, esse bispo vai doando o espaço físico das escolas paroquiais ao Estado, como indica a informação no verso de uma foto do Grupo Escolar Professor Lapagesse, em Criciúma: “tenho a honra de oferecer a fotografia do prédio pertencente à paróquia desta sede, cedida gentilmente por S. Eminência [*sic*] para o funcionamento do grupo escolar recentemente criado nesta sede”.¹¹⁷ A contrapartida do governo de Santa Catarina era a permissão do ensino religioso nas escolas da rede pública.¹¹⁸

¹¹⁴ BOURDIEU, Pierre, 2002, op. cit., p. 45.

¹¹⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia:** condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750 - 1822. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Edunb, 1993, p. 109.

¹¹⁶ Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Carta Pastoral sobre o Problema da Instrução. Florianópolis: Livraria do Cisne, 1920, p. 18.

¹¹⁷ Missiva de Cincinato Napolini, prefeito de Criciúma, a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Criciúma, 28/11/1932.

¹¹⁸ SOUZA, Rogério Luiz de. As escolas paroquiais. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas:** modos de educação em Santa Catarina na primeira república. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 171. Em Santa Catarina, a partir de 1911, foram criados os grupos escolares, para substituir a escola primária, na qual não havia a seriação do ensino. Cada grupo escolar congregava diversas classes de alunos, cada uma delas com seu professor, sob a supervisão de um diretor. Essa reforma, no entanto, se aplicava a uma realidade eminentemente urbana, havendo assim um descompasso com as escolas primárias na área rural. Cf. NÓBREGA, Paulo de. Grupos escolares: modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). 2003, op. cit., p. 253 - 280.

Além disso, nas escolas paroquiais onde as professoras eram da Companhia da Catequistas, fez-se a negociação para a sua permanência nas escolas então transformadas em públicas: “as escolas, antes escolas paroquiais particulares, tornaram-se todas paroquiais estaduais ou municipais. Felizmente o governo reconhecendo o valor das professoras catequistas, deixou-as todas nas suas respectivas escolas”.¹¹⁹ Dessa forma, as Irmãs Catequistas dão uma sobrevida às escolas paroquiais. Em 1929, elas somavam 52 e ensinavam em 23 escolas paroquiais. Em 1930, educavam em 24 escolas, cerca de 900 crianças. Em 1932, a paróquia de Rodeio contava com 13 escolas paroquiais, dirigidas pelas catequistas. Em 1933, elas ensinavam e instruíam em 33 escolas, mais de 1500 crianças. Em 1934, dirigiam 34 escolas com 1724 alunos. Em 1935, elas marcavam presença em 38 escolas.¹²⁰

Essa negociação constitui-se em mais uma amostra da consolidação da aliança entre as elites civis e eclesiásticas do Estado catarinense. Essas escolas foram obrigadas a se adaptar às exigências estatais, todavia, as Catequistas, instituídas e instruídas pelos franciscanos, continuaram ministrando a doutrina católica. Desse modo, o perfil da docência, ou seja, o etos pedagógico no campo religioso desliza para o laico - escolas da rede pública. Mesmo que se tenha dado por um processo de convencimento e persuasão, essas professoras não somente contribuíram para a manutenção e formação de bons católicos, como também de bons patriotas, interesse da elite republicana. A escola deveria ser o espaço de normatização onde se adquirisse uma concepção de civilização e ordem. A concepção da moral católica veio somar para a difusão dos bens culturais e padrões morais indispensáveis ao fortalecimento da nacionalização.

Entretanto, as consternações de uma fração de imigrantes continuavam, principalmente em Ascurra. Dentre as estratégias diante desse “perigo anarquista” está a negociação entre o governador Felipe Schmidt, o cônsul Bruno Zucculin e Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Preocupados com as constantes tensões e atritos envolvendo os franciscanos alemães, planejam substituí-los por padres italianos - os salesianos de Dom Bosco.¹²¹

¹¹⁹ Livro Tombo da Paróquia São Francisco de Assis. Rodeio, n. 2, 1938, p. 01. (CFR).

¹²⁰ Livro Tombo da Paróquia São Francisco de Assis, Rodeio, Livro n.1, p. 52 verso, 56, 62 verso, 65 e 71.

¹²¹ A Ordem dos Salesianos foi fundada em 1859 pelo padre João Bosco, na capital do Piemonte, com sede em Turim. Os salesianos chegaram ao Brasil em 1883 e, em torno de 1920, administravam cerca de 40 localidades. TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. Tradução: Mariarosaria Fabris e Luiz Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Nobel, p. 168.

Conjetura-se também que a preocupação dessas autoridades aumentava porque se vivia em tempos da Primeira Guerra Mundial; a Alemanha estava envolvida nessa guerra lutando contra os Aliados. Dessa forma, os simpatizantes da causa aliada faziam acusações generalizadas contra os padres alemães, caracterizando-os como agentes imperialistas. O contexto da Primeira Grande Guerra tem uma gravitação importantíssima em Santa Catarina, devido à presença do grande contingente de imigrantes e de sacerdotes germânicos.

Todavia, essa é outra questão que merece estudo específico. Neste tópico, pretende-se apenas mostrar o processo de negociação para a vinda dos salesianos. Ademais, ressalta-se que essa foi mais uma estratégia de construção de uma ordem social, mesmo que apareça revestida do elemento étnico.

3.2.3. A substituição dos franciscanos por padres italianos

A divergência de uma parcela dos italianos de Ascurra com os franciscanos teve início no momento em que, contra a vontade deles, os franciscanos escolheram Rodeio como sede de paróquia. Em Rio dos Cedros também havia divisões, e um grupo de colonos considerava os franciscanos representantes dos interesses do império austríaco e, portanto, inimigos da pátria italiana.¹²²

Tentando resolver o problema das intrigas e querendo pôr fim às constantes solicitações dos ascurrenses por um padre italiano e às reclamações contra os franciscanos, o então bispo João Becker eleva Ascurra à categoria de paróquia e nomeia para vigário um padre italiano - João Canônico - que havia exercido a função de vigário em Criciúma por 10 anos. Sobre a elevação de Ascurra à categoria de paróquia frei Lucínio Korte registrou:

Contra a expectativa de todos os frades, Dom João Becker decretou a criação da nova paróquia de Ascurra. O mesmo prelado confessou que agiu com relutância, tendo sido a decisão tomada principalmente por causa do cônsul italiano e do Núncio Apostólico [José Aversa], e também para satisfazer os votos e terminar com as incessantes petições dos obstinados habitantes de Ascurra.¹²³

No entanto, apesar da elevação de Ascurra à categoria de paróquia, os conflitos continuavam. O fato de o cônsul Emilio Eles ter indicado padre Canônico para inspetor das

¹²² AZZI, Riolando. **A obra de Dom Bosco em Santa Catarina: A atuação salesiana em prol dos imigrantes, 1916 - 1941.** São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1988b, p. 135.

¹²³ Registros de frei Lucínio Korte. In: Livro Tombo da Paróquia São Francisco de Assis de Rodeio. Dom João Becker eleva Ascurra à categoria de paróquia em dez./1912. Verifica-se que, segundo esse registro, houve intervenção do cônsul para a criação do curato e nomeação de João Canônico, pois o cônsul também recebia as constantes reclamações dos ascurrenses. Relembra-se também que nesse ano um extenso relatório havia sido enviado pelos colonos à Nunciatura Apostólica no Brasil, que estava a cargo do núncio D. José Aversa.

escolas italianas *Dante Alighieri* foi visto pelos franciscanos como mais uma provocação a eles. Em 31/05/1914, padre Canônico regressou à Itália e o curato de Ascurra voltou a ser atendido pelo pároco de Rodeio, Policarpo Schuhen; os frades, no entanto, continuavam a encontrar resistência por parte de moradores de Ascurra e Rio dos Cedros.

Em 1915, Dom Joaquim visitou essa região e uma de suas tentativas para apaziguar definitivamente os colonos renitentes foi a ampliação da paróquia de Ascurra, oficializada em 1916.¹²⁴ Em 1912 os franciscanos não haviam concordado com a criação da paróquia e também não aceitaram a sua ampliação, pois isso implicava ceder à paróquia de Ascurra parte das capelas pertencentes à paróquia de Rodeio. Em 1916 frei Chrysólogo Kampmann, ministro provincial dos franciscanos, informa a Dom Joaquim que, em vez de ceder parte da paróquia de Rodeio para a de Ascurra, preferia renunciar a todas as partes da paróquia não compreendidas no vale de Rodeio, isto é, Aquidaban, Hansa, Subida, Rio do Sul e Rio d'Oeste.¹²⁵ Em continuidade às redefinições territoriais de ambas as paróquias, Dom Joaquim envia um documento ao frei Policarpo comunicando que, por motivos especiais, haviam sido modificados os limites da paróquia de Ascurra, passando a pertencer à Ascurra, a partir de 15 de dezembro de 1916, também Aquidaban (Apiúna), Hansa, Subida, Rio do Sul e Rio d'Oeste.¹²⁶ A ampliação fora efetuada seguindo o parecer do frei Chrysólogo Kampmann, e entre os motivos especiais estava, obviamente, a entrega da paróquia Santo Ambrósio de Ascurra aos padres salesianos.

Nesse sentido, o segundo encaminhamento feito pelo cônsul Zucculin e por Dom Joaquim foi a negociação com o padre Pedro Rota, inspetor dos salesianos no Brasil, sobre a vinda dos padres de Dom Bosco com a finalidade de prestar atendimento à paróquia ampliada. Zucculin solicita também a mediação do governo italiano por meio do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Considerando essas iniciativas, o superior da Congregação de Dom Bosco, padre Albera, recebe do governo italiano o ofício transcrito a seguir, datado de 3 de março de 1916:

No Estado de Santa Catarina, no Brasil, o cuidado das almas está confiado, desde alguns anos, aos franciscanos alemães, o que tem provocado e provoca vivo descontentamento e por vezes explosões de revolta por parte das nossas numerosas colônias, que, sendo em maioria, tem sempre desejado e desejam ter sacerdotes italianos. Em consideração a tal estado de coisas, em 1913, após não poucas lutas provocadas pela oposição vivíssima dos alemães, se conseguiu o estabelecimento de uma paróquia italiana em Ascurra, à qual foi preposto um sacerdote italiano. Em

¹²⁴ Livro Tombo da Paróquia São Francisco de Assis. Rodeio, v.1, p. 25. (CFR).

¹²⁵ Carta do frei Chrysologo Kampmann, Ministro Provincial dos Franciscanos, a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Curitiba, 19/08/1916. (AEF).

¹²⁶ Livro Tombo do Curato de Ascurra, n. 1, p. 03.

1914, por diversas razões, esse sacerdote teve que vir para a Itália, e não teve mais permissão da Santa Sé para voltar à sua paróquia. Sua ausência deu e dá motivos a novas e incessantes agitações por parte de nossos compatriotas, até causar preocupação ao governador do Estado, o qual tratou do assunto com o competente régio cônsul de Florianópolis. Para resolver definitivamente e de maneira adequada os nossos interesses em tão importante questão [...] e tendo ainda presente o fato que o Bispo do Estado de Santa Catarina é atualmente D. Joaquim Domingues, Bispo português, educado em Roma, ex-aluno da Congregação dos Salesianos, favorável aos italianos, e incondicionalmente bem disposto para com eles. O régio cônsul de Florianópolis, já de acordo com o sobredito Bispo, propõe que, para a paróquia de Ascurra e para as outras que serão instituídas, sejam mandados agora quatro religiosos salesianos, os quais, por sua provada experiência, seriam também utilíssimos para o desenvolvimento econômico e educativo daqueles nossos importantes centros coloniais. Julgando da máxima oportunidade e urgência quanto sugere o régio cônsul, permito-me insistir vivamente com V. S. para que se digne examinar, com a máxima solicitude e carinho, se não seja o caso de prover prontamente no sentido desta proposta, e comunicar-me, de qualquer forma, a decisão tomada a respeito.¹²⁷

Já em outubro de 1916, o cônsul Zucculin informa a Dom Joaquim sobre o embarque em Barcelona, no dia 28 de setembro, de quatro padres salesianos, destinados às paróquias de população italiana do Estado de Santa Catarina. O cônsul lamenta que o seu estado de saúde houvesse impossibilitado um colóquio com o bispo a respeito da destinação a ser dada aos referidos padres. Esperava, porém, que Dom Joaquim o mantivesse informado acerca de suas decisões. Essa missiva confirma que a vinda dos salesianos foi resultado de resoluções previamente acordadas, pois Zucculin escreve que acreditava ser desnecessário recordar que os salesianos seriam mais úteis em Ascurra, Rio dos Cedros e, sobretudo em Luís Alves, localidades em que numerosos colonos italianos não tinham sacerdote pátrio.¹²⁸

Assim sendo, em dezembro de 1916, os padres salesianos Ângelo Alberti e João Rolando assumiram o curato de Ascurra. Os padres Atílio Cosci e José Pastorinho foram designados para Luís Alves. No curato de Rio dos Cedros, continuou como vigário o franciscano Solano Schmitt.

Levando-se em consideração a forma como Dom Joaquim solicitou aos franciscanos a entrega da paróquia de Ascurra aos padres salesianos, pode-se inferir que as negociações foram feitas sem que os franciscanos de Rodeio tivessem prévio conhecimento. Um fragmento da carta de Dom Joaquim endereçada ao frei Policarpo Schuhen é exemplo disso:

¹²⁷ Ofício de Sonnino, do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália ao superior geral dos salesianos, Pe. Albera. Arquivo Geral da Sociedade Salesiana em Roma. Apud AZZI, Riolando. Fé e italianidade: a atuação dos Escalabrinianos e dos Salesianos junto aos imigrantes. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione G. Agnelli, 1990, p. 66 - 67. vii. Segundo Azzi, a amizade de Dom Joaquim com os salesianos devia-se ao fato de ele ter feito parte de seus estudos secundários com os padres de Dom Bosco, no Liceu Coração de Jesus em São Paulo. AZZI, Riolando, 1988b, op. cit., p. 89.

¹²⁸ Cf. ANEXO N - Carta do cônsul Bruno Zucculin a Dom Joaquim Domingues de Oliveira.

Cumprimentando a V. R., tenho o prazer de apresentar-lhe o Revmo. Sr. Pe. Angelo Alberti, portador desta, nomeado vigário do novo curato de Ascurra por ato de 14 deste. Agradeço a V. Revma. os bons e inestimáveis serviços prestados à diocese, durante a vacância do curato, em sua administração interina e efetiva às capelas que ora lhe foram adscritas, quer por V. Revma., quer por seus dignos e prestimosos auxiliares. [...] comunico que foram modificados os limites do referido curato. [...] Aproveito o ensejo para apresentar a V. Revma. e seus dignos auxiliares e na pessoa deles, a toda a Ordem, os protestos da minha mais distinta estima e sincero reconhecimento com que sou e me professo.¹²⁹

Os padres salesianos receberam o curato de Ascurra ampliado em área, com capelas que antes pertenciam ao curato de Rodeio. Havia também a facção pró-clero franciscano e assim, nem todos os colonos, de imediato, aceitaram as alterações realizadas. Isso pode ser verificado nas informações do padre salesiano Angelo Alberti. Em 28/12/1916 ele escreve ao bispo e diz que, segundo os fabriqueiros da capela de Aquidaban, a população dessa localidade não aceitava pertencer à paróquia de Ascurra.¹³⁰ Em outra missiva ao bispo, também comenta que na capela Sagrada Família (Ascurra) ainda não tinha sido acolhido, porém aguardava mudanças, principalmente depois de uma conversa com as três pessoas que encabeçavam o “movimento revolucionário, ou melhor, oposicionista, e, como eles me provocavam, disse-lhes todas as verdades que julguei conveniente na ocasião, e parece-me que isto produziu algum efeito”.¹³¹

Se em 1916 os salesianos não assumiram o curato de Rio dos Cedros, não foi por falta de pedido feito pelo franciscano Solano Schmitt. Em 01/11/1916, frei Solano registra, no livro Tombo, que ao saber da chegada de quatro padres salesianos, dos quais dois seriam destinados para a Paróquia de Ascurra e dois para a de Luís Alves, escrevera ao superior provincial pedindo que dirigisse ao bispo uma súplica a fim de que mandasse outros padres salesianos para Rio dos Cedros. Na página 8, encontra-se o registro de que, conforme o acordo prévio entre o padre Marcello Baummeister, provincial dos franciscanos, e o padre Pedro Rota, inspetor dos salesianos no Brasil, e com o consentimento de Dom Joaquim, propôs-se uma troca para o atendimento das paróquias, isto é, os franciscanos entregariam a paróquia de Rio dos Cedros aos salesianos, e estes, a paróquia de Luís Alves aos franciscanos.¹³²

Identifica-se uma espécie de provocação feita pelo padre Solano na missiva a Dom Joaquim dizendo que iria para Canoinhas onde não houvesse cônsul italiano que movesse

¹²⁹ Carta de Dom Joaquim Domingues de Oliveira ao Frei Policarpo Schuhen. Florianópolis, 15/12/1916. In: Livro Tombo do Curato de Ascurra. p. 03 verso.

¹³⁰ Carta do padre Angelo Alberti a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Ascurra, 28/12/1916. (AEF).

¹³¹ Carta do padre Angelo Alberti a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Ascurra, 06/06/1917. (AEF).

¹³² Registros do padre Solano Schmitt em 01/11/1916. In: Livro Tombo do curato Nossa Senhora da Conceição de Rio dos Cedros. Livro n.1, p. 07 verso e p. 08.

intrigas contra os frades alemães, e conseguisse “esplêndida vitória”,¹³³ ao que Dom Joaquim demonstra certo descontentamento, afirmando que é uma falsidade dizer que o cônsul italiano em Ascurra conseguiu uma esplêndida vitória, porque quem tinha criado o curato e nomeado um padre italiano (1912) fora seu antecessor Dom João Becker.¹³⁴ Acrescenta ainda que não havia necessidade de acalmar a população diante da indagação acerca de ser o cônsul quem o comandava em assuntos religiosos. Enfatiza ainda que as pessoas tinham o direito de pensar o que quisessem, mas que ele, padre Solano, como também os demais sacerdotes, sabiam que “desde sempre quem manda na Diocese é o Bispo”.¹³⁵

Ainda o cronista padre Olívio Giordano, salesiano, pároco em Rio dos Cedros de 1930 a 1935, confirma essas questões ao registrar que, conforme testemunhos, em Rio dos Cedros algumas pessoas não nutriam simpatia pelos padres franciscanos, mormente por serem alemães e, além disso, diz que o padre Solano havia solicitado aos salesianos que assumissem também a paróquia de Rio dos Cedros.¹³⁶

Com a saída do frei Solano o curato de Rio dos Cedros, no decorrer de 1917, foi administrado pelo franciscano Modestino Oechtering, e em 7 de janeiro de 1918, foi efetuada a troca, isto é, os franciscanos assumiram a paróquia de Luís Alves e os salesianos a de Rio dos Cedros. Porém, católicos de Luís Alves não aceitaram a atuação dos franciscanos e, em abril de 1918, o bispo interveio e reenviou os salesianos para Luís Alves. O livro Tombo da Paróquia de Luís Alves revela que, devido a acontecimentos desagradáveis ocorridos numa das capelas, por proposta dos franciscanos de Blumenau, Dom Joaquim, por meio de “uma portaria do dia 05 de abril encarregou de novo os salesianos da administração da paróquia”.¹³⁷ A partir dessa decisão, os salesianos retornaram e permaneceram em Luiz Alves até o final de 1939, ocasião em que a paróquia foi entregue à administração do clero secular.

Todavia, em Ascurra, conforme alguns abaixo-assinados, identifica-se que as desavenças continuavam pelos anos afora. Os moradores da Valada São Paulo (Ascurra) desejavam ampliar a capela Sagrada Família, tendo inclusive recolhido doações entre a população. Reclamavam que o vigário de Ascurra, querendo ampliar a Matriz, não permitia o início das obras da capela deles, a mais antiga da paróquia, e também proibia o ensino do catecismo aos domingos. Encarecidamente solicitavam a intervenção e autorização do bispo

¹³³ Carta do padre Solano Schmitt a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Rio dos Cedros, 08/01/1917. (AEF).

¹³⁴ Lembra-se, no entanto, que, segundo registros de Frei Lucínio, D. João Becker teria informado que a criação do curato deu-se em decorrência do pedido do cônsul, entre outros motivos.

¹³⁵ Carta/resposta de Dom Joaquim Domingues de Oliveira ao padre Solano Schmitt. Florianópolis, 14/01/1917. (AEF).

¹³⁶ Crônica da casa salesiana. Rio dos Cedros (Encruzilhada), livro n. 1, p. 01.

¹³⁷ Livro Tombo da Paróquia São Vicente de Paulo. Luís Alves, p. 13 verso.

para principiarem os serviços de ampliação da capela.¹³⁸ Em julho, por meio de um novo abaixo-assinado, requeriam uma solução para os problemas da capela Sagrada Família, pois há três meses não recebiam visita alguma do vigário pela qual ansiavam e além do mais queriam estar em harmonia com a matriz.¹³⁹

O jornal *Escudo* divulga uma nota com o título Discórdia, escrita por um assinante que se identificou como *un osservatore* (um observador).¹⁴⁰ Após mencionar a abertura e inauguração de duas escolas a uma distância de apenas 600 ou 700 metros uma da outra, esse observador interrogava-se a respeito do motivo; para ele, deveria ser a existência de discórdia entre o povo, porém,

acreditava-se que, com a vinda dos Reverendos Salesianos, acabar-se-iam todas as contrariedades que há muito tempo existiam em São Paulo e Ascurra. Mas, ao contrário, parece que não. Creio que as raízes das disputas eram profundas demais e não seriam eliminadas tão cedo. O povo de São Paulo e Ascurra deveria servir, ainda, por muitos anos, como brincadeira e divertimento ao povo da vizinhança.¹⁴¹

Segundo Azzi, o clima de oposição e rivalidade entre os moradores das localidades tinha-se sedimentado ao longo dos anos. Para alguns, os salesianos foram vistos “como favoráveis ao grupo de italianos anticlericais e socialistas, anteriormente denunciados pelos franciscanos”.¹⁴² Há que se ressaltar que os salesianos vieram para Ascurra também para preservar a cultura italiana. A carta do inspetor Rota ao diretor da missão em Santa Catarina, padre Angelo Alberti, diz que o motivo desse necessário cultivo da italianidade tinha uma explicação: “recordem sempre que estamos aí por causa do governo italiano, que nossos superiores têm interesse de contentar, pelos favores que recebem lá na Itália. Por isso, façamos o possível por contentá-lo também nós, sem olvidar que nas questões religiosas estamos na plena dependência do Bispo”.¹⁴³

Diante disso, pode-se inferir que os líderes civis e eclesiásticos exerceram uma forma de poder ao longo das negociações pretendendo normatizar a vida desses colonos. O lugar de

¹³⁸ Abaixo-assinado endereçado a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. São Paulo (Ascurra), 24/01/1926. Constam 67 assinaturas. (AEF).

¹³⁹ Abaixo-assinado endereçado a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. São Paulo (Ascurra), 26/07/1926. Constam 75 assinaturas. (AEF).

¹⁴⁰ O *Escudo* foi fundado em Rodeio por José Ferreira da Silva e teve duração de 1921 a 1928. De acordo com Frei Policarpo, para sua impressão utilizou-se o material tipográfico existente no Convento, que servira, por muitos anos, ao *L'Amico*. SILVA, José Ferreira da, op. cit., p. 72 - 73.

¹⁴¹ *Escudo*. Rodeio, 07/07/1927. (CFR).

¹⁴² AZZI, Rioldo. **A obra de Dom Bosco em Santa Catarina**: a atuação salesiana em prol dos imigrantes, 1916 - 1941. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1988, p. 210.

¹⁴³ Carta do padre Rota, inspetor dos salesianos ao padre Angelo Alberti, diretor da missão salesiana em Santa Catarina. Apud AZZI, Rioldo. Fé e italianidade: a atuação dos escalabrinianos e dos salesianos junto aos imigrantes. In: DE BONI, Luís Alberto. 1990, op. cit., p. 74.

onde esses sujeitos falam é constitutivo do que dizem e está representado no seu discurso. Orlandi indica que o discurso é definido “não como transmissor de informação, mas como efeito de sentido entre locutores. [...] o que se diz não resulta só da intenção de um indivíduo em informar o outro, mas da relação de sentidos estabelecidos por eles num contexto social e histórico”.¹⁴⁴ Assim, destaca-se que o bispo e o cônsul falavam valendo-se da relação com cada uma das instituições a que pertenciam, a Cúria Romana e o governo italiano. A primeira almejava o atendimento religioso aos imigrantes e submetê-los às suas diretrizes; o segundo, a formação cultural para despertar e/ou manter vivo o espírito de italianidade e também regulá-los.

Com relação às diferenças entre padres salesianos e franciscanos, ao relatar sobre a época de adolescente, Berri comenta sobre a existência de uma diferença, que não era entendida por ele, mas que resultava até em briga entre os alunos:

Quando eu estudava no ginásio, muitos colegas eram de Ascurra e outros de Rio dos Cedros. Eles gozavam do pessoal de Rodeio. É, esses padres babacas de vocês [referindo-se aos franciscanos]. Essa expressão babaca não existia naquele tempo, mas eles usavam um termo equivalente. [...] De fato, isso é verdade, o pessoal de Rodeio era mais dócil, porque domesticado pela ideologia dos franciscanos. [...] então existe essa raizinha oriunda dessa diferença de padres, franciscanos aqui, salesianos lá, que provocaram diferenças na cabeça do pessoal.¹⁴⁵

A intenção principal, segundo os superiores de Turim e em acordo com o governo italiano, era que os salesianos em Santa Catarina exercessem o apostolado especificamente entre imigrantes italianos. O inspetor Rota preocupava-se com esse compromisso assumido com o governo italiano devido à existência de heterogeneidade cultural que aos poucos fora percebendo:

os [padres] de Santa Catarina declaram que, embora se encontrem em colônias italianas, todavia existem muitas colônias alemãs e polonesas com as quais devem tratar, de modo que, para o bem de todos, deveria haver também algum sacerdote que conhecesse o alemão e o polonês, ou pelo menos a primeira língua. Quando estive em Florianópolis, no ano passado, o cônsul italiano de lá me fez a mesma observação.¹⁴⁶

Diversas são as suposições dos motivos da vinda dos salesianos para Santa Catarina. O citado historiador Azzi ressalta que o principal motivo foi que os salesianos eram simpáticos à causa italiana e com o objetivo de contraporem-se à ação desenvolvida pelos frades alemães. Essa, no entanto, não pode ser tomada como conclusão única e definitiva. Acredita-se que

¹⁴⁴ ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é lingüística**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 63.

¹⁴⁵ Entrevista com Orlando Berri. Florianópolis, 03/08/2000. (A/A).

¹⁴⁶ Carta do inspetor padre Pedro Rota ao secretário do Capítulo Salesiano, padre Gusmano. Apud AZZI, Riolando. In: DE BONI, Luis Alberto. 1990, vii, op. cit., p. 75.

Joaquim Domingues de Oliveira não intencionava, simplesmente, contrapor-se aos franciscanos alemães. Embora luso-brasileiro, a favor da nacionalização, tinha formação católica romanizada, o que o identificava, nesse ponto, com os franciscanos alemães. Insere-se nessa negociação a postura do bispo, pautada na aliança com o poder constituído de, juntamente com as autoridades, impor a ordem.

Possivelmente entre essas autoridades não havia convergência com relação à compreensão do que significava preservar a cultura italiana. Os acordos políticos visavam ao monopólio, manter a população em harmonia, em obediência e sob controle, ou seja, livrá-la da *anomia*.

Na última parte deste capítulo, demonstra-se que as representações da hierarquia católica acerca do “outro” contribuíram para a construção de um imaginário social em torno dos significados produzidos pelo discurso.

3.3. O imaginário sobre o atentado a bomba contra os franciscanos

Em um universo de significações, criar um mundo, dar um nome, definir identidades, faz parte da relação com a alteridade em que os significados são produzidos e defendidos pela hierarquia católica. Há que se considerar que tanto a hierarquia católica como também uma parcela dos imigrantes, agiram conforme a apreensão da realidade segundo as representações das relações estabelecidas com os outros sujeitos e com o mundo, conforme seu sentir e seu olhar, sendo que este é socialmente desenvolvido. Esses sujeitos devem ser vistos para além da apreensão meramente racional, que coloca em oposição o que é real e o que é imaginário; o que realmente existe e o que é fantasia, e que impõe uma única alternativa: de que a realidade esgota-se mediante o primado da razão.¹⁴⁷ Os sujeitos dessa trama histórica são “concretos, cognocentes sim, mas também desejosos, imaginativos, sonhadores, capazes de fabular, de simbolizar o real existente e o real possível”.¹⁴⁸

Ao analisar uma certa tradição intelectual do século XIX, Baczkó afirma tratar-se de “uma tendência cientista e ‘realista’ que pretendia separar na trama histórica, nas ações e comportamentos dos agentes sociais, o ‘verdadeiro’ e o ‘real’ daquilo que era ‘ilusório’ e

¹⁴⁷ TEVES, Nilda. O imaginário na configuração da realidade social. In: _____ (Coord.). **Imaginário social e educação**. Rio de Janeiro: Gryphus, Faculdade de Educação da UFRJ, 1992, p. 06, 07 e 09. Com base nos estudos de Eduardo Prado, Teves salienta que é com Descartes que se instaura o mito da certeza racional em que o conhecimento verdadeiro resultaria sempre da atividade demonstrativa da razão. Nessa compreensão, pensamento e imaginação produziram idéias com graus diferenciados de exatidão.

¹⁴⁸ TEVES, Nilda, op. cit., p. 06 e 07.

‘quimérico’”.¹⁴⁹ Ao se interrogar acerca de mecanismos e estruturas criadas no convívio social, e ao verificar a intervenção de representações e de símbolos nas práticas dos sujeitos históricos, levam-se em consideração as múltiplas funções do imaginário. “O imaginário reúne os compartimentos que a visão racionalista tendeu a dividir”.¹⁵⁰ Tanto o imaginário como as representações são referenciais teóricos que possibilitam uma variedade de interpretações. Assim, o “sentido do que aparece não está no sujeito que conhece nem na coisa conhecida, mas nos efeitos de sentidos que vão se constituindo no processo de conhecimento”.¹⁵¹

O cotidiano revela-se como um espaço privilegiado de lutas, e a linguagem utilizada pelos sujeitos é de fundamental importância. Teves assinala:

Quando se fala, imagina-se, pressupõe-se que o Outro está nos entendendo, mais ainda, esperam-se dele, certas respostas. A nossa expectativa em relação aos Outros se funda nas idéias, nas crenças que temos em relação a Nós. É como se universalizássemos os comportamentos, as atitudes dos indivíduos que nos cercam.¹⁵²

O desejo do clero e também dos italianos e cônsules, por meio das numerosas cartas enviadas e/ou recebidas, era o de serem entendidos. Mais do que isso, eles ansiavam por respostas aos seus questionamentos. O anseio por respostas pode ser traduzido pela inquietação e, ao mesmo tempo, receio diante do outro, como indica a carta do padre Giacomo Vicenzi: “Teria interesse em saber o que o Senhor pensa a respeito do Largura e das diferentes sociedades italianas”.¹⁵³

Ao se localizarem em Rodeio, os franciscanos alemães defrontaram-se com o ofício de firmar uma religião que comportasse os valores então professados pelo catolicismo da romanização e que garantisse a salvação das almas. Desejosos de manter a sua autoridade, no encontro com o “Outro”, com o diferente, encontraram dificuldades. Nesse sentido, a conexão entre o Nós e os Outros se exprime por meio de um complexo jogo de alteridades, da diferença mínima à alteridade radical, a ponto de conduzir o “Outro” a uma zona próxima da animalidade ou do divino.¹⁵⁴

¹⁴⁹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 297. v1.

¹⁵⁰ BOIA, Lucian. **Pour une histoire de L’imaginaire**. Paris: Les Belles Lettres, 1998, p. 37.

¹⁵¹ TEVES, Nilda, op. cit. p. 13-15.

¹⁵² TEVES, Nilda, op. cit. p. 18.

¹⁵³ Carta do padre Giacomo Vicenzi ao Frei Lucínio Korte. Rio de Janeiro, 26/07/1904.

¹⁵⁴ BOIA, Lucian, op. cit., p. 33.

Assim, os discursos passam por esta interpretação do imaginário “seja pela deformação de um protótipo real, seja pela confabulação pura”.¹⁵⁵ Esses frades haviam adquirido uma autodesignação assentada em elementos de valores simbólicos e estratégicos; respaldo alimentado pela memória, construída e articulada com as crenças no aparato institucional, por meio de um conjunto de símbolos e significações sempre retomadas nos discursos, quer orais quer escritos e de suas representações sobre os imigrantes renitentes. Ao abordar as dificuldades de integração do estrangeiro em qualquer sociedade, Teves diz que possivelmente essa dificuldade se deva ao fato de que ele é “o Outro do qual não sabemos bem como irá se comportar em relação ao Nós”, e em decorrência disso se estabelece “uma ‘tela invisível’, *interdictus*, que inviabiliza as aproximações tão necessárias à comunicação. Crenças, fantasias, mitos são retomados fortalecendo esse *interdictus*”.¹⁵⁶

Há ainda a propagação de uma imagem desvalorizada do “outro”, tido como adversário. Se por um lado se procura invalidar a legitimidade do outro, concomitantemente se procura “exaltar através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para a qual pretendiam obter o maior número de adesões”.¹⁵⁷

Assim, além dos frades mencionados, outras pessoas passam a partilhar do mesmo imaginário, no que se refere à imagem construída sobre o outro. Acerca de Ermembergo Pellizzetti e do episódio de uma bomba que foi colocada debaixo da casa paroquial em Rio dos Cedros, em 1911, Victor Lucas afirma: “Pellizzetti era revolucionário, ele era contra o domínio dos padres. A bomba foi colocada pelo Pellizzetti”.¹⁵⁸

Também para os redatores do jornal *Blumenauer Zeitung*, esse acontecimento passou a ser notícia e reforçou o imaginário acerca do iminente perigo anarquista. Esse jornal noticiou e comentou o hediondo crime contra os freis Modestino e Policarpo, como se vê nos três fragmentos dessas matérias jornalísticas. O primeiro deles diz que em Rio dos Cedros foi cometido

um crime que faz lembrar os perfídios atentados da Mão Negra. A ação criminosa foi dirigida contra um padre católico, o Frei Modestino Oechtering, membro da Ordem Franciscana, que exercia a função de pároco. [...] Pelas 11 horas da noite, quando todos os moradores da casa haviam se deitado, explodiu a bomba, que fora detonada por meio de um pavio. O efeito foi horrível. O assoalho do quarto foi arrancado e a cama, na qual o padre dormia, foi arremessada até o teto. [...] Também no quarto ao lado dormia Frei Policarpo Schuhen, superior do Convento de Rodeio, que havia vindo ao Cedro pra auxiliar o pároco. [...] Esperamos que sobre o ato

¹⁵⁵ BOIA, Lucian, op. cit., p. 33.

¹⁵⁶ TEVES, Nilda, op. cit., p. 18 -19.

¹⁵⁷ BACZKO, Bronislaw, op. cit., p. 300.

¹⁵⁸ Entrevista com Victor Lucas. Rio do Sul, 02/11/1999. (A/A).

criminoso e seus motivos as investigações policiais venham trazer completos esclarecimentos.¹⁵⁹

O segundo artigo não se limita somente a informar, mas já apresenta os possíveis suspeitos e associa-os ao fanatismo anticlerical.

Como nos foi afirmado de não existirem motivos de ordem pessoais contra o Frei Modestino, só nos resta a suposição que haja um **fanatismo anticlerical metido em tudo isso** (grifo nosso). Entre os italianos de Rio dos Cedros existem vários partidos que se hostilizam no campo eclesiástico. Alguns preferem um frade provindo da Ordem Conventual, outros querem um sacerdote secular e ainda outros combatem a classe clerical em geral. Esta agitação poderia talvez ter causado num cérebro atordoado o surgimento do plano de assassinato.¹⁶⁰

O terceiro artigo do *Blumenauer Zeitung* acerca do atentado baseia-se num artigo do *L'Amico*, que havia publicado um extenso relato sobre a tentativa de assassinato ocorrido em Rio dos Cedros.

A bomba de dinamite colocada debaixo da casa paroquial explodiu no dia 29 de abril, na noite de sábado para domingo. Para aquele domingo estava marcada a Primeira Comunhão de cerca de 180 crianças. O jornal *L'Amico* supõe que os criminosos pretendiam, com o assassinato de ambos os padres, que dormiam na casa paroquial, obstar a realização do ato religioso. Com isso evidencia-se incontestavelmente a tendência anticlerical do ato criminoso. Conforme supõe o citado jornal, o ato deveria ser, ao mesmo tempo, uma espécie de prelúdio à comemoração do dia **1º de Maio, dia de festa universal, consagrada por socialistas e anarquistas**. A agitação anticlerical entre os italianos foi fomentada, ainda, com a propagação do **pasquim anarquista L'Asino**, (grifos nossos) cujo redator, outrora, instigara os anticlericais de Blumenau a expulsarem os padres franciscanos intrusos. *L'Amico* cita até nominalmente duas pessoas, acusadas pela boca do povo como autores do atentado. Dizem que ambos, na noite anterior, compraram dinamite na casa de negócio do senhor Henrique Klug e um deles, ao que consta, dissera: 'os padres prepararam tudo para a cerimônia da primeira comunhão, porém não chegarão a realizá-la'.¹⁶¹

Diversas versões e opiniões sobre esse atentado povoaram e povoam o imaginário da população nessas localidades. Frei Modestino, uma das vítimas do atentado descreve longamente e em detalhes os antecedentes e o atentado, bem como emite opiniões sobre esse episódio. Para Modestino tratava-se de inimigos, os quais queriam liquidar com ele, com frei Policarpo ou com ambos. Interroga sobre a possibilidade de a bomba ter sido lançada somente para frei Policarpo, hipótese descartada pelo fato de ele (Modestino) defender as mesmas doutrinas de frei Policarpo.

¹⁵⁹ Um Atentado a Dinamite. In: *Blumenauer Zeitung*. Blumenau, 02/05/1911. (AHJFS). Ressalta-se que ao contrário do que diz o artigo do jornal, em 1911 o pároco era frei Polycarpo, pois nesse ano Rio dos Cedros era capela sob a jurisdição da paróquia de Rodeio.

¹⁶⁰ Com referência ao atentado a dinamite em Rio dos Cedros. In: *Blumenauer Zeitung*. Blumenau, 05/05/1911. (AHJFS).

¹⁶¹ Sobre o atentado a dinamite em Rio dos Cedros. In: *Blumenauer Zeitung*. Blumenau, 09/05/1911. (AHJFS).

Descreve que durante a quaresma havia ficado sozinho em Rio dos Cedros, realizado todas as cerimônias da semana santa com o máximo concurso dos fiéis, tanto de Rio dos Cedros como das capelas de Pomeranos e do Caminho dos Tiroleses; de eventual conspiração não havia suspeita alguma.

Diz que em Rio dos Cedros viviam pessoas que há alguns anos haviam sido totalmente descristianizadas por Giovanni Rossi. Cita Carlos Dorigatti, Andrea Largura e Lensi, entre outros residentes no Caminho dos Tiroleses. Segundo Modestino, o mais imoral de todos era Carlos Dorigatti, o qual trouxera da Itália duas parteiras para trabalhar em Rio dos Cedros. A bomba, segundo frei Modestino, teria sido trazida da Europa pelo Dorigatti.

Os detalhes dessa descrição são numerosos, mas deduz-se que, na opinião de frei Modestino, o referido senhor e as moças, juntamente com outros companheiros, planejavam abrir um bordel, mas diante das investidas contrárias levadas a cabo por ele e pelo frei Policarpo, esses, resolveram matá-los com a ajuda de um **italiano anarquista** (grifo nosso) chamado Angelo Dalangelo que, no Rio Grande do Sul, tentara assassinar os freis capuchinhos. Descreve que Angelo Dalangelo na véspera do atentado havia chegado em Rio dos Cedros. Ao ver os preparativos para a Primeira Comunhão ele havia perguntado: “o que é isto?” Ao receber a resposta de que haveria a cerimônia de Primeira Comunhão, retrucou: “Esta os padres não farão”. Frei Modestino, no entanto, não se limitou às suspeitas dos indivíduos mencionados. Diz que o professor Virgílio Campestrini teria dito: “Se a polícia tivesse vindo, eu teria me escondido no mato”. Para Modestino, Virgílio Campestrini tinha conhecimento do atentado, e seu irmão Silvio, chefe da cooperativa em Rio dos Cedros, provavelmente era cúmplice, estava entre os envolvidos. Giovanni Longo, proprietário do hotel em Rio dos Cedros, também sabia do atentado, pois um de seus filhos tinha visto quando a bomba fora colocada debaixo da casa paroquial. Os autores do atentado ameaçaram matá-lo caso contasse aos padres. Antes de sua morte, Longo havia revelado tal segredo a um dos frades. Modestino salienta que o fundamento mais profundo e verdadeiro disso tudo era ódio contra a religião, contra os padres, pelo fato de eles denunciarem a imoralidade dos citados senhores.

Lembra ainda que, há muitos anos, frei Lucínio Korte, então pároco de Rodeio e de Rio dos Cedros, teria vencido moralmente o Dr. Giovanni Rossi. Todavia, em muitas pessoas de Rodeio e de Ascurra ainda reinavam as idéias de Rossi e manifestavam-se como livres-pensadores e anticlericais.



19 - Giovanni Rossi

FONTE: SANTOS, Lucy Woellner dos. **Estação agrônômica e de veterinária do Estado**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

Relata que Angelo Dalangelo, algum tempo depois da ocorrência do atentado, fora preso em Blumenau acusado de roubo no Hotel Holetz. Após ter cumprido uma pena de nove meses em Florianópolis, Modestino diz que o encontrou em Nova Trento. Dalangelo ao vê-lo teria dito: “Se padre Modestino não morreu em Rio dos Cedros, então ele morrerá aqui, pois ainda tenho para ele uma bala”. Segundo Modestino, tal ameaça provocou um grande alvoroço entre os italianos de Nova Trento. Padre Cybeo, ao saber das intenções de Dalangelo, mandou chamar a polícia e incumbiu-a de não permitir que Dalangelo partisse de Nova Trento antes de frei Modestino.¹⁶²

Ainda, no relatório ao Núncio Aversa, os franciscanos comentam que as divergências na questão escolar para Pellizzetti e seus companheiros em Ascurra e em Rio dos Cedros eram motivo para que se lutasse contra os padres, mais abertamente também no que diz respeito a assuntos eclesiásticos. Consta no relatório que os “**anarquistas haviam pedido ajuda para o jornaleco *L’Asino***” (grifo nosso), enviado de Florianópolis a diversos colonos de Rodeio. Sobre o atentado a bomba diz que

considerando tais incitamentos e agitações, não causa grande surpresa o horrendo delito cometido contra os religiosos do Cedro. [...] este crime nunca visto na região,

¹⁶² Memórias de frei Modestino Oechtering. In: Documento avulso. [195 - ?], p. 5 - 8. (APICSP).

causou no povo uma profunda impressão; porém as investigações da polícia para encontrar os autores do delito permaneceram - como já se esperava - sem resultado algum, ainda que o povo falasse em público alguns nomes. O mais suspeito, um tal falso Dr. Delfonso, pouco tempo depois foi condenado a um ou dois anos de prisão por furto grave.¹⁶³

Os entrevistados são portadores de imagens acerca desse atentado, imagens essas que remetem “a um passado fabulizado”,¹⁶⁴ ou a uma espécie de mito que, para Ansart, “é a experiência cotidiana, o imaginário vivido, o modo das relações dos homens consigo mesmos, com o mundo e com o outro. [...] a linguagem mítica constitui-se num elemento essencial do controle social e sua transformação na estratégia dos grupos rivais”.¹⁶⁵

Com referência a esse passado fabulizado e/ou vivido, destaca-se ainda outro viés, consequência do atentado e partilhado pela maior parte dos entrevistados: “Rio dos Cedros não vai para frente porque os padres deram uma maldição até a sétima geração”.¹⁶⁶ De Boni e Costa salientam que o padre concentrava “a auréola dos poderes sobrenaturais da religião; por isso, sua palavra, mesmo em assuntos profanos, tornava-se geralmente decisiva, e suas bênçãos e maldições ainda hoje são tidas como bênçãos e maldições proferidas por Deus”.¹⁶⁷ O entrevistado Luciano Moser, porém, disse que muito tempo depois da bomba, um padre, em visita à capela Nossa Senhora das Dores, falou que os padres não lançaram nenhuma maldição à localidade, que isso é invenção de algumas pessoas. Esse entrevistado, no entanto, parecendo não estar convicto do discurso desse padre, concluiu: “mas o pessoal, ainda hoje, diz que eles amaldiçoaram sim”.¹⁶⁸

É em torno das idéias do passado que se vão formando fantasias, crenças, que o “Outro” e o “Nós” são criados. Teves diz que “são determinações históricas que definem espaços políticos mediante um sistema simbólico, mantendo os grupos coesos ou em

¹⁶³ Relatório dos franciscanos ao Núncio Apostólico Monsenhor Aversa. Rodeio, 1913. (CFR). Aléssio Berri descreve uma versão parecida sobre esse acontecimento, com base na tradução dos registros em latim, feitos pelo frei Lucínio, *In Nomine Domini*. Destaca-se que nesse material, utilizado por Berri, há acréscimos como o de que frei Lucínio escreveu reclamando a respeito da indiferença do povo rio-cedrense relativamente ao atentado.

¹⁶⁴ TEVES, Nilda, op. cit., p. 19.

¹⁶⁵ O trabalho de transformação, de reinvenção do mito ocorre para adaptá-lo às exigências partidárias, particulares, visto que a linguagem mítica não recupera sem tensões a integralidade das práticas e o conjunto dos grupos. Os grupos rivais passam a usos diferenciados da linguagem comum. ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 23 e 29. Sorel entende o mito como uma representação coletiva cuja força concreta mobiliza e consagra os desejos, afetos e aspirações num objetivo construído. Os mitos são, portanto, construções históricas, e a interpretação de seu significado não deve ser decomposta em partes fora da realidade em que emergiu, pois não sendo descrição de coisas, mas expressão de vontades, sua força de mobilização remete à realidade histórica vivida. SOREL, Georges. **Reflexões sobre a violência**. São Paulo: M. Fontes, 1992, p. 40-50.

¹⁶⁶ Entrevistas com Albano Vicenzi, Lino Vicenzi e Luciano Moser. Rio dos Cedros (Pomeranos), 02/05/2002. (A/A).

¹⁶⁷ DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. 1984, op. cit., p. 116.

¹⁶⁸ Entrevista com Luciano Moser. Rio dos Cedros (Pomeranos), 02/05/2001. (A/A)

intermitentes conflitos”.¹⁶⁹ Segundo Portelli, o mito “não é uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura”.¹⁷⁰

Esse elemento pode ser verificado na carta de um colono pomerano, publicada no jornal de Trento, *Voce Cattolica*, em 1886, citada por Berri.

até agora, a maior parte dos colonos de nossas valadas estão apegados aos princípios antigos de nossa ainda amada diocese de Trento, mas aqui também não faltam os apóstolos de **satanaz** e, infelizmente, o indiferentismo e o **liberalismo religioso** crescem a passo de gigante (grifos nossos).¹⁷¹

Conforme o relatório dos “devotíssimos servidores”, descrevendo as condições da Paróquia de Rodeio no tempo passado e no presente, encontra-se a seguinte informação:

a primeira discórdia foi semeada por um tal de Dr. Giovanni Rossi, de Pisa, mandado em 1895 pelo governo brasileiro como diretor de uma Estação Agronômica, em Cedros. Ele era um **perfeito ateu e socialista ativo**. Fingindo uma tal amizade com os religiosos, ele enquanto isso, espalhava ocultamente entre o povo simples as suas **doutrinas perversas** (grifos nossos). Ainda que os fiéis avisados em tempo pelo sacerdote, em geral não dessem grande importância àqueles ensinamentos perigosos, foram infectados pelo mal e se fizeram propagadores de tais idéias em outros lugares, em particular na comunidade de Ascurra, já bastante inclinada a tal discórdia.¹⁷²

Nesse mesmo relatório, o líder Ermmembergo Pellizzetti recebeu os seguintes adjetivos:

o Dr. Rossi chamou da Itália ainda um outro companheiro, um tal Pellizzetti, **talvez mais perigoso**, porque era mais familiar com os colonos. Depois da partida do Rossi, se estabeleceu em Ascurra onde mora ainda, em concubinato apenas, o primeiro que lá deu esse mau exemplo. Ele tinha pego um seguidor prosélito, o agrimensor Landriani, conhecido por todos também por causa de seus discursos imorais. Que mal causaram estas duas pessoas entre a população, sobretudo entre a juventude, não se pode calcular. Propagaram entre os colonos **jornais péssimos, como L'Asino, L'Avanti, Il Leme e similares** (grifos nossos) e enquanto isso se faziam representantes do consulado italiano, inspetores das escolas.¹⁷³

Também os relatos de Jamundá demonstram a existência de um imaginário sobre o perigo que representava a utilização do termo “anarquista”. Esse entrevistado residiu durante

¹⁶⁹ TEVES, Nilda, op. cit., p. 19-20. Exemplo das divisões não naturais são as afirmações: somos cristãos em oposição aos muçulmanos; somos ocidentais em oposição aos orientais.

¹⁷⁰ PORTELLI, Alessandro. O massacre de civitella Val di Chiana. Toscana: 29 de junho de 1940: mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação G. Vargas, 1996, p. 21.

¹⁷¹ Apud, BERRI, Aléssio. **A igreja na colonização italiana no Médio Vale do Itajaí**. Blumenau: Casa Dr. Blumenau, 1988, p. 164 - 165.

¹⁷² Relatório dos franciscanos ao Núncio Apostólico Monsenhor Aversa. Rodeio, 1913. (CFR).

¹⁷³ Relatório dos franciscanos ao Núncio Apostólico Monsenhor Aversa. Rodeio, 1913. (CFR).

cerca de 20 anos em Indaial e, em suas memórias, relembra o dia em que chegou a essa localidade: “o fiscal da Prefeitura, Nicolau Bona, veio me avisar dizendo: ‘É... lá em Rio dos Cedros existiu um homem perigoso’... porém nem me disse que era anarquista. Eles punham um mistério e nem pronunciavam essa palavra, pois tinham medo”.¹⁷⁴

Os entrevistados apresentaram-se receosos, amedrontados, envoltos talvez, em alguns momentos, por uma “amnésia” proposital: “eu sei disso porque meus pais falavam, mas eu não sei se isso foi verdade”.¹⁷⁵ Todos detêm, no entanto, o conhecimento acerca dos conflitos do início do século entre os padres franciscanos e os imigrantes, e ressaltam a explosão da bomba como o desfecho de uma série de conflitos havidos entre eles. Como autores do atentado, cada qual aponta diferentes nomes, a começar pelo próprio frei Modestino. O entrevistado padre João Batista Delsale narrou alguns depoimentos que ouviu de antigos moradores. Um deles lhe falou que Giovanni Rossi, o diretor da Estação Agronômica, era o autor da explosão da bomba: no dia do atentado, durante a tarde, Rossi passou perto da casa paroquial e falou para a funcionária: ‘hoje à noite os padres irão fazer a barba sem navalha’.¹⁷⁶ Convém ressaltar, no entanto, que em 1911, ano do atentado, Giovanni Rossi se encontrava na Itália, e de modo algum passou perto da casa paroquial em Rio dos Cedros.

Moser teceu comentários a respeito da morte dos dois indivíduos, responsáveis pelo atentado: “os dois caras que colocaram a bomba tiveram uma morte horrível”. Mas então eles morreram, e soube-se quem foi? perguntou a entrevistadora, ao que ele respondeu: “Não, não, o nome não se sabe, mas eles morreram. Um deles morreu num chiqueiro de porco e o outro arrastado. É, foi isso”!¹⁷⁷

Desse modo prosseguem os infundáveis relatos, suscitando mais perguntas do que respostas. Verifica-se que, no imaginário, não existem somente suspeitos mandantes ou assassinos, mas também o castigo pelo mal praticado. O poder do clero, na opinião de Jamundá, prevaleceu na região, pois a maioria dos imigrantes, ao sair da Itália, era de católicos. Alguns deles vinham com a promessa de construir uma igreja, empresa que era levada a efeito, independentemente das dificuldades que aqui encontrassem.

Veja a força do poder católico. [...] O único respaldo dessas criaturas que embarcaram para cá foi a Igreja. De que modo teria Dr. Rossi, sendo anarquista e

¹⁷⁴ Entrevista com Theobaldo Costa Jamundá. Blumenau, 18/05/2000. (A/A). O nome do homem perigoso a quem Bona se referia era Giovanni Rossi.

¹⁷⁵ Entrevista com Albano Vicenzi. Rio dos Cedros (Pomeranos), 02/05/2001. (A/A).

¹⁷⁶ Entrevista com o padre João Batista Delsale. Rio dos Cedros, 03/05/2001. (A/A).

¹⁷⁷ Entrevista com Luciano Moser. Rio dos Cedros (Pomeranos), 02/05/2001. (A/A).

por anarquista, materialista, e por materialista, ateu, apoio de uma comunidade eminentemente católica? Católica capaz de comprar até cadeira no céu.¹⁷⁸

Nessa linha de pensamento também se expressa Victor Lucas: “a Igreja tinha um poder fabuloso, eles [os padres] dominavam tudo, nada se fazia se não fosse lá, beijar os pés do padre”.¹⁷⁹ Nesse sentido, Orlando Berri, ao referir-se à atuação do clero no Médio Vale do Itajaí-Açu, revela que eles dominavam, tinham a hegemonia. O que um padre falava na igreja era levado a sério. Grande parte dos colonos obedecia ao padre cegamente; eram católicos inocentes, sinceros, pois, se o padre falou, era como se Jesus Cristo tivesse falado.¹⁸⁰ Esses entrevistados indicam que, obviamente, nem todos os imigrantes católicos não teriam afinidade com os propagandistas em favor da influência italiana, alguns deles anticlericais, como, por exemplo, Giovanni Rossi. Esses imigrantes, envoltos num imaginário sobre o perigo dos anticlericais permaneciam fiéis à sua fé, à religião.

Os frades, como porta-vozes da Igreja, tentavam imprimir nos imigrantes um dever e, assim, constituir identidades. Utilizavam-se de vários meios para asseverar a legitimidade da instituição a que pertenciam. Esse investimento do clero só teria sentido se fosse assumido por todos os imigrantes. Insere-se, nesse aspecto, outro elemento do imaginário em sua transformação histórica, a unidade, que procura submeter

o mundo a um princípio unificador. O homem aspira viver em um universo homogêneo e inteligível. As religiões, o pensamento mágico, as filosofias, as ciências, as interpretações da história, as ideologias, se empenham, cada uma de sua maneira, em conferir um máximo de coerência à diversidade dos fenômenos. [...] A unidade se manifesta em todos os níveis, tanto no sentido cósmico (leis que regem o Universo, integração do homem na Criação, correspondência entre o microcosmos e o macrocosmos), quanto na escala das comunidades humanas das quais toda uma série de mitos e ritos devem assegurar a coerência.¹⁸¹

Esse aspecto é de fundamental importância, pois intermedeia a constituição do imaginário social, o qual depende da incorporação simbólica realizada pela sociedade e, como tal, aceita e defendida por ela. Assim, as representações associadas ao ser anarquista foram e são símbolos de forte conotação social, presentes na memória da sociedade rodeiense, rio-cedrense e ascurrense, que ainda convive com a construção do “outro” reputado como estranho. O discurso o construiu “ser diferente”, associando-o ao terror, ao caos, à desordem,

¹⁷⁸ Entrevista com Theobaldo Costa Jamundá. Blumenau, 18/05/2000. (A/A). Com a expressão comprar até cadeira no céu, Jamundá refere-se às campanhas que os franciscanos faziam em Blumenau, a fim de angariar fundos para a ampliação e construção de igrejas. Diz que do púlpito o padre dizia: ‘quem ofertar um valor x, compra uma cadeira no céu; com o valor y, duas’, e assim sucessivamente.

¹⁷⁹ Entrevista com Victor Lucas. Rio do Sul, 02/11/1999. (A/A).

¹⁸⁰ Entrevista com Orlando Berri. Florianópolis, 03/08/2000. (A/A).

¹⁸¹ BOIA, Lucian, op. cit., p. 34.

ao ateísmo; enfim, como instrui Berger, à *anomia*. Uma vez apontada pelo discurso da Igreja, fugir à anomia tornava-se uma questão vital e, para tal empreendimento, fez-se necessário combater o “outro”, constituído perigoso, não credenciá-lo aos estatutos das “verdades”, lançando mão de estratégias para manter o imaginário acerbamente construído.

No próximo e último capítulo, tratar-se-á dos jogos de poder pelo monopólio religioso e político/cultural no Sul de Santa Catarina - principalmente em Urussanga, Nova Veneza e Criciúma - localidades onde se concentra a problemática apresentada. Também nessa conjuntura, em meio às lutas opositoras entre os poderes religioso e laico, o imaginário é permeado de representações de uns sobre os outros. Nessas categorizações, ressalta-se a construção dos pares antitéticos “nós” *versus* “outros”, em torno de representações sobre a maçonaria e o fascismo.

4. CONFLITOS ENTRE ELITES ITALIANAS E PADRES ITALIANOS NO SUL

CATARINENSE

As fofocas, os mexericos, as acusações e as calúnias feitas publicamente giram, principalmente, em torno do monopólio político/cultural. As numerosas fofocas que permeiam o *corpus* empírico são “informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras. [...] A fofoca depreciativa [*blame gossip*] é inseparável da elogiosa [*pride gossip*], que costuma restringir-se ao próprio indivíduo ou aos grupos com que ele se identifica”.¹ Nesse sentido, a fofoca é utilizada como instrumento na luta pelo poder de impor determinada visão do mundo social.

Com o propósito de tentar captar os nexos dos conflitos sociais evidenciados nas duas áreas recortadas, pretende-se, neste capítulo, demonstrar por que, em uma realidade formada por elementos muito mais favoráveis a uma possível hegemonia católica, houve intensificação de conflitos. Dentre os elementos considerados mais favoráveis está a existência de padres italianos em colônias quase exclusivamente italianas. Tal destaque é feito porque não ter padres de nacionalidade italiana era o principal argumento dos ascurrenses e dos rio-cedrenses diante dos conflitos com os franciscanos alemães. Paradoxalmente, no Sul os padres italianos são o alvo de conspirações por parte de líderes também italianos. Para o desenvolvimento deste capítulo foram agrupados os principais porta-vozes, membros da elite local. No primeiro tópico, apresentam-se alguns nomes dos que formaram facções e tentaram o monopólio, destacando-se Lucas Bez Batti², Jacintho de Brida e Caruso MacDonald. Na sequência, as disputas pelo espaço e pelo poder entre os superintendentes, entre padres italianos e alemães. Por fim, as conspirações contra padres italianos e contra o líder italiano Cesare Tibaldeschi.

Nessas tramas, destaca-se o campo político, entendido como “o lugar, por excelência, da eficácia simbólica”; a política é uma “ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos”.³ Nas localidades mencionadas formaram-se facções que vivenciaram uma série de enfrentamentos que denunciam os jogos de poder. As relações de poder e as tensões que lhes estão associadas são aspectos considerados centrais. Destaca-se,

¹ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 121.

² Lucas Bez Batti, natural de Longarone, província de Belluno. Nasceu em 1862 e em 1879, emigrou para o Brasil, indo estabelecer-se na linha de Rio Maior, Urussanga. A eleição mencionada foi em 07/12/1902.

³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro, Bertrand, 2002b, p. 159.

principalmente, o poder decorrente da monopolização de cargos públicos e também as práticas discursivas para a manutenção do monopólio.

O poder local é pensado a partir das relações de poder, das alianças e dos confrontos entre as elites pelo poder político. Cumpre lembrar que o poder político não se reduz ao governo local - o executivo e o legislativo - e nem somente ao âmbito partidário-eleitoral. Para além da ação de um partido político, a formação dos grupos dirigentes dos municípios e/ou distritos, no período mencionado, segue as transformações ocorridas na esfera estatal catarinense, como também na própria dinâmica econômica e cultural, específicas de cada localidade.

O campo político, segundo Bourdieu, é o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade da população. Em política, dizer é “fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de di-visão do mundo social, as *palavras de ordem* que produzem a sua própria verificação ao produzirem grupos e, deste modo, uma ordem social”.⁴ Em outras palavras, consiste em argumentar para fazer aceitar a imagem do “outro”. Enfim, o ato de discursar constitui um ato de argumentar para persuadir e convencer.⁵

Os conflitos ocorriam entre os líderes que disputavam os espaços de construção de sujeitos, seus discursos estavam impregnados da idéia de um “Nós” construído em oposição a um “Outro”. Neste capítulo, não é somente o “Nós” católico *versus* o “Outro” cognominado anarquista. A construção dos pares antitéticos é feita por ambos os poderes, religioso e laico. Os pares de adjetivos, católico/maçom, brasileiro/italiano, ordeiros/anárquicos, com base em Bourdieu, são mecanismos que “concorrem para produzir um mundo comum, um mundo de senso comum, ou, pelo menos, um consenso mínimo sobre o mundo social”.⁶ As categorias de percepção, as palavras, os nomes, “constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio de visão e de divisão”.⁷ Bourdieu insiste:

as diferentes estratégias, mais ou menos ritualizadas, da luta simbólica de todos os dias, assim como os grandes rituais coletivos de nomeação ou, melhor ainda, os enfrentamentos de visões e de previsões da luta propriamente política, encerram uma

⁴ BOURDIEU, Pierre. 2002b, op. cit., p. 185 - 186.

⁵ OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: KAIRÓS, 1978.

⁶ BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 161.

⁷ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p.162.

certa pretensão à autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social, ou seja, das divisões do mundo social.⁸

Entre as elites locais formavam-se facções, e cada uma delas almejava ser socialmente reconhecida como a porta-voz dos colonos. Os porta-vozes do poder religioso que ousam intrometer-se em assuntos tidos pelos representantes do poder laico como exclusivamente de sua competência, passam a ser vistos como adversários. Nesse sentido, ao exercerem cargos públicos ou qualquer outra função de líder, as facções e/ou indivíduos utilizam-se de estratégias, visando ao poder. Pretendem intimidar, visto que o “discurso político vive de sua capacidade de interpelar, [da mesma forma o discurso religioso] pois seu êxito depende de sua capacidade de constituir sujeitos com a mesma visão de mundo”.⁹

Se na acepção de Foucault o poder é o “nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”, igualmente pode-se entender o discurso das elites locais como uma estratégia, isto é, “uma guerra prolongada por outros meios”¹⁰, mesmo que esse meio seja a fofoca.

4.1. O monopólio político/cultural das elites locais

A localidade de Urussanga pode ser tomada como exemplo dessa concorrência entre as elites. Com a intenção de votar, aproximadamente 150 italianos dirigiram-se a Tubarão a fim de obter seus títulos; porém, somente 18 deles foram aceitos e inscritos no rol dos eleitores. Inconformados, foram a Araranguá e conseguiram a inscrição de 130, somando então 148 votos. A ocorrência desse fato foi explicada por diferentes opiniões. Uma delas cogita que não foram aceitos no rol dos eleitores em Tubarão por “temor de que os estrangeiros chegassem um dia à supremacia”.¹¹

⁸ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. Tradução: Sérgio Miceli et al. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 82.

⁹ PINTO, Celi Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney ou como entender os meandros da linguagem do poder**. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 52.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque et al. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 89.

¹¹ MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários nas florestas do Brasil**. Tradução: João Leonir Dall’Alba. Florianópolis: Ed. da UFSC/Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985, p. 92. Em 1881, Urussanga tinha sido elevada à categoria de distrito. O episódio da busca de títulos ocorreu em 1898. No distrito de Urussanga havia dúvidas com relação aos limites dos municípios de Araranguá e Tubarão. Nessa época, esses dois municípios disputavam o domínio sobre Urussanga. Araranguá pretendia dois terços das terras pertencentes a Urussanga e Tubarão e mais 20 km na direção de Criciúma.

Entretanto, segundo Bourdieu, também as lutas de identidade étnica ou regional são pelo monopólio de “fazer e de desfazer os grupos”.¹² Ainda conforme esse autor, tal negação pode ser vista no sentido de que

os que dominam o partido e têm interesses ligados com a existência e a persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontram na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos *interesses políticos instituídos* lhes deixa, a possibilidade de imporem os seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes.¹³

A cooptação de votos está entre as estratégias para obtenção do poder simbólico almejado por mandantes e mandatários. A principal causa da reivindicação dos colonos tinha relação com a aplicação dos impostos. A formação e ação desse novo grupo político era justificada com a tese de que Urussanga deveria ser beneficiada com verbas do Estado, já que contribuía para os cofres públicos: “em apenas dois anos o município de Tubarão recolhera vinte e cinco contos de réis e não despendera um centil em favor dos colonos contribuintes”.¹⁴ O apelo à aquisição de título de eleitor, feito por membros da elite, objetivava conseguir transformar Urussanga num reduto de eleitores visando à emancipação política. Somente com a elevação de Urussanga à categoria de município, membros da elite local poderiam ser elegíveis para cargos públicos naquela localidade. O texto a seguir pode ser visto como um discurso importante nessa produção simbólica:

O município de Urussanga vive e viverá de vida verdadeira e gloriosa, porque nasceu forte, porque a sua emancipação deve-se a luta firme e constante de muitos anos e porque no seu seio guarda energias inexauríveis que o sol da ciência fará germinar. Ele, por isso compara-se à tenra plantinha, cujo desenvolvimento por muito tempo foi sufocado pelas ervas malignas: agora que as ervas foram extirpadas e que a luz o inunda com seus benéficos raios e o ar com sopro vivificante, desenvolver-se-á rapidamente e a sua estirpe vigorosa resistirá aos danos do tempo e às vicissitudes atmosféricas. E avante!¹⁵

O fragmento demonstra que a instalação do município deu-se por meio de lutas. No entanto, o editor não esclarece quem são os que lutaram pela sua emancipação e quais (quem) teriam sido as ervas malignas extirpadas. Não teriam surgido outras ervas malignas?

Caruso MacDonald deixa de elencar em seu jornal¹⁶ uma série de fatos concernentes à esfera pública do município. É possível que tenha sido uma estratégia usada por ele devido à existência de “muitas coisas que não podem suportar a luz implacável e crua da constante

¹² BOURDIEU, Pierre. 2002b, op. cit., p. 113.

¹³ BOURDIEU, Pierre. 2002b, op. cit., p. 168 - 169.

¹⁴ MARZANO, Luigi, op. cit., p. 168.

¹⁵ *La Patria*. Urussanga, 07/07/1901, n. 7, p. 01. (BNRJ). Urussanga foi emancipada em 06/10/1900. Felipe Schmidt nomeia Jacintho de Brida para Superintendente e Lucas Bez Batti para Presidente do Conselho.

¹⁶ Cf. os 52 números existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, correspondentes aos anos 1901 e 1902.

presença de outros no mundo público”.¹⁷ Será que o público em geral, e mais especificamente o urussanguense, somente recebia as informações dignas de serem vistas e ouvidas, isto é, as que podiam ser por ele suportadas?



20 - Giuseppe Caruso MacDonald

FONTE: Acervo de Raimundo Campos Caruso. Florianópolis, SC.

Tal prática discursiva aponta para um momento específico da história local e permite vislumbrar o modo pelo qual as palavras se transformam em um espaço de regularidades enunciativas.¹⁸ Caruso MacDonald era um porta-voz autorizado. Tanto “a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que lhe se abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima. O acesso aos instrumentos legítimos de expressão”.¹⁹ Como secretário da Câmara Municipal, como advogado e proprietário do jornal *La Patria*, tinha “participação no quinhão de autoridade institucional”²⁰, fazia as articulações entre o público e o privado. A partir da emancipação de Urussanga, ocupou o cargo de secretário da Câmara Municipal e, desse modo, apoiava o

¹⁷ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, p. 61.

¹⁸ Apud ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 2001a, p. 108.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 87.

²⁰ Idem, p. 87.

poder político constituído, já que o integrava. Desenvolvia também a atividade vinícola em nível industrial.²¹

Depois de dois anos da elevação de Urussanga à categoria de município, realizaram-se eleições para indicação de superintendente, conselheiros e juizes de paz. Duas chapas foram formadas, tendo-se como concorrentes principais Jacintho De Brida e Lucas Bez Batti.



21 - Lucas Bez Batti

FONTE: Acervo de Arnaldo Escaravaco. Urussanga, SC

Jacintho De Brida enfrentou acirrada oposição da Câmara Municipal, principalmente do Presidente, Lucas Bez Batti que, segundo a apuração dos votos, apresenta-se como eleito. Diante desse resultado houve protestos, sobretudo acerca da maneira como se havia procedido à apuração, mas não foram levados em consideração.²² Jacintho De Brida afirma ter havido fraude e lastima a situação a que chegavam os negócios municipais. Diz que o Conselho Municipal de Urussanga deslizava-se para a anarquia e para a insânia, tornando-se necessárias medidas repressivas e urgentes:

O Conselho, arrogando-se o direito de nomear e demitir os empregados municipais e de visar a todos os documentos de despesa, o conselho ultrapassa suas atribuições meramente legislativas e invade as funções do poder executivo, reduzindo assim o superintendente a mero títere, sem liberdade de ação e sem direito ao respeito indispensável dos empregados como demonstra a cópia anexa do ofício do tesoureiro municipal. É evidente que no desespero de ver frustrados todos os seus planos de empolgar a administração do município, pelas vergonhosas fraudes de 07 de dezembro de 1902, a oposição [Bez Batti] sem meios de lutar diretamente contra

²¹ Livro de Atas da Câmara de Urussanga. Segunda sessão extraordinária, 20/03/1902, p. 28 e 29. (CMU). REVISTA PANORAMA. Publicação da Costa Editorial & Gráfica. Urussanga, ano I, n. 1, 1999, p. 20.

²² A eleição mencionada foi em 07/12/1902. In: Ata da Câmara Municipal, 5ª sessão ordinária. Urussanga, 15/12/1902. Livro 1, p. 35. (CMU).

o governo do Estado, pela sua sábia decisão, procura petulantemente, por esses meios desrespeitosos às leis básicas da nossa nacionalidade, desprestigiar V. Ex^a, obstando os efeitos do ato que mandou continuar em exercício este governo municipal.²³

Os ofícios demonstram claramente as disputas entre os mandatários. Vidal Ramos havia suspenso a apuração eleitoral, mas tal exigência não foi acatada.²⁴ Os que se consideravam eleitos tomam posse e enviam ao governador a seguinte petição:

os abaixo-assinados conselheiros municipais de Urussanga, eleitos em 07/12/1902, depois de tomarem conhecimento das ilegalidades cometidas pelo cidadão Jacintho de Brida, apresentando a V. Exa. uma ata de apuração completamente falsa, para criar uma dualidade que não existe, retiram toda a confiança do mesmo cidadão Jacintho de Brida, fazendo votos para que a ata de V. Excia de 29 do mês de dezembro p.p. suspendendo a apuração das eleições legalmente realizadas, em que foi eleito superintendente o cidadão Lucas Bez Batti, seja revogado.²⁵

Os impasses se prolongaram meses afora, mais precisamente de janeiro a agosto de 1903, ocasião em que no Congresso em Florianópolis advoga-se em favor de Bez Batti. Essa decisão foi assim interpretada por ele: “este ato solene, presenciado por enorme multidão restabelecendo o império da justiça e da verdade eleitoral, estou certo de que também restabelecerá entre o povo laborioso deste município a paz e a harmonia, tão perturbadas nestes últimos meses”.²⁶

Tal interpretação de Bez Batti e também os demais discursos acerca das desavenças políticas “*não pode ser visto como algo transparente*”.²⁷ Celi Pinto observa que os discursos fazem parte das estratégias utilizadas para o exercício do poder, das resistências desafiadoras e que

as relações políticas são encontradas em todas as situações sociais [...] o discurso político é o discurso por excelência do sujeito em todos os seus sentidos, seu local de enunciação é a luta política, seu objetivo é vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados, interpelando através da construção articulada de uma visão de mundo.²⁸

Na contemporaneidade, ao lembrarem acontecimentos relacionados com a história política do município, os entrevistados falam a partir de uma construção articulada, ou seja, de

²³ Ofício do Superintendente Jacintho de Brida a vice-governador Vidal Ramos Júnior. Urussanga, 02/03/1903. (APUESC).

²⁴ Ata de Posse da Câmara. Urussanga, 01/01/1903, Livro 1, p. 36 verso e 37. (CMU).

²⁵ Ata da Câmara, 1ª sessão extraordinária. Urussanga, 09/01/1903. In: Livro 1, p. 38. (CMU).

²⁶ Ofício de Lucas Bez Batti ao vice-governador Vidal Ramos. Urussanga, 18/08/1903. (APUESC). Essa segunda tomada de posse foi em 15/08/1903.

²⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 377.

²⁸ PINTO, Celi Regina Jardim, op. cit., p. 51 - 52.

outros discursos e representações: “a política, como diziam os antigos, se meteu nela, está feio, entende? Porque os políticos têm os seus interesses. Na campanha fazem uma grande propaganda, depois de eleitos fazem o que bem entendem”.²⁹ Ora, justamente o discurso político apresenta-se como o inverso dessa proposição do entrevistado. De acordo com Celi Pinto, sua força reside em articular e construir uma visão de mundo que se apresenta como a visão dos interesses da sociedade e não dos interesses do sujeito enunciatador do discurso. Foucault salienta:

Se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos mas dos políticos, devemos compreender quais são as relações de luta e de poder - na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder.³⁰

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, segundo Teixeira, o comerciante - o dono da venda que fornece aos colonos os produtos não produzidos na colônia - “detém a confiança e a preferência dos moradores. Passa a ocupar na vila uma posição de mando, de domínio e conseqüente submissão e lealdade por parte dos colonos”.³¹ Salienta que o comércio era “o principal responsável pela circulação de capitais, seja fruto da compra e venda das terras, seja com o comércio dos produtos agrícolas e pecuários, armarinhos etc”.³² Há autores que afirmam: “o comerciante exercia um papel mais determinante na criação de novos núcleos, construção de capelas e na organização da vida social da localidade. A figura do comerciante foi, aos poucos, ofuscando a do ‘padre’ na liderança da comunidade, contudo, sem confundirem suas funções”.³³ Justamente aqueles que ocupam ou disputam cargos públicos, que pretendiam o capital simbólico, em Urussanga, são os detentores do capital econômico. No quadro a seguir constam os comerciantes, a começar por Jacintho De Brida e Lucas Bez Batti:

²⁹ Entrevista com Adelchi Cechinel, 90 anos de idade. Urussanga, 24/10/2001. (A/A).

³⁰ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999, p. 23. 160 p.

³¹ TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade: poder e imaginário das elites em Criciúma**. 1995. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. p. 94 - 95.

³² Idem.

³³ MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul/Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 192.

QUADRO 11 - COMERCIANTES NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA EM 1913

NOME	INDÚSTRIA OU PROFISSÃO	LOCALIDADE
Jacinto De Brida	Casa de negócio	Urussanga
Lucas Bez Batti	Casa de negócio	Urussanga
Pedro Bez Batti	Casa de negócio	Urussanga
Pedro Bez Batti	Padaria	Urussanga
Pedro Damian	Casa de negócio	Urussanga
Pedro Damian	Padaria	Urussanga
Sperandio Damian	Casa de negócio	Urussanga
Sperandio Damian	Casa de Pasto	Urussanga
Giovanni De Pellegrin	Casa de negócio	Urussanga
Vicenzo De Villa	Casa de negócio	Urussanga
Vicenzo De Villa	Padaria	Urussanga
Francesco De Cesaro	Sapataria	Urussanga
Antônio Ferraro	Casa de Negócio	Urussanga
Antônio Ferraro	Casa de Pasto	Urussanga
Martins & Irmãos	Casa de negócio	Urussanga
Torquato Tasso	Farmácia	Urussanga
Andréa Tessa	Serraria	Rio Salto
Andréa Tessa	Atafona	Rio Salto
Sebastião Fontana	Serraria	Rio América
Sebastião Fontana	Atafona	Rio América
Antônio Cechinel	Casa de negócio	Rio Gallo

FONTE: *La Patria*, Urussanga, 01/03/1903, n. 89, p. 3.

Urussanga é o *locus* que melhor exemplifica a problemática em questão; todavia, em outras localidades do Sul catarinense, pessoas e/ou facções disputavam o poder simbólico. Muitos conflitos revestiam-se de uma tônica religiosa, mas escondiam interesses políticos. Objetivavam angariar prestígio entre os moradores. Pode ser citado como exemplo dessa pretensão um fato ocorrido em Criciúma: Pedro Benedet e João Batista Targheta disputavam o local onde seria construída a igreja Matriz, pois cada um deles queria que ela fosse construída em terreno de sua propriedade. Surgiram assim duas correntes e o conflito estava deflagrado. Foram muitas as calúnias, as fofocas, os boatos, até que se decidiu por construir a igreja na divisa dos dois terrenos. Considerou-se, desse modo, que não havia nem vencidos, nem vencedores.³⁴

³⁴ *Tribuna Criciumense*. Criciúma, 21/05/1966. (APUESC). Devido a um não consenso, pensou-se em fazer uma votação. A escolha do terreno de João Targheta venceu por larga margem de votos. A corrente oposicionista não se conformou com a indicação do local e fez veementes protestos, inclusive incendiando o paiol de João Targheta e, segundo a *Tribuna Criciumense*, assassinando um possível delator a respeito de quem havia provocado o incêndio. O local então demarcado para a construção é a atual igreja matriz - São José -, cuja construção teve início em 1907 e foi inaugurada em 1917.

Esse período era marcado pelo federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial e por um sistema eleitoral tendo cada município seu chefe político que estava ligado aos oligarcas dominantes no estado. Os votos dos eleitores eram disputados pelas oligarquias estatais, por meio dos chefes políticos dos distritos ou municípios. Nesse esquema de arregimentação de oligarquias locais em torno do governador, no decorrer de três décadas Lucas Bez Batti reelegia-se no cargo de Superintendente, em Urussanga. Devido à rivalidade entre as facções políticas, as versões sobre a vida de Bez Batti “são bastante contraditórias. Uns o intitulam como um ‘coronel’, numa clara alusão ao seu autoritarismo. Outros, agradecidos pelas grandes conquistas durante o seu governo, o consideram ‘buona gente’ [boa gente]”.³⁵ Há a construção de discursos que objetivavam a criação de um imaginário em torno desses líderes.

O discurso proferido na inauguração da Maternidade Gracia Caruso MacDonald apresenta uma grande dose de sentimentalismo e de exaltação a Caruso MacDonald. Apresenta-o como uma pessoa de vasta cultura e grande líder da colônia italiana do Sul de Santa Catarina. É um discurso laudatório, como se pode observar:

Este cidadão admirável, filho adotivo do Brasil, mais brasileiro pelo sentimento do que muitos nascidos neste país [...] foi o iniciador do movimento nacionalizador do ensino em SC, pois, enquanto outros professores das escolas subvencionadas pelo governo italiano ensinavam exclusivamente no idioma itálico, o Dr. Giuseppe exigia que os seus alunos se instruissem também no idioma português - a língua nacional do Brasil.³⁶

Caruso MacDonald, intelectual causador de muitas polêmicas, ainda hoje está presente na memória da população de Urussanga. Observa-se que no discurso anterior, ele é (re)apresentado como um cidadão admirável, agente da italianidade mas também defensor da brasilidade. A Revista Panorama tece nova representação, (re)apresentando-o no ano de 2000. As representações são “variáveis consoantes às classes sociais ou meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro se tornar inteligível e o espaço decifrado”.³⁷

³⁵ REVISTA PANORAMA. Publicação da Costa Editorial & Gráfica. Urussanga, ano I, n.1, 26/05/1999, p. 13.

³⁶ Esse discurso é de 1943, quando foi inaugurada a maternidade. É publicado novamente na “Revista Panorama”, em 2000. Encarregada da matéria sobre Caruso fora a neta, Ceris. Vale lembrar que, antes de Caruso, em 04/06/1901, o Superintendente Jacintho de Brida já havia apresentado a lei sobre a instrução pública que incluía a obrigatoriedade do ensino na língua vernácula. Ata da Câmara de Urussanga, n. 1, 1901, p. 12 verso. REVISTA PANORAMA. Publicação da Costa Editorial & Gráfica. Urussanga, ano II, n. 2, 09/08/2000, p.20.

³⁷ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990, p. 17.

Nesse sentido, os discursos acerca do passado são entendidos como construções e reconstruções de acordo com as motivações e interesses de determinada pessoa ou grupo. Nelly de Carvalho salienta que a linguagem publicitária geralmente utiliza-se da manipulação e que “o mesmo se pode dizer da linguagem jornalística, dos discursos políticos [...] há uma base informativa que, manipulada, serve aos objetivos do emissor”.³⁸

Nesse sentido, há periódicos pelos quais os redatores elogiam e outros que criticam Caruso MacDonald. No dizer de Berger e Luckman, as fofocas elogiosas são porque ele havia contribuído sobremaneira para o progresso do município, sendo um dos iniciadores e propagandistas da exploração do carvão; no cargo de chefe de cultura havia feito propaganda em favor do progresso agrícola, pelo desenvolvimento industrial e comercial de Urussanga; enfim, também por sua iniciativa, o geólogo Gonzaga de Campos havia visitado as primeiras aflorações de carvão.³⁹

As fofocas depreciativas também são constantes. O trecho a seguir é exemplo disso e se reporta às disputas pelo monopólio político:

felizmente a oposição venceu, senão teríamos essa camarilha chefiada por um tal **Caruso**, a nos perturbar a paz e a chupar dos cofres municipais. Caruso, como todos sabem, acumulava os cargos de empregado do Ministério da Agricultura e de secretário municipal. Graças que temos no governo municipal pessoas de respeito e de bom senso e não uns imbecis que só serviam para andar a cabresto dos ‘privilegiados’, que para aqui aportam como grandes salvadores e que não passam de especuladores, a caça de dinheiro para encherem suas bolsas que nunca conheceram fatura. Pedro Damiani é um homem escrupuloso que está preocupado em pagar tamanha dívida municipal, cuja saída é um problema, e que não se deixa levar por conselhos dum **maquiavélico** (grifos nossos) Caruso e outros que sempre trabalharam somente para seu interesse.⁴⁰

Enfim, as práticas discursivas são numerosas, alternadas por fofocas, boatos, mexericos. São os porta-vozes e as facções que se formaram ao redor de cada um deles que fabricam tais discursos:

Ave! Urussanga. [...] Está de parabéns o Dr. José Caruso MacDonald, pela vitória de sua chapa para o diretório definitivo do partido liberal em Urussanga. Mais uma

³⁸ CARVALHO, Nelly de. **Publicidade: a linguagem da sedução**. São Paulo: Ática, 1998, p. 09; *O Albor*. Laguna, 11/05/1919, n. 804, p. 01; *A Imprensa*. 28/09/1919, n.10, p. 02.

³⁹ *O Albor*. Laguna, 16/02/1919, n. 792, p. 02 e n. 794 de 01/03/1919, p. 01. (AHT). No Sul catarinense, o desenvolvimento econômico da região, numa primeira etapa, baseou-se na agricultura - período da colonização (1880 - 1930) em que a elite dirigente era a dos comerciantes. Já numa segunda etapa (1930 - 1980), quando da descoberta de carvão no subsolo - período da mineração. Se no primeiro período, Caruso era da elite dos comerciantes, num segundo período, além do comerciante, está também entre os incentivadores da extração do carvão. TEIXEIRA, José Paulo, op. cit., p. 93; *O Albor*. Laguna, 11/05/1919, n. 804, p. 01; *A Imprensa*. 28/09/1919, n.10, p. 02. (AHT).

⁴⁰ *O Dever*. Laguna, 09/02/1919, n. 34, p. 03. (AHT). Em 01/01/1919, Pedro Damiani assume a Superintendência do município. Em 1920, entrega o cargo ao seu substituto, Antônio Nichele, e retorna em 02/03/1921, ficando no cargo até dezembro de 1926.

vez ficou demonstrado que o Sr. Caruso goza de regular estima naquela colônia, pois a votação que obteve fala mais alto que tudo. O *Liberal* envia ao Sr. Caruso e demais companheiros de chapa sinceros parabéns.⁴¹

A fundação de um novo partido em Tubarão (O Partido Católico) foi divulgada com a publicação de um panfleto tendo como lema: Por Deus e pela Pátria. O comitê central, por meio desse panfleto, dizia que relembrar a influência decisiva da religião, no Brasil, é recordar os imperativos da moral, a elevação da cultura e as determinantes do progresso e das riquezas. Lamenta que com o passar dos anos, “o demagogismo dos pregadores da república relegou e esqueceu o patrimônio espiritual do país, para criar uma república positivista”.⁴² Para o comitê, era necessária a organização de um partido que se inspirasse na moral católica e tivesse em sua ação um caráter social-religioso.

Pelo *Liberal* se veicula a notícia de que o agrupamento do Partido Católico era composto por partidários de Júlio Prestes, do Partido Republicano. Eles apenas haviam mudado o nome para Partido Católico a fim de ludibriar as pessoas com promessas mentirosas. O articulista afirma que, somente depois de terem sido “derrubados pela vitoriosa revolução, os prestistas tinham o seu partido, que era o da chupeta gorda das vaquinhas barrosas. Acabada a mamata, vendo que não poderiam se introduzir entre nossa gente, inventaram enganar a todos e tentaram uma agremiação com o nome de católica”. Diz ainda que essas pessoas não eram católicas e formavam grupos de oposição a Getúlio Vargas, sendo, portanto, inimigos do governo revolucionário. O que pretendiam era ocupar a posição que haviam perdido, pois “coalhado o leite da vaquinha, e não podendo mais absorver polpuda parte dos dinheiros distraídos [sic] da Prefeitura, querem formar oposição ao honrado governo”.⁴³ Tais afirmações provocam os da oposição que formulam um Boletim aos Católicos de Tubarão: a “Aliança Liberal, na sua faina de atacar a todos os que não lêem pela sua errada cartilha, ataca o arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira e o vigário de Braço do Norte, aos quais chama de mamadores da barrosa do governo”.⁴⁴

Em se tratando de elogios, esses também são feitos a Lucas Bez Batti, descrito como um cidadão de “qualidades preciosas, trabalhador, político e administrador exemplar que, por

⁴¹ *O Liberal*. Tubarão, 28/06/1931, n. 72. (AHT). Órgão da Aliança Liberal do Sul do Estado. Jornal pró Getúlio Vargas. Redator chefe: Ernesto Lacombe, jornalista e líder da corrente liberal no Sul do Estado. Recebeu a delegação do governo provisório estadual, que obedecia às ordens do supremo comando da Revolução. Lacombe detinha o poder civil e, em consequência, o comando político. VETTORETTI, Amádio. A colonização italiana nos vales do Tubarão e de Urussanga e a colônia Grão-Pará. In: PIAZZA, Walter F. et al. **Italianos em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 2001, p. 102.

⁴² Panfleto: Manifesto do Partido Católico de Tubarão. Tipografia A Paz, Tubarão, fevereiro de 1931. (AHT).

⁴³ *O Liberal*, Tubarão, 26/04/1931, n. 63, p. 02. (AHT).

⁴⁴ Boletim ao Povo Católico de Tubarão, fev./1930. (AHT).

livre vontade, se afastou do cargo de prefeito do município, até que na campanha liberal, como chefe do comitê pró Getúlio, levou às urnas 496 votos para a Aliança Liberal, contra 96 para o Sr. Júlio Prestes”.⁴⁵

Em contrapartida, seguem as fofocas depreciativas, afirmando que Bez Batti não deixou o cargo por livre e espontânea vontade, mas fora demitido por ato de Ptolomeu de Assis Brasil, interventor federal de Santa Catarina. Afirma-se que ele era a “torquez [sic] que Caruso há muito tempo manejava em seu proveito, comprometendo as finalidades do programa da revolução. Não nos surpreendeu o ato do general Assis Brasil; Lucas Bez Batti deslustrava a obra revolucionária e a sua retirada da Prefeitura de Urussanga se impunha”.⁴⁶

Desse modo, na luta pelo monopólio político/cultural, as elites exercem uma forma de poder - “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.⁴⁷ Os discursos mencionados, veiculados nos diversos periódicos, são formas de representação da cumplicidade de muitos. O discurso como exercício do poder público privilegiou construir a imagem do “outro”, ora de forma elogiosa, ora de forma depreciativa. Tais construções estão também no discurso sobre as escolas *Dante Alighieri* versando em torno do político e do cultural.

4.1.1. As escolas *Dante Alighieri* entre discursos e tensões

As lutas simbólicas entre os agentes sociais ocupam um espaço nessas discussões a respeito da construção da italianidade em torno das escolas italianas no Sul do Estado. Em nível coletivo, “mais propriamente político, há todas as estratégias que visam impor uma nova construção da realidade social”.⁴⁸ Para Bourdieu,

a cultura de uma sociedade deve ser construída como resultado da hegemonia de um grupo e dos conflitos entre as forças mestras no curso de seu desenvolvimento histórico. Emerge daí uma concepção geral da sociedade que implica uma ênfase da

⁴⁵ *O Liberal*. Tubarão, 01/01/ 1931, n. 47. (AHT).

⁴⁶ *O Cruzeiro*. Tubarão, 28/06/1931, n. 13, p. 04. (AHT). Em 25/06/1931, por intervenção da junta governativa do Estado de SC, Domingos Rocha é nomeado prefeito de Urussanga. Todavia, em 25/04/1933, Lucas Bez Batti assume novamente o cargo de prefeito por ato do interventor, Rui Zabaron. O período entre 1930 a 1935 - marcado pelo início do governo das interventorias estaduais até a eleição de Nereu Ramos, pela Assembléia Constituinte, como governador do Estado. Foram interventores civis e militares de SC nesse período: Ptolomeu de Assis Brasil, Ruy Zobaram e Aristiliano Ramos. Sobre o movimento de 30 e as representações criadas em torno dele, ver em OLIVEIRA, Eveli Souza D’Avila de. **Mais além da vitória:** ritos de instituição do movimento de 30 em Florianópolis - Imprensa, governo e memória. 2001. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. 2002b, op. cit., p. 7 - 8.

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 162.

dimensão política. E Bourdieu leva às últimas conseqüências a imagem da sociedade como um campo de batalha operando com base na força e no sentido, ou melhor, dando ênfase à força de sentido.⁴⁹

Tal nova construção é almejada pelo inspetor escolar Humberto Hermes Hoffmann. Ao se referir ao grupo escolar de Urussanga, argumenta que os professores eram dependentes dos chefes políticos. Lamenta que em vez de os professores se dirigirem ao Inspetor das escolas, procuravam os prefeitos ou mesmo os secretários de prefeituras e até negociantes que tinham alguma influência político-partidária. Hoffmann salienta que no município de Criciúma essa situação já havia mudado e isso era o que esperava que ocorresse em Urussanga. Diz que o seu primeiro trabalho seria afastar a política das escolas.⁵⁰

O Conselho Municipal de Urussanga, em reunião que fora convocada para discutir o pagamento da dívida que a Comissão Escolar das Escolas Italianas havia contraído na construção do edifício escolar, autoriza o Superintendente a colocar à disposição de Giuseppe Caruso MacDonald, presidente da Comissão Escolar, a quantia de cento e cinquenta mil réis, destinada às escolas. Nessa reunião o Conselho também manifestou a mais completa confiança na comissão e, particularmente em Caruso MacDonald.⁵¹ Todavia, transcorridos três meses dessa sessão, o cônsul Adelchi Gazzurelli solicita o afastamento de Caruso MacDonald da comissão escolar:

devido aos últimos incidentes ocorridos em Urussanga, creio ser oportuno, para o regular funcionamento da comissão escolar local, retirar o Senhor Dr. Caruso MacDonald, substituindo-o pelo Sr. Giacinto de Brida. Peço para reunir a comissão e comunicar a troca e de oficializar aos professores desta jurisdição.⁵²

Por meio de quatro ofícios endereçados ao governador Gustavo Richard, Gazzurelli solicita informações sobre o incidente ocorrido em Urussanga entre Caruso e Bez Batti e pede a cópia dessa notícia oficial.⁵³ Informa que retornará ao Sul do Estado para negócios; diz também que confia plenamente que o governador saberá evitar que os incidentes de Urussanga possam se renovar, evitando assim “lamentáveis complicações entre a Régia

⁴⁹ Apud MICELI, Sérgio. A força de sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução: Sérgio Miceli et al. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. LII - LIII.

⁵⁰ Relatório de Humberto Hermes Hoffmann, Inspetor Escolar da 11ª Circunscrição. Criciúma, 30/04/1906.

⁵¹ Ata da Câmara de Urussanga, livro n.1, 4ª sessão extraordinária, p. 120 - 121. (CMU). Estiveram presentes nessa sessão os conselheiros Antônio Cechinel, Sebastião Bez Fontana, Arcângelo Bianchin; os suplentes: Ignácio Barzan e Andrea Teza (os membros efetivos Antônio Remor e Edgar da Cunha justificaram a ausência) e o superintendente Lucas Bez Batti.

⁵² Carta do cônsul Adelchi Gazzurelli. In: *La Colonia*, n. 24, 01/01/1910. (BCUFSC). O periódico *O Albor* noticia que em 1911, o “Dr. José Caruso MacDonald seguiu para São Paulo, acompanhado de sua família e iria, na cidade de Itapetininga, exercer o cargo de Agente Consular. *O Albor*, Laguna, 11/06/1911, n. 448, p. 02. Em 10/12/1900, Felipe Schmidt nomeou Giacinto de Brida (Jacintho) para superintendente de Urussanga. Em 07/12/1902, por meio de eleições, Bez Batti retira Jacintho de Brida do cargo.

⁵³ Ofício de Adelchi Gazzurelli ao governador Gustavo Richard em 07/01/1910. (APUESC).

Legação da Itália no Rio de Janeiro e Sua Excelência o Barão do Rio Branco, as quais poderiam ser danosas às boas e amigáveis relações que existem entre as duas Nações Latinas”.⁵⁴

Sobre Gazzurelli, havia opiniões que divergiam umas das outras, como, por exemplo, a de alguns integrantes da Câmara Municipal, os Conselheiros Antônio Remor e Sebastião Bez Fontana. Esses dois lamentaram os incidentes desagradáveis que envolveram Gazzurelli e a nação que ele representava, a Itália. Remor e Bez Fontana solicitaram aos membros do Conselho que não se deixassem suggestionar, pois a Itália era uma nação credora da gratidão de todos os habitantes de Urussanga.⁵⁵

Ao tempo em que Sebastião Bez Fontana e Antônio Remor elogiavam o cônsul, Ignácio Barzan e Andrea Teza, também conselheiros municipais, formulavam moções contrárias às apresentadas por eles. Conforme a apresentação feita por Arcângelo Bianchin, Gazzurelli teria caluniado a administração municipal, chamando-a de péssima e, por isso, protestavam contra a sua conduta, fazendo votos que tais fatos lamentáveis não se repetissem.⁵⁶ Observa-se que “a produção das idéias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de facto à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número” e pela “manipulação da assembléia, que permitem o ‘fazer passar’ de uma ‘moção’”.⁵⁷

Ignácio Barzan, professor da escola de Rio Maior, apresentou uma segunda moção, propondo que fosse registrada em ata a má impressão que Gazzurelli havia causado aos italianos de Urussanga, ao comportamento de descrédito com a administração municipal e a acusação de ele, Barzan, ter dado um “abaixo a Itália”.⁵⁸ Não se encontrou o documento no qual o cônsul Gazzurelli o tenha acusado diretamente. No entanto, existe o registro de uma carta na qual Gazzurelli fez referência a um abaixo a Itália, mas sem citar o nome de Barzan:

o cônsul de sua majestade o Rei da Itália expressa os mais vivos agradecimentos a todos os que, no dia 15 do corrente, estiveram na praça de Urussanga a dar prova com um ato solene e inesquecível que nesses ainda palpita forte o amor da Pátria.

⁵⁴ Ofício de Adelchi Gazzurelli ao governador Gustavo Richard em 12/01/1910. (APUESC). A Régia Legação é uma representação diplomática que funciona como embaixada, na sua falta.

⁵⁵ Ata da Câmara Municipal de Urussanga. Quinta sessão extraordinária, 14/12/1909. Livro n. 1, p. 129 verso. (CMU). A referida moção foi assinada pelos conselheiros Antônio Cechinel e Sebastião Bez Fontana. Os suplentes Ignácio Barzan e Andrea Teza, mesmo estando na sessão, não a assinaram, possível indicativo de que não concordaram com a decisão.

⁵⁶ Ata da Câmara Municipal de Urussanga. Primeira sessão ordinária, 01/01/1910. Livro I, p. 131. Moção apresentada por Arcângelo Bianchin e assinada por todos os conselheiros presentes: Andrea Teza, Arcângelo Bianchin, Ignácio Barzan, Lucas Evangelista Bainha e Vicente de Bona. (CMU).

⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. 1999, op. cit., p. 175.

⁵⁸ Moção apresentada por Ignácio Barzan. Ata da Câmara, p.131.

Sobre aquela mesma praça, onde, entre poucos ignorantes e inconsiderados foi gritado ‘Morte al L’Italia’. Representantes das patrióticas colônias de São Bento, Nuova Venezia, Jordão, Nova Treviso, Nova Palermo, Belvedere, Rio Carvão, São Martinho, Nova Belluno, Rio Caeté, Urussanga, Criciúma, Cocal, Rio Galo, Rio Comprudente, Rio América, Urussanga Baixa, Treze de Maio, Rancho dos Bugres, Azambuja, Rio Maior, Orleans do Sul, Pinheiros, Barracão, Furnas, Rio Belo, Luiz Alves, Rio Cintra, Armazém, Linha Torrens, [...] e em sinal de protesto gritaram alto e forte um viva à Pátria distante e um viva ao Brasil.⁵⁹

Esse discurso do cônsul é em prol de uma luta a ser empreendida pelo estabelecimento de uma identidade grupal. Apresenta a proposta de resgate de uma pátria de origem que deveria ser reconstituída em solo brasileiro. Ademais, procura incutir a idéia de trabalho, pois por meio do trabalho os imigrantes se tornariam vitoriosos. O trabalho lhes garante a sobrevivência em terra estrangeira. A identificação dos imigrantes europeus como trabalhadores, ou seja, como portadores de uma ética do trabalho, de um espírito desbravador foi constantemente fomentada pelos agentes da política imigratória.

Na referida carta Gazzurelli parabenizou os fortes pioneiros que, com o suor e o trabalho, transformaram a floresta em campos férteis, e os que conservaram o afeto pela Itália e amam o Brasil como a sua segunda pátria. Ao concluí-la, comunicou que retornaria a Urussanga e transcreveu a canção entoada em Rio Maior no momento da despedida: “daqui a três meses, na primavera, retornaremos a esta zona, carregaremos a bandeira, a bandeira da união”.⁶⁰



22 - Exemplar n. 19 do periódico *La Colonia*
FONTE: Biblioteca Central da UFSC

⁵⁹ Carta do cônsul Gazzurelli. Azambuja aos 19/12/1909. In: *La Colonia*. Urussanga, 01/01/1910, n. 24. (BCUFSC).

⁶⁰ *La Colonia*, Urussanga, 01/01/1910, n. 24. (BCUFSC).

Barzan sentiu-se perseguido porque o cônsul Gazzurelli fizera uma visita à sua escola sem tê-la programado com antecedência, como era o costume. No texto por ele apresentado ao Conselho, desaprovou a visita e a atitude do cônsul, que teria perguntado aos alunos se eram brasileiros ou italianos, e como os alunos responderam serem brasileiros, o Sr. cônsul protestou, dizendo: “você são italianos, mesmo que nascidos no Brasil”.⁶¹ Nessa época, o imigrante Luigi Peroni era o inspetor escolar das escolas italianas do Sul do Estado, e dessa forma, caberia a ele a visita de inspeção rotineira. O porquê da visita surpresa, realizada pelo cônsul, não se sabe. Para Baldin, o motivo do protesto do cônsul fora por ele entender que nas colônias de imigrantes italianos e na escola em que se ensinava em língua italiana e subsidiada pelo governo italiano, as crianças deveriam sentir-se italianas e “as gerações deveriam manter vivas, nelas próprias, o forte sentimento de italianidade”.⁶² Esse acontecimento inflamou ainda mais o relacionamento entre alguns membros da administração municipal e o cônsul, que não foi resolvido nem mesmo com a substituição de Adelchi Gazzurelli no consulado de Florianópolis por Emílio Eles e depois pelo vice, Luigi Petrocchi.

Todavia, se um pequeno grupo protestou contra o procedimento de Gazzurelli em Urussanga, conforme a entrevista feita com Cechinel, a população, de modo geral, saudou-o com drapejar de bandeiras italianas. Foi em uma dessas visitas e em homenagem a ele que Cechinel recebeu o nome de Adelchi: “foi uma vez que veio o cônsul da Itália, Adelchi Gazzurelli, naquela época eu nasci e os meus pais me registraram com o nome do cônsul”.⁶³

O cronista franciscano registra que Gazzurelli era católico praticante e, por isso, alguns inimigos da religião em Urussanga conseguiram, mediante intrigas, que ele fosse transferido. Registra ainda que, apesar do “concurso do cônsul Gazzurelli”, nem mesmo o bispo João Becker conseguiu chegar a um acordo com esses líderes, quanto à proibição de as freiras italianas, em Urussanga, ministrarem aulas de religião nas escolas subvencionadas pelo governo italiano.⁶⁴

O inspetor escolar Luigi Peroni decidiu retornar à Itália, e pelos dizeres de uma carta ao professor Pasquale Zaccaron, percebe-se que o ocorrido deveu-se a divergências existentes na localidade. Disse que as condições às quais se pretendia que ele se sujeitasse para permanecer em Urussanga eram contrárias ao seu caráter e à sua moralidade. Recomendou que continuassem a ter como objetivo principal a educação, e se mantivessem laboriosos,

⁶¹ Ata da Câmara Municipal de Urussanga. 1ª sessão ordinária, 01/01/1910, p. 131 verso. (CMU).

⁶² BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade. História da imigração italiana no Brasil:** os Vênets em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 1999, p. 120.

⁶³ Entrevista com Adelchi Cechinel. Urussanga, 24/10/2001. (A/A).

⁶⁴ *Chronica Provinciae Immaculatae Conceptionis Brasiliae Meridionalis*. 1926, p. 270 - 271. (APICSP).

honestos e dignos filhos da grande mãe, a Itália.⁶⁵ Numerosas missivas indicam a constituição de subjetividades, uma vez que falam em sentimento de pertença, como é exemplo a carta do cônsul Luigi Petrocchi: “assumi a regência deste consulado e me sinto alegre de poder entrar em relação com V. S. por tudo quanto diz respeito o bom andamento das escolas; porque nutro confiança que **ela continuará a ser uma fervorosa colaboração na obra de conservação do sentimento de italianidade**” (grifo nosso).⁶⁶

A utilização das línguas portuguesa e italiana ainda em 1939 era objeto de preocupações do padre italiano Pedro Baldoncini, em Criciúma. Em uma das capelas, os italianos eram maioria e, principalmente, os mais velhos não queriam utilizar a língua portuguesa. Os chamados brasileiros pediam que, pelo menos alternadamente, as orações fossem em língua portuguesa. Diz já ter feito o possível para harmonizar as duas nacionalidades e a questão se agravara após a ajuda que o padre Paulo Veneziana, a seu pedido, tinha-lhe dado. Apesar de ter-lhe apresentado a situação da referida capela e falado da necessária prudência no uso da língua italiana, ele, ao contrário, proibira a utilização da língua portuguesa nas orações em público. Diante dessa situação, Baldoncini pedia esclarecimentos a Dom Joaquim, visto que a lei proibía o uso de língua estrangeira em atos públicos.⁶⁷

Em carta resposta foi-lhe escrito: “não se compreende a atitude daqueles que, em país estranho, e atentos às circunstâncias, não queiram fazer uso da língua nacional que é a portuguesa; e não só não queiram, mas, pretendem impor a sua aos nacionais”.⁶⁸ A língua “enquanto produto da dominação política incessantemente reproduzida por instituições capazes de impor o reconhecimento universal da língua dominante, a integração numa mesma ‘comunidade lingüística’ constitui a condição da instauração de relações de dominação lingüística”.⁶⁹ Verifica-se que no tocante ao uso da língua, os colonos sofreram as investidas do Estado, o qual determinou a língua a ser obrigatoriamente utilizada nos espaços sociais. Essas medidas indicam que não se trata “apenas de comunicar, mas de fazer reconhecer um novo discurso de autoridade, com seu novo vocabulário político, termos de estilo e referência, metáforas, eufemismos e a representação de mundo social por ele vinculada”.⁷⁰

⁶⁵ Carta do inspetor escolar do Sul do Estado ao professor Pasquale Zaccaron e colonos de Urussanga Baixa. Urussanga, 29/04/1913. Original de Nevton Bortolotto.

⁶⁶ Carta do vice-cônsul de Florianópolis Luigi Petrocchi ao professor Pasquale Zaccaron de Urussanga Baixa. Florianópolis, 28/05/1913. Original de Nevton Bortolotto.

⁶⁷ Baldoncini demonstra dúvidas porque a ordem existente era de que estava definitivamente abolido o uso de qualquer língua estrangeira em atos públicos. Carta do padre Baldoncini a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Criciúma, 07/06/1939. (AEF).

⁶⁸ Carta do Secretário Geral da Diocese de Florianópolis ao padre Baldoncini. Florianópolis, 12/06/1939. (AEF).

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 32.

⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 34.

Se para o padre Veneziana, entre outros, dever-se-ia, pela instrução, inculcar o amor à Itália como também utilizar a língua italiana, havia divergências entre os líderes italianos que consideravam o novo contexto em que viviam. Jacintho de Brida, Superintendente de Urussanga, propôs que em todas as escolas subvencionadas do município fosse obrigatório o ensino da língua vernácula. Também Pio di Savóia já havia alertado que os colonos deveriam aprender a língua portuguesa e era necessário começar a ensiná-la nas escolas.⁷¹

Nesse sentido, a identidade patriótica italiana era tratada pelos cônsules e agentes consulares e demais líderes das localidades de forma imperativa, mas não monolítica. Salvetti lembra ainda a compreensão dos imigrantes que se localizavam em centros maiores, como São Paulo, por exemplo, que almejavam que seus filhos estudassem em colégios onde se usasse exclusivamente a língua italiana (não dialetos), como demonstração de *status* econômico diferenciado dos colonos.⁷² Bourdieu salienta que “dentre as soluções historicamente conhecidas quanto ao problema de transmissão do poder e dos privilégios, sem dúvida a mais dissimulada e por isto mesmo a mais adequada [...], é aquela veiculada pelo sistema de ensino”.⁷³

Além do sistema escolar os discursos visando o poder e privilégios se intensificam nas disputas pelo espaço, como se vê no tópico seguinte.

4.1.2. Disputas entre superintendentes e padres italianos *versus* padres alemães

As lutas pelo espaço e pelo poder foram travadas também entre os superintendentes municipais e os padres. Enquanto os primeiros almejam a ampliação e delimitação dos territórios municipais, os segundos pretendem demarcar os limites das paróquias. Compreende-se que ao falarem em território estão referindo-se a uma porção do espaço e formulam justificativas pelo poder de obtenção da porção pretendida por cada um deles. Nesse sentido, todo espaço, ao ser “definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território”.⁷⁴ Tais pretensões de delimitação do território são estratégias das lutas

⁷¹ Ata da Câmara de Urussanga, terceira sessão ordinária. Urussanga, 04/06/1901. Livro 1, p. 12 verso. (CMU). *La Patria*, Urussanga, 11/05/1902, n. 50. (BNRJ).

⁷² Exemplo disso é o Colégio *Dante Alighieri* de São Paulo. Foi uma iniciativa do governo italiano capaz de atingir a elite italiana local. Patrícia Salvetti cita as cartas do presidente do *Istituto Médio Dante Alighieri* de São Paulo, acerca da impossibilidade de eliminar da instituição os antifascistas. A estrutura da Dante de São Paulo ajudou a dar sobrevida às atividades fascistas de 1942. SALVETTI, Patrícia, op. cit., p. 255-256.

⁷³ BOURDIEU, Pierre. 1999, op. cit., p. 296.

⁷⁴ SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 111. A definição de território como área onde há o

simbólicas, nas quais esses “agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente ou em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas”.⁷⁵

A apropriação do território com um sentido político e econômico e também as vantagens decorrentes dessa ampliação resultavam no estabelecimento de uma correlação de forças. Implicava ter-se maior número de eleitores e maior arrecadação de impostos. Associado às vantagens econômicas está o reconhecimento do “ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território”, ato que é em grande parte “produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima”.⁷⁶

João Fernandes de Souza, superintendente de Araranguá, refere-se a uma área em litígio situada entre os municípios de Araranguá e Urussanga. Afirma que Bez Batti, Superintendente de Urussanga, dificultava a cobrança de impostos lançados pelo município de Araranguá aos moradores daquela área. Além disso, havia lançado um edital ameaçando os contribuintes que não efetuassem o pagamento ao município de Urussanga. João Fernandes é de opinião que dentre uma série de ameaças, esse edital deixava em difícil situação os colonos da área que “Bez Batti queria invadir”. Suplicava a intervenção dos governadores, no sentido de solucionar tal litígio.⁷⁷

Tais disputas podem ser vistas como “leis internas do campo político - e em particular da concorrência entre os profissionais - em relação ao efeito das transações diretas ou indiretas”⁷⁸ entre o superintendentes e os colonos. Essa representação política assume uma forma de luta pelo poder simbólico “de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os ‘poderes públicos’ [as administrações do Estado]”.⁷⁹

controle e a influência de uns sobre outros é encontrada também em SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. 2002b, op. cit., p. 124.

⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. 2002b, op. cit., p. 114 - 115.

⁷⁷ Ofício de João Fernandes de Souza, superintendente de Araranguá, ao Governador Gustavo Richard. Araranguá, 09/08/1907. Ofício de João Fernandes de Souza, superintendente de Araranguá, ao Governador Vidal Ramos. Araranguá, 31/10/1911. João Fernandes afirma que a Lei de 06/10/1900, criando o município de Urussanga, determinou que seus limites conforme Decreto n. 84 de 03/06/1891, quando da elevação à categoria de freguesia. (APUESC).

⁷⁸ BOURDIEU, Pierre. 2002b, op. cit., p. 171.

⁷⁹ BOURDIEU, Pierre. 2002b, op. cit., p. 174.

Essa delegação que chega a um fetichismo político, isto é, de o “mandatário ter poder sobre quem lhe dá poder”⁸⁰, da busca de vantagens e, pelo monopólio dos recursos estatais - finanças, polícia - podem ser observadas nos numerosos discursos desses superintendentes, principalmente de Bez Batti. Ele exige que o governo do Estado faça a substituição de chefes municipais e nomeie para respectivos cargos de sua indicação. Tais discursos são recheados de elogios e de calúnias, como justificativa para as constantes exigências de substituição dos subcomissários de polícia, dentre outros cargos.⁸¹

Nesse jogo de busca dos monopólios, tanto da mobilização dos grupos como da utilização dos instrumentos de poder à disposição dos dirigentes, Bez Batti, investido do poder de representar, fala como se fosse o grupo. O mistério do processo que faz o porta-voz não apenas o representante do grupo, mas seu substituto, chega ao extremo no momento em que o grupo só pode existir pela delegação num porta-voz que o fará existir falando no lugar dele. Desse modo, o porta-voz apropria-se não só da palavra dos dirigidos, apropria-se do silêncio deles.⁸²

Essa questão é observada nas freqüentes contradições existentes nos ofícios de Bez Batti. Em determinados momentos, apropria-se do silêncio dos colonos e diz que eles utilizavam a força para obterem a isenção do pagamento de impostos. Em outros momentos, afirma que os colonos sofriam ameaças e haviam sido iludidos com promessas de alguns dos seus adversários. Diz ainda que muitos colonos pobres haviam sido multados por escreverem na declaração Cunha João e não João Cunha. Solicita que as multas impostas aos contribuintes que não haviam apresentado declaração de bens na data estipulada fossem retiradas.⁸³

Todavia, Bez Batti é também alvo de acusações públicas: “me causou admiração as referências feitas por Lucas Bez Batti, à minha pessoa, devido o serviço de lançamento de impostos em Tubarão e Urussanga, [...] Lucas Batti não pode merecer fé, pois, quando coletor

⁸⁰ BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: _____. **Coisas ditas**. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 189.

⁸¹ Ofícios de Bez Batti: a Gustavo Richard em 19/06/1907 e 20/12/1909; a Vidal Ramos em 06/01/1911; a Felipe Schmidt em 10/11/1916. Nesse ofícios observa-se o seguinte: em 1907 Bez Batti pedia que Vicente de Bona fosse substituído por Torquato Tasso. Já em 1909 pede que Torquato Tasso seja retirado do cargo porque as ações dele desmoralizam a justiça. Em 1911 solicita que Antônio Remor seja retirado do Conselho Municipal por não constar na lista dos contribuintes. Em 1916 solicitava que o delegado de polícia fosse o Alferes de Azevedo. (APUESC).

⁸² BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 188 - 206; BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. 2002b, op. cit., p. 163 - 207.

⁸³ Ofícios de Lucas Bez Batti ao governador Felipe Schmidt. Urussanga, 21/06/1916 e 10/11/1916. (APUESC).

em Tubarão, tive ocasião de, por mais de uma vez mandar reformar guias de transmissão de propriedade, nos quais via-se claramente que esse cidadão tentava iludir o fisco.⁸⁴

As intrigas relativamente aos impostos perduraram pelos anos afora. Os dirigentes políticos utilizavam-se dessas questões para se legitimarem sempre mais no poder. Muitas vezes essa legitimação se deu por força policial. Enfim, a partir das relações de poder os superintendentes mencionados buscavam influenciar o governo do Estado e delimitar o território. Tentavam impor como “legítima uma nova definição de fronteiras”.⁸⁵

As contendas territoriais são verificadas não somente entre os superintendentes, mas também entre os padres. Assim, observa-se que os agentes do campo religioso também travam disputas entre si. Os agentes do campo religioso, neste caso, não travam lutas no sentido apresentado por Bourdieu: o de tornar o “campo religioso um terreno de operação para as lutas entre diferentes empresas de bens de salvação”.⁸⁶

Neste exemplo, a empresa é uma só - a Igreja Católica. Os porta-vozes dessa empresa são os padres alemães da Congregação do Sagrado Coração de Jesus - administradores da Paróquia de Tubarão -, os padres italianos Miguel Giacca e Pedro Baldoncini, párocos de Nova Veneza e de Criciúma, e os franciscanos alemães.⁸⁷ Padre Miguel Giacca reclama sobre a existência de “uma paróquia dentro da paróquia”. Explica que em Forquilha, pertencente à Paróquia de Nova Veneza, tinha-se construído um novo cemitério e novas imagens de santos tinham sido introduzidas na igreja sem a autorização dele. É de opinião que a solução fosse criar uma nova paróquia alemã, porém tal intento não se concretizaria. Além de os alemães serem poucos, moravam entre os chamados brasileiros e entre os italianos.⁸⁸

Tal insatisfação demonstra a pretensão em delimitar as fronteiras, dividir o território. Com base em Bourdieu, a “fronteira” é entendida como “o produto de uma divisão à qual se atribuirá maior ou menor fundamento na ‘realidade’ conforme o grau e a intensidade de

⁸⁴ Ofício de Pedro Augusto da Cunha, chefe da seção de Estatística do Tesouro do Estado. Florianópolis, 10/07/1916. (APUESC).

⁸⁵ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 110.

⁸⁶ MICELI, Sérgio. A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. 1999, op. cit., p. XIII.

⁸⁷ A Paróquia Nossa Senhora da Piedade de Tubarão, de 1919 até 1955, ano da instalação de sua respectiva Diocese, foi administrada pelos padres da Congregação do Sagrado Coração de Jesus. Geraldo Spettmann foi o primeiro vigário (1919/1932 e 1941/1948). Havia o acordo de que algum sacerdote dessa Congregação atenderia confissões e catequizaria as crianças em língua alemã, das capelas de Forquilha - colônia teuto-brasileira - como também de outros párocos vizinhos que necessitassem de auxílio. Carta do Monsenhor Francisco Topp para Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Florianópolis, 20/12/1922. Pela Bula *Viget Ubique Gentium*, de 28/12/1954, Pio XII cria a Diocese de Tubarão.

⁸⁸ Carta do padre Miguel Giacca a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Nova Veneza, 29/10/1924. (APUESC). Em 1932, Forquilha passou a ter um padre residente, Paul Linnartz, vindo da Alemanha. Em 1937, os franciscanos se estabelecem em Forquilha, que é então elevada à categoria de Paróquia e entregue definitivamente aos cuidados da Ordem Franciscana. BIFF, Claudino. **Crônicas da Diocese de Tubarão**. Tubarão: Coan, 1997, p. 110.

semelhanças entre os elementos aí envolvidos [...], as ‘regiões’ recortadas em função de diferentes critérios concebíveis (língua, *habitat*, maneiras culturais etc.)”.⁸⁹ Entrementes, esses critérios não justificam a demarcação das fronteiras. Para o autor, as classificações, por mais naturais que queiram apresentar-se, não têm nada de natural. Tais divisões são “o produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, este produto de um ato jurídico de delimitação, tanto produz a diferença cultural quanto é por ela produzida”.⁹⁰

Nesse sentido, a insatisfação do padre Giacca ocorreu em função de os padres de Tubarão não terem reconhecido sua autoridade de pároco. Para aprofundar ainda mais a sua insatisfação, o padre Geraldo Spettmann cogita construir um centro educacional em uma área pertencente à paróquia de Nova Veneza. As censuras do padre Giacca a respeito de uma residência dessa Congregação na paróquia em que estava sob a sua autoridade mostram claramente as lutas pelo poder simbólico. Lança insultos a essa Ordem, acusa-a de ambição, visto ter paróquias suficientes na região de Tubarão e uma chácara em cada uma das seguintes localidades: Rio Fortuna, Vargem Grande, Cedro, Itajaí, Brusque e Jaraguá.⁹¹

Essas lutas com relação à “identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem”⁹², permeiam o *corpus* documental analisado. Ainda a título de exemplo, seguem alguns fragmentos dos discursos do padre Baldoncini, pároco de Criciúma.

O referido sacerdote reprova a intenção de se elevar Forquilha à categoria de paróquia. Afirma que, somente fora dos limites da paróquia de Criciúma, os franciscanos poderiam fazer o que quisessem. Diz que Forquilha era uma pequena Alemanha e “essa invasão alemã criaria dissensões entre os fiéis pertencentes às diversas capelas. É de opinião que os franciscanos tratam os italianos com espírito de superioridade e de exclusão. Afirma, além disso, que o Provincial dos Franciscanos se comprometera em enviar frades para auxiliarem os vigários vizinhos e “não para invadir as paróquias”. No entanto, em vez de serem somente auxiliares, teriam dito: “nós não vamos auxiliar os vigários, vamos fundar paróquias próprias para sermos vigários”. Enfim, em tom de indignação conclui: “que ficassem em seu convento e não perturbassem a paz. Se quisessem trabalhar que viessem a Criciúma, cidade onde havia trabalho e parco rendimento e deixassem as capelas, visto que

⁸⁹ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 110.

⁹⁰ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 110.

⁹¹ Carta do padre Miguel Giacca a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Nova Veneza, 15/10/1926. (AEF).

⁹² BOURDIEU, Pierre. 2002b, op. cit., p. 113.

elas auxiliavam a Matriz [Criciúma]”. Afirma que as capelas que eles queriam “tomar para o seu império” não precisavam de assistência religiosa.⁹³

Ademais, padre Baldoncini desaprova a arrecadação de doações promovida pelos franciscanos, não aceita que se apossassem das capelas, todas equipadas por resultado de seu esforço: “eu teria preparado a cama para os franciscanos, e com o meu próprio dinheiro”? [...] pretendem “criar um domínio, servindo-se de meios semelhantes aos do Hitler”, querendo alterar o mapa da Paróquia.⁹⁴

Essas práticas discursivas remetem às lutas pelo monopólio. Objetivam o reconhecimento de autoridade e tentam fazer e desfazer grupos, impor “fronteiras”, utilizando-se para isso de estigmas ligados à origem. Em verdade, o que está em jogo nessas lutas “é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo”.⁹⁵

Entretanto, essas disputas também podem ser vistas como estratégias de atuação para ampliar as Ordens (Franciscana e do Sagrado Coração), movidas pelo impulso missionário - o de atingir o maior número de pessoas. Todavia, ainda assim, tanto padres alemães como padres italianos, estão em constante concorrência “no campo de manipulação simbólica”.⁹⁶ Além de o território ser delimitado a partir de relações de poder, ele se torna também instrumento desse poder. Nas disputas pelo monopólio religioso e político/cultural estão as tramas contra alguns padres.

4.1.3. Conspirações contra padres italianos

Os porta-vozes do poder laico utilizavam-se de discursos para se legitimar no poder e monopolizar os cargos públicos. Para tanto, depreciavam os porta-vozes do poder religioso, muitas vezes por intermédio de estereótipos verbais degradantes, ou, segundo Elias, pelas fofocas, utilizadas como “um recurso eficaz para ferir e humilhar os membros do outro grupo

⁹³ Carta do padre Baldoncini a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Criciúma, 28/11/1940. (AEF).

⁹⁴ Carta do padre Baldoncini ao Vigário Geral, Monsenhor Harry Bauer. Criciúma, fev/1942. (AEF). A Cúria é de opinião que a colônia de Forquilha deveria ser considerada sob um duplo ponto de vista: como paróquia e como centro missionário, sendo o último o de maior interesse para a Mitra Diocesana. Para concretizar tal intento, era necessário que os franciscanos tivessem uma paróquia. Sendo assim, o trabalho missionário realizado pelos franciscanos recompensava qualquer sacrifício dos párocos de Criciúma e de Nova Veneza. Carta de Harry Bauer, Vigário Geral da Cúria Diocesana, ao padre Baldoncini. Florianópolis, 18/03/1942.

⁹⁵ BOURDIEU, Pierre. 2002b, op. cit., p. 113.

⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. 1990, op. cit., p. 121.

e para assegurar a ascendência sobre eles”⁹⁷; ou ainda, para excluí-los de qualquer oportunidade de acesso ao poder. Novamente, destacam-se os conflitos de autoridade sobre os colonos. No contexto analisado, o monopólio eclesiástico “depara-se com os interesses anticlericais de uma fração dos leigos e conduz a uma contestação do monopólio eclesiástico enquanto tal”.⁹⁸



23 - Padre Luigi Marzano

FONTE: Acervo de Arnaldo Escaravaco. Urussanga, SC

Bez Batti tece acusações aos padres José Francisco Bertero e Luigi Marzano, inclusive solicitando a expulsão de ambos de Tubarão e de Urussanga, respectivamente. As fofocas são numerosas, como, por exemplo, a de que “um grupicho que a consciência popular expulsou dos cargos públicos municipais, chefiados pelo vigário José Francisco Bertero, com fim de tirar uma qualquer vingança contra a autoridade, pretende sublevar o povo com meios criminosos, tomando por pretexto o imposto”.⁹⁹ Afirma que padre Bertero é um perigo para a população, é contra a arrecadação de impostos porque julga que os impostos diminuiriam os seus honorários. Informa ainda que ele recebia dinheiro em batizados, casamentos, missas e bênçãos, funções religiosas realizadas fora da paróquia:

aproveitando da boa fé dos colonos, suga do bolso deles o pouco dinheiro que eles possuem; perigo porque ensina o desprezo à lei e incita os cidadãos a

⁹⁷ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L, op. cit., p. 130.

⁹⁸ BOURDIEU, Pierre. 1999, op. cit., p. 62.

⁹⁹ Ofício de Lucas Bez Batti ao vice-governador Vidal Ramos. Urussanga, 11/01/1904. (APUESC).

desobedecerem a autoridade. Ontem, em vista da titubância desta povoação, que muito dificilmente deixa-se arrastar pelas suas idéias **anarquistas** (grifo nosso) foi em visita aos diversos núcleos de Beluno, Treviso e Nova Veneza, a fim de organizar uma revolta armada.¹⁰⁰

Bez Batti procura impor a legitimidade de seu poder e não a de outro. O “outro”, nesse específico, é um padre italiano, alcunhado anarquista por um líder italiano. Bourdieu salienta que todo agente social aspira o poder de nomear e de constituir o outro: “mexericos, calúnias, maledicências, insultos, elogios, acusações, críticas, polêmicas, louvações, são apenas a moeda cotidiana dos atos solenes e coletivos de nomeação, celebrações ou condenações de que se incumbem as autoridades universalmente reconhecidas”.¹⁰¹

Desse modo, em decorrência de ser o padre Bertero indivíduo perigoso, Urussanga precisa contar com a força policial: “Peço a V. Excia. que deixe nesta vila o Tenente Marinho até quando desaparecer o perigo [...] e ao mesmo tempo **a expulsão do referido Padre deste território** (grifo nosso), conforme permite a Lei Federal, visto não ser ele naturalizado brasileiro”.¹⁰² Nesse discurso aparece novamente a questão étnica, já tratada anteriormente. São divisões, classificações arbitrárias no campo de lutas pelo poder simbólico.

Insultos também são lançados contra o padre Luigi Marzano e aos seus seguidores: Francisco Burzio, Jacintho de Brida, Sperandio Damiani e Torquato Tasso. Estes foram nomeados como um grupo de desordeiros, causadores de confusões às autoridades visando a desprestigiá-las.¹⁰³ Ao tempo que em alguns periódicos insultam a facção pró padre Marzano, em outros tecem-se elogios: “as calúnias atribuídas a Francisco Burzio, Torquato Tasso e Jacintho de Brida são todos completamente falsos, porque os três referidos cidadãos, não somente não fizeram atos contrários à ordem pública mas nem sequer o menor ato de indelicadeza”.¹⁰⁴ Os redatores d’*O Albor* e o subcomissário de polícia, Osvaldo Macari, também se manifestam: “Folgamos com a declaração de Antônio Ferraro e rendemos inteira homenagem à verdade oficial”.¹⁰⁵

¹⁰⁰ Ofício de Lucas Bez Batti ao vice-governador Vidal Ramos. Urussanga, 11/01/1904. (APUESC).

¹⁰¹ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 81 - 82.

¹⁰² Ofício de Lucas Bez Batti ao vice-governador Vidal Ramos. Urussanga, 11/01/1904. (APUESC). Exatamente um mês após o pedido de expulsão, registra-se que o padre Francisco Bertero, coadjutor há 8 meses, em 10/12/1904 deixa Urussanga. Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Urussanga, n.1, p. 130.

¹⁰³ Ofício de Lucas Bez Batti e do Presidente do Conselho, Arcângelo Bianchin, ao vice- Governador Vidal Ramos. Urussanga, 26/09/1904. (APUESC). Não se localizou o elogio ao Dr. Burzio publicado no *La Patria*. Em 29/04/1904, Luigi Marzano, ao regressar de uma viagem à Itália, trouxe o médico Francisco Burzio, natural de Turim. Livro Tombo da Paróquia de Urussanga, n.1, p. 130.

¹⁰⁴ Carta de Antônio Ferraro, Comissário de Polícia de Urussanga. Minas, 08/10/1904. In: *Il Colono*, Urussanga, 21/10/1904, n.1, p. 01 verso. (BCUFSC). Não se localizou o *Albor* com data de 07/10/1904.

¹⁰⁵ Telegrama de Osvaldo Macari, subcomissário de polícia ao Vice-Governador. Urussanga, 07/10/1904. In: *Il Colono*, Urussanga, 21/10/1904, n.1, p. 01 verso e 02. (BCUFSC).

Tais notícias levantaram novas polêmicas, as quais foram divulgadas pelo periódico *A Yergasta*. O articulista desse periódico tece críticas a Antônio Ferraro e a Osvaldo Macari pela defesa das três pessoas mencionadas. Essa defesa só poderia ter influência do padre Marzano e prefere se limitar a acreditar que:

o adoidado feito dos jesuítas de Nova Trento, [...] quer-se repetir em Urussanga; estou convicto porém, que nem as autoridades supremas do estado, nem o povo de Urussanga, tem deixado de perceber este feito e que saberão impedir o repetir-se de uma obra antipatriótica e danosa pela emancipação moral e material destes povos ítalo-brasileiros.¹⁰⁶

Os insultos, as polêmicas entre líderes ocorriam freqüentemente e visavam o monopólio de cargos públicos, como foi o caso da exoneração de Torquato Tasso da função de delegado escolar do município, sendo substituído por Bez Batti.¹⁰⁷ Segundo Bourdieu

o insulto, assim como a nomeação, pertence à classe dos atos de instituição e de destituição mais ou menos fundados socialmente, através dos quais um indivíduo, agindo em seu próprio nome ou em nome de um grupo mais ou menos importante numérica e socialmente, quer transmitir a alguém o significado de que ele possui uma dada qualidade, querendo ao mesmo tempo cobrar de seu interlocutor que se comporte em conformidade com a essência social que lhe é assim atribuída.¹⁰⁸

No caso dos insultos proferidos contra o padre Marzano, tinham por objetivo destituí-lo da função de vigário de Urussanga. A disputa pela autoridade é claramente evidenciada pelas falas de Bez Batti: o padre Marzano quer ser “a única autoridade diante da qual todos deviam dobrar os joelhos, como um ente supremo, para ele a autoridade civil não deve ter alguma liberdade de ação”.¹⁰⁹ Insiste em afirmar que um grupo de desordeiros, instigado pelo Dr. Francisco Burzio, fantoche do padre Luigi Marzano, havia desacatado as autoridades,

¹⁰⁶ *A Yergasta*, ano I, n. 1. Urussanga, 08/12/1904, p. 02. (BCUFSC). O adoidado feito dos jesuítas a que se refere o colunista diz respeito ao relatório de Pio di Savóia que fala das precárias condições dos colonos de Nova Trento: “a verdadeira causa da esterilização de Nova Trento são os jesuítas. Estes sacerdotes não precederam a imigração, seguiram-na. Aproveitando da índole bondosa e religiosa de nossos compatriotas, em brevíssimo tempo fizeram surgir no município igrejas, capelas, oratórios, institutos religiosos masculinos e femininos, em proporções maiores não só das necessidades espirituais, mas também e mais dos recursos da população”. Cita que no Convento da Ordem, havia 04 padres, que estava sendo fundado o Instituto dos Irmãos do Sagrado Coração de Jesus - *Os Robertinos* e a Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição e salienta que prefere se omitir a falar das capelas e dos oratórios. Enfatiza: “quem mantém todas essas igrejas e todas estas instituições religiosas, quem deu para este fim dinheiro, terra e sangue, são os pobres colonos de Nova Trento. Naturalmente, antes de dispor em tão larga medida dos bens dos colonos, os Padres tiveram de conquistar-lhes as consciências”. Boletim do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália. Nº geral 207, nº da série 16, setembro de 1901. In: DALL’ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: EST; Florianópolis: Lunardelli, 1983, p. 94 - 95.

¹⁰⁷ Ofício do Conselho Municipal de Urussanga: Antônio Remor, Antônio Cechinel, Edgar da Cunha Carneiro, Arcângelo Bianchin, Sebastião Bez Fontana, ao Governador Gustavo Richard. Urussanga, 02/01/1906. (APUESC).

¹⁰⁸ BOURDIEU, Pierre. 1996, op. cit., p. 82.

¹⁰⁹ Ofício de Lucas Bez Batti e do Presidente do Conselho, Arcângelo Bianchin, ao vice - governador Vidal Ramos. Urussanga, 26/09/1904. (APUESC).

ameaçando de morte o Dr. José Caruso MacDonald, então secretário municipal. Esse episódio era o indício mais certo de uma situação de luta pelo triunfo da intolerância e do absolutismo do dito Padre Marzano e a publicação de um panfleto difamador - *Il Colono* - tinha também esses objetivos.

Bez Batti suplica proteção às autoridades e vê que a única forma de resolver a situação seria a presença de um oficial do Corpo de Segurança. Tais providências deveriam ser tomadas, tendo-se como a principal a expulsão do supracitado padre: “**para o Padre Luigi Marzano poderia V. Excia, arranjar com o Bispo, a remoção deste inimigo do Brasil**” (grifo nosso).¹¹⁰

Não somente Bez Batti insultou o padre Marzano, mas também Caruso Macdonald: “**Sim! Dia 16 de setembro o Dr. Caruso fazia ampla *retrattazione* (escrevia mal) sobre o Pe. Marzano, que lhe havia feito acusação** (grifo no original)”.¹¹¹ Essas palavras evidenciam que padre Marzano havia acusado a Caruso MacDonald, mas não se encontrou qualquer registro a respeito.



24 - Exemplar n. 1 do periódico *Il Colono*

FONTE: Biblioteca Central da UFSC

¹¹⁰ Ofício de Lucas Bez Batti ao Vice-Governador Vidal Ramos. Urussanga, 21/03/1905. (APUESC). Nos ofícios de Bez Batti, há uma constante contradição no que se refere às exigências de envio de força policial pelo governo do Estado. Por exemplo, em 11/01/1904 ele solicita a permanência do Tenente Marinho em Urussanga. Já em 21/03/1905, diz que o Tenente Marinho não servia para a função. Caso semelhante se deu com sua opinião sobre Torquato Tasso.

¹¹¹ *Il Colono*. Urussanga, 21/10/1904, n.1. (BCUFSC).

O jornalista Hermínio de Menezes tece uma série de epítetos pejorativos ao padre Marzano. Questiona-se a respeito de o próprio Hermínio de Menezes ter sido o autor, além de redator. Quem as teria encomendado? Salienta-se que Hermínio de Menezes seguia as diretrizes do grupo Pró-Partido Republicano, do qual faziam parte Caruso MacDonald e Bez Batti.

Impossível narrar todo o conjunto de palavrões, de maledicências, de calúnias, enfim, de acusações. Alguns deles:

o audacioso e perverso Padre Luiz Marzano tudo disse do Brasil; mas esqueceu-se de dizer que aqui um patife de sua têmpera é recebido e tratado muito bem pelos brasileiros. É um pobre idiota, um imbecil, propenso a um asilo de alienados. Merece mais compaixão do que censura e, portanto, pode continuar ‘na nobre e louvável’ campanha de desmoralizar o Brasil, porque de burros só se espera coices. Incontestavelmente o nome dele ficará imortalizado, gravado na lembrança de todo o brasileiro, devido as ‘boas referências’ que se encontram no *Missionari nel Brazile* escrito quando estava acometido d’um acesso de loucura ou no período agudo d’uma formidável bebedeira. Certamente fora pago pelo governo argentino para escrever inverdades e, dessa forma, desviar a corrente imigratória. Seus escritos não passam de asneiras e de um verdadeiro atestado de burrice e cinismo pelos erros ortográficos e por caluniar as autoridades municipais de Tubarão.¹¹²

Vettoretti salienta que os ofícios de Bez Batti contêm sutilezas que envolvem os federalistas e os nacionais para incriminar ainda mais as ações do padre Marzano e justificar o seu afastamento, porque em seu livro havia cutucado os defensores do Partido Republicano da região.¹¹³

Enfim, padre Marzano, por esses discursos, era representado como elemento de perturbação da ordem, que incitava os colonos a cometer atos de rebeldia contra as autoridades. Seu programa era subjugar a autoridade civil de forma que a única vontade soberana no município fosse a dele.¹¹⁴ Vale destacar que a principal autoridade que se via prejudicada era o próprio Bez Batti. Os esforços, os discursos são todos direcionados para a conquista e o monopólio do poder. Pode-se inferir que Bez Batti sentia-se ameaçado pelo fato de o padre Marzano despontar e conquistar prestígio no município de Urussanga, características que ele almejava única e exclusivamente para si. Nesse sentido, “a pressão política, a intriga e a calúnia, urdidas contra o padre Marzano e levadas ao conhecimento de

¹¹² *O Escopro*. Tubarão, 28/11/1906, n. 8; n. 9 de 11/01/1907. (AHT). O *Missionari nel Brazile* refere-se ao escrito pelo padre Luigi Marzano e publicado em Turim no ano de 1904: *Coloni e missionari italiani nelle foreste del Brazile*. Tradução: DALL’ALBA, João Leonir. 1985, op. cit.

¹¹³ VETTORETTI, Amádio. 2001, op. cit., p. 205 e 208.

¹¹⁴ Ofício de Lucas Bez Batti ao Vice-Governador Vidal Ramos. Urussanga, 21/03/1905. (APUESC).

Dom José de Camargo Barros, tinha como ultimato: ‘ou o Senhor tira o padre Marzano, ou ele sai morto’”.¹¹⁵

Permanece nas localidades um imaginário desses conflitos. Os entrevistados recordam esses atritos e falam deles com medo e desconfiança. Sobre Caruso MacDonald salientam: ele não era católico, ele não gostava dos padres. O meu avô sempre falava que o velho Caruso dizia: cuidado com aqueles que usam as batinas pretas!¹¹⁶

Seguem-se ainda outros exemplos desse imaginário sobre a construção do “outro”, presente também no discurso do clero. Padre Baldoncini afirma que a repreensão feita a ele pelo Delegado de Polícia, por ter tocado o sino na madrugada que antecede a celebração do Natal, devia-se a “meia dúzia de massocomunistas [sic] da praça, que não queriam ser interrompidos no sono”.¹¹⁷ Vê o espiritismo como uma prática nefanda, um mal a ser combatido a fim de evitar a expansão de doutrinas contrárias à verdadeira Religião.¹¹⁸

Padre Miguel Giacca, numa alusão à maçonaria, diz que algumas pessoas que se escondem na escuridão haviam denunciado a ele e a Cesare Tibaldeschi ao governo italiano. A denúncia principal foi a de os dois terem organizado uma campanha antifascista em Nova Veneza.¹¹⁹ Padre Afonso Vergnano também sofre insultos, tem a casa paroquial assaltada e julga que havia autoridades coniventes, como o Superintendente e o Delegado de Polícia. Esses juntaram assinaturas para expulsá-lo. Afirma que um golpe caudilhesco vigorava em Orleans, uma política de ódios e perseguições. Se o cadastro policial dos municípios fosse examinado nos últimos vinte anos, verificar-se-ia que os criminosos perambulam pelos povoados e cidades, hombreando-se com as próprias autoridades e chefões políticos.¹²⁰ Acredita-se que Felipe Schmidt não consentiria que no seu governo se praticassem atentados como o ocorrido com o padre Afonso Vergnano.¹²¹ Também com relação ao padre Vergnano

¹¹⁵ BIFF, Claudino, op. cit. p. 259. Embora Biff cite o nome de Dom José de Camargo Barros, surge a interrogação de qual bispo fora informado a respeito das calúnias contra o Pe. Marzano, se Dom Carmargo Barros ou Duarte Leopoldo e Silva, visto que Dom Camargo foi bispo da Diocese de Curitiba nos anos de 1894 a 1904 e Dom Duarte de 1904 a 1907. No final de 1908, padre Marzano partiu definitivamente para a Itália e o padre Gilli foi nomeado vigário de Urussanga em 01/04/1909 onde permaneceu por quase quarenta anos.

¹¹⁶ Entrevistas em Urussanga. (A/A). Nessas falas sobre Caruso MacDonald, os entrevistados solicitaram para não serem identificados.

¹¹⁷ Carta do padre Pedro Baldoncini ao Vigário Geral, Monsenhor Harry Bauer. Criciúma, 25/12/1942. (AEF).

¹¹⁸ Carta de Paulo Prais a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Criciúma, 09/06/1942. (AEF).

¹¹⁹ Carta do padre Miguel Giacca a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Nova Veneza, 02/08/1932. (AEF). A respeito de Cesare Tibaldeschi, ver no tópico seguinte.

¹²⁰ Depoimento do padre Afonso Vergnano. In: *Folha do Sul*. Orleans, 18/02/1915. (AEF).

¹²¹ *A Opinião*. [S.l.], 25/02/1915. (BPESC).

há opiniões divergentes. Havia moradores querendo expulsá-lo¹²², enquanto outros o defendiam.¹²³

Padre Paschoal Somadosy enfrentou conflitos, inclusive com o professor João Telatin,¹²⁴ que abrira uma escola, intitulada *Pio X*, e era um verdadeiro capelão, uma satisfação moral. No início conviveram harmoniosamente.¹²⁵ Entretanto, os conflitos logo surgiram e teceram-se acirradas acusações recíprocas: “o professor começa uma campanha virulenta, atacando a minha pessoa e o serviço sacerdotal que estou prestando a esta população. O professorinho pediu perdão, mas depois [...] recorreu velhacamente à calúnia, arma querida aos inimigos do clero. Lobo coberto de pele de ovelha, fariseu com pés de lã”.¹²⁶

Tais discursos são entendidos como construções e representações de acordo com quem os produziu. No imaginário dos diversos entrevistados, alguns personagens continuam presentes. Para a maioria, Caruso MacDonald era maçom, perigoso e fora o responsável pela expulsão do padre Luigi Marzano. Igualmente o padre Agenor Neves Marques afirma que a expulsão do padre Marzano dera-se por uma conjugação de forças dos maçons.¹²⁷ Vettoretti nega ser ele maçom, mas acaba contradizendo-se: “só se aliado na Itália, mas aqui não participava, pois não consta na relação dos maçons”. Ele poderia, quem sabe, ser um carbonário lá na Itália e aqui dizem que era maçom. Ele era da Sicília, Siciliano é isso mesmo! Diz que em Laguna, na relação dos maçons, não consta o nome dele. Na listagem só tinha um maçom que morava em Urussanga e era Francisco Burzio que estava do lado do padre Marzano.¹²⁸ Ao abordar a saída do padre Marzano, Baldin registra:

principalmente após a proclamação da República e também com a autonomia política da comunidade que em 1901 tornou-se município desmembrado de Tubarão, cresceu entre os colonos uma forte corrente política, a maçonaria (também chamada de ‘maçonaria carbonária’ pelas lideranças políticas locais), que se opunha frontalmente à participação ativa da Igreja nos setores administrativos da

¹²² Abaixo-assinado enviado a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Orleans, 10/01/1915. Constan 151 assinaturas. Carta de José Thomaz da Silva ao Monsenhor Francisco Topp. Orleans, 28/02/1915. Em anexo a essa carta, foram enviados outros dois abaixo-assinados, datados de 10/02/1915 e 25/02/1915, respectivamente. (AEF).

¹²³ Carta de José da Fonseca Nunes de Oliveira a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. São Joaquim, 01/10/1918. (AEF).

¹²⁴ João Telatin era professor em Nova Veneza e foi para Orleans em 1931. Carta de João Telatin a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Orleans, 16/10/1932. (AEF). Esse professor, também em Nova Veneza, havia tido conflitos com o padre Giacca e com Cesare Tibaldeschi. Tecera acusações aos dois, dizendo que haviam planejado explodir a sede do consulado italiano em Florianópolis.

¹²⁵ Carta do padre Paschoal Somadosy a Dom Joaquim Domingues de Oliveira, Orleans, 28/12/1931. Carta de João Telatin a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Orleans, 12/05/1932. (AEF).

¹²⁶ Carta de João Telatin a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Orleans, 16/10/1932; Carta do padre Paschoal Somadosy a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Orleans, 27/10/1932. (AEF).

¹²⁷ MARQUES, Agenor Neves. **História de Urussanga**. Urussanga: Prefeitura Municipal de Urussanga. [ca. 1970].

¹²⁸ Entrevista com Amádio Vettoretti. Tubarão, 19/11/2001. (A/A).

comunidade. Nesse caso, a maior influência a pressionar a população para o cumprimento das determinações da República, teria sido de parte das então lideranças culturais e intelectuais da colônia contrárias aos desmazelos políticos. Em particular, o então advogado Giuseppe Caruso MacDonald que exercia forte campanha oposicionista.¹²⁹

Ainda sobre a maçonaria, no periódico *O Cruzeiro* - do Partido Católico e de oposição à Aliança Liberal - constam artigos que podem ser vistos como tentativas de construção de um senso comum sobre os significados em torno dela. Partindo-se do título A maçonaria definida pelos maçons, seguem alguns fragmentos: A finalidade da maçonaria: “descatolizar o mundo”; “conspiremos unicamente contra Roma: revolucionar a Igreja é desmorrer os tronos e as dinastias. Para combater os príncipes e os beatos (católicos) todos os meios são bons. Tudo é permitido para aniquilá-los: a violência, a traição, o fogo, o ferro, o veneno e o punhal!”; “à exceção de algumas lojas, a grande maioria da Ordem não só não admite o Cristianismo, mas até o combate”; “o sumo e último fim da nossa sociedade acha-se consignada na instrução secreta e geral, da loja suprema, e é o mesmo que foi proclamado por Voltaire e pela revolução francesa, isto é, a completa destruição do catolicismo, até a abolição da idéia cristã, a qual, se ficar sobre as ruínas de Roma, pode depois renascer e facilmente perpetuar-se”; “não se pode ao mesmo tempo ser maçom e católico”.¹³⁰ Tais textos são informativos, entretanto, esse “ato de informar serve mais ao ato de convencer ou persuadir, existem em função de determinada finalidade prática a ser atingida.”¹³¹

Nesse sentido, são evidências empíricas da construção de um imaginário e dos correspondentes antitéticos: “Nós” *versus* “Outros”. São elucidativos do “Nós” católico em oposição aos “Outros” maçons, e principalmente desses últimos em oposição aos primeiros. A polaridade dos contrários, na acepção de Boia, cria e mantém o imaginário, tecendo significados aos fatores sociais e políticos.¹³² Esses dizeres sobre a maçonaria criam a idéia de bem/mal, religião/seita, sagrado/profano e reforçam o imaginário acerca do perigo e da necessária vigilância. Se no início do século XX havia líderes maçons e suspeitava-se inclusive de que Caruso MacDonald fosse um deles, certamente era para alertar de que ele representava um perigo para os padres e para a Igreja. Ao mencionar a chegada do padre

¹²⁹ BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade**: história da imigração italiana no Brasil: os Vênets em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 1999, p. 105 - 106.

¹³⁰ *O Cruzeiro*. Tubarão, 24/05/1931, ano I, n. 8, p. 04. (AHT).

¹³¹ OSAKABE, Haquira, op. cit., p. 55.

¹³² BOIA, Lucian. **Por une histoire de l'imaginaire**. Paris: Les Belles Lettres, 1998, p. 35.

Marzano a Urussanga, Biff diz que este havia encontrado os imigrantes italianos sendo explorados por alguns de seus patrícios, que nesse período compunham a elite local:

filhos do Mezzogiorno e da Reggio Emilia, ainda hoje a mais comunista das províncias italianas. E porque eram anti-clericais, carbonários, logo de início sentiram a força da liderança do sacerdote que contestava a opressão destes funcionários do governo italiano. Um dos principais elementos era o Sr. José Caruso MacDonald.¹³³

Vale ressaltar que, na condição de sacerdote, Biff discursa a partir e pela instituição Igreja. Já desde os pronunciamentos de Leão XIII, de apoio às teses tradicionais do intransigentismo, está a encíclica *Humanum Genus*, que trata sobre a maçonaria.¹³⁴ Nesse sentido, o imaginário é diferente da realidade e das noções lógicas do discurso, como a associação feita entre comunismo e maçonaria, entre outros.

Há padres que acusam Caruso MacDonald, e este por sua vez também ataca os padres: “os nossos padres, deram agora, para desviarem as suas práticas, daquilo que lêem no Evangelho. De fatos como as libertinagens do Frei Herculano Limpinsel, de horrorosa memória, e do padre José Bertero, que o povo precisa de explicações”.¹³⁵ O redator franciscano salienta que, diante das acusações ao frei Herculano Limpinsel, via-se com clareza que os maçons apenas desejavam explorar ao máximo o fato.¹³⁶

Em Nova Veneza, a hierarquia eclesiástica considera que alguns indivíduos haviam chegado a atitudes extremas. Um exemplo é o episódio narrado pelo padre Pedro Maldotti, enviado pelo bispo Scalabrini:

Contava-me Monsenhor Topp que em Nova Veneza uma centena de homens italianos se reuniam todas as noites num oratório misterioso, onde se vestiam de vermelho escarlate, não permitindo que nenhum estranho entrasse. Diziam-se irmãos do Espírito Santo, com o qual se afirmavam em comunhão direta, e não queriam ouvir falar de sacerdotes católicos, de missa, confissão, sacramentos, etc. Pela vizinhança e por uma vasta região sussuravam-se mil coisas estranhas e extravagantes a respeito deles. Regularmente eles deixavam cheios de mistério o oratório na segunda-feira de manhã, e não saberia em quais outros dias da semana. Numa noite o chefe de polícia, informado por Monsenhor Topp, após viva resistência, arrombou a porta do oratório e encontrou uma centena de homens, numa total escuridão, não porém armados. Interrogou-os e ninguém respondeu nada. Tendo perdido a paciência, ele os fez sair um a um, presenteando-os com uma ou

¹³³ BIFF, Claudino, op. cit., p. 259.

¹³⁴ Leão XIII (Papa). **Sobre a maçonaria** (*Humanum Genus*). Documentos Pontifícios. 2. ed., n. 13. Petrópolis: Vozes, 1948. (ITESC).

¹³⁵ Artigo de Caruso MacDonald. In: *O lápis*. Tubarão, ano IV, n. 156, 21/03/1920. (AHT)

¹³⁶ REVISTA VIDA FRANCISCANA, ano XLVII, dez./1970, n. 40, p. 90. Em 08/12/1909 frei Herculano foi preso em São José, SC, acusado de estupro. Em 16/12/1909, um telegrama do Rio de Janeiro concede *habeas corpus* e anulação do processo. Segundo o cronista, a anulação do processo fora motivo para os maçons promoverem uma nova reunião na qual teriam levantado a existência de mais cinco vítimas em Gaspar. Além disso, os “canalhas” haviam começado uma campanha difamatória contra Monsenhor Topp. Também essas acusações foram anuladas pelo Tribunal do Estado.

duas coronhadas por parte dos soldados, e arrasou o edifício. Não se falou mais nisso. Que queria, que fazia aquela gente?¹³⁷

Esse relato, conforme propõe Bourdieu, remete à oposição entre os detentores do monopólio do sagrado e os leigos, vistos como profanos, como

ignorantes da religião e de estranhos ao sagrado e ao corpo de administradores do sagrado, constitui a base do princípio da oposição entre o *sagrado* e o *profano* e, paralelamente, entre a manipulação legítima (religião) e a manipulação profana e profanadora (magia ou feitiçaria) do sagrado, quer se trate de uma *profanação objetiva* (ou seja, a magia ou a feitiçaria como religião dominada), quer se trate da *profanação intencional* (a magia como anti-religião ou religião invertida). Uma vez que a religião, e em geral todo sistema simbólico, está predisposta a cumprir uma função de associação e de dissociação, ou melhor, de distinção, um sistema de práticas e crenças está fadado a surgir como *magia* ou como *feitiçaria*, no sentido de religião inferior, todas as vezes que ocupar uma posição dominada na estrutura das relações de força simbólica, ou seja, no sistema das relações entre os sistema de práticas e de crenças próprias a uma formação social determinada.¹³⁸

Nessa compreensão, pode-se inferir que a maçonaria era tida pelo poder religioso como profana (equivalente a vulgar) e profanadora, pelo fato de, por sua própria existência, contestar o “monopólio da gestão do sagrado e, portanto, da *legitimidade* dos detentores deste monopólio”.¹³⁹ Associado a ela está a idéia de sectarismo, de afastamento do catolicismo: Colonos das localidades de Nova Veneza, Beluno e Treviso, entre outras, faziam parte de uma seita, realizando em sigilo, procissões, reuniões e festas. Tais procissões haviam diminuído por proibição de Dom José de Carmargo Barros, porém dever-se-ia dar mais atenção à existência dessa seita.¹⁴⁰ Em Nova Veneza havia os que defendiam o padre e os que tinham uma religião diferente, ou seja, não eram contra, mas também não eram a favor da Igreja. O pessoal era “muito unido e se reuniam em lugar fechado, numa sede provisória, uma tal de maçonaria”.¹⁴¹ Tais práticas eram vistas como conspirações contra a hierarquia católica onde o monopólio da verdade católica é posto em xeque.

Enfim, tais discursos estão relacionados com os interesses de quem os fabrica, em consonância com as representações desses sujeitos. As representações do mundo social, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre

¹³⁷ Apud AZZI, Riolando. **A obra de Dom Bosco em Santa Catarina: A atuação salesiana em prol dos imigrantes, 1916 - 1941.** São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1988, p. 64 - 65. Segundo o relato, tal fato havia ocorrido no final do século XIX.

¹³⁸ BOURDIEU, Pierre. 1999, op. cit., p. 43 - 44.

¹³⁹ BOURDIEU, Pierre. 1999, op. cit., p. 45.

¹⁴⁰ Telegrama do Superintendente de Tubarão, João Cabral, ao governador Hercílio Luz. Tubarão, 16/03/1897. (APUESC).

¹⁴¹ Memórias de Atílio Bratti, antigo morador de Nova Veneza, citadas por Nevton Bortolotto em entrevista. Urussanga, 25/10/2001. (A/A). Bortolotto é natural de Nova Veneza e atualmente reside em Urussanga onde é responsável pelo Departamento Cultural da Prefeitura Municipal.

determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”.¹⁴² Os campos político e religioso apresentam-se como campos de luta e incluem as relações de poder que buscam criar um imaginário e pelas produções simbólicas, legitimar e justificar esse poder.

Por meio desses campos estratégicos, as elites locais se organizavam e se afirmavam em torno de oposições também em Nova Veneza. As memórias acerca da trajetória de Cesare Tibaldeschi evidenciam mais uma faceta desses jogos de poder no Sul catarinense.

4.1.4. Cesare Tibaldeschi: lutas de representação, italianidade e fascismo



25 - Cesare Tibaldeschi

FONTE: Acervo de Nevton Bortolotto. Urussanga, SC

As acusações públicas e o inquérito policial-militar movido contra Cesare Tibaldeschi podem ser tomados como exemplo das diferentes representações e apreensões da realidade, da pretensão de construir determinada realidade, ou melhor, fazer grupos.¹⁴³ Tais acusações são

¹⁴² CHARTIER, Roger. 1990, op. cit., p. 17

¹⁴³ A principal fonte empírica deste tópico é a *Coletânea*: TIBALDESCHI, Giorgio. *Attività antifascista svolta dal tenente Tibaldeschi Cesare*. Vercelli: Edizione “pró manuscripto” in 15 exemplari, 1984. Não paginada. Exemplar n. 15, pertencente a Nevton Bortolotto, Urussanga, SC. Tibaldeschi nasceu em 04/09/1897 em Alessandria, Província de Vercelli, Norte da Itália. Era médico, havia sido carabineiro (soldado de um corpo especial de polícia, cabo de Infantaria). Pela associação *Italica Gens*, em 1924 veio ao Brasil incumbido de organizar escolas italianas. Aportou no Sul catarinense e residiu em Nova Veneza de jun./1924 até o final de mai./1927, vinculado à *Italica Gens*; data em que retornou à Itália e, após uma breve estada no respectivo país de origem, foi designado para dirigir um Colégio Italiano em Tanger, no Marrocos. Em jan./1928, por

formuladas por representantes políticos locais e repercutem, nacional e internacionalmente. No que se refere à representação política, assim como a Igreja “se consagra à missão de espalhar a sua graça de instituição por todos os fiéis [...] e de sujeitar os pecadores sem distinção à disciplina do mandamento divino, também o partido elege como fim trazer para a sua causa o maior número possível de refratários”.¹⁴⁴

Em decorrência de não conseguir trazer à sua causa o refratário Cesare Tibaldeschi, a elite de Nova Veneza o acusa de antiitaliano e de antifascista, denunciando-o ao consulado italiano. Pretende-se demonstrar, nesta parte do presente capítulo, que a *italianità*, dentre as diversas compreensões, já apontadas ao longo deste trabalho, aqui aparece no quadro do fascismo. Para compreensão de uma série de acusações contra Tibaldeschi, retoma-se a assertiva de Bourdieu: um ato político, visando à ordem social, só é considerado “verdadeiramente político se estiver na maneira de ser de um agente ou de um grupo de agentes *responsáveis politicamente*, quer dizer, à altura de conseguirem o empenhamento de um grupo e de um grupo capaz de a realizar”.¹⁴⁵

Nessa perspectiva, os agentes políticos buscam construir determinada ordem social e para tanto pretendem o auxílio de Tibaldeschi. Entretanto, por partilharem de compreensões diferentes a respeito da construção dessa ordem, surgem as acusações. O desfecho das calúnias, cujo início se deu em Nova Veneza, foi a proibição do retorno de Tibaldeschi ao Brasil.

Segundo informações do Ministério do Interior, a retenção do passaporte se justificava pelas denúncias e acusações do cônsul do Brasil. Dentre as denúncias consta a de ter conduzido uma campanha antifascista em Nova Veneza, com o padre Miguel Giacca. Além disso, recusara-se a atender o pedido do agente consular, Antônio Remor, de transformar o grupo de escoteiros¹⁴⁶ em *balillas*.¹⁴⁷

divergências, decidiu desvincular-se da *Italica Gens* e retornou ao Brasil. Dirigiu-se ao Rio Grande do Sul, mais especificamente à colônia italiana de Garibaldi, onde redigia o periódico *Staffetta Riograndense*. Em 1929, voltou para Santa Catarina e, novamente, fixou residência em Nova Veneza. Em 1931 viaja para a Itália para contrair matrimônio e voltaria para Nova Veneza com a esposa, ocasião em que seu passaporte foi apreendido. O *Staffetta Riograndense* era um jornal de propriedade dos freis capuchinhos. Iniciou com o nome de *La Liberta*, fundado por dois padres italianos, 1909-1910. Em 1910 se associaram os freis capuchinhos e tomou o nome: *Il Colono Italiano*, 1910/1917; em seguida *Staffetta Riograndense*, 1917/1940, e Correio Riograndense a partir de 1940, circulando ainda na atualidade. Pela pesquisa feita no Arquivo em Caxias do Sul, encontrou-se somente no exemplar n. 46, de 08/03/1928, um artigo com a assinatura de Cesare Tibaldeschi.

¹⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. 2002, op. cit., p. 184.

¹⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. 2002, op. cit., p. 185 - 186.

¹⁴⁶ Em Nova Veneza, o grupo de escoteiros fora fundado por Cesare Tibaldeschi em março de 1925. O escotismo é uma organização de educação extra-escolar, voluntária, fundada pelo general inglês Baden-Powel (1857-1941). Visava a desenvolver entre os meninos e rapazes um comportamento baseado em valores éticos, de

Nas memórias do filho Giorgio, ao solicitar o passaporte de Tibaldeschi para averiguação, o governo italiano escondia um labirinto de acusações, as mais incrédulas e infundadas, como, por exemplo, a de ser antiitaliano:

o país que tinha aprendido a conhecer e amar através das minuciosas descrições que papai [Cesare Tibaldeschi] me fazia nas suas cartas, me pareceu desde logo sem razão. Habitado por gente boa e fiel às recordações de papai, e cujos nomes estão impressos na minha memória, hospedava ao mesmo tempo pessoas que por mesquinho interesse não hesitaram de provocar a ruína moral, conseguindo somente prejudicá-lo materialmente, porque a sua figura de homem honesto e leal está ainda viva na lembrança dos seus amigos do Brasil.¹⁴⁸

Tanto acusadores como testemunhas construíram discursos, os quais podem ser remetidos aos pares “Nós” fascistas *versus* “Outros” antifascistas; ou ainda, construíram falas/relações próximas às dos *estabelecidos/outsideers*, permeadas por fofocas depreciativas e/ou elogiosas. O *corpus* documental impresso, as memórias de Marino Gava¹⁴⁹, Nevton Bortolotto¹⁵⁰ entre outros entrevistados, remetem a essas relações e à construção de um imaginário em torno desse agente italiano.

Por diversas vezes, em meio às memórias de Gava, houve um silêncio e, após alguns instantes, ele se expressava comovido: “Cesare Tibaldeschi ... era um santo homem! Não fazia mal pra ninguém.”¹⁵¹ Tais palavras estão carregadas de sentido, traduzidas por lembranças que, no dizer de Maluf, estão indissociavelmente ligadas à vida social e à sua historicidade, marcadas por práticas, valores e sistemas de representações.¹⁵² Essas memórias contribuem para a (re)interpretação da realidade da Colônia Nova Veneza no período em questão. Todavia, a “realidade é sempre vista a partir de um recorte, [...] constituída por sujeitos desejosos, imaginativos, sonhadores, capazes de fabular, de simbolizar o real existente e o real possível”.¹⁵³

espírito comunitário, de liberdade, responsabilidade e de estímulo ao aprimoramento da personalidade, quer no campo individual, quer no campo coletivo. Contribui para todos os “movimentos de cooperação nacional, bem como para os de caráter internacional que não contrariassem os interesses nacionais”. Estatutos dos escoteiros, artigo 20. In: *O Semeador*, Rodeio, 18/06/1938, n.27, p. 02. (BPESC).

¹⁴⁷ Os *ballillas* formavam uma espécie de “exército fascista infantil”. As acusações haviam sido enviadas pelo cônsul geral de Curitiba ao Distrito Militar de Alessandria. Esse cônsul formula o processo, baseado nas informações dos cônsules Sestino Mauro e Giacomo Ungarelli e do agente consular Antônio Remor. Carta do cônsul geral de Curitiba Amedeo Mammalella. Curitiba, 20/08/1932. Documento XIV.

¹⁴⁸ TIBALDESCHI, Giorgio, op. cit.

¹⁴⁹ Entrevista com Marino Gava. São Bento Alto (Nova Veneza), 26/10/2001. (A/A). Gava foi aluno e escoteiro de Tibaldeschi. Morou 27 meses com Tibaldeschi, em casa cedida pelo seu avô.

¹⁵⁰ Entrevista com Nevton Bortolotto. Urussanga, 25/10/2001. (A/A).

¹⁵¹ Entrevista com Marino Gava. São Bento Alto (Nova Veneza), 26/10/2001. (A/A).

¹⁵² MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 83.

¹⁵³ TEVES, Nilda. O imaginário na configuração da realidade social. In: TEVES, Nilda. (Coord.). **Imaginário social e educação**. Rio de Janeiro: Gryphus: Faculdade de Educação da UFRJ, 1992, p. 07 e 14.

Nessa direção de construção de sujeitos e de realidades sociais, o governo fascista (1922-1942) investiu e utilizou-se de diversas táticas para cativar os italianos residentes nos diversos estados do Brasil. Como resultado desse investimento, em 1934 registravam-se 75 *fasci* no exterior, entre os quais, três de Santa Catarina.¹⁵⁴ A emigração havia sido uma das primeiras preocupações do regime fascista, cuja tutela se constituía “numa espécie de desdobramento da própria italianidade e do fascismo, expandindo seus princípios e suas fronteiras”.¹⁵⁵ Um dos principais alvos do governo de Mussolini foi a escola primária. Por meio dela, as atividades com os filhos dos imigrantes se transformaram em estratégias para formar uma sociedade segundo os moldes fascistas. A investida nas escolas italianas do exterior foi iniciada em 1923/24, quando várias leis centralizavam as escolas e acentuavam sua função de “educar italianamente os jovens italianos do exterior”.¹⁵⁶

O trabalho realizado pelas Organizações Juvenis dos Italianos no Exterior (OGIE) com os filhos dos imigrantes eram em seções, faixa etária e sexo:

‘Filhos da Loba’ (crianças de ambos os sexos até 8 anos de idade), ‘Balilla’ (dos 8 aos 14 anos), ‘Vanguardistas’ (14 aos 18), ‘Jovens Fascistas’ (mais de 18), enquanto as meninas eram agrupadas nas ‘Pequenas Italianas’ e nas ‘Jovens Italianas’. Exercícios paramilitares e muita ginástica acompanhavam empenhos menos guerreiros (se bem que não em sua denominação), como a organização das Centúrias Líricas.¹⁵⁷

A historiografia possui escassas informações sobre o tema e a existência do fascismo e do antifascismo no contexto catarinense. As referências acerca dessas questões envolvem, principalmente, a coletividade italiana da cidade de São Paulo e do Estado do Rio Grande do Sul.¹⁵⁸ Os filmes de propaganda dos feitos do regime fascista chegavam ao Brasil nos anos 20.¹⁵⁹ No município de Criciúma, registra-se a exibição do filme Viagem de Mussolini a Tripolitânia.¹⁶⁰ Em Florianópolis, o *La Tribuna* tinha como principal objetivo: “manter acesa a chama da italianidade e a consciência dos direitos defendidos por Mussolini.”¹⁶¹ O regime

¹⁵⁴ BERTONHA, João Fábio. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 87 - 89.

¹⁵⁵ CORSETTI, Berenice. O crime de ser italiano: a perseguição do Estado Novo. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1987, p. 365. vi.

¹⁵⁶ Apud, BERTONHA, João Fábio. Op. cit., p. 48. No regime fascista procurou-se associar *italianidade* com *fascismo*. Compreenda-se: italianidade equivale a fascismo.

¹⁵⁷ TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel, 1989, p. 314.

¹⁵⁸ Corsetti aborda a organização do fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul no período de 1930 a 1945. In: DE BONI, Luís Alberto. 1987, vi, op. cit., p. 363 - 383.

¹⁵⁹ BERTONHA, João Fábio, op. cit., p. 127.

¹⁶⁰ Ofício do vice-cônsul Sestino Mauro a Cid Campos, Secretário do Interior e Justiça. Florianópolis, 30/11/1928.

¹⁶¹ *La Tribuna*, Florianópolis, 01/02/1932, n.1. (BPESC).

fascista era também exaltado por meio de notícias veiculadas em jornais diversos: “é inegável que as severas e enérgicas diretivas da política fascista imprimiram vigoroso impulso progressista à Itália. [...] é incontestável o extraordinário progresso da nova Itália em todos os sentidos, maximamente sob o aspecto econômico”.¹⁶² Uma nota intitulada: A Itália guiará o mundo, relata o discurso de Mussolini em Milão por ocasião da inauguração da grande auto-estrada Milão-Turim: “o século XX será o século do poderio italiano, será o século em que pela terceira vez, a Itália se tornará a diretora da civilização humana”.¹⁶³

Dessa forma, sob a influência de acontecimentos e de idéias vindas do outro lado do Atlântico, no interior das colônias italianas catarinenses, (re)produziam-se discursos e estabeleciam-se vínculos com o fascismo, mesmo que somente por pequenas elites locais. Por um lado, houve adesão ao *fascio* e às suas representações. Por outro lado, havia uma grande instabilidade dos *fasci* existentes em Urussanga, Nova Veneza, Laguna e Meleiro:

Na prática, esses *Fasci* não existem. Foram fundados por pessoas animadas por elogiáveis sentimentos de italianidade e por ótimas intenções. Conseguiram facilmente um número notável de inscrições. Mas nunca funcionaram. Os compatriotas nunca compreenderam que funções o *Fascio* deveria ter. Se se tratava - era, em particular, o caso dos velhos - de se reunir para afirmar seus sentimentos de italianidade, muitos estavam prontos a fazê-lo. Mas, e depois? O que podia o *Fascio* fazer, além dessa manifestação de caráter exclusivamente platônico?¹⁶⁴

O escotismo, por sua vez, objetivava inculcar nas crianças e adolescentes o sentimento de brasilidade e está entre as instituições auxiliares no movimento reformista e remodelador da instrução pública, de nível primário na década de 20, associado à nacionalização do ensino.¹⁶⁵ Se pelas práticas do escotismo se visava a criar um sentimento de brasilidade, ao propor a transformação dos escoteiros em *balillas*, Antônio Remor pretendia neles inculcar o sentimento fascista. Os *balillas* são uma amostra do esforço do fascismo para atingir a nova geração de ítalo-brasileiros.¹⁶⁶

¹⁶² *Correio do Sul*. Laguna, 23/10/1932, n. 43, p. 02. (AHT).

¹⁶³ *Correio do Sul*. Laguna, 13/11/1932, n. 46, p. 01. (AHT). O fascismo, caracterizado por um aparato pomposo, ocultava, por trás de uma fachada cultural e dialética, o movimento da burguesia nacional que necessitava sufocar os movimentos socialistas para oportunizar o desenvolvimento de um capitalismo nacional. Para isso precisava de um Estado forte. CORSETTI, Berenice. In: DE BONI, Luís Alberto. 1987, op. cit., p. 365. vi.

¹⁶⁴ Relatório do vice-cônsul de Florianópolis, Guido Zecchin. Apud TRENTO, Ângelo, op. cit., p. 313.

¹⁶⁵ NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, p. 231. Há registro de grupos de escoteiros em Laguna, Criciúma e Rodeio. *O Dever*, Laguna, 05/01/1919, n. 29, p. 02; *O Albor*, Laguna, 02/11/1940 (AHT); *O Semeador*, Rodeio, 18/06/1938, n. 27, p. 2. (BPESC)

¹⁶⁶ Cf. BERTONHA, João Fábio, op. cit., p. 146. A doutrina fascista para os *balillas* fundamentava-se em valores que eram os que norteavam os grupos de escoteiros: trabalho, disciplina e hierarquia.



26 - Grupo de simpatizantes do fascismo em frente a escola italiana. Nova Veneza, 1927
FONTE: Acervo de Newton Bortolotto. Urussanga, SC



27 - Lateral da escola italiana em Nova Veneza onde Cesare Tibaldeschi lecionou.

Atualmente é residência de Santo Beretta

FONTE: Acervo de Claricia Otto. Foto dez/2002.

Com referência a não transformar os escoteiros em *balillas*, Tibaldeschi explica que essa mudança não lhe competia, mas sim a Dom Joaquim Domingues de Oliveira, razão pela qual não poderia atender o desejo de Antônio Remor. Diz ainda que sempre manteve contato com o cônsul italiano em Florianópolis e apoiava o *fascio* de Nova Veneza. Prova disso era ter participado da cerimônia da bênção da bandeira e das reuniões. Afirma que, no intuito de manter viva a chama de italianidade, ofereceu ao cônsul uma contribuição financeira para que a escola de São Bento Alto em Urussanga não fosse transformada em brasileira. Diante disso, não conseguia entender por que fora acusado de antiitaliano e de antifascista. Solicita explicações ao Ministério do Interior, afirmando ter sempre elogiado a Itália, difundido a língua italiana e as tradições, nada tendo feito que o impedisse de ser visto como italiano. Elencou o nome de pessoas do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre e de Tanger que poderiam informar sobre a sua conduta e o seu trabalho em prol da *italianità*, inclusive os professores das sessenta escolas de todo o Estado de Santa Catarina.¹⁶⁷



28 - Alunos de Cesare Tibaldeschi em Nova Veneza

FONTE: Acervo de Nevton Bortolotto. Urussanga, SC

¹⁶⁷ Carta de Cesare Tibaldeschi. Jan./1932. Documento II, Carta de Cesare Tibaldeschi ao vice-cônsul de Florianópolis, Giacomo Ungarelli, sucessor de Sestino Mauro. Alessandria, 03/02/1932. Documento III. In: TIBALDESCHI, Giorgio, op. cit.

Tibaldeschi só encontrava uma explicação: era traição, calúnia e inveja, por sua condição de católico praticante, que gerara hostilidade por parte dos anticlericais locais; a concorrência profissional pelo fato de ser médico, pois as primeiras acusações de antifascismo foram movidas por um próprio colega seu, Dr. Cesare Marzioli; e, por fim, as notícias terroristas, divulgadas pelo professor Telatin, como a de que ele e o padre Giacca conspiravam explodir bombas na sede do consulado italiano em Florianópolis.¹⁶⁸

Dentre as calúnias, a de exercer ilegalmente a medicina e ter causado a morte de uma parturiente foi a que mais o prejudicava. Teve, inclusive, de recorrer ao Tribunal Superior de Justiça de Florianópolis. É de opinião que os negociantes de Nova Veneza, ao visitar o cônsul, levavam notícias forjadas, segundo o interesse deles. Convidados para a “organização de um *fascio* são capazes de assegurar ao cônsul que é impossível porque o pároco é antifascista”.¹⁶⁹

O fato envolvendo a morte de uma parturiente foi relatado por um dos entrevistados. Numa ocasião em que não estavam em Nova Veneza, nem o Dr. Gorini, nem a esposa, Giuseppina Celè, que também era obstetra, Tibaldeschi foi chamado para socorrer uma parturiente. Uma parteira que tudo acompanhou testemunhou: “quando Tibaldeschi chegou, não era mais possível salvar a mulher, e a criança já estava morta”. Esse acontecimento foi utilizado pelos seus adversários para incriminá-lo ainda mais.¹⁷⁰

O imaginário é capaz de legitimar uma pretendida ordem como também pode subverter a ordem estabelecida. É uma “peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder” bem como é “o *lugar* e o *objeto* dos conflitos sociais”, devido à sua função de operar por meio de séries

de oposições que estruturam as forças efectivas que agem sobre a vida colectiva, unindo-as, por meio de uma rede de significações, às dimensões intelectuais dessa vida coletiva: legitimar/invalidar; justificar/acusar; tranquilizar/perturbar; mobilizar/desencorajar; incluir/excluir.¹⁷¹

Dessa forma, as representações do mundo são componentes da realidade social. Nova Veneza foi palco de numerosos conflitos, pois estabeleceu-se uma série de oposições no que se referia a Tibaldeschi. Se de um lado havia os que legitimavam o seu antifascismo, de outro,

¹⁶⁸ TIBALDESCHI, Giorgio, op. cit. Cesare Marzioli foi Regente Consular em Florianópolis de 07/11/1925 a 19/12/1926.

¹⁶⁹ Cartas de Cesare Tibaldeschi. Documentos III e V. In: TIBALDESCHI, Giorgio, op. cit.

¹⁷⁰ Entrevista com Nevton Bortolotto. Urussanga, 25/10/2001. (A/A). Dr. Carlo Gorini era natural de Pávia e estava em Nova Veneza desde 1915. O filho, Dino Gorini, se formou em medicina a 26/09/1935, pela Faculdade de Medicina do Porto Alegre - UFRGS. MAINARDI, Geraldo. Médicos italianos no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, Torino: Fondazione G. Agnelli, 1996, p. 398. viii.

¹⁷¹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 310 e 312.

havia aqueles que invalidavam tal cognominação. O próprio Tibaldeschi remete a essa rede de significações: “se por um lado queriam me fazer passar por antifascista e faziam insinuações para me colocar como ruim diante das nossas autoridades, por outro lado, denunciava-se às autoridades brasileiras a minha italianidade. Obtive informações de ser acusado de espionagem em favor da Itália”.¹⁷²

Pelas informações do inquérito, prevalecem em número as que invalidam as acusações de antifascismo. A idéia de ser fascista está vinculada às acusações de antifascismo, pensamento absorvido e constitutivo do imaginário local. Se as acusações consistiram em calúnias, conclui-se então que ele era fascista? Houve, nesse sentido, um jogo de imagens onde a representação do ser fascista ao modo de Tibaldeschi não foi aceita pela elite local, mas o foi pela população. Esse imaginário possibilita compreender os desencontros entre Tibaldeschi e membros da elite local; e os encontros com a população que o tinha como amigo e colaborador do padre Giacca, tido como o grande pastor de Nova Veneza.

Como professor e inspetor escolar, Tibaldeschi enfatizava o estudo da língua italiana, da geografia e da história da Itália, entre outros. No entanto, é possível que não exaltasse o regime da Itália fascista, tanto quanto queriam os que o denunciaram ao cônsul. Desse modo, pode-se estabelecer uma diferença entre Itália e fascismo, ou seja, quem era sinônimo de italianidade, no sentido da preservação de uma cultura italiana: fascismo ou antifascismo? Tibaldeschi teve essa percepção, por isso, ao longo do *corpus* documental examinado, utilizou todos os recursos possíveis e testemunhas para provar que não era antifascista. Entrementes, em nenhum momento, afirma ser fascista.¹⁷³

Enfim, italianidade, fascismo e sentimentos correlatos são construídos e, dessa maneira, evidenciam-se a produção de significados e os jogos constitutivos de um projeto de instauração de uma identidade italiana para os ítalo-brasileiros e da preservação de uma leitura de italianidade por parte de alguns membros da elite italiana radicada em Santa Catarina.

¹⁷² Carta de Cesare Tibaldeschi ao vice-cônsul em Florianópolis, Giacomo Ungarelli. Alessandria, 03/02/1932. Documento III. In: TIBALDESCHI, Giorgio, op. cit.

¹⁷³ Definitivamente não pôde retornar ao Brasil. Foi extraditado da Itália, trabalhou na Argélia como professor. Foi diretor de hospital em São João Batista de Gattinara. Voltou à Itália com idade avançada. Carta de Renato Schejola, Capitão da Companhia de Alexandria ao Comando do Distrito Militar em Congedo. Alexandria, 14/06/1938. In: TIBALDESCHI, Giorgio, op. cit. Entrevista com Nevton Bortolotto. Urussanga, 25/10/2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interlocução com a empiria acerca das disputas entre os porta-vozes autorizados pela Igreja Católica e pelo Estado Italiano, e também entre as elites locais, permite tecer algumas considerações. Partindo da indagação: por que, em colônias italianas, os padres italianos tiveram conflitos com líderes também italianos?, é possível inferir: em ambas as áreas da pesquisa, as lutas que aparentam ter como meta a preservação de uma cultura italiana e/ou católica, em verdade ocultam interesses políticos. Política e poder, não somente em sua forma partidária, mas em nível das representações sociais, do imaginário e de suas conexões com as formas concretas das lutas pelo reconhecimento do poder de autoridade, vale dizer, do poder simbólico. A especificidade a ressaltar é que o exercício desse poder, no Médio Vale do Itajaí-Açu, seguiu um viés e uma tônica moral, religiosa. Quanto ao Sul catarinense, um viés mais sócio/político, em função da então conjuntura daquelas localidades.

Os vanguardistas da Catolicidade e da Italianidade - compreendidas como pertencentes ao domínio das representações sociais - pautados pela fidelidade à ortodoxia católica e no valor simbólico do mito de origem, tentam criar grupos, definir identidades, afirmar o que é ser e como ser católico e/ou italiano. Buscam justificativas para as lutas, ancorados em formas de naturalização de modos de ser e de estar no mundo. Sendo assim, é necessário um constante esforço para apreender que as manifestações sociais não são naturais.

As práticas discursivas, revestidas pelo elemento religioso e que se fundamentam no exercício da autoridade situado num âmbito sagrado, ocultam interesses temporais. Os agentes do campo religioso são portadores de uma delegação e não de um dom e de um carisma, como eles próprios querem e fazem acreditar. Visto dessa forma, os conflitos são pela conquista e pela busca de distinção, as ações se traduzem em uma forma de controle sobre os colonos e de imposição de significados para a construção de uma ordem social. Tentam impor princípios de divisão e representação do mundo.

Não se buscou a verdade dos discursos, entretanto, as práticas discursivas não existiram fora dos jogos de poder. As disputas se deram nos campos religioso e político/cultural e, em ambos, a chamada verdade não passa de representações, de normas impostas que têm por objetivo a ampliação do território em vista do monopólio sobre os súditos italianos, para ambos os poderes. Os locutores desses discursos pressupõem um

ouvinte imaginado, pretendido, com a finalidade de atingir o maior número possível deles, a fim de fazê-los submissos.

Vale ressaltar que, ao mesmo tempo que os porta-vozes controlam, são também controlados pela instituição. Somente por meio do poder de delegação podem adquirir um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade por parte de quem queriam atingir. Vista desse modo, sua ação constituiu-se num trabalho de dedicação às instituições muito mais que à melhoria da vida dos colonos nos núcleos coloniais. As relações de oposição foram constantes. Segundo Bourdieu, Elias e Scotson, as categorizações - acusações públicas - ao “outro”, visto como adversário, foram utilizadas como estratégias na construção dos pares antitéticos - “Nós” *versus* “Outros”. Em vista das constantes disputas pelo poder de autoridade, os boatos surgiam da necessidade de construir um “outro” e ao mesmo tempo suprimi-lo, para afirmação do “eu” ou do “nós” institucionalizado. Tais tentativas tiveram maior ou menor eficácia, segundo a cumplicidade do maior ou menor número de pessoas. O chamado à submissão é uma das características próprias dos aparelhos institucionais. Os agentes impunham uma disciplina que servia de mecanismo para assegurar a reprodução da hierarquia institucional.

O processo de reordenamento da disciplina social pelo catolicismo ultramontano incluía o estabelecimento de uma rede de escolas católicas e o direito de a hierarquia eclesiástica ter a autoridade sobre elas. Embora o clero tome as diretrizes da Sé Romana como verdade, nesse trabalho, entre os franciscanos alemães e os padres italianos há especificidades a serem consideradas. O fato de pertencerem ao clero regular ou secular já indica diferenças.

Os franciscanos insistem na presença do professor paroquial como auxiliar capaz de transmitir conteúdos e valores morais. A importância dada a esse líder pode ser vista pelo prisma de ser uma prática conhecida na Alemanha. Os frades eram conhecedores das lutas entre escolas públicas e escolas católicas centradas em elementos da tradição escolar católica alemã. Assim, a escola paroquial era concebida como uma instância básica do processo pastoral e servia para combater os líderes movidos por um espírito liberal. Na crise do professor paroquial, incutem as noções de magistério como vocação, sacerdócio, missão sagrada, nas professoras/catequistas. Essas professoras seriam as guardiãs da ordem e dos valores católicos muito mais pelo exemplo de vida do que pelo ensino, tal como os professores paroquiais.

Paradoxalmente, os líderes considerados anticlericais e partidários das escolas italianas *Dante Alighieri* eram também católicos. Todavia, a questão central está no poder de autoridade e nas representações que os franciscanos fazem e têm desses líderes. Insiste-se em

afirmar que, também não eram contra pelo fato de esses líderes serem simplesmente de etnia italiana. Eram contrários não somente aos italianos mas a todas as pessoas que fizessem oposição à autoridade eclesiástica e não seguissem as suas determinações. Obviamente, o combate aos líderes italianos se intensificava em decorrência das representações. Associavam os italianos de idéias liberais à política anticlerical de Crispi, a um governo e parlamento italiano dominados pela maçonaria, considerada inimiga também pelo bispo italiano João Batista Scalabrini. Crispi descrevera o Vaticano como um adversário implacável da Itália. Cumpre lembrar que a Sé Romana, além de mostrar-se intransigente com relação à unificação italiana, excomungara os chefes do novo Estado italiano constituído em 1870.

Nessa linha de pensamento, pode-se inferir que os franciscanos estabeleceram uma divisão entre imigrantes italianos: os católicos obedientes fiéis cumpridores dos desígnios sagrados contrapostos aos líderes que se impuseram entre eles e a pretendida comunidade de fiéis. Em decorrência da desobediência por uma fração deles, há a construção de um “outro”. Essa construção se apóia na leitura que os franciscanos fazem da realidade, segundo a qual, ser moderno, equivalia a ser ateu, anticlerical e, chegando ao extremo de classificar italianófilo generalizadamente como socialista, anarquista, maçom, entre outros. Enfim, seguem a cartilha das doutrinas antimodernistas e nos discursos é recorrente uma culpa atribuída ao “outro”: “aqui reinava a paz, a harmonia, mas quando chegou o Rossi, o Pellizzetti, o Largura, o cônsul...”.

Segundo tal leitura, a doutrina católica só teria valor se fosse ministrada de maneira correta, isto é, por pessoas autorizadas e supervisionadas pelos franciscanos. Por isso, desaprovam as escolas *Dante Alighieri* apesar de seus líderes permitirem o ensino da doutrina católica. Mas embora utilizassem essa justificativa, o combate às escolas *Dante Alighieri* não se dá em decorrência de seu norte pedagógico orientador. Por trás dessa desculpa se esconde o inconformismo dos franciscanos com a perda de autoridade sobre as questões escolares.

Os colonos partidários das escolas *Dante Alighieri* não o faziam por espírito de patriotismo italiano, mas por necessidade financeira e paralelamente a essas também optam pelas escolas públicas. Além da vantagem do ensino gratuito, estava a garantia de aprenderem a língua portuguesa na escola. Os colonos encaravam a realidade de um modo muito mais pragmático: eles tinham de sobreviver. Os porta-vozes tentam impor significados, tanto os das escolas paroquiais como os das *Dante Alighieri*. Pelo caminho do simbólico, tentam incutir que é preciso viver em um mundo significante, em um mundo de sentidos, ser italiano, ser católico; todavia, são as lutas pelo poder de autoridade que movem essa imposição de significados.

Os padres italianos tinham o propósito de manter nos emigrados a fé associada aos sentimentos da italianidade. Todavia, ao se referirem à italianidade, fazem-no nos moldes de compreensão dos colonos, ou seja, a compreensão de pátria se reporta ao *paese* - o vilarejo natal -, em união umbilical com o sacerdote, com determinado modo de viver a religião. Cruzam valores religiosos com valores culturais italianos, o que, para eles, favorece a preservação de uma cultura italiana católica. Entretanto, a cultura italiana a que se referem diz respeito a uma leitura que fazem do passado. Elegem um pilar de sustentação que são as práticas católicas que haviam sido vivenciadas na Itália; para eles, ideal. Assim, pensavam em contribuir na conservação das características étnicas do *paese*.¹ Essas práticas, não necessariamente favoreciam as doutrinas nacionalistas italianas. No entanto, na visão dos cônsules e de outros propagandistas italianófilos, eram características adequadamente apropriadas para a afirmação de um sentimento nacionalista pretendido por eles.

O imaginário está presente em torno de fatos lamentados pelos entrevistados. No Médio Vale do Itajaí-Açu, há um imaginário social acerca das representações do explosivo colocado debaixo da casa paroquial em Rio dos Cedros. O tabu em torno dessas e de outras questões envolve o temor em dizer nomes, uma vez que muitos afirmam saber quem colocou a bomba com a pretensão de liquidar com os freis Policarpo e Modestino. Eram anarquistas, socialistas, enfim, anticlericais em geral são apontados como os responsáveis. A intensificação dos jogos de poder no Sul catarinense implicou também a construção de um imaginário sobre o perigo em torno dos maçons, tidos como inimigos declarados da religião. Foram eles que jogaram as cabras do padre Luigi Marzano no poço, destruíram seu parreiral, dentre outras perseguições. Tais representações acerca do “outro” escondiam a questão central que era a busca de cada um individualmente ou de cada fração ser a única reconhecida como autoridade.

As representações manifestam-se na insistência dos entrevistados: “houve punição divina para esses malfeitores”! Os responsáveis pelos males acima mencionados tiveram morte horrível ao cabo de pouco tempo, conforme fora previsto pelos padres insultados. Afirmam que, em decorrência das perseguições e desobediências, eles haviam amaldiçoado

¹ O que se apresenta aqui é uma interpretação acerca da compreensão de cultura italiana, tida pelo clero italiano. Não se está corroborando a idéia da conservação da cultura como possível “resgate” do passado. Embora isso seja elemento para outro trabalho, concorda-se com a proposição de Cohen, de que “os grupos étnicos são formas de organização que respondem às condições políticas e econômicas contemporâneas e não vestígios de organizações passadas”. Apud CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 94.

essas localidades e elas não progrediram, sem contar uma infinidade de outros castigos divinos, reconhecendo, assim, o poder de bênção e de maldição lançados pelo padre.

Em vez de porta-vozes da italianidade, os cônsules e agentes consulares atuaram mais como porta-vozes das elites que lideraram o movimento pela Unificação da Itália. Procuram imprimir nos emigrados um sentimento nacionalista. Em primeiro plano estão os interesses econômicos, em detrimento da tutela em seu real significado. A tutela que exercem sobre os imigrantes é na perspectiva do poder. Estimulam a idéia de trabalho, de exposição de produtos agrícolas na Itália, demonstrando assim, os interesses comerciais, tanto de exportação como de importação.

Divulgam idéias visando à construção das memórias em torno da pátria, das comemorações cívicas, dos seus símbolos e heróis. Todavia, partilhar de um conceito, de um mesmo símbolo, como, por exemplo, a bandeira italiana, não significa partilhar da mesma imagem mental, de um mesmo significado. Com isso está se querendo dizer que os cônsules viam na bandeira o símbolo do nacionalismo italiano. Para os colonos também teria tal significado? Provavelmente eles a associassem ao vilarejo natal. Dessa maneira, os cônsules, por meio de um símbolo já conhecido, tentam impor novas significações. O poder dos porta-vozes autorizados não se aplicou aos sujeitos, mas permeou-os de diferentes maneiras, resultando na fabricação de um novo sujeito. Alguns se sujeitaram aos discursos, outros buscaram táticas de resistência. Enfim, a italianidade consistiu numa forma de pensamento dos nacionalistas sobre o fazer italianos em Santa Catarina.

Por último, há que se considerar a associação da italianidade ao fascismo, que se torna ferramenta para a política do Estado italiano fascista no Brasil. O controle almejado sobre os espaços de socialização, como o escolar, deu-se em vista da ampliação do sentimento do ser italiano que, para os partidários do regime, equivalia a ser fascista. Compreendendo dessa forma, é possível elucidar por que a elite de Nova Veneza denuncia Tibaldeschi à diplomacia italiana. Defensor da italianidade, Tibaldeschi não a associava ao fascismo.

O ser italiano, fascista ou não-fascista, pouca importância teve na derrocada das organizações italianas em Santa Catarina e houve uma contínua diluição da italianidade na cotidianidade desses imigrantes no Sul do Brasil. No processo dessa diluição contribuiu a política Estado-novista de Vargas (1930/45). A incisiva campanha de nacionalização, a partir de 1937, impõe restrições aos grupos étnicos, principalmente no que se refere ao uso da língua. Dessa forma, as tentativas de construção da italianidade foram diluindo-se em meio às perseguições da política varguista. A italianidade - entendida como fascismo (1922/42) -

diluiu-se no apoio dado às doutrinas totalitárias, a começar pela hierarquia católica brasileira, à ditadura de Vargas.²

Entretanto, nas décadas de 1970/80, os processos de construções identitárias voltam ao cenário das discussões, tanto na historiografia como em agrupamentos étnicos. O fenômeno da globalização, longe de impor uma homogeneização, possibilita a recrudescência das tradições étnicas, dentre as quais a italiana.³ Desse modo, os representantes consulares voltam a aproximar-se dos imigrantes italianos, e o culto à italianidade é novamente justificado pelo discurso do retorno às origens, pelo sentimento de ser italiano.

As diferentes representações e compreensões induzem a pluralizar as variáveis: catolicidades e italianidades. Esses projetos foram construções ressignificadas constantemente ao longo da trama histórica aqui narrada. A retórica do discurso, utilizada pelos porta-vozes, pretendia a construção de sujeitos segundo as suas representações. Em outras palavras, almejavam o poder simbólico. Na incessante busca desse reconhecimento para manter o monopólio, seja religioso, seja político/cultural, travam-se numerosos conflitos, cujos nexos são os jogos de poder.

² Ver em Manoel, sobre a vertente ultramontana da filosofia católica da história no século XIX. Segundo o autor, as posições dela derivadas serviram de base doutrinária para o totalitarismo de direita. MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800 - 1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

³ Uma discussão sobre as identidades culturais na atualidade pode ser encontrada em: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000; HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000; _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução: Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

FONTES

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS

A/A	- Arquivo da Autora
AE	- Acervo das Etnias – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AALF	- Arquivo da Assembléia Legislativa de Florianópolis
APICSP	- Arquivo da Província Imaculada Conceição do Brasil Meridional - São Paulo
ACS	- Acervo do Correio Riograndense - Caxias do Sul - Rio Grande do Sul
AMO	- Arquivo do Museu de Orleans
AEC	- Arquivo Eclesiástico de Curitiba
AEF	- Arquivo Eclesiástico de Florianópolis
ACICAF	- Arquivo da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas - Joinville
AHT	- Arquivo Histórico de Tubarão
AHJFS	- Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau
APNB	- Arquivo Particular de Nevton Bortolotto - Urussanga
APTVJ	- Arquivo Particular de Toni Vidal Jockem - Águas Mornas
APUESC	- Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Florianópolis
BCUFSC	- Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina
ITESC	- Biblioteca do Instituto Teológico de Santa Catarina - Florianópolis
BNRJ	- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BPESC	- Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
CMU	- Câmara Municipal de Urussanga
CMAL	- Centro de Memória da Assembléia Legislativa de Florianópolis
CFR	- Convento Franciscano de Rodeio

LIVROS TOMBO DAS SEGUINTE PARÓQUIAS

Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Rio dos Cedros
 Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Urussanga
 Paróquia Nossa Senhora da Piedade de Tubarão
 Paróquia Santa Otilia de Orleans
 Paróquia Santo Ambrósio de Ascurra
 Paróquia São Francisco de Assis de Rodeio
 Paróquia São José de Criciúma
 Paróquia São Marcos de Nova Veneza
 Paróquia São Paulo Apóstolo de Blumenau
 Paróquia São Vicente de Paulo de Luís Alves

RELATÓRIOS

Relatório do Cav. Alberto Rotti. Italianos no Sul de SC. Florianópolis, out/1895.

Estatutos (relatório) da Sociedade de Escola em Rodeio, 1899. (CFR).

Relatório do Cav. Gherardo Pio di Savóia. Italianos no Sul do Estado de SC. Florianópolis, fev/1900.

Relatório do Cav. Gherardo Pio di Savóia. A agricultura, a indústria e o comércio no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, jan/1901.

Relatório do Cav. Gherardo Pio di Savóia. Italianos no Norte de SC. Florianópolis, set/1901.

Relatório do Cav. Gherardo Pio di Savóia. Condições econômicas e comerciais no Estado de Santa Catarina em 1900. Jun/1902.

Relatório de Giuseppe Caruso MacDonald. O Estado de SC e a colonização Italiana. Florianópolis, out/1906.

Relatório sobre as escolas tirolesas da Paróquia de Rodeio. Rodeio, 18/05/1910. (CFR).

Relatório de Ranieri Venerosi Pesciolini. As colônias italianas no Brasil Meridional. 1913.

Relatório dos franciscanos ao Núncio Apostólico Monsenhor José Aversa. Rodeio, 1913. É o mais longo relatório dos franciscanos. Frei Policarpo era pároco, frei Lucínio pela terceira vez era transferido para Rodeio, após breve estada em Santo Amaro da Imperatriz. Tradução: Eleonora Castelli. (CFR).

Relatório (abaixo-assinado) entregue ao padre Giovanni Canônico para ser levado ao conhecimento da suprema autoridade eclesiástica em Roma. Ascurra, mai./1914. (AHJFS).

Memórias de frei Modestino Oechtering. In: Documento avulso. [195 - ?]. (APICSP).

Relatório de frei Modestino Oechtering, intitulado Ilmo Sr. Querido Amigo. São Francisco do Sul. [s.d.]. (AHJFS).

OFÍCIOS - (APUESC)

Ofício do agente consular José Agostinho Demaria ao Presidente da Província, Alfredo D'Escragnolle Taunay. Florianópolis, 24/08/1876.

Ofícios do agente consular José Agostinho Demaria ao Presidente da Província, José Bento de Araújo. Florianópolis, 10/01/1877; 18/01/1877; 08/03/1877; 04/05/1877; 25/07/1877; 13/02/1877; 26/12/1877; 22/03/1877; 23/10/1877; 01/10/1878.

Ofícios do agente consular José Agostinho Demaria ao Presidente da Província, Antônio d'Almeida Oliveira. Florianópolis, 01/12/1879; 05/01/1880; 21/01/1880; 16/02/1880; 24/02/1880; 13/03/1880.

Ofício do agente consular José Agostinho Demaria ao Vice-Presidente da Província, Manuel Pinto de Lemos. Florianópolis, 29/05/1880.

Ofícios do agente consular José Agostinho Demaria ao Vice-Presidente da Província, Manuel Pinto de Lemos. Florianópolis, 29/05/1880; 08/06/1880; 25/06/1880.

Ofícios do agente consular José Agostinho Demaria ao Presidente da Província, João Rodrigues Chaves. Florianópolis, 06/09/1880; 02/10/1880; 08/06/1881.

Ofício do agente consular José Agostinho Demaria ao Diretor da colônia Itajaí e Príncipe Dom Pedro. Florianópolis, 06/07/1881.

Ofício do cônsul Mário Compagnoni ao Presidente da Província Augusto Fausto de Souza. Florianópolis, 09/07/1889.

Ofício do agente consular Virgílio José Vilella ao Presidente do Estado, Cristóvão Nunes Pires. Florianópolis, 26/10/1893.

Ofício do chanceler do consulado, Giovanni Strambio Schutel ao Presidente do Estado, Cristóvão Nunes Pires. Florianópolis, 28/11/1893.

Ofício do chanceler do consulado Giovanni Strambio Schutel ao governador do Estado, Coronel Antônio Moreira César. Florianópolis, 26/07/1894.

Ofício do chanceler do consulado Giovanni Strambio Schutel ao Vice-Governador do Estado, Polidoro Olavo de S. Tiago. Florianópolis, 26/12/1894.

Ofício do cônsul Alberto Rotti ao vice-governador do Estado, Polydoro Olavo de Santiago. Florianópolis, 29/10/1895.

Ofício do cônsul Alberto Rotti ao governador Hercílio Luz. Florianópolis, 20/10/1895.

Ofício de Antônio Remor, secretário do consulado ao governador Felipe Schmidt. Florianópolis, 24/11/1898.

Ofícios do cônsul Gherardo Pio di Savóia ao governador Felipe Schmidt. Florianópolis, 19/12/1898; 11/11/1899.

Ofício do cônsul Gherardo Pio di Savóia ao governador Felipe Schmidt. Florianópolis, 30/07/1900.

Ofício do cônsul Gherardo Pio di Savóia ao secretário dos negócios do interior e da justiça, José Teixeira Raposo. Florianópolis, 02/08/1900.

Ofícios do cônsul Gherardo Pio di Savóia a Felipe Schmidt. Florianópolis, 10/09/1900; 01/09/1901; 24/09/1902.

Ofício do Superintendente Jacintho de Brida ao vice-governador do estado, Vidal Ramos. Urussanga, 02/03/1903.

Ofícios de Lucas Bez Batti ao vice-governador, Vidal Ramos. Urussanga, 18/08/1903; 11/01/1904; 21/03/1905.

Ofício de Lucas Bez Batti e do Presidente do Conselho, Arcângelo Bianchin, ao vice-Governador Vidal Ramos. Urussanga, 26/09/1904.

Ofício ao Presidente do Congresso Representativo, governador interino do Estado de SC, Antônio Pereira da Silva e Oliveira Florianópolis, 21/12/1904.

Ofício do Conselho Municipal de Urussanga: Antônio Remor, Antônio Cechinel, Edgar da Cunha Carneiro, Arcângelo Bianchin, Sebastião Bez Fontana, ao Governador Gustavo Richard. Urussanga, 02/01/1906.

Ofícios do cônsul Giuseppe Caruso MacDonald ao governador Gustavo Richard. Florianópolis, 16/08/1906; 29/07/1908; 13/01/1909; 13/05/1909.

Ofício de Lucas Bez Batti ao governador Gustavo Richard. Urussanga, 19/06/1907.

Ofício de João Fernandes de Souza, superintendente de Araranguá, ao Governador Gustavo Richard. Araranguá, 09/08/1907.

Ofício de Lucas Bez Batti ao governador Gustavo Richard. Urussanga, 20/12/1909.

Ofícios do cônsul Adelchi Gazzurelli ao governador do estado, Gustavo Richard. Florianópolis, 12/01/1910; 14/01/1910; 04/02/1910. Tradução: Eleonora Castelli.

Ofícios do regente consular Antônio Pais a Gustavo Richard. Florianópolis, 23/11/1910; 10/12/1910. Tradução: Eleonora Castelli.

Ofício de Lucas Bez Batti ao governador Vidal Ramos. Urussanga, 06/01/1911.

Ofício do cônsul Emílio Eles ao governador Vidal José de Oliveira Ramos. Florianópolis, 09/05/1911.

Ofício de João Fernandes de Souza, superintendente de Araranguá, ao Governador Vidal Ramos. Araranguá, 31/10/1911.

Ofício do cônsul Luigi Petrocchi ao secretário geral do governo, Lebon Regis. Florianópolis, 04/07/1913.

Ofício do cônsul Luigi Pertocchi a Vidal José de Oliveira Ramos. Florianópolis, 10/05/1914.

Ofício do cônsul Bruno Zucculin ao governador Felipe Schmidt. Florianópolis, 14/11/1915.

Ofício do cônsul Bruno Zucculin a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Florianópolis, 09/10/1916. Tradução: Clarícia Otto.

Ofícios de Lucas Bez Batti ao governador Felipe Schmidt. Urussanga, 21/06/1916; 28/10/1916; 10/11/1916.
 Ofício de Pedro Augusto da Cunha, chefe da seção de Estatística do Tesouro do Estado. Florianópolis, 10/07/1916.
 Ofício do cônsul Attilio Carnelutti ao governador Felipe Schmidt. Florianópolis, 27/06/1917.
 Ofício do cônsul Michele Brando ao governador Hercílio Luz. Florianópolis, 22/09/1919.
 Ofício do cônsul Gaetano Vecchiotti a Hercílio Luz. Florianópolis, 30/08/1924.
 Ofício do cônsul Cesare Marsioli a Hercílio Luz. Florianópolis, 16/11/1925.
 Ofício do cônsul Sestino Mauro ao governador Adolfo Konder. Florianópolis, 21/12/1926.
 Ofício do vice-cônsul Sestino Mauro a Cid Campos, Secretário do Interior e Justiça. Florianópolis, 30/11/1928.
 Ofício do vice-cônsul Sestino Mauro ao secretário do Interior e da Justiça, Manoel Pedro da Silveira. Florianópolis, 17/09/1931.

CARTAS, ABAIXO-ASSINADOS, TELEGRAMAS E PANFLETOS

Telegrama de João Cabral, superintendente de Tubarão, ao governador Hercílio Luz. Tubarão, 16/03/1897. (APUESC)
 Carta de Dom José de Camargo Barros a Frei Lucínio Korte. Curitiba, 17/05/1897. (CFR).
 Carta de Giacomo Fávero ao Frei Lucínio Korte. Rodeio, 04/08/1900. Tradução: Eleonora Castelli. (AEF).
 Carta do Frei Lucínio Korte ao cônsul Gherardo Pio di Savóia. Rodeio, 02/02/1902. (CFR).
 Carta do Pe. Giacomo Vicenzi ao Frei Lucínio Korte. Rio de Janeiro, 26/07/1904. (CFR).
 Carta de Antônio Ferraro, comissário de polícia de Urussanga. Minas, 08/10/1904. (BCUFSC).
 Carta “Mandamento” de Dom Duarte Leopoldo e Silva. Rodeio, 12/10/1905. (CFR).
 Panfleto de Frei Nicodemos Grundhoff aos *Carissimi Parochiani di Ascurra*. Rodeio, 21/11/1905. Tradução: Claricia Otto. (CFR).
 Carta de Dom Duarte Leopoldo e Silva ao Frei Nicodemos Grundhoff. Curitiba, 02/02/1906. (AEC).
 Panfleto de Frei Nicodemos Grundhoff. *Avviso*. Rodeio, 09/06/1906. Tradução: Claricia Otto. (CFR).
 Carta de Frei Nicodemos Grundhoff a Dom Duarte Leopoldo e Silva. Rodeio, 15/06/1906. (AEC).
 Carta de Cipriano Dall’Acqua aos professores das escolas italianas. São Paulo, 24/01/1907. Tradução: Claricia Otto. (APNB).
 Carta de Frei Lucínio Korte ao Ministro da Educação italiano. Rodeio, 05/12/1907. Tradução: Eleonora Castelli. (AHJFS).
 Carta de Giovanni Pedrelli ao Frei Lucínio Korte. Pomeranos, 27/03/1908. Tradução: Eleonora Castelli. (AEF).
 Cartas do cônsul Giuseppe Caruso MacDonald ao Frei Lucínio Korte. Florianópolis, 09/06/1908; 22/06/1908. Tradução: Eleonora Castelli. (CFR).
 Carta de Virgílio Campestrini ao Padre Lucínio Korte. Rio dos Cedros, 15/06/1908. Tradução: Eleonora Castelli. (AEF).
 Carta de Andrea Largura a Dom João Becker. Rio dos Cedros, 27/01/1909. Tradução: Eleonora Castelli. (AEF).
 Carta de Eugênio Uber a Dom João Becker. Pomeranos (Rio dos Cedros), 20/03/1909. Tradução: Eleonora Castelli. (AEF).
 Carta de Luigi Purim a Dom João Becker. Rio dos Cedros, 18/01/1909. Tradução: Eleonora Castelli. (AEF).

- Carta e abaixo-assinado dos fabriqueiros de Rio dos Cedros a Dom João Becker. Rio dos Cedros, 05/05/1910. Tradução: Eleonora Castelli. (AEF).
- Carta de Dom João Becker ao Padre Chrysóstomo Adams. Florianópolis, 13/06/1910. (AEF).
- Carta de 5/6 *malguerni* ao redator do jornal *L'Amico*. Caminho dos Tiroleses, 28/12/1910. Tradução: Eleonora Castelli. (CFR).
- Carta do Frei Fidelis Kamp a Dom João Becker. Rodeio, 31/01/1911. (AEF).
- Carta dos freis Policarpo Schuhen, Fidélis Kamp, Modestino Oechtering, Capistrano Eising e Lactus Hönzes (?) a Dom João Becker. Rodeio, 06/07/1911. (AEF).
- Carta do Frei Polycarpo ao Bispo João Becker. Rodeio, 27/08/1911. (AEF).
- Carta de um correspondente de Guaricanas aos Reverendíssimos padres de Rodeio. Guaricanas, 22/12/1912. Tradução: Eleonora Castelli. (AEF).
- Carta do inspetor escolar Luigi Peroni ao professor Pasquale Zaccaron e aos colonos de Urussanga Baixa. Urussanga, 22/04/1913. Tradução: Clarícia Otto. (APNB).
- Carta do cônsul Luigi Petrocchi ao professor Pasquale Zaccaron. Florianópolis, 28/05/1913. Tradução: Clarícia Otto. (APNB).
- Carta do Pe. Giovanni Canônico ao Frei Policarpo Schuhen. Ascurra, 19/07/1913. Tradução: Eleonora Castelli. (CFR).
- Carta ao Revmo Monsenhor Pe. Francisco Topp. Rio dos Cedros, 22/07/1913. (AEF).
- Carta dos fabriqueiros de Ascurra a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Ascurra, 15/09/1914. Tradução: Eleonora Castelli. (AEF).
- Cópia da carta ao P. Guandiano Fulgenzio, Convento S. Bernardino - Via Grazioli, Trento - 1914. Tradução: Eleonora Castelli. (CFR).
- Abaixo-assinado enviado a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Orleans, 10/01/1915. (AEF).
- Depoimento do Pe. Afonso Vergnano. Orleans, 18/02/1915. (AHT).
- Carta de Pedro Moretto a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Ascurra, 04/03/1915. Tradução: Eleonora Castelli. (AEF).
- Carta de Marcello Barbeta ao Padre Giovanni Cybeo. Ascurra, 18/04/1915. Tradução: Eleonora Castelli. (AEF).
- Carta de José Thomaz da Silva ao Exmo. Pe. Francisco Topp. Orleans, 28/02/1915. (AEF).
- Carta do cônsul Bruno Zucculin a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Florianópolis, 09/08/1916. (AEF).
- Carta do frei Crysólogo Kampmann, ministro provincial dos franciscanos, a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Curitiba, 19/08/1916. (AEF).
- Carta do padre Ângelo Alberti a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Ascurra, 28/12/1916. (AEF).
- Carta do padre Solano Schmitt a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Rio dos Cedros, 08/01/1917. (AEF).
- Carta/resposta de Dom Joaquim Domingues de Oliveira ao padre Solano Schmitt. Florianópolis, 14/01/1917. (AEF).
- Carta do padre Ângelo Alberti a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Ascurra, 06/06/1917. (AEF).
- Carta de Dom Joaquim Domingues de Oliveira ao padre Ângelo Alberti. Florianópolis, 28/07/1917. (AEF).
- Carta de José da Fonseca Nunes de Oliveira a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. São Joaquim, 01/10/1918. (AEF).
- Carta de Frei Polycarpo Schuhen a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Rodeio, 20/03/1921. (AEF).
- Cartas do Pe. Miguel Giacca a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Nova Veneza, 29/10/1924; 15/10/1926; 17/06/1929; 11/02/1932; 02/08/1932. (AEF).

Abaixo-assinado, com 30 assinaturas, a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Rio Morto (Nova Veneza), 08/01/1929. (AEF).

Carta de Dante Moretti, presidente da Sociedade *Regina Margherita*, ao cônsul Giacomo Ungarelli. Nova Treviso, 20/09/1931. (APUESC).

Carta do Pe. Paschoal Somadosy a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Orleans, 28/12/1931.

(AEF).

Carta de Antônio Remor ao cônsul geral de Curitiba sobre a atividade antifascista de Tibaldeschi. Nova Veneza, 12/11/1931. Tradução: Claricia Otto. (APNB).

Cartas do professor Giovanni Telatin a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Orleans, 01/02/1932; 12/05/1932; 16/10/1932. (AEF).

Carta do Pe. Paschoal Somadosy a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Orleans, 27/10/1932. (AEF).

Carta de Cesare Tibaldeschi ao vice-cônsul, Giacomo Ungarelli. Alessandria, 03/02/1932. Tradução: Claricia Otto. (APNB).

Carta do cônsul geral de Curitiba Amedeo Mammalella. Curitiba, 20/08/1932. Tradução: Claricia Otto. (APNB).

Carta de Tibaldeschi ao cônsul geral de Curitiba, Amedeo Mammalella, dez./1932. Tradução: Claricia Otto. (APNB).

Carta do cônsul geral da Itália em Tanger ao Distrito Militar de Alessandria, sobre a atividade de Cesare Tibaldeschi em Tanger. 19/04/1932. Tradução: Claricia Otto. (APNB).

Carta de Renato Schejola, capitão da Companhia de Alessandria, ao Comando do Distrito Militar em Congedo. 14 de junho de 1938. Tradução: Claricia Otto. (APNB).

Cartas do Pe. Pedro Baldoncini a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Criciúma, 28/11/1940; 13/12/1940. (AEF).

Cartas do Pe. Pedro Baldoncini ao vigário geral da Diocese de Florianópolis, Monsenhor Harry Bauer. Criciúma, fev./1942; 25/12/1942. (AEF).

Carta de Harry Bauer ao Pe. Pedro Baldoncini. Florianópolis, 18/03/1942. (AEF).

Carta de Paulo Prais a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Criciúma, 09/06/1942. (AEF).

Carta do Pe. Miguel Giacca a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Nova Veneza, 06/04/1943. (AEF).

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS

O EPISCOPADO BRASILEIRO ao Clero e aos Fiéis da Igreja do Brasil. São Paulo: J. Seckler, 1890. (ITESC).

Dom José de Camargo Barros. Carta Pastoral saudando aos seus diocesanos no dia de sua sagração. Curitiba: Paranaense, 1900. (AEC).

PASTORAL COLETIVA do episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis das duas Províncias Eclesiásticas do Brasil. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1900. (AEC).

COLEÇÃO de Pastorais, circulares, mandamentos de Dom José de Camargo Barros. Curitiba: Paranaense, 1900. (AEC).

BOLETIM ECLESIAÍSTICO da Diocese de Curitiba. Ano I, Curitiba, 02/03/1900, n. 3. (AEC)

BOLETIM ECLESIAÍSTICO da Diocese de Curitiba. Ano I, Curitiba, 06/04/1900, n. 4. (AEC).

BOLETIM ECLESIAÍSTICO da Diocese de Curitiba. Ano I, Curitiba, jul./1900, n. 7. (AEC).

BOLETIM ECLESIAÍSTICO da Diocese de Curitiba. Ano II, Curitiba, jul. e agos./1901, n. 4. (AEC).

- BOLETIM ECLESIAÍSTICO da Diocese de Curitiba. Ano II, Curitiba, nov.dez./1901, n. 6. (AEC)
- BOLETIM ECLESIAÍSTICO da Diocese de Curitiba. Justa aspiração. Curitiba: 1906, n. 6. (AEC).
- Dom João Becker. Primeira Carta Pastoral ao clero e ao povo de sua Diocese. Porto Alegre: Tip. do Centro, 1908. (AEF).
- Dom João Becker. Segunda Carta Pastoral. Sobre as escolas paroquiais. Florianópolis: Tip. Brasil, 1909. (AEF).
- Dom João Becker. Carta Pastoral. *Pro Ecclesia et Pontífice*. Petrópolis: Vozes, 1911. (AEF). (AEF).
- PASTORAL COLETIVA dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, S. Paulo, Cuiabá e Porto Alegre. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1911. (AEF).
- Dom João Becker. Quinta e última Carta Pastoral. Florianópolis: Tip. d'A Época, 1912. (AEF).
- Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Carta Pastoral saudando aos seus diocesanos. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1914. (AEF).
- CONSTITUIÇÕES ECLESIAÍSTICAS do Brasil. Nova edição da Pastoral Coletiva de 1915, adaptada ao Código de Direito Canônico, ao Concílio Plenário Brasileiro e às recentes decisões das Sagradas Congregações Romanas. [S.l: s.n.]. (AEF).
- RESENHA ECLESIAÍSTICA da Diocese de Florianópolis, n. 1, out./1916. (AEF).
- RESENHA ECLESIAÍSTICA, Florianópolis, n.1, fev./1918. (AEF).
- PRIMEIRO SÍNODO da Diocese de Florianópolis. Florianópolis: Tip. Brasil, 1910. (ITESC).
- SEGUNDO SÍNODO Diocesano de Florianópolis. Florianópolis: Livraria Cisne, 1919. (ITESC).
- TERCEIRO SÍNODO Diocesano de Florianópolis: [s.n.], 1925. (ITESC).
- Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Carta Pastoral sobre o Problema da Instrução. Florianópolis: Livraria Cisne, 1920. (AEF).
- Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Carta Pastoral. Florianópolis: 1923. (AEF).
- CONCILII plenarii americae latinae. *Acta et decreta concilii plenarii americae latinae*. Romae: Typis Vaticanis. Imprimatur. [s.n.]. (ITESC).
- Leão XIII (Papa). Sobre a maçonaria (*Humanun Genun*). 2. ed. Documentos Pontifícios n. 13, Petrópolis: Vozes, 1948. (ITESC).
- DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS, n. 36. Sobre os erros do naturalismo e liberalismo (Encíclica *Quanta Cura e o Silabo*). 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1959. (ITESC).

DOCUMENTOS DIVERSOS

- DECRETOS do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. (APTVJ).
- Mensagem do governador Felipe Schmitd apresentada ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina, 1915. (APUESC)
- Mensagem do governador Felipe Schmidt ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 1916. (APUESC).
- BOLETIM ao Povo Católico de Tubarão, fevereiro de 1930. (AHT).
- MANIFESTO do Partido Católico de Tubarão. Tipografia A Paz, Tubarão, fevereiro de 1931. (AHT).
- SCHUHEN, Polykarp. Gefahrenquellen für Leib und Seele. In: METZLER, Franz. *Die Katholikenversammlung Porto Novo 1934*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1934. Tradução: André Carlos Werle.

TIBALDESCHI, Giorgio. *Attività antifascista svolta dal tenente Tibaldeschi Cesare*. Edizione “pró manuscripto” em 15 exemplares numerados. Vercelli: 1984, cópia n. 15. Tradução: Claricia Otto. (APNB).

Chronica Provinciae Immaculatae Conceptionis Brasiliae Meridionalis. 1926. Cronista: Frei Cletus Espey. Tradução: Valberto Dirksen. (APICSP).

Crônica do Convento Franciscano de Rodeio: *In Nomine Domine*. Redação: frei Lucínio Korte. Tradução do latim: Aléssio Berri; Material *Zur Chronik dès Conventes Rodeio*. Redação: frei Estanislau Schaette. Tradução: Anneliese Wilhelm. (AHJFS e CFR).

REVISTAS

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Petrópolis, v. 29, mar./1969. (ITESC).

_____. Petrópolis, n. 1, 1942. (ITESC).

_____. Petrópolis, n. 12, set./1949. (ITESC).

_____. Petrópolis, n. 40, dez./1970. (ITESC).

_____. Petrópolis, v. 34, fasc. 135, set./1974. (ITESC).

_____. Petrópolis, v. 35, fasc. 139, set./1975. (ITESC).

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO. Rio de Janeiro: v. 314, jan.e mar./ 1977. (BPESC).

REVISTA BLUMENAU EM CADERNOS. Fundação Cultural de Blumenau. Blumenau: jun./1978, n. 6, v. 19.

REVISTA ENCONTROS TEOLÓGICOS. Florianópolis, n. 19, 1995. (ITESC).

REVISTA PANORAMA. Publicação da Costa Editorial & Gráfica. Ano I. Urussanga, 1999, n. 1. (CMU).

_____. Publicação da Costa editorial & Gráfica. Ano II. Urussanga, 09/08/2000, n. 2. (CMU).

INSIEME. Curitiba, Somo, n. 60, dez./2003.

REVISTA DE HISTÓRIA. São Paulo, UNICAMP, 1991. (BCUFSC).

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Comércio. Desterro, ano XII, 22/09/1891, n. 176. (BPESC).

L'Operaio. Florianópolis, 09/08/1896, n. 6. (BPESC).

L'Operaio. Florianópolis, 23/08/1896, n. 8. (BPESC).

L'Operaio. Florianópolis, 30/08/1896, n. 9. (BPESC).

La Patria. Urussanga, 1901-1902. (BNRJ).

A Estrella. Curitiba, 17/05/1903, n. 6. (AEC).

A Estrella. Curitiba, 07/06/1903, n. 9. (AEC).

A Estrella. Curitiba, 14/06/1903, n.10. (AEC).

A Estrella. Curitiba, 21/06/1903, n. 11. (AEC).

A Estrella. Curitiba, 28/06/1903, n. 12. (AEC).

A Estrella. Curitiba, 05/07/1903, n. 13. (AEC).

A Estrella. Curitiba, 12/07/1903, n. 14. (AEC).

A Estrella. Curitiba, 19/07/1903, n. 15. (AEC).

A Verdade. Florianópolis, 08/09/1904, n. 91. (BPESC).

O Escopro. Tubarão, 28/11/1906, n. 8. (AHT).

O Escopro. Tubarão, 11/01/1907, n. 9. (AHT).

Il Colono. Urussanga, 21/10/1904, n.1. (BCUFSC).

A Yergasta. Urussanga, 08/12/1904, ano I, n. 1. (BCUFSC).

O Sol. Laguna, 11/10/1905, n. 5. (BPESC).

La Colonia. Urussanga, 15/10/1909, n. 19. (BCUFSC).

La Colonia. Urussanga, 01/01/1910, n. 24. (BCUFSC).
L'Amico. Rodeio, 04/09/1910, n. 35. (APICSP).
L'Amico. Rodeio, 18/09/1910, n. 37. (APICSP).
L'Amico. Rodeio, 25/09/1910, n. 38. (APICSP).
Blumenauer Zeitung. Blumenau, 02/05/1911. (AHJFS).
Blumenauer Zeitung. Blumenau, 05/05/1911. (AHJFS).
Blumenauer Zeitung. Blumenau, 09/05/1911. (AHJFS).
L'Alpino. Florianópolis, 18/8/1912, n.1. (BPESC).
La Voce del Parroco in Famiglia. Acurra, 1914, n. 3. (CFR).
Folha do Sul. Orleans, 18/02/1915. (AHT).
A Opinião. [S.l.], 25/02/1915. (BPESC).
La Nuova Urussanga. Urussanga, 30/09/1917, n. 1. (AHT).
Vita Coloniale. Florianópolis, 15/08/1917, n.1. (BPESC).
Vita Coloniale. Florianópolis, 01/11/1917, n. 5. (BPESC).
Vita Coloniale. Florianópolis, 15/02/1918, n. 12. (BPESC).
Vita Coloniale. Florianópolis, 15/05/1918, n. 18. (BPESC).
Vita Coloniale. Florianópolis, 01/06/1918, n. 19. (BPESC).
Vita Coloniale. Florianópolis, 15/06/1918, n. 20. (BPESC).
Vita Coloniale. Florianópolis, 01/08/1918, n. 23. (BPESC).
Vita Coloniale. Florianópolis, 20/09/1918, n. 26. (BPESC).
Vita Coloniale. Florianópolis, 01/11/1918, n. 11. (BPESC).
O Albor. Laguna, 15/01/1911, n. 427. (AHT).
O Albor. Laguna, 02/02/ 1919, n. 790. (AHT).
O Albor. Laguna, 16/02/1919, n. 792. (AHT).
O Albor. Laguna, 01/03/1919, n. 794. (AHT).
O Albor. Laguna, 11/05/1919, n. 804. (AHT).
O Albor. Laguna, 23/05/1920, n. 857. (AHT).
O Albor. Laguna, 02/11/1940. (AHT).
O Dever. Laguna, 05/01/1919, n. 29. (AHT).
O Dever. Laguna, 09/02/1919, n. 34. (AHT).
A Imprensa. Tubarão, 28/09/1919, n.10. (AHT)
O lápis.Tubarão, 21/03/1920, ano IV, n. 156. (AHT).
Gazeta Brusquense. Brusque, 07/08/1918, n. 2. (BPESC).
Gazeta Busquense. Brusque, 04/06/1927, n. 22. (BPESC).
O Escudo. Rodeio, 07/07/1927. (CFR).
O Cruzeiro. Tubarão, 24/05/1931, n.8. (AHT).
O Cruzeiro. Tubarão, 28/06/1931, n. 13. (AHT).
O Liberal. Tubarão, 23/02/1930, n. 15. (AHT).
O Liberal. Tubarão, 01/01/ 1931, n. 47. (AHT).
O Liberal. Tubarão, 22/03/1931, n. 58. (AHT).
O Liberal. Tubarão, 29/03/1931, n. 59. (AHT).
O Liberal. Tubarão, 05/04/1931, n. 60. (AHT).
O Liberal. Tubarão, 21/06/1931, n. 71. (AHT).
O Liberal. Tubarão, 28/06/1931, n. 72. (AHT).
O Liberal. Tubarão, 27/09/1931, n. 85. (AHT).
La Tribuna. Florianópolis, 01/02/1932, n.1. (BPESC).
Correio do Sul. Laguna, 23/10/1932, n. 43. (AHT).
Correio do Sul. Laguna, 13/11/1932, n. 46. (AHT).
O Semeador. Rodeio, 18/06/1938, n.27. (BPESC).
Tribuna Criciúmens. Criciúma, 21/05/1966. (APUESC).

TRADUÇÃO DOS PERIÓDICOS:

- *Blumenauer Zeitung*: Edith Sofhia Eimer;
- *La Colonia, O Escudo, L'Operaio, La Pátria, Il Colono, L'Alpino, La Voce del Parroco in Famiglia, La Nuova Urussanga, Vita Coloniale e La Tribuna*: Claricia Otto.

ENTREVISTAS

- Entrevista 1 - Victor Lucas. Rio do Sul, 02 de novembro de 1999. (A/A).
- Entrevista 2 - Theobaldo Costa Jamundá. Blumenau, 18 de maio de 2000. (A/A).
- Entrevista 3 - Eugênio Depiné. Rodeio, 20 de junho de 2000. (A/A).
- Entrevista 4 - Monsenhor Agenor Neves Marques. Urussanga, 30 de junho de 2000. (A/A).
- Entrevista 5 - Orlando Berri. Florianópolis, 03 de agosto de 2000. (A/A).
- Entrevista 6 - Artur Largura. Florianópolis, 26 de março de 2001. (A/A).
- Entrevista 7 - Beatriz Pellizzetti. Rio do Sul, 27 de março de 2001. (A/A).
- Entrevista 8 - Nelson Bagátoli. São José, 16 de abril de 2001. (A/A).
- Entrevista 9 - Albano Vicenzi. Pomeranos (Rio dos Cedros), 02 de maio de 2001. (A/A).
- Entrevista 10 - Luciano Moser. Pomeranos (Rio dos Cedros), 02 de maio de 2001. (A/A).
- Entrevista 11 - Lino Vicenzi, Rio dos Cedros, 02 de maio de 2001. (A/A).
- Entrevista 12 - Padre João Batista Delsale. Rio dos Cedros, 03 de maio de 2001. (A/A).
- Entrevista 13 - Iva Damiani. 84 anos de idade. Urussanga, 22 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 14 - Cesarina de Cesaro Hilbert. 93 anos de idade. Urussanga, 22 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 15 - Adélia Bettiol. 81 anos de idade. Urussanga, 22 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 16 - Adão Bettiol. 78 anos de idade. Urussanga, 22 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 17 - Jucely Lottin. 66 anos de idade. Orleans, 23 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 18 - Adelchi Cechinel. 90 anos de idade. Urussanga, 24 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 19 - Achilles De Pellegrin. 80 anos de idade. Urussanga, 24 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 20 - Zenilda Martignago De Pellegrin. 71 anos de idade. Urussanga, 24 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 21 - Nevton Bortolotto. Urussanga, 25 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 22 - Dante Ghisi. Treze de Maio, 25 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 23 - Otoni Romagna. Nova Veneza, 26 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 24 - Marino Gava. 88 anos de idade. São Bento Alto (Nova Veneza), 26 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 25 - Lídia Bortoluzzi. Nova Veneza, 26 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 26 - Aquilino Campestrini. 76 anos de idade. Rio dos Cedros, 31 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 27 - Alfredo Berri. Rio dos Cedros, 31 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 28 - Leandro Bertoldi. Rio dos Cedros, 31 de outubro de 2001. (A/A).
- Entrevista 29 - Osvaldo Hosti. Rio dos Cedros, 01 de novembro de 2001. (A/A).
- Entrevista 30 - Idalino Fretta. Tubarão, 17 de novembro de 2001. (A/A).
- Entrevista 31 - Amádio Vettoretti. Tubarão, 19 de novembro de 2001. (A/A).
- Entrevista 32 - Felix Longo. 77 anos de idade. Araponguinha (Timbó), 29 de novembro de 2001. (A/A).
- Entrevista 33 - Victor Moretto. 87 anos de idade. Saxônia (Ascurra), 29 de novembro de 2001. (A/A).
- Entrevista 34 - Olimpio Testoni. São Paulo (Ascurra), 30 de novembro de 2001. (A/A).
- Entrevista 35 - Emmembergo Bazzanella. 74 anos de idade. Apiúna, 30 de novembro de 2001.

(A/A).

Entrevista 36 - Arnaldo Escaravaco. Urussanga, 13 de dezembro de 2002. (A/A).

Entrevista 37 - Irma Crevanzzi Bortoluzzi. Nova Veneza, 19 de dezembro de 2002. (A/A).

Entrevista 38 - Eda Gorini Burigo. Nova Veneza, 19 de dezembro de 2002. (A/A).

Entrevista 39 - Raimundo Campos Caruso (neto de Giuseppe Caruso MacDonald).

Florianópolis, 19 de julho de 2004. (A/A).

BIBLIOGRAFIA

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 1981.

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750 - 1822. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

ALTOÉ, Valeriano. Napolitanos, “nuvens e gafanhotos”? In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione G. Agnelli, 1996, p. 434 -446. viii.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

A ARQUIDIOCESE de Curitiba na sua história. [S.l.: s.n.], 1956.

A ARQUIDIOCESE de Florianópolis. [Florianópolis], [s.n.], 1951.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral - reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. 1989. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil**: um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo: Paulinas, 1986.

ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de; CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Italianos no Brasil ou a pátria recriada. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987. vi.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos**: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: a Nação/IEL, 1975.

AZZI, Riolando. **A igreja e os imigrantes**: A fixação da imigração italiana e a implantação da obra escalabriniana no Brasil (1904 - 1924). São Paulo: Paulinas, 1988a. vii.

_____. **A igreja e os imigrantes**: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884 - 1904). São Paulo: Paulinas, 1987. vi.

_____. **A obra de Dom Bosco em Santa Catarina:** a atuação salesiana em prol dos imigrantes 1916 - 1941. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1988b. vi.

_____. **O clero no Brasil:** uma trajetória de crises e reformas. Brasília: SER, 1992.

_____. **O estado leigo e o projeto ultramontano.** São Paulo: PAULUS, 1994. v4. (História do pensamento católico no Brasil).

7

_____. O movimento brasileiro de Reforma Católica durante o século XIX. In: REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Petrópolis, v.34, n. 135, p. 648, set./1974.

_____. Fé e italianidade: a atuação dos escalabrinianos e dos salesianos junto aos imigrantes. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre; Torino: EST; Ed. Fondazione G. Agnelli, 1990. vii.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

BAHLMANN, Amando. História da Missão Brasileira dos Frades Menores de São Francisco da Província da Santa Cruz da Saxônia. In: REVISTA VIDA FRANCISCANA. [São Paulo], ano LII, n. 48. jul./1975.

_____. O restaurador da Ordem no Brasil. In: REVISTA VIDA FRANCISCANA. [São Paulo], n. 2, mai./1929.

_____. Memórias inacabadas. In: COLEÇÃO CENTENÁRIO. São Paulo: Província Franciscana, n. 11, [199 -?].

BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade:** história da imigração italiana no Brasil: os Vênetos em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 1999.

BARROS RIBEIRO, Maria Eurydice de. A volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **História no plural.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

BARROS, Roque Spenser Maciel de. A questão religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacir. **História geral da civilização brasileira:** o Brasil monárquico. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985, tomo II, p. 338 - 365. 4º v.

BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Colônia italiana, religião e costumes.** Porto Alegre: EST, 1981.

BELOLLI, Mário. A colonização italiana na região de Criciúma (1880 - 1925) In: PIAZZA, Walter F. et al. **Italianos em Santa Catarina.** Florianópolis: Lunardelli, 2001.

BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a revolução de 30, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira:** o Brasil republicano: economia e cultura (1930 - 1964). 2. ed. São Paulo: Difel, tomo III, 1986, 4º v.

_____. A Igreja frente aos Estados Liberais: 1880 - 1930. In: DUSSEL, Enrique (Org.). **Historia liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina**. Tradução: Rezende Costa. São Palo: Paulinas, 1992.

_____. O clero italiano no Brasil. In: DE BONI, Luís Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, Torino: Fondazione G. Agnelli, 1987. vi.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Tradução: José Carlos Barcellos. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1985 (Coleção sociologia e religião, 2).

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERRI, Aléssio. **A igreja na colonização italiana no Médio Vale do Itajaí**. Blumenau: Casa Dr. Blumenau, 1988, 224 p.: il.

_____. A luta dos italianos contra a opressão do comércio de Blumenau. In: _____. **Imigrantes italianos criadores de riquezas**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1993.

BERTONHA, João Fábio. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BESEN, José Artulino. Igreja e política em Santa Catarina. In: REVISTA ENCONTROS TEOLÓGICOS. Florianópolis, n.19, p. 68 - 69, 1995.

_____. Monsenhor Francisco Xavier Topp: o institucionalizador da igreja catarinense. **Encontros Teológicos**, Florianópolis, n. 2, p. 27 - 32, 1990.

BIFF, Claudino. **Crônicas da Diocese de Tubarão**. Tubarão: Coan, 1997.

BOHN, Antônio Francisco. **Padre José Maria Jacobs e o catolicismo em Blumenau**. Blumenau: Três de Maio, 2001.

BOIA, Lucian. **Pour une histoire de l' imaginaire**. Paris: Les Belles Lettres, 1998.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **A primeira página de colonização italiana em Santa Catarina**. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística e Publicidade. n. 11, 1939.

BONA, Filomena; VALANDRO, Ede Maria. **Madre Maria Avosani**. Rio do Sul: JAWI, 1981.

BORTOLAZZO, Paolo. Presença scalabriniana entre os imigrantes no Rio Grande do Sul: 1896/1919. In: DE BONI, Luís Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, Torino: Fondazione G. Agnelli, 1996. viii.

BORTOLOTTO, Zulmar H. **História de Nova Veneza**. Prefeitura Municipal de Nova Veneza, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas:** o que falar quer dizer. Tradução: Sérgio Micelli et al. São Paulo: EDUSP, 1996. (Clássicos 4).

_____. **A dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002a. 160 p.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** Tradução: Sérgio Miceli et al. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. **Coisas ditas.** Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **O poder simbólico.** Tradução: Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002b. 322p.

BRUNEAU, Thomas C. **O catolicismo brasileiro em época de transição.** São Paulo: Loyola, 1974.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre a mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. In: **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 64, fev./1988.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão. In: _____; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (Orgs.). **Feminização do magistério:** vestígios do passado que marcam o presente. Bragança Paulista, EDUSF, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARUSO, Mariléa M. Leal; CARUSO, Raimundo C. **Índios, baleeiros e imigrantes:** a aventura histórica catarinense. Tubarão: UNISUL, 2000. 368 p.: il.; col.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Nelly de. **Publicidade:** a linguagem da sedução. São Paulo: Ática, 1998.

CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução: Epharaim Ferreira Alves. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano de Cultura, 1992.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. **A expansão da igreja em Santa Catarina, a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892 - 1920)**. 1988. 198 f. Dissertação. (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CORSETTI, Berenice. O crime de ser italiano: a perseguição do Estado Novo. In: DE BONI, Luís Alberto. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, Torino: Fondazione G. Agnelli, 1987. vi.

COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **História no plural**. Brasília: UnB, 1994.

COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Assim vivem os italianos**. Porto Alegre; Caxias do Sul: EST/UCS, 1982. vi.

COSTA, Sandro Roberto da. **Processo de decadência e tentativas de reforma na Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, 1810 - 1855**. 2000. Tese. (Doutorado em História). Facultas Historiae Ecclesasticae, Pontificia Universitas Gregoriana.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Maria Teresa dos Santos. **Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 150 p. (Historial, 2).

DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, Porto Alegre: EST, Florianópolis: Lunardelli, 1983.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na primeira república**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. 296p.

_____. A menina dos olhos: a Diocese de Florianópolis e a educação escolar na Primeira República. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG, 1999, 216 p.

_____. **A sombra do campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí-Açu (1892 - 1919).** 1993. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

_____. (Org.). **Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República.** Florianópolis: Cidade Futura, 2003. 312 p.

_____. Trentinos e italianos na Colônia Blumenau e a 'sociedade de capela'. In: PIAZZA, Walter Fernando (Org.). **Italianos em Santa Catarina.** Florianópolis: Lunardelli, 2001. v1.

DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1987. vi.

_____. **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione G. Agnelli, 1990. vii

_____. **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre: EST, Torino: Fondazione G. Agnelli, 1996. viii.

_____. **Bento Gonçalves era assim.** Caxias do Sul: EST/FERVU, 1985.

_____. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: _____. **Rio Grande do Sul: imigração e colonização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____.; COSTA, Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias; Correio Riograndense, 1984.

DEEKE, José. **O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento.** Blumenau: Nova Letra, 1995.

DÈSBONNETS, Théophile. **Da intuição à instituição.** Petrópolis: Vozes, 1988.

DESTEFANI, Benvindo. Notícias históricas de Rodeio (conclusão). In: REVISTA VIDA FRANCISCANA. [Curitiba], ano 18, 1942, n. 1.

DIRKSEN, Valberto. Padre Roer, um santo sem milagres. In: REVISTA ENCONTROS TEOLÓGICOS. Florianópolis, n. 24, 1998.

DOLZAN, Janiane Cinara. **A (re)invenção da italianidade em Rodeio - SC.** 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

DUSSEL, Enrique. A Igreja no processo da organização nacional e dos Estados na América Latina (1830 - 1880). In: _____. (Org.). **Historia liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina.** Tradução: Rezende Costa. São Palo: Paulinas, 1992.

ECLESIASTES: 3, 1 - 10. In: A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 1981.

ELIAS, Norbert; SCOTSON John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EMMENDOERFER, Ernesto. O ensino particular em Blumenau. In: **Centenário de Blumenau**, 1950.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA FILHO, Joaquim Vieira. **Azambuja e Urussanga**. Niterói: Oficinas Gráficas do Diário Oficial, 1939.

FINARDI, José E. A questão escolar nas colônias italianas da antiga colônia Blumenau, In: REVISTA BLUMENAU EM CADERNOS. Fundação Cultural de Blumenau. Blumenau: Tomo XIX, n. 6, 1978.

FIORI, Neide Almeida de. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Secretaria da Educação. Florianópolis, 1975.

_____. **Colonização italiana de Ascurra**: 1876-1995. Ampliada e revisada por Amauri Alberto Buzzzi. Blumenau: Letra Viva, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. (Coleção Campo Teórico).

_____. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed., São Paulo: Loyola, 1999a.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999b. 160 p.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. ^a Guilhon Albuquerque. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhete. 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 288 p.

FURLAN, Oswaldo. Colégio Santo Antônio de Blumenau, 95 anos de Educação. In: REVISTA VIDA FRANCISCANA. [São Paulo], ano L, n. 44, jul./1973.

GALIOTO, Antônio. O significado das capelas nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1987. vi.

GASCHO, Maria de Lurdes. **Catequistas Franciscanas**: uma antecipação do “aggiornamento” em Santa Catarina, (1915 - 1965). 1998. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

GINER, Maria Isabel Corts. **Origen y desarrollo de las escuelas normales em Francia (1789-1892)**. Valencia: Promobibrio, 1985.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa. **Colônia: um conceito controverso**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

_____. **Noi tirolesi, sudditi felici di Don Pedro II**. Porto Alegre: EST, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução: Alelaine La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. 434p.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et al. São Paulo: Hucitec, 1992.

HEERDT, Moacir. **As escolas paroquiais 1890 - 1930**. 1992. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: M. Fontes, 1992.

IANNI, Constantino. **Homens sem paz**. Os conflitos e os bastidores da emigração italiana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

IOTTI, Luiza Horn. **O olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 168 p.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. 232 p.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Interpretação regional do município de Rodeio**. 1948.

JEILER, Inácio. Para compreender a História da Província da Saxônia. In: COLEÇÃO CENTENÁRIO. São Paulo: Província Franciscana, Petrópolis: Vozes, 1992.

JOCHEM, Toni Vidal. **A formação da colônia alemã Teresópolis e a atuação da Igreja Católica (1860 - 1910)**. Palhoça: Ed. do Autor, 2002. 208 p.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial: magistério e imigração alemã**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

KRISCHKE, Paulo José. **A igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. et al. 4.ed. São Paulo: UNICAMP, 1996.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: papirus, 1986.

LIMA, Maurílio César de. **Breve história da igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Restauero, 2001.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Da sagrada missão pedagógica**. Bragança Paulista: Ed. Universitária de São Francisco, 2003. (Estudos CDAPH. Série historiografia).

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil-República: cem anos de compromisso: 1889 - 1989**. São Paulo: Paulinas, 1991. 178 p.

MANFRÓI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul/Instituto Estadual do Livro, 1975.

_____. Imigração alemã e italiana - Estudo comparativo. In: **Anais do II Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros**. Caxias do Sul: EST/UCS, 1979.

MAIA, Pedro Américo. **História das Congregações Marianas no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1992.

MAINARDI, Geraldo. Médicos italianos no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione G. Agnelli, 1996. viii.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MANOEL, Ivan. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800 - 1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

MARQUES, Agenor Neves. **História de Urussanga**. Urussanga: Prefeitura Municipal de Urussanga. [ca. 1970].

MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários nas florestas do Brasil**. Tradução: João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: Ed. da UFSC/Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985.

MAZURANA, Valdemar. **Miragens e fantasmas do imigrante italiano do Sul de Santa Catarina**. 1987. Dissertação. (Mestrado em Literatura Brasileira). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

MERLOTTI, Vânia B. P. **O mito do padre entre os descendentes italianos**. Porto Alegre; Caxias do Sul: EST, 1979.

MEIER, Johannes. As ordens e as congregações religiosas na América Latina. In: DUSSEL, Enrique (Org.). **Historia liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina**. Tradução: Rezende Costa. São Paulo: Paulinas, 1992.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

_____. A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção: Sérgio Miceli. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MILANEZ, Pedro. **Fundamentos históricos de Criciúma**. Criciúma: Ed. do autor, 1991.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino em Santa Catarina: 1930 - 1940**. 1979. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

NASCIMENTO, Dorval do. **Formação histórica de Criciúma (1880-1930): a elite dominante e a formação da cidade**. 1993. Mimeografado.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NEOTTI, Lúcia. **Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas**. Rio do Sul: Continental, 1960.

NÓBREGA, Francisca. O processo coletivo de imaginar. In: TEVES, Nilda (Coord.). **Imaginário social e educação**. Rio de Janeiro: Gryphus/Faculdade de Educação da UFRJ, 1992.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e o seu funcionamento: as formas de discurso**. 2. ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2001b.

_____. **Discurso e leitura**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 2001a. (Coleção passando a limpo).

_____. **O que é lingüística**. São Paulo: brasiliense, 1986.

_____. (Org.). **Palavra, fé, poder**. São Paulo: Pontes, 1987.

OLIVEIRA, Eveli D'Ávila de. **Mais além da vitória: ritos de instituição do movimento de 30 em Florianópolis - imprensa, governo e memória**. 2001. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro A. **A religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1978.

OTTO, Clarícia. As escolas italianas entre o político e o cultural: discursos e tensões na construção de sujeitos. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas: modos de**

educação em Santa Catarina na primeira república. Florianópolis, 2003, v. 1, p. 105-140.

_____. As escolas paroquias: meta para a Igreja afirmar sua presença na sociedade. In: REVISTA BLUMENAU EM CADERNOS. Blumenau - SC, v. XLIII, n. 1/2, p. 71-81, 2002.

_____. "Avanti cari connazionali"! Tentativas de construção da italianidade em Santa Catarina. In: ESBOÇOS - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Chapecó, v. 10, p. 119-134, 2002.

_____. Entre mortos e feridos, loucos e perdidos. In: CDRoom - Anais da XXIII REUNIÃO ANUAL DA SBPH, 2004, p. 29-33. (XXIII Reunião da SBPH. Curitiba, 2003).

_____. Frei Nicodemo e o sonho do monopólio da "verdade" católica: Rodeio, SC, 1906. In: ANAIS DA XXI REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA - SBPH, 2002. p. 359-365. (XXI Reunião da SBPH. Rio de Janeiro, 2001).

_____. Giovanni Rossi: o imigrante para além da utopia. In: DREHER, Martin N (Org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST/ Cehila, 2002, p. 604 - 618.

_____. O Brasil edênico e o seu reverso no discurso do Pe. Canônico - Criciúma, SC, 1911. In: CDRoom do 1º Simpósio Internacional sobre religiões, religiosidades e cultura. 2004. (1º SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE RELIGIÕES, RELIGIOSIDADES E CULTURA. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2003).

_____. Os "filhos transviados" no desacato à lei: tensões entre a hierarquia católica e os imigrantes italianos - Rodeio, SC, 1906. In: REVISTA BLUMENAU EM CADERNOS. Blumenau - SC, v. XLII, n.11/12, p. 66-77, 2001.

_____. O herói na construção do imaginário. In: CDRoom do 1º Simpósio Nacional de História Cultural. Porto Alegre, 2002.

_____. Um italiano na lista dos subversivos. In: ESBOÇOS - Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 11, p. 93-104, 2004.

PELLIZZETTI, Beatriz. **Pioneirismo italiano no Brasil Meridional**: estudo de caso. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1981.

PETRONE, Maria Theresa. Política imigratória e interesses econômicos: 1824 - 1930. In: **Emigrazioni europee e popolo brasiliano**. Atti del congresso euro-brasiliano sulle migrazioni (1895: São Paulo). Roma: Centro di Studi Emigrazione, 1987.

PIAZZA, Walter F. **A igreja em Santa Catarina: notas para sua história.** Florianópolis: Governo do Estado de SC, 1977.

_____. O dinamismo religioso: séc. XIX e XX. In: _____. **Santa Catarina: sua história.** Florianópolis: Lunardeli/Ed. da UFSC, 1983.

_____. Perspectivas de estudo da herança cultural italiana em Santa Catarina. In: _____. **Italianos em Santa Catarina.** et al. Florianópolis: Lunardelli, 2001. vii.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney ou como entender os meandros da linguagem do poder.** São Paulo: Hucitec, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de civitella Val di Chiana. Toscana: 29 de junho de 1940: mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação G. Vargas, 1996.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução: Élcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1998.

RABUSKE, Arthur. Jesuítas italianos no Brasil Meridional de 1860 em diante. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione G. Agnelli, 1996. viii.

RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste catarinense.** 2 ed. rev. Joaçaba: UNOESC, 2001.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado.** São Paulo: kairós, 1979.

RUBERT, Arlindo. **O clero secular italiano no Rio Grande do Sul (1815 - 1930).** Rio Grande do Sul: Palloti, 1977.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge University Press, 1986.

SALVETTI, Patrizia. **Immagine nazionale ed emigrazione nella Società 'Dante Alighieri'.** Roma: Bonacci, 1995.

SANTOS, Lucy Woellner dos. **Estação agrônômica e de veterinária do Estado.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. **A terra prometida:** emigração italiana: mito e realidade. 2. ed. Itajaí: Ed. da UNIVALI, 1999. 299p.

_____. **Colonização italiana no Vale do Itajaí - Mirim.** Florianópolis: Edeme, 1981.

_____. Anjos da providência nas colônias italianas em S.C. Notas sobre Pe. Guanarini e Pe. Cybeo SJ. In: **Encontros Teológicos.** Florianópolis, ITESC, 1995.

SCALABRINI, João Batista. **A emigração italiana na América**. Tradução, notas e introduções: Redovino Rizzardo. Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: EDUCS, 1979.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **A escola normal catarinense de 1892: profissão e ornamento**. 1999. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

SEIFERT, Olavo R. Confrades da província franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, falecidos nos primeiros 50 anos da restauração (1891-1941). In: COLEÇÃO CENTENÁRIO. Rio de Janeiro: 1990, n.2.

SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. 246 p.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. In: REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. São Paulo, v. 7, n. 8, p. 79, 1992.

_____. As contradições da liberdade: análise de representações sobre identidade camponesa. In: **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo, v. 7, n. 8, p. 79, 1992.

_____. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990.

_____. **Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SILVA, Edson Armando. **Identidades franciscanas no Brasil: a Província da Imaculada Conceição - entre a Restauração e o Vaticano II**. 2000. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

SILVA, José Ferreira da. **A imprensa em Blumenau**. Florianópolis: IOESC, 1977.

_____. **História de Blumenau**. Florianópolis: Edeme, 1972.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Profissão: Professora! In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (Orgs.). **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. (Seminários e debates).

SIMONI, Karine. **Além da enxada, a utopia: A colonização italiana no Oeste catarinense**. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

SOREL, Georges. **Reflexões sobre a violência**. São Paulo: M. Fontes, 1992.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

SOUZA, Rogério Luiz de. **A construção de uma nova ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930 - 1945)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

_____. As escolas paroquiais. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas: modos de educação escolar em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

_____. Quando chega o Bispo: A Igreja em Santa Catarina e o conturbado ano de 1914. In: REVISTA ENCONTROS TEOLÓGICOS. Florianópolis, n. 27, 1999.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história. Tradução: Denise Bottmann. In: REVISTA DE HISTÓRIA. São Paulo: UNICAMP, 1991, P. 13 - 37.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade: poder e imaginário das elites em Criciúma**. 1995. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

TÉLLEZ IREGUI, Gustavo. **Pierre Bourdieu: conceptos básicos y construcción socioeducativa**. Claves para su lectura. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2002.

TEVES, Nilda. O imaginário na configuração da realidade social. In: _____. (Coord.). **Imaginário social e educação**. Rio de Janeiro: Gryphus; Faculdade de Educação da UFRJ, 1992.

THEMANS, Humberto. Viagem ao Brasil no começo da Missão. In: COLEÇÃO CENTENÁRIO, n. 3, São Paulo: Província Franciscana, 1991.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. Tradução: Mariarosaria Fabris e Luiz Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.

VALANDRO, Ede Maria. **Em resposta ao clamor do povo...** a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas. Joinville: [s.n.], 1990.

VETTORETTI, Amádio. A colonização italiana nos vales do Tubarão e de Urussanga e a colônia Grão-Pará. In: PIAZZA, Walter F. et al. **Italianos em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 2001. vi.

VICENZI, Giacomo. **Uma viagem ao Estado de Santa Catarina em 1902**. Niterói: Tip. Amerino, 1904.

VICENZI, Victor Pe. **História da imigração italiana de Rio dos Cedros**. 3. ed. Blumenau: Odorizzi, 2000.

VILLA, Deliso. **Storia dimenticata**. Tradução e notas: Adriana Pucci. Porto Alegre: EST, 2002.

VINCENT, Joan. Political anthropology: manipulative strategies. In: **Annual Review of anthropology**, n. 7, p.182, 1978.

WAHLE, Carl. Povoamento da Colônia. CENTENÁRIO DE BLUMENAU. Blumenau: Comissão de Festejos, 1950.

WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX**: a reforma de Dom Antônio Joaquim de Melo (1851 - 1861). São Paulo: Ática, 1987. (Ensaio, 120).

_____. A vinda de congregações estrangeiras e a europeização do catolicismo no centro sul do Brasil. In: ANAIS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA. Curitiba, 1991, p. 43 - 52.

_____. O auge da romanização: o Concílio Plenário da América Latina. In: ANAIS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA. Curitiba, 1991, p. 197 - 200.

WILLEKE, Venâncio. **Franciscanos na história do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

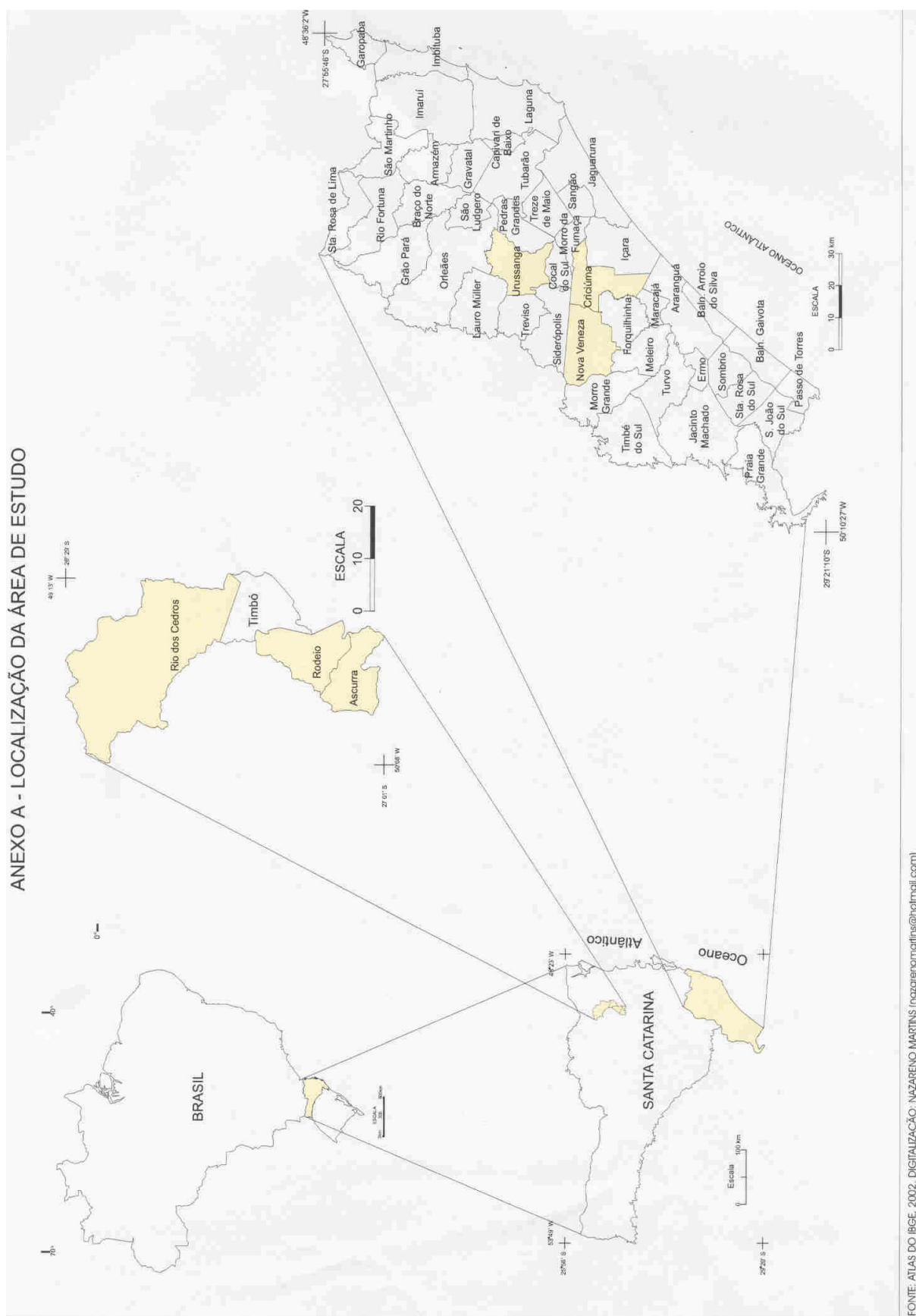
_____. A restauração da Província de Santo Antônio. In: REVISTA VIDA FRANCISCANA. [São Paulo], ano LV, n. 52, jun./1978.

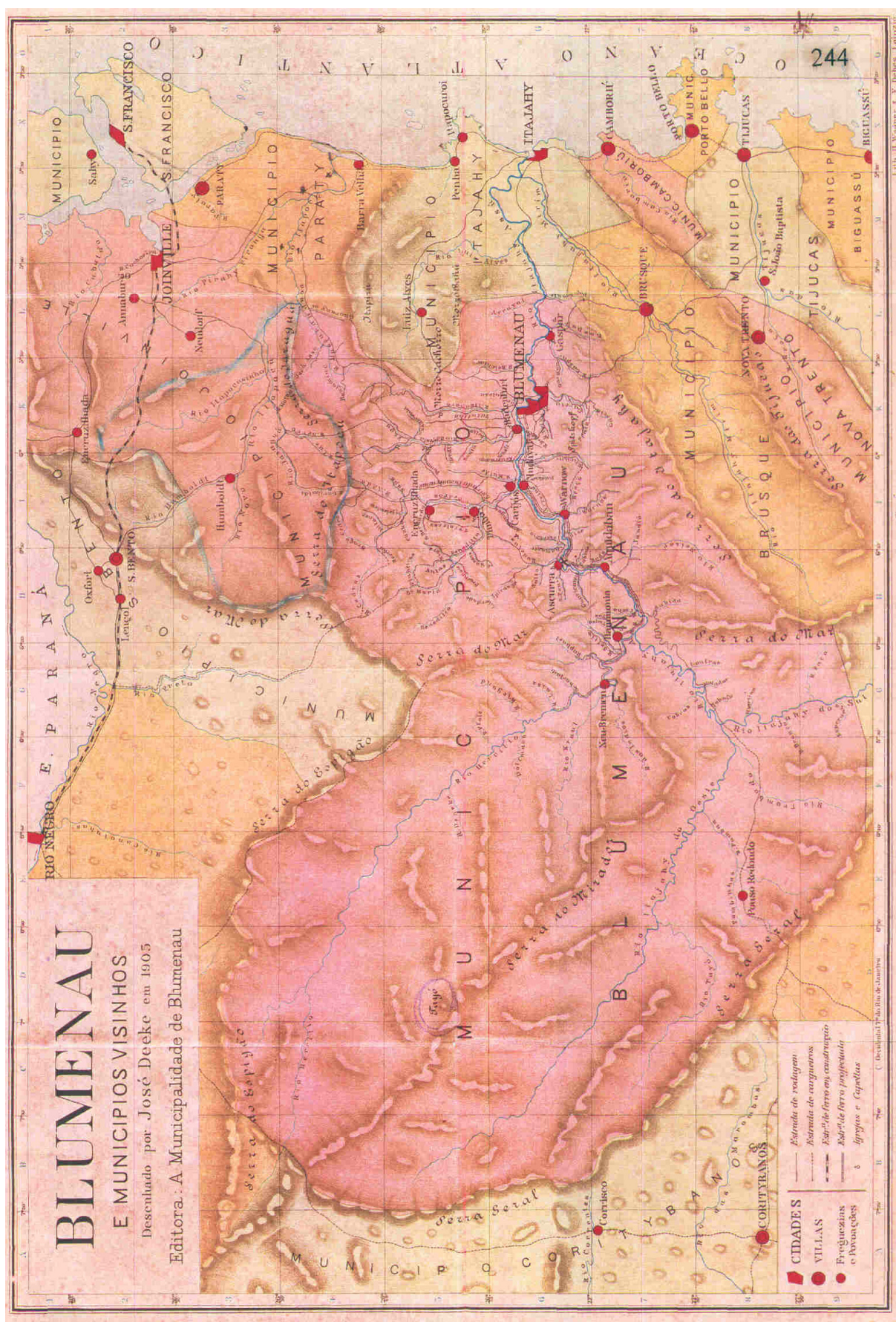
ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e imigração italiana**. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Mapa de Localização da área de estudo.....	238
ANEXO B – Mapa de Blumenau em 1905	239
ANEXO C – Estatutos da Sociedade de Escola em Rodeio	240
ANEXO D – Ofício do Regente Consular Antônio Paes a Gustavo Richard	245
ANEXO E – Cartilha: Como foi feita a Itália	247
ANEXO F – Cartilha: Os nossos filhos	248
ANEXO G – Cartilha: Elementos de Geografia	249
ANEXO H – Cartilha: Curso de Aritmética	250
ANEXO I – Cartilha: A menina Italiana na Escola	251
ANEXO J – Carta de Giovanni Pedrelli ao Frei Lucínio Korte	252
ANEXO L – Carta dos fabriqueiros de Rio dos Cedros a D. João Becker	254
ANEXO M – Carta de Eugênio Uber a D. João Becker.....	256
ANEXO N – Carta do Cônsul Bruno Zucculin a D. Joaquim Domingues de Oliveira.....	258





ANEXO C - Estatutos da Sociedade de escola em Rodeio

Estatutos da Sociedade de escola em Rodeio.

Os abaixo assignados moradores do Rodeio e dos contornos vizinhos á honra de Deus, ao bem da nossa s. Religião e á melhor segurança da educação de seus filhos: declaram que de hoje adiante querem efformar uma sociedade particular de escola com as condições seguintes:

- I. O curso escholastico regular dura quatro annos, q. d. da 8. ate 12 annos de idade dos filhos, havendo dois mezes de férias por anno, e comprehende na instrucção as materias elementares e a lingua portugueza.
- II. A auctoridade competente desta escola compõe-se do Inspector e de sete assistentes, os quaes de tres em 3 annos são eleitos pelos membros assignados, um dos assistentes tem tambem o officio de lousreiro.
- III. Todos os membros assignados pagam por anno a taxa ordinaria de cinco mil Reis, pelo menos em duas partes, anticipadamente, i. e. no principio e no meio do anno escholastico.
- IV. Deste pagamento ordinario quatro partes são destinadas ao honorario dos professores, uma parte fica na caixa de escola para despezas extraordinarias.
- V. Para completar o honorario dos professores, os membros, cujos filhos actualmente frequentam a escola, devem ^{pagar} questar um preço extraordinario conforme ao numero dos membros, que actualmente mandam os filhos.
- VI. As despezas extraordinarias para manter ou renovar a casa e os moveis da escola, se faltar a caixa, todos os membros assignados contri-

IV. Quem quizer participar transitoriamente do ensino na dita escola, não sendo membro da Sociedade e morando fora do espaço de tres kilometros de caminho da escola: ha de pagar a razão dos membros assignados, como diz No III. V. VI.

VIII. Se porem morar dentro no espaço de tres kilometros e por motivos insufficientes não quizer entrar como membro na Sociedade, querendo participar do ensino na dita escola, ha de pagar o duplo do que pagam os membros assignados; alem disso os filhos d'elle não participam no concurso de premios nem em outros favores especiaes dos assignados.

IX. Nenhum membro se pode retirar da Sociedade sem motivo approvado pela auctoridade competente, senão pagando para dez annos anticipados a taxa ordinaria; excepto o caso, que elle vendendo a sua colonia va morar fora do espaço de tres kilometros.

X. Se um filho casado fica stabilmente em casa de seus pais, efformando uma familia com elles, este filho entra em lugar do pai, de modo que este fique livre de obrigação.

XI. A Sociedade não pode nem se dissolver nem mudar estes estatutos senão com o consenso de dois terços dos membros assignados.

XII. Como Inspector perpetuo de escola e auctoridade competente para decidir dubios na explicação dos estatutos, assim como para dirigir a instrucção na escola a Sociedade reconhece para sempre o Parocho actual.

Em pleno consenso com as condições acima assignam-se de propria mão:

Rodeio ad 1 de Abril de 1899.

Depim *Verbo* Moser Agostis
Valentino Frit *Moser Antonio*
Lottini Cirinto Firmozini Giovanni Br

Lussan Giacomo
 Tommaso Chener
 Nicolo Moser
 Moult Giuseppe
 Giuseppe Fiamozzi
 Giovanni Stor
 Luigi Savagnat
 Brudi Colosina
 Lada Giovanni fu Giovanni
 Pasqua Giovanni
 Domenico Savagnat
 Tomaselli Teresa
 Della Cristina Sebastiano
 Bonzatti Anselmo
 Baldo Maria
 Fiamozzi Damiano
 Fiamozzi Giacomo
 Frainer Francesco
 Benetti Camillo
 Pizzini Agela
 Gaudy M. Carlo
 Savagnat Don
 Hermann 5
 Hibner
 Georg Kissner 5
 Spandini Justina 5
 Peter Constantin 5

A Raga Valentini
 A Raga Pietro Moser
 Luigi Bertoli
 A Raga Domenico Pasquel

Transcrição do ANEXO C - Estatutos da Sociedade de escola em Rodeio

Os abaixo assinados moradores do Rodeio e dos contornos visinhantes, à honra de Deus, ao bem da nossa Santa Religião e à melhor segurança da educação de seus filhos: declaram que de hoje em diante querem formar uma sociedade particular de escola com as condições seguintes:

- I. O curso escolástico regular dura quatro anos, q.d. (=quer dizer) de 8 a 12 anos de idade dos filhos, havendo dois meses de férias por ano; e compreende, na instrução, as matérias elementares e a língua portuguesa.
- II. A autoridade competente desta escola compõe-se do Inspetor e de sete assistentes, os quais de três em três anos são eleitos pelos membros assinados; um dos assistentes tem também o ofício de tesoureiro.
- III. Todos os membros assinados pagam por ano a taxa ordinária de cinco mil Réis, pelo menos em duas partes, antecipadamente, i. é, no princípio e no meio do ano escolástico.
- IV. Deste pagamento ordinário, quatro partes são destinadas ao honorário dos professores, uma parte fica na caixa de escola para despesas extraordinárias.
- V. Para completar o honorário dos professores, os membros, cujos filhos atualmente freqüentam a escola, devem prestar um preço extraordinário, conforme ao número dos membros, que atualmente mandam os filhos.
- VI. Nas despesas extraordinárias para manter ou renovar a casa e os móveis da escola, se faltar a caixa, todos os membros assinados contribuem em partes iguais.
- VII. Quem quiser participar transitoriamente do ensino na dita escola, não sendo membro da Sociedade e morando fora do espaço de três quilômetros de caminho da escola, haverá de pagar à razão dos membros assinados, como diz o nº III, V, VI.
- VIII. Se porém morar dentro do espaço de três quilômetros e por motivos insuficientes não quiser entrar como membro da Sociedade, querendo participar do ensino na dita escola, há de pagar o duplo do que pagam os membros assinados; além disso os filhos deles não participam no concurso de prêmios nem outros favores especiais dos assinados.

- IX. Nenhum membro se pode retirar da Sociedade sem motivo aprovado pela autoridade competente, senão pagando para dez anos antecipados a taxa ordinária; exceto o caso que ele vendendo a sua colônia, vá morar fora do espaço de três quilômetros.
- X. Se um filho casado fica estavelmente em casa dos seus pais, e formando uma família com eles, este filho entra em lugar do pai, de modo que este fique livre de obrigação.
- XI. A Sociedade não pode nem se dissolver nem mudar estes estatutos senão com o consenso de dois terços dos membros assinados.
- XII. Como Inspetor perpétuo de escola e autoridade competente para decidir dúbios na explicação dos estatutos, assim como para dirigir a instrução na escola, a Sociedade reconhece para sempre o Pároco atual.

Em pleno consenso com as condições acima, assinam-se de própria mão:

Rodeio, ao 1 de Abril de 1899.

Depiné Carlo

Valentino Fruet

Giazinto Scottini

Pintarelli Candido

Moser Agostino

Moser Antonio

Fiamonzini Giovanni B.

Giuseppe Moser

Moser Giacomo

Domenico Ochner

Giovanni Scoz

Luigi Sardagna

Bridi Catarina

Fava Giovanni fu Giovanni

Pasqualini Varisto

Domenico Sardagna

Tomaselli Teresa

Della Giustina Sebastiano

Conzatti Anselmo

Baldo Maria

Nicoló Moser
Noriller Giuseppe
Giosue Fiamonzini
Meneghelli Herminio
Sardagna Nicoló
Herrmann Kissner
Georg Kissner
Pietro Moser
Domenico Pasqualini
Fiamonzini Giacomo
Frainer Francesco
Pezzini Angela
Sardagna Donato
Pandini Gustavo
Feller Costante
Luigi Bertoldi

ANEXO D - Ofício do Regente Consular Antônio Paes ao Governador Gustavo Richard.

CONSOLATO
DI
S. M. IL RE D'ITALIA

Florianópolis, le 10 Décembre 1910

Respondido em 13-12-1910
Arch. P. Costa

N.º 412.

Excellence,

Objet

Donnant suite à l'entretien, que j'ai eu l'honneur d'avoir avec V. E. concernant l'assurance, que du matériel qui devra arriver ici des colonies, j'aurai la faculté, de choisir, d'accord avec la commission, une partie pour être envoyée à la section colonial de l'exposition de Turin, ou figurera le travail de toutes les autres Colonies italiennes; je me permets, de vous assurer que je ferai mon possible pour la réussite de cette œuvre destinée à démontrer notre travail dans Votre riche et fertile Patrie à l'aide de Votre coopération aussi hospitalière que amie.

Cette œuvre commune, comme je suis sûr, aidera à nouer encore d'avantage nos relations d'amitié et de fraternité.

Veuillez agréer Monsieur le Gouverneur, les renouvellements de mes plus hautes sentiments d'estime.

À S. E.
Le Gouverneur
de l'État de S. Catherine

Le Régent

Florianópolis.

Antônio Paes

Transcrição e tradução do ANEXO D - Ofício do Regente Consular Antônio Paes ao Governador Gustavo Richard.

Florianópolis, 10 de dezembro de 1910.

Excelência,

Nº 412

Objeto:

Exposição de Turim

Dando seguimento à conversa que tive a honra de ter com V.E., concernente somente ao seguro do material que deverá chegar aqui das colônias, terei a faculdade de escolher, de acordo com a comissão, uma parte para ser enviada à seção colonial da exposição de Turim, onde estará o trabalho de todas as outras colônias italianas; eu me permito dar a garantia que farei o possível para o êxito dessa obra destinada a demonstrar nosso trabalho em sua rica e fértil pátria, com a sua cooperação tão hospitaleira quanto amiga.

Esta obra comum, tenho certeza, ajudará a estreitar ainda mais nossas relações de amizade e de fraternidade.

Receba, Senhor Governador, o renovo de meus mais altos sentimentos de estima

Regente

(Assinatura)

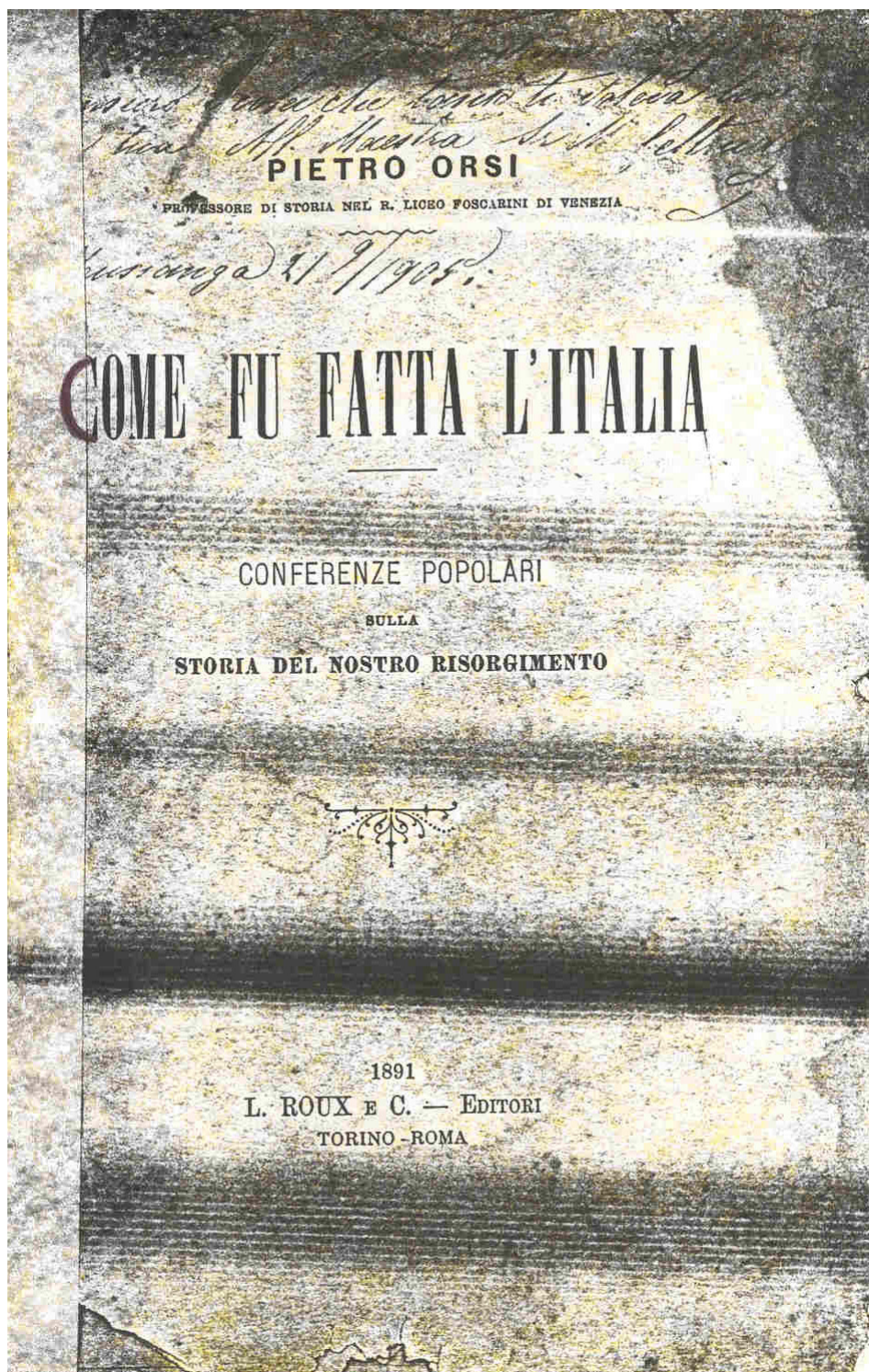
À S^a E^a

O Governador

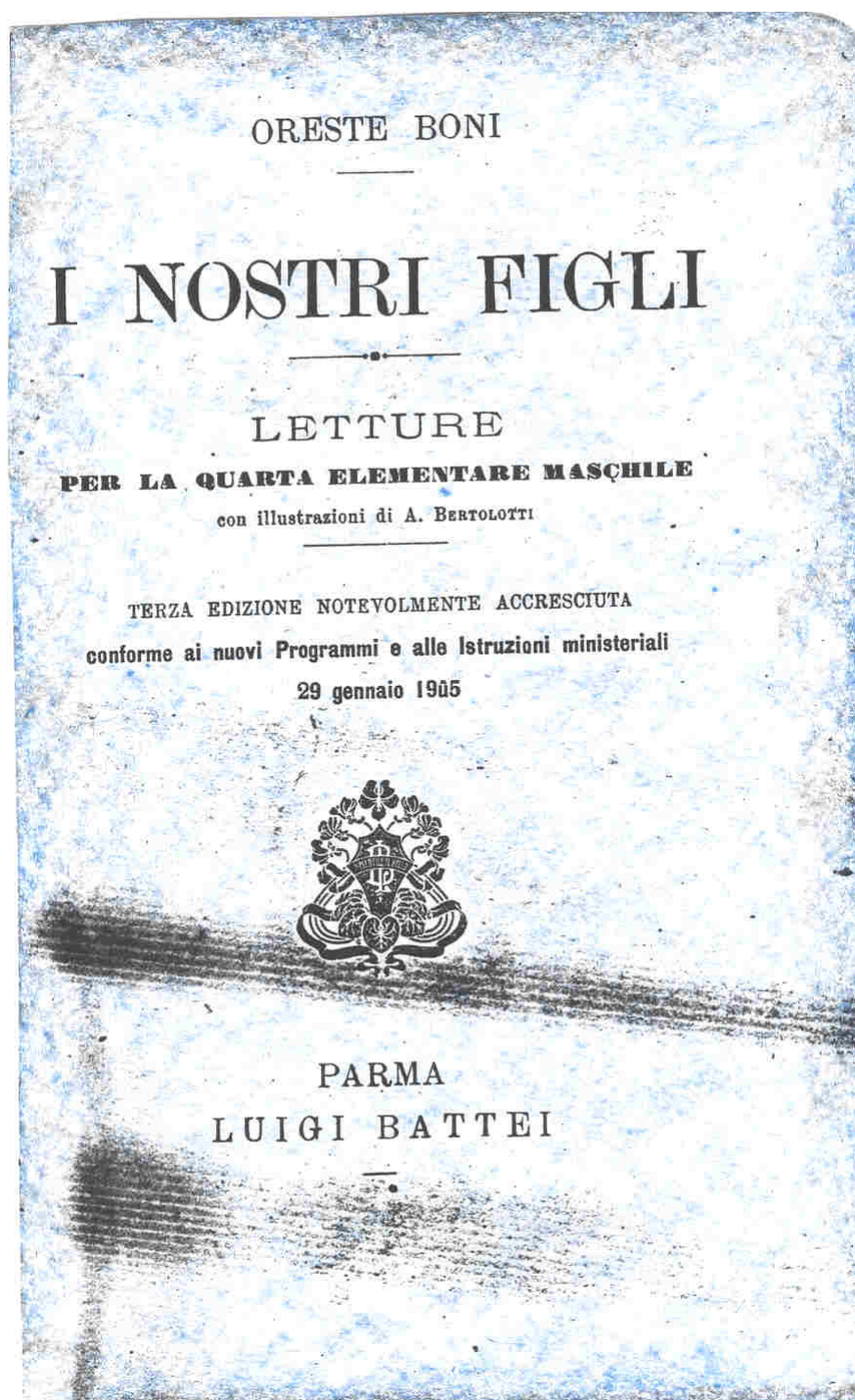
Do Estado de Santa Catarina

Florianópolis.

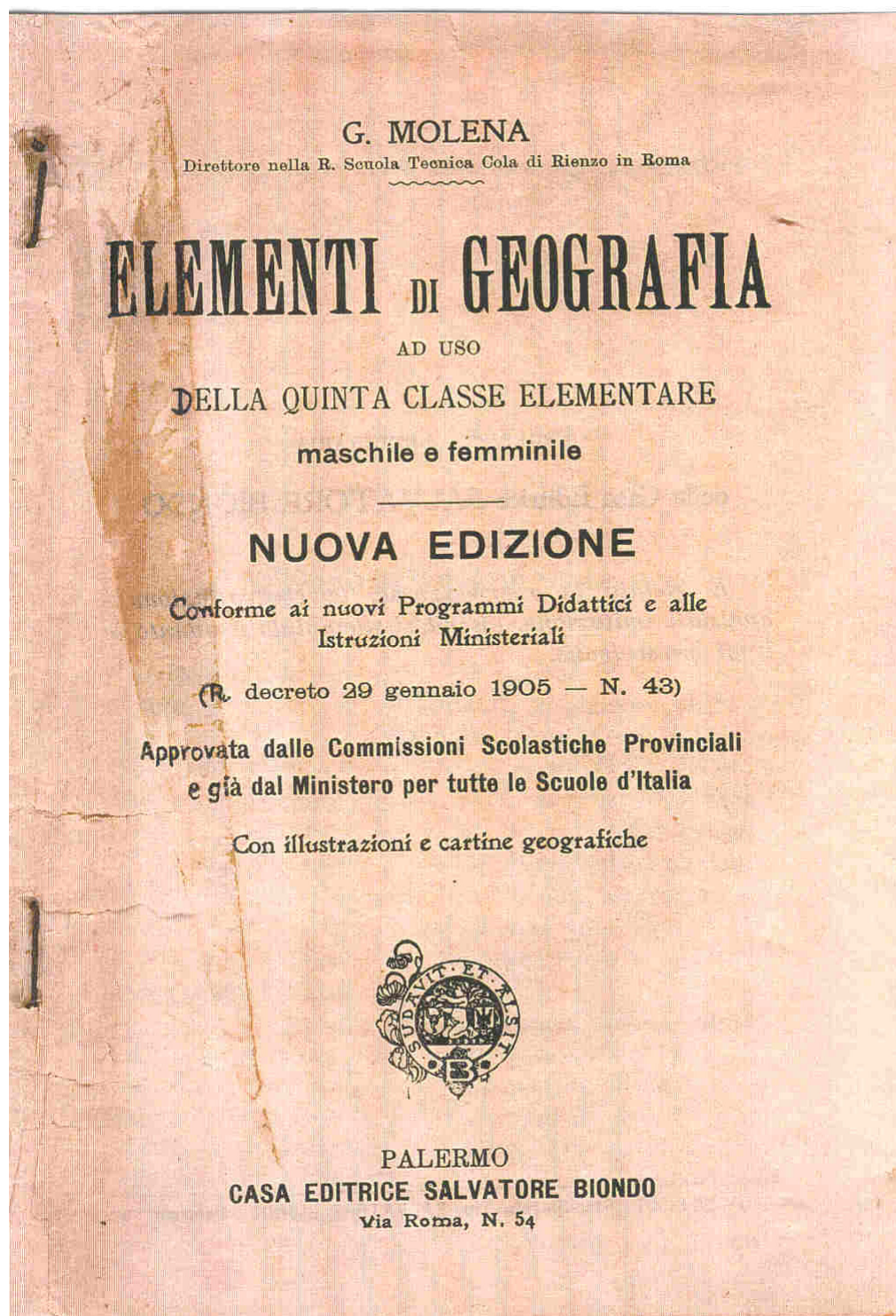
ANEXO E – Cartilha: Como foi feita a Itália



ANEXO F – Cartilha: Os nossos filhos



ANEXO G – Cartilha: Elementos de Geografia



ANEXO H – Cartilha: Curso de Aritmética

CORSO DI ARITMETICA

PER LE SCUOLE
ELEMENTARI
E POPOLARI

Compilato da R. LUCHERINI

in conformità delle Istruzioni Ministeriali
del 29 gennaio 1905

NUOVA EDIZIONE RIFUSA
dal Prof. **FRANCESCO PASCIUTI**

Per la 1^a Classe



R. BEMPORAD & FIGLIO - EDITORI - FIRENZE

Filiali a MILANO - ROMA - PISA - NAPOLI

BOLOGNA, Zanichelli - TORINO, Lattes e C. - PALERMO, Libr. Reber - GENOVA, F.lli Treves

NEW-YORK, Società Libreria Italiana

BUENOS-AIRES, Libreria Italiana «Dante Alighieri» dei Fratelli Treves.

ANEXO I – Cartilha: A Menina Italiana na Escola



ANEXO J - Carta de Giovanni Pedrelli ao Frei Lucínio Korte

Dommeranos 2^a = 3 = 1908

Reverendo Padre,

Lucino Korte,

Ho ricevuto la sua piccola letterina il giorno 26 corrente, sentendo che Lei mi invita al cedro, così io ho dichiarato di non venire per certi motivi qui sotto esposti.

Sono circa 15 giorni ch'io era andato dal Sir Andrea Largura per prendere alcuni libri e quaderni occorrenti alla scuola, ci sono statto di quella buona gente che a detto ch'io sono andato a prendere notizie da questo Sir Largura, della scuola negra del Pilizeti, se io vado al negozio del Sir Eugenio Uher per fare delle provviste occorrenti alla mia famiglia, questa buona gente pronostica sopra di me, dice che vado a prendere delle corrispondenze socialiste, così prendono olio per aceto, poverini, per questo io ho dichiarato di non andar più lontano che da mia casa alla scuola, e non più, se mi occorre materiale nella scuola do parte all'ispettore, io non mi intrigho più in nessun affare, e quanto prima lassio anche la scuola, io sono stanco di sentire tante ipocrisie, o pensato di lavarmi le mani e non più imbrattarmi. Se Lei reverendo a piacere di parlare con me, può venire alla scuola, o in mia casa, quando Li pare, essendo io molto contento.

Sono il suo ubb. figlio Giovanni Pedrelli

Transcrição e tradução do ANEXO J - Carta de Giovanni Pedrelli ao Frei Lucínio Korte

Pomeranos, 27/03/1908

Reverendo Padre,
Lucínio Korte,

Recebi sua pequena carta dia 26 deste mês, ouvindo que o senhor me convida para ir ao Cedro, assim eu declarei não vir por certos motivos que exponho abaixo.

Faz mais ou menos 15 dias que eu fui à casa do Senhor Andrea Largura para pegar alguns livros e cadernos necessários à escola, estive com aquela boa gente que disse que eu fui pegar notícias do Sr. Largura, da escola negra do Pellizzetti; se eu vou à loja do Sr. Eugênio Uber para fazer o abastecimento necessário para minha família, esta gente boa prognostica sobre mim, dizendo que vou pegar correspondências socialistas, assim tomam gato por lebre, pobrezinhos, por isto eu declarei não ir mais longe que da minha casa à escola, e não mais, se me ocorrer de precisar material na escola por parte do inspetor, eu não me meto mais em nenhuma história, e quanto antes deixar também a escola, eu estou cansado de ouvir tantas hipocrisias, pensei em lavar as mãos e não mais sujar-me. Se o Senhor Reverendo tem prazer em falar comigo, pode vir à escola, ou a minha casa, quando melhor lhe aprouver, ficando eu muito contente por isso.

Sou o seu fiel (obedientíssimo) filho

Giovanni Pedrelli

ANEXO L - 1ª página da Carta dos fabriqueiros de Rio dos Cedros a Dom João

Becker

Eccellenza Rev. Monsignor Vescovo di
 Florianopolis
 Don João Becker!

I sottoscritti fabbricieri della chiesa di Rio
 dos Cedros e delle capelle circondarie di
 Bommeiros e Cammino Tirolese; vengono
 con questo scritto a manifestarle quanto
 segue:

Siccome una parte della popolazione non
 vuole essere ubbidiente all'ordine che dal
 M. Rev. Parroco di Rodeio viene emanato
 questa parte, dico, si abrogò l'ufficio di
 fabbriciere, e girando attorno, dentro
 le colonie, con lusinghe, e con note di
 immoralità, falsificando il vero; acciecaro-
 no il popolo e lo indussero a firmare
 sotto la supplica diretta all'Exc. V. la
 quale chiede di aver un sacerdote seco-
 re dentro di noi e escludere i P. P. Fra-
 cesiani esistenti.

Noi dunque ci siamo uniti per venire a
 dichiararle che non possiamo aver nis-
 sunissima lamentanza del loro operar

Transcrição e Tradução do ANEXO L - Carta dos fabriqueiros de Rio dos Cedros a Dom João Becker.

Excelência Reverendo Monsenhor Bispo de Florianópolis
Dom João Becker

Os abaixo assinados fabriqueiros da igreja de Rio dos Cedros e das capelas dos arredores de Pomeranos e Caminho Tirolese, vêm através desta manifestar-lhe o que segue:

Como parte da população não quer ser obediente à ordem advinda do M. Rev. Padre de Rodeio, digo, se anulou o ofício de fabriqueiro, e andando pelas redondezas, nas colônias, com bajulações, e com expressões de imoralidade, falsificando o verdadeiro; cegaram o povo e o induziram a assinar a súplica dirigida ao Excelentíssimo Bispo, a qual pede um sacerdote secular entre nós e exclui os padres Franciscanos existentes.

Nós nos unimos então para vir declarar-lhe que não podemos ter nada a lamentar no que diz respeito a atitude deles, pelo contrário, devemos admirar a abnegação, com a qual ajudam em todas as circunstâncias o povo a louvar o amor, o assíduo trabalho, e tudo quanto lhes diz respeito.

Por essa razão o nosso ponto de vista seria dizer que melhor seria que de Vossa Dignidade viesse uma ordem que aqui em Rio dos Cedros ficasse estável não somente um Padre Franciscano; mas ao menos dois, para que possam organizar o que falta em cada capela, visto a afluência socialística, que já tem o seu esconderijo em todo o vale.

Nós não podemos ter padres seculares também, porque, as rendas são mínimas e os padres franciscanos se adaptam à pobreza dos colonos e vivem em seu meio parcamente e com sacrifícios heróicos.

Cremos que Sua Excelência conheça tudo isso, sem que nós lhe explicássemos: no entanto queremos dar o nosso testemunho do bem que até agora temos tido dos Reverendos Padres Franciscanos e ao mesmo tempo conscientizar V. Excelência de que não podemos sustentar nenhuma lamentação contra os mesmos.

Crendo que Sua Excelência queira de bom grado aceitar esta nossa demonstração e que facilitará o nosso pedido; obsequiosos passamos a assinar.

Fabriqueiros de Rio dos Cedros

Rio dos Cedros, 05/05/1910

Giuseppe Bonna
Simon Dallabona
Abram Giampiccolo
Albino Zanghelini
Giuseppe Anesi
Giovanni Dalmonico
Albino Menestrina
Giovanni Gretter

Eccell^{mo} Revo^{mo} Monsignor

João Becker
Vescovo dello Stato di Sta. Catharina
in Florianopolis

Monsignore!

Le continue costernazioni che succede in questa valata di Pomeranos, tra Coloni Cattolici ed i R^{di} Padri Francescani, mi costringe a fare ciò che mai mi sarei immaginato, cioè di far noto a Lei Monsignore quanto segue.

Fino da trenta e più anni che io dimoro in questa valata ossia in questa nuova terra Brasiliana Municipio di Blumenau, ho sempre avuto intenzione di mettere in attività la scuola, tanto necessaria in questi nuovi paesi, ma per mancanza di denaro per la compra di materiale scolastico ed altro, essendo i Coloni la maggioranza povera ed il poco spirito di chi doveva sostenerla, è cambiato in una continua miseria. Dieci anni or sono il Regio Governo Italiano, per intermezzo dell' Console di Florianopolis, credette mandarmi del materiale occorrente a codesta scuola, e in parte anche sussidio denaro. Ma i R^{di} Padri di continuo sono sempre stati contrari a questi libri. Per questo vi è due scuole in Guericanos, due in Caminho Tirolense e due erano anche qui nella nostra frazione di Medio Pomeranos. Queste duplici scuole che nascono, è perché fra i Coloni vi è chi appoggia i Padri, e chi appoggia il beneficio.

Per questo poco mi avrò incomodato, perché io non ho più figli di mandare alla scuola, e neanche ho il

Transcrição e tradução do ANEXO M - Carta de Eugênio Uber a Dom João Becker

Excelentíssimo Reverendo Monsenhor João Becker
Bispo do Estado de Santa Catarina em Florianópolis

Monsenhor!

As contínuas consternações que ocorrem neste vale de Pomeranos, entre Colonos Católicos e Reverendos Padres Franciscanos, me constringe a fazer o que eu nunca teria imaginado, o que lhe exporei como segue.

Durante os trinta anos que moro neste vale, ou seja, nesta nova terra brasileira, Município de Blumenau, sempre tive a intenção de pôr em atividade a escola, tão necessária nestas novas construções, mas por falta de dinheiro para a compra de material escolar e de outras coisas, sendo os colonos em sua maioria pobres, e o pouco espírito de quem deveria sustentá-la, transformou a situação em contínua miséria. Dez anos passaram-se e o Régio Governo Italiano, por intermédio do Cônsul de Florianópolis pensou em mandar para mim material necessário a esta escola [Pomeranos], e em parte também um subsídio em dinheiro. Mas os Reverendos Padres sempre foram contrários aa estes livros. Por isso há duas escolas em Guaricanas, duas em Caminho dos Tiroleses e duas estavam também aqui na nossa fração de Médio Pomeranos. Estas escolas duplas nascem, é porque entre os colonos tem quem apóia os Padres, e quem apóia o benefício.

Por isso, pouco me teria incomodado, porque não tenho mais filhos para mandar para a escola, e também não tenho o fanatismo italiano, tendo nascido no Tirol-Áustria, mas que não posso tolerar, como inspetor de quartirão que se formem partidos adversários entre o povo, como ocorre agora em quase todas as nossas regiões, em particular no Caminho dos Tiroleses, que Deus não o queira, mas o perigo é grande.

Os Reverendos Padres, quando vêm fazer visita nas nossas três capelas de Pomeranos, como já disse que o nome de ser inspetor há muitos anos, continuam a praticar e a sugerir o seu partido que sustenta tudo e que combate a Causa santa, como eles dizem, que recusa tudo o que é italiano para a escola, tanto é que nestes dias, já pela segunda vez fui obrigado a mandar-lhes um ofício dizendo que deixem em paz as escolas e que não incitem consternações entre o povo, caso contrário me sinto no dever de denunciá-los ao Poder Judiciário.

Por isso soube que parte destes Colonos estão brabos comigo e me ameaçam. Eu me sinto forte na minha justa situação de não ter necessidade de recorrer a nenhuma proteção, mas com isso tudo creio que não haja mal em informar-lhe, sendo Vossa Excelência hoje que guia a sorte do nosso Estado em matéria religiosa.

E para nós, Excelência, que somos quase todos Tirolezes Italianos com poucos Italianos, seriam necessários sacerdotes seculares da mesma origem.

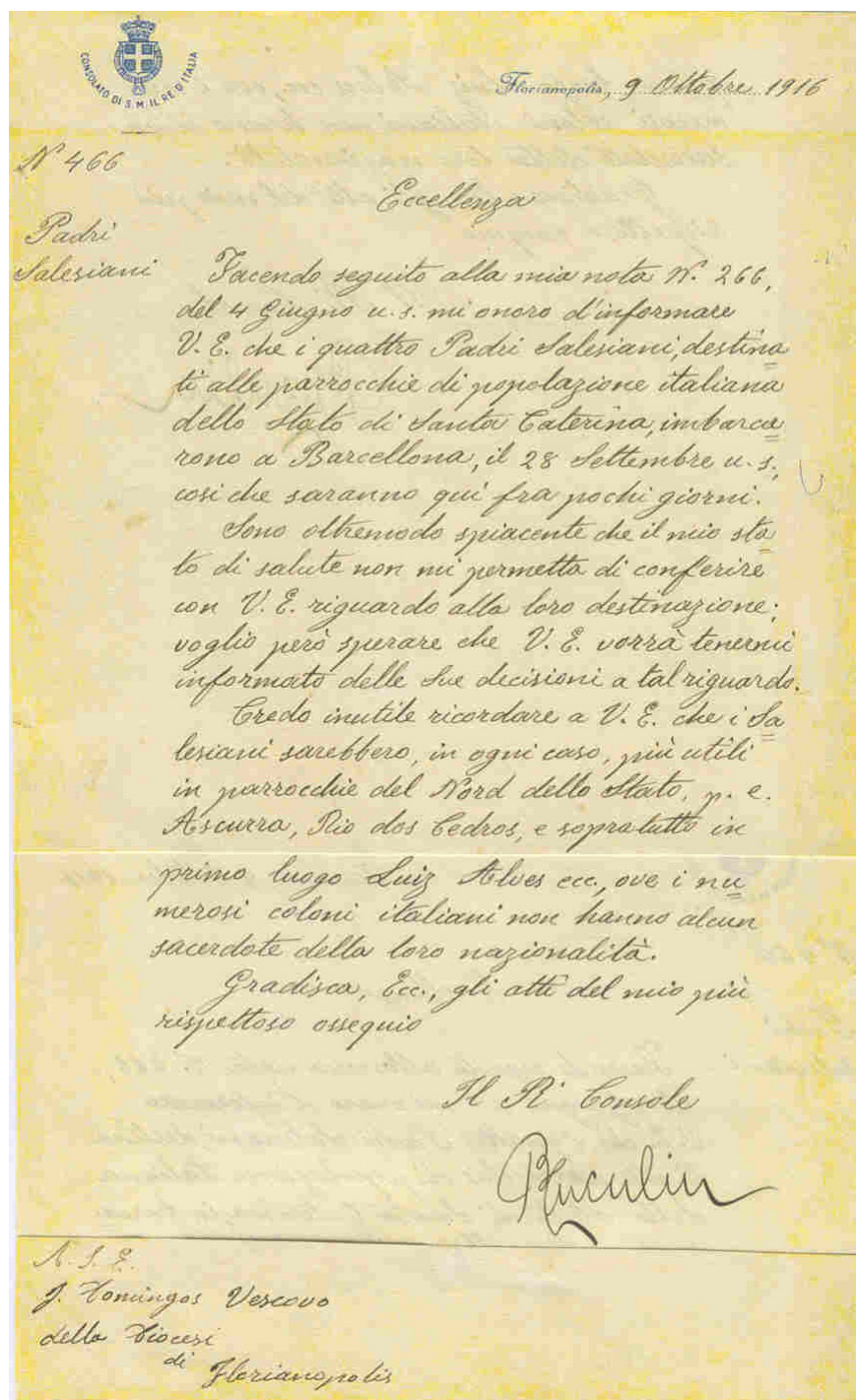
Com toda a estima a Vossa Excelentíssima e Ilustríssima pessoa

Seu agradecido e submisso filho

Eugênio Uber

Pomeranos, 20/03/1909.

ANEXO N - Ufficio do Cônsul Bruno Zucculin a Dom Joaquim Domingues de Oliveira



Transcrição e tradução do ANEXO N - Ofício do Cônsul Bruno Zucculin a Dom Joaquim
Domingues de Oliveira

Florianópolis, 09 de outubro de 1916

Nº 466

Excelência

Padres

Salesianos

Fazendo acompanhar seguido da minha nota nº 266, de 4 de junho passado próximo, honro-me em informar a Vossa Excelência que os quatro Padres Salesianos, destinados às paróquias de populações italianas do Estado de Santa Catarina, embarcaram em Barcelona, em 28 de setembro; assim estarão aqui em poucos dias.

Estou da mesma forma pesaroso que o meu estado de saúde não me permite um colóquio com V. E. a respeito da destinação deles; quero porém esperar que V. E. me informará das suas decisões a esse respeito.

Creio ser desnecessário recordar a V. E. que os Salesianos serão, em todo caso, mais úteis nas paróquias do Norte do Estado, p. e. Ascurra, Rio dos Cedros, e sobretudo em primeiro lugar Luís Alves etc, onde os numerosos colonos italianos não têm algum sacerdote da nacionalidade deles.

Desejo Excelência, os atos do meu mais respeitoso cumprimento.

O Régio Cônsul
Bruno Zucculin

A S. E.

Joaquim Domingues, Bispo
de Florianópolis